

MARCELO DE OLIVEIRA PRADO

**MULHERES TRAVESTIS E TRANS: RELAÇÕES ENTRE
VIOLÊNCIAS E SUBJETIVIDADES**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração “Práticas Culturais e Processos de subjetivação”, Linha de Pesquisa “Processos de Subjetivação, gênero e diversidades” para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Prof^ª Dra. Mériti de Souza

Florianópolis, SC
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Prado, Marcelo de Oliveira

Mulheres travestis e trans : relações entre
violências e subjetividades / Marcelo de Oliveira
Prado ; orientadora, Mériti de Souza -
Florianópolis, SC, 2017.

213 p.

- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós
Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Gênero e sexualidade. 3.
Violências. 4. Mulheres travestis. 5. Mulheres
trans. I. Souza, Mériti de. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Psicologia. III. Título.

Folha de assinaturas

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Vera, e ao meu pai, Edvaldo, por todo o amor, apoio e incentivo.

À minha família, que esteve esse tempo todo torcendo por mim.

À Professora Mériti de Souza, pelas orientações generosas, pela paciência e pela compreensão. Pelo acolhimento de minhas angústias sobre a pesquisa. Por todo aprendizado que construímos juntos.

À Professora Maria Juracy Filgueiras Toneli, por ter me acolhido no *Margens*. Pelos grandes ensinamentos e pela proximidade tão cara que tem conosco, suas alunas e alunos.

Ao Professor Rodrigo Moretti, por ter aceitado participar da minha banca de qualificação e da banca defesa da dissertação. Sua generosidade e apontamentos foram muito importantes na construção da pesquisa.

Ao Professor Alexandre Moraes da Rosa, por ter aceitado participar da minha banca de defesa.

À Lirous K'yo Fonseca Ávila e à Kelly Batista, por terem me recebido na ADEH de maneira tão simples e cordial. Por terem me ajudado a contatar as pessoas para realizar as entrevistas.

A todas as pessoas que fazem parte da ADEH, assim como as que frequentaram as *Segundas Transtornadas*. Com vocês aprendi muito e tive espaço para ter diálogos que foram uma folga para as tensões do mestrado.

Às pessoas que fazem e fizeram parte do *Margens* durante a minha passagem pelo Núcleo. A possibilidade de debater meu pré-projeto com o grupo no começo do Mestrado, assim como a oportunidade de discutir várias das minhas dúvidas sobre a pesquisa, fizeram toda a diferença na escrita da dissertação. As reuniões em tom informal, descontraído e próximo, não apenas me trouxeram grandes aprendizados, mas também boas amizades.

Ao Ematuir e Brune, colegas que se tornaram amigos, com que dividi alegrias, risadas, incertezas e angústias. Momentos esses que tornaram o peso do mestrado bem mais leve.

Ao Leo e à Taise, pela grande e bonita amizade. Pela confiança e por dividir comigo momentos tão importantes. Pelas gargalhadas, é claro! Rimos muito.

À Mônica, que se tornou uma grande amiga, companheira de muitas aventuras e de quem sinto muitas saudades.

À Elisani, por ser minha amiga e estar sempre disponível para acolher minhas angústias e me acalmar com suas doces palavras.

À Daiana, pela amizade já de longa data. Por ter me ajudado, mesmo à distância, em Goiânia.

À Sabine pela amizade e companheirismo durante muitos momentos nesses dois anos.

Ao Lenon, por todo carinho e paciência. Pelos vários momentos em que me deu força e me incentivou.

Ao Jhow por também ter me ajudado com as revisões da dissertação.

À UFSC, por ter me proporcionado tantas experiências e aprendizados. Pela oportunidade de ter conhecido pessoas e ter vivido momentos que levarei pra toda a vida.

À Capes, por ter viabilizado minha permanência no Mestrado por meio da bolsa de estudo.

A todas as mulheres travestis e trans que fizeram parte dessa pesquisa. Pessoas generosas, com quem aprendi muito e a quem dedico este trabalho.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo principal desconstruir processos de singularizações sobre violências vivenciadas ou não por um grupo de mulheres travestis e trans residentes na região da Grande Florianópolis. Foram entrevistadas seis pessoas que se reconhecem ou já se reconheceram como mulheres travestis ou trans. Também fizeram parte das análises, falas e situações que acompanhei nas rodas de conversa nas *Segundas Transtornadas*, que ocorrem na Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade – ADEH, em Florianópolis, assim como falas que escutei em Congressos, Seminários, etc. Embasei a abordagem teórica nas obras de Judith Butler e Jacques Derrida, assim como busquei contribuições da psicanálise – considerando o diálogo crítico que Butler e Derrida estabelecem com essa abordagem – e dos transfeminismos. Recorri aos conceitos de *différance*, hospitalidade, vulnerabilidade, precariedade, abjeção, heteronormatividade, cisheteronormatividade, ficção identitária, dentre outros. Na pesquisa foi possível discutir como paradoxais as categorizações das transexualidades e travestilidades, que produzem as violências da patologização, ao mesmo tempo em que se mostram como possibilidades de garantia de direitos relacionados ao processo transexualizador do SUS e a processos jurídicos que reivindicavam retificação de nome e sexo em Registros Cíveis. A grande recorrência de situações de violências em ambientes, como família, instituições de escolarização, busca por emprego formal e outros, foi associada à naturalização de tais violências. Os territórios de prostituição apareceram nas falas das entrevistadas como ambientes nos quais eram maiores as probabilidades de ocorrerem situações de violências com mulheres travestis e trans, em especial envolvendo clientes. Por fim, as informações veiculadas pelas mídias sobre violências envolvendo mulheres travestis e trans foram discutidas com as entrevistadas, que consideravam as notícias desrespeitosas, mas não violentas, o que analisei como formas de naturalização de violências. Desse modo, foi possível desconstruir formas singulares de lidar com o que as entrevistadas consideravam ou não por violências. Em alguns momentos, essas apropriações dos (con)textos se davam de forma a reafirmar binarismos como o de vítima/agressor. Assim como também surgiram falas em que foram articuladas possibilidades de deslocamento de significados atribuídos às vivências relacionadas às violências. De modo a mostrar a potencialidade e as estratégias para lidar com tais

(con)textos, que envolviam uma ética pautada no reconhecimento da sua implicação em algumas dessas situações violentas.

Palavras-chave: Mulheres travestis. Mulheres trans. Violências. Subjetividades.

ABSTRACT

This dissertation had as main objective to deconstruct processes of singularizations about violence experienced or not by a group of transvestite and trans women residents in the region of Grande Florianópolis. Six people, who recognize themselves now or in the past as trans and travestite woman, were interviewed. It is also included in the analyses speeches and situations that I accompanied during meetings at *Segundas Transstornadas* occurred in the Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade - ADEH (Association for Defense of Human Rights with a Focus on Sexuality), in Florianópolis, as well as speeches I have heard in Congresses, Seminars, etc. I based the theoretical approach in the works of Judith Butler and Jacques Derrida, as well as I sought contributions of the psychoanalysis – considering the critical dialog both authors establish with it – and the Transfeminist discussions. I brought the concepts of *différance*, hospitality, vulnerability, precarity, abjection, heteronormativity, cisheteronormativity, identitary fiction, and others. In the research, it was possible to articulate the transsexualities and travestilities as paradoxical categorizations when producing the violence of pathologization at the same time they show themselves as possibility of guarantee of rights related to the Transsexualizing process of the SUS (Health Unic System) and legal processes that demanded rectification of name and sex in Official documents. The great recurrence of situations of violence in places, such as family, schooling institutions, search for formal employment and others, was associated with the naturalization of such violence. The sites of prostitution appeared in the speeches of the interviewees as environments with the highest probabilities of occurring situations of violence with transvestite and trans women, in special involvement clients. Finally, the news of violences involving transvestite and trans women were discussed with interviewees, which they considered to be disrespectful but not violent, what I analyzed as forms of naturalization of violence. In this way, it was possible to deconstruct singular ways of dealing with what those interviewed considered as violence or not. Sometimes these appropriations of the (con)texts were given in a way to reaffirm binarisms like that of the victim/aggressor. As in other moments, there have been speeches in which possibilities for the displacement of meanings attributed to vivencies related to violence, in order to show the potentiality and the strategies to deal with these (con)texts, which involved an ethic based

on recognition of the implication of the subject in some of the violent situations.

Keywords: Transvestites women. Trans women. Violence. Subjectivities

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEH	Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade
AAPST	Ambulatório de Atenção Primária à Saúde para Pessoas Trans
APA	American Psychological Association (Associação Americana de Psicologia)
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CID	Classificação Internacional de Doenças
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
DSM	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais)
DST's	Doenças sexualmente transmissíveis
EPICENAS	Grupo de Estudos em Gênero e Saúde
GGB	Grupo Gay da Bahia
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LGBTTTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais
MARGENS	Núcleo de Pesquisa Modos de Vida, Família e Relações de Gênero
OMS	Organização Mundial da Saúde
SDH	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SC	Santa Catarina
TGEU	Transgender Europe
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	13
2.	ESTRATÉGIAS PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	31
2.1.	Sobre a desconstrução.....	31
2.2.	Sobre as entrevistas.....	36
3.	SOBRE O QUE (DES)ENTENDO POR VIOLÊNCIAS.....	43
3.1.	O mito da não violência no Brasil.....	43
3.2.	Contribuições da psicanálise.....	46
3.3.	Mas afinal, o que são violências? (des)caminhos a partir de Butler, Derrida e os transfeminismos.....	48
4.	PATOLOGIZAÇÃO DAS TRANSEXUALIDADES E TRAVESTILIDADES: ENTRE DIREITOS E VIOLÊNCIAS.....	70
4.1.	Retificação de prenome e sexo em registros civis: o paradoxo da patologização como produtora de violências e como forma de auto(nomia)	81
4.2.	Processos de naturalização e patologizações das transexualidades e travestilidades: alguns efeitos e relações.....	89
4.3.	A patologização e o atendimento em unidades públicas de saúde.....	98
4.4.	Questionando binarismos de gênero e patologizações.....	106
4.5.	A “cura” de mulheres travestis e trans por meio da religião como (re)produtora de violências.....	111
5.	DESCONSTRUINDO O BINARISMO VÍTIMA/AGRESSOR E A NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS.....	117
5.1.	Família, escola e a busca por empregos formais: algumas trajetórias e violências naturalizadas.....	117

5.2.	Na pista.....	147
5.3.	Violências no (con)texto das relações com maridos, namorados e namoradas.....	165
6.	AS INFORMAÇÕES VEICULADAS PELAS MÍDIAS SOBRE VIOLÊNCIAS COM MULHERES TRAVESTIS E TRANS.....	173
7.	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	188
	REFERÊNCIAS.....	192
	APÊNDICES.....	206
	Apêndice A – Quadro de trabalhos pesquisados em Revisão de Literatura.....	206
	Apêndice B – Roteiro norteador.....	209
	Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	211

1. INTRODUÇÃO

Começo este texto falando um pouco da minha trajetória e do que me levou a pesquisar a temática das violências vivenciadas por mulheres travestis e trans^{1,2}, bem como minhas escolhas teóricas. Durante a graduação em Psicologia, realizada no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), acabei me aproximando mais da psicanálise do que das teorias das psicologias e, por esse motivo, me dediquei muito a entender o pensamento freudiano e também um pouco do pensamento lacaniano, que me fascinou pela

¹ Entendo a diferença entre as categorias travesti e transexual a partir da autoatribuição identitária, ou seja, a maneira como a pessoa se nomeia por meio de tais categorias. Porém, penso haver especificidades às quais a categoria travesti foi historicamente ligada, a partir de um ponto de vista moralizante em relação à prostituição, ao HIV/AIDS, às drogas e às violências, ao passo que a transexualidade foi mais associada a uma doença. Essas categorias e a patologização como forma de violência serão abordadas no capítulo 4 “Patologização das transexualidades e travestilidades: entre direitos e violências”.

² Opto por utilizar os termos “mulher travesti” e “mulher trans” por dois motivos principais. Primeiro, porque utilizar apenas o termo “travesti”, segundo foi me relatado por uma pessoa trans, pode ressoar como violento, já que a categoria foi historicamente associada a aspectos negativos como descrito na nota de rodapé anterior. Tenho conhecimento também que muitas pessoas que reconheço como “mulheres travestis” e “mulheres trans” não se reconhecem como mulheres, o que poderia ser uma objeção ao uso de tais termos. Contudo, creio que os termos “mulher trans” e “mulher travesti”, como vem sendo usada pelos movimentos sociais de mulheres travestis e trans, reafirmam o reconhecimento destas categorias como femininas e marcam uma especificidade em relação ao termo “mulher”. O segundo motivo é a delimitação do foco da pesquisa com as colaboradoras que se reconhecem como mulheres trans, mulheres travestis, travestis ou trans, diferente das pessoas que se reconhecem como homens transexuais, pessoas trans não binárias, entre outras categorias que poderiam ser abarcadas no termo “pessoas trans”. Dessa maneira, quando usar o termo “pessoas trans” me refiro ao coletivo das mulheres trans, homens trans, pessoas trans não binárias entre outras que não se reconhecem de acordo com o gênero que lhe foi designado no nascimento. Quando quiser me referir ao coletivo das “pessoas trans” e das “mulheres travestis”, usarei os dois termos, pois creio ser importante manter a visibilidade do termo “mulher travesti”, pelos motivos aqui explicitados.

importância dada à linguagem. Nesse tempo que estive na graduação, estudei a relação da psicanálise com a arte, mas hoje avalio que o interesse pelo tema das violências e suas relações com as mulheres travestis e trans já se fazia presente, ainda que não fosse tão evidente para mim.

Embora ainda não me sentisse pronto para mergulhar nessas questões, a temática das violências relacionadas a gênero e orientação sexual me chamavam a atenção, como nos debates que ocorreram em 2009 e 2010, nos Colóquios “O que denominam homofobia”, promovidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Aspectos Psicossociais em Educação e Trabalho (GEPAPET), vinculado ao Curso de Psicologia da UFMS. Lembro-me de ter assistido, em 2011, na UFMS, a defesa de dissertação de um colega psicólogo que fez mestrado em Educação e buscou pesquisar a trajetória escolar de uma mulher travesti desde a primeira infância até o ensino superior³. Inquietou-me a observação realizada por ele na época sobre não ter encontrado nenhuma mulher travesti com graduação em Campo Grande no período entre 2008 e 2010, tendo sido necessário ampliar a busca para o estado de Mato Grosso do Sul, em que encontrou apenas uma pessoa e realizou o estudo de caso.

Naquele momento, pensei também a respeito das violências que as mulheres trans e travestis vivenciam todos os dias, o que fez com que eu recordasse de situações que vivenciei por minha orientação sexual homoafetiva. Eu já pensava sobre os privilégios que eu, que me reconheço como homem “cisgênero”⁴, possuo em relação às mulheres trans e travestis, contudo, não com esses conceitos. Nessa época começaram a fervilhar em mim reflexões sobre as marcas de violências que vivi em minha experiência e que muitas pessoas vivem diariamente, muitas vezes violências letais. A respeito da noção de cisgênero, assim como os termos “cisheteronormatividade”, “cisnormatividade” e

³ MONTREOZOL, Jeferson. **Sobre a educação aquendada**: uma análise da relação entre a identidade sexual travesti e o processo de educação formal. Dissertação. Mestrado em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

⁴ Cisgênero é um termo criado no cyberativismo, que se refere a pessoas que, diferentemente das pessoas trans e travestis, se identificam com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Esse termo será mais bem explicado no decorrer do projeto, a partir de outras noções ligadas ao termo cisgênero, como cisheteronormatividade e cissexismo.

“cissexismo”⁵, estes têm sido utilizados no Brasil por pessoas ligadas aos movimentos transfeministas⁶, que pautam políticas e direitos das mulheres travestis e trans. Acredito na potencialidade da noção de cisheteronormatividade para a discussão das violências que vivenciam as mulheres travestis e trans. Abordarei esse entendimento sobre a cisheteronormatividade em relação à noção de heteronormatividade, de Butler, de maneira mais apurada no capítulo 3 – Sobre o que (des)entendo por violências.

Penso serem esses alguns motivos a partir dos quais me senti sensibilizado a pesquisar as violências que as mulheres trans e travestis vivenciam e o que elas têm a dizer sobre isso. Desde então, entrei em contato com muitas pessoas, teorias e algumas manifestações de movimentos sociais vinculadas à temática e a (con)textos⁷ de

⁵ Segundo Viviane Vargueiro (2013, p. 2): “O termo 'cis+sexismo' é uma tentativa de caracterizar a complexa interseção entre a normatividade sexista de gênero (produtora cultural das diferenças homem-mulher) e a normatividade cissexista de gênero (produtora cultural das diferenças cis-trans). A cisgeneridade, de forma bastante breve, pode ser caracterizada como as posições normativas/coerentes no segmento 'sexo-gênero': são as identidades de gênero binárias, definidas a partir de ilusões pré-discursivas (como a que pressupõe a existência de dois 'sexos biológicos' objetivamente identificáveis) e tidas como permanentes. É costume, em nosso contexto histórico, referir-se a pessoas cisgêneras como homens/mulheres 'biológicxs', 'de verdade', 'naturais', 'cromossômics', etc.”.

⁶ Hailey Kaas discute em diversos textos publicados em seu blog Gênero à Deriva, o que entende por transfeminismo e a sua importância como um movimento feminista voltado para a população trans. Entre estes escritos está o “Terrorismo cissexista, Transeugenia e expulsão simbólica de pessoas trans* de espaços feministas”, disponível em: <https://generoderiva.wordpress.com/2014/04/29/terrorismo-cissexista-transeugenia-e-expulsao-simbolica-de-pessoas-trans-de-espacos-feministas/>

⁷ No decorrer da escrita da dissertação, uso a expressão (con)texto para remeter e enfatizar a noção de texto no pensamento desconstrutivo de Derrida (2001a), ou seja, o (con)texto como que envolve o escrito e o falado, as pessoas, a linguagem, as instituições, a rede social, a rede econômica, rede cultural e todo o entorno que se apresenta como classe social, etnia, gênero, orientação sexual, geração, capacidade física e intelectual, entre outros. Importante enfatizar que a noção de “fala” em Derrida não corresponde a um meio pelo qual se alcança a verdade última sobre o sujeito, da mesma maneira que a noção de linguagem

travestilidades e transexualidades. Desde maio de 2015, após o I Seminário de Saúde para pessoas Transexuais e Travestis, ocorrido na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), promovido pelo núcleo Modos de Vida, Família e Relações de Gênero (MARGENS)/UFSC em parceria com a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), no qual participei como ouvinte, tenho me aproximado mais de mulheres travestis e trans que residem na Grande Florianópolis⁸. Esse seminário foi de grande importância para a população trans da região, uma vez que a partir dele foram feitos contatos e parcerias com médicos que propuseram à Prefeitura de Florianópolis a criação do Ambulatório de Atenção Primária à Saúde para Pessoas Trans (AAPST)⁹, que funciona desde agosto de 2015 no Centro de Saúde da Lagoa da Conceição.

No mesmo dia do Seminário, houve excepcionalmente uma roda de conversa itinerante das *Segundas Transtornadas* na UFSC. Essas

não condiz exclusivamente com simbólico, mas também com o que vem a ser chamado de “concreto”.

⁸ Criada pela Lei Complementar Estadual de Santa Catarina nº 495 de 2010, a Região Metropolitana da Grande Florianópolis possui um núcleo integrado por treze municípios: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro de Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara. Com a expansão desse núcleo, vinte e dois municípios fazem parte da Região Metropolitana. Entre as mulheres travestis e trans que entrevistei, duas residiam em Florianópolis, três em São José e uma em Palhoça.

⁹ A existência desse ambulatório foi fruto da iniciativa de profissionais da medicina do Programa de Residência em Medicina da Família da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis (SMSF) em parceria com a ADEH – que promove os encaminhamentos para atendimento e realiza o acompanhamento psicossocial. Assim, desde agosto de 2015 tem sido fornecido à população de mulheres travestis e pessoas trans da região, o atendimento na atenção básica e nos tratamentos hormonioterápicos (ROGER et al., 2016). O Centro de saúde da Lagoa da Conceição foi escolhida para atender a população trans por ser uma unidade que funciona alguns dias no período noturno. O funcionamento do AAPST ocorre toda segunda-feira à noite, das 18 hrs às 22 hrs, com atendimento de médicos residentes. Importante ressaltar que a unidade de saúde não faz parte dos serviços de saúde cadastrados no Ministério da Saúde para realização de procedimentos como cirurgia de transgenitalização previstos no Protocolo Transsexualizador, de acordo com Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde.

rodas de conversa ocorrem semanalmente nas segundas-feiras à noite, na ADEH, uma Organização Não Governamental localizada em Florianópolis, que tem lutado pela promoção de Direitos Humanos ligados à sexualidade e gênero. Destaco aqui a grande importância da ADEH, uma associação fundada em 1993 por mulheres travestis e trans e que é uma referência no atendimento e acolhimento da população LGBTTTI – Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros e Intersex¹⁰ no estado de Santa Catarina. A ADEH pela qualidade dos serviços prestados à comunidade de maneira geral também se tornou referência no atendimento a profissionais do sexo e mulheres vítimas de violência. Nesse contexto, uma das atividades que ocorrem da ADEH é a *Segundas Transornadas*: um projeto que consiste em uma roda de conversa, em grupo aberto – na época coordenado por uma psicóloga voluntária que trabalhava na ADEH –, com temas escolhidos pelos próprios participantes, geralmente temas comuns à população LGBTTTI.

Após participar da reunião itinerante das *Segundas Transornadas* realizada na UFSC, comecei a frequentar algumas das reuniões na sede da ADEH. A partir do segundo semestre de 2016 passei a frequentar as reuniões todas as semanas, assumindo o papel de coordenação do grupo juntamente com duas estagiárias do Curso de Psicologia da UFSC. Tais reuniões foram muito importantes, pois pude acompanhar falas a respeito de várias temáticas comuns às mulheres travestis e pessoas trans, entre elas a temática das violências. Pude, por exemplo, ouvir relatos de violências sofridas por mulheres travestis por serem lésbicas, sendo que algumas ofensas vinham de outras pessoas trans e mulheres travestis. Somente esse dado revela a complexidade de tal temática, uma vez que as próprias pessoas trans e mulheres travestis reiteram e reafirmam as normas de gênero ligadas às violências que vivenciam, ainda que também as questionem, por exemplo, quando não

¹⁰ Uso a sigla LGBTTTI, pois inclui as mulheres travestis e trans, a quem me refiro na pesquisa, bem como, inclui a categoria Intersexuais, muitas vezes invisibilizada nos movimentos sociais. Entretanto o uso da sigla não é um consenso, logo, mantereí outras variações, como LGBT, LGBTI, etc, quando usadas por pesquisadores em dados estatísticos, por exemplo. Mantenho assim, as diferentes formas de escrita das siglas pelas mesmas serem, por vezes, analisadas como produzidas em relações de poder, que definem, por exemplo, hierarquias e visibilidades diferentes de tais categorias pela inclusão, exclusão e ordem das letras que as representam.

se reconhecem e não performatizam o gênero¹¹ que lhes foi designado no nascimento a partir da genitália.

Além das rodas de conversa *Segundas Transtornadas* na ADEH, frequentei outros espaços como, por exemplo, os movimentos sociais de alguma forma ligados às mulheres travestis e trans que residem na Grande Florianópolis: a Marcha das Vadias, em agosto de 2015, e a II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT de Florianópolis, em outubro de 2015, entre outros eventos. Nessa última, tive a oportunidade de participar do Grupo de Trabalho (GT) que discutiu os planos para políticas LGBT relacionadas a Emprego e Segurança. Nesse GT, entre as pautas sugeridas estava a capacitação de policiais, bem como, sua identificação com seus nomes escritos nas fardas, o que indica o receio por violências sofridas no contato com policiais, descritas em diversos trabalhos que tratam da temática desta dissertação, que discorrerei a respeito mais à frente. Todos esses encontros me geraram muitas inquietações pessoais e teóricas. Um dos efeitos dessas inquietações é exatamente o que tenho feito agora com o esforço de me implicar no texto que escrevo, expondo minhas afetações.

Esses encontros, nos quais incluo o contato com as teorias pós-estruturalistas¹², também contribuíram para ampliar meus referenciais teóricos e analíticos, incorporando autores que analisam criticamente e ampliam os referenciais psicanalíticos com os quais tive mais contato durante a graduação em Psicologia. A partir de então, por vários deslocamentos, fui me aproximando de Judith Butler, que discute as questões de gênero e suas relações com diversas áreas do conhecimento e com os movimentos sociais, como também as vidas precárias e as mortes que são dignas ou não de serem choradas. Já Jacques Derrida me

¹¹ Explícito a noção de gênero como performatividade na terceira sessão do capítulo 3 “Sobre o que (des)entendo por violências”.

¹² A maioria dos autores que são denominados pós-estruturalistas não aceitam essa denominação, pois, por um lado, eles não admitem rótulos que poderiam delimitar e buscar definir suas teorias e, por outro lado, existem divergências teóricas entre eles. Entretanto, considero que autores como Derrida e Butler se aproximam na crítica às concepções universais sobre o sujeito moderno da razão e operam com análises críticas da linguagem e da subjetividade recorrendo a análises que questionam os binarismos, a lógica formal, a origem, a subjetividade restrita a consciência, o domínio do universal, dentre outros (PETERS, 2000). Assim, faço referência aqui a esses autores como pós-estruturalistas por essas razões.

chamou a atenção pela desconstrução dos binarismos, pelo trabalho com a linguagem e uma aproximação crítica com a psicanálise. As discussões transfeministas presentes principalmente em blogs também foram importantes para a construção da pesquisa, especialmente em relação à noção de cisheteronormatividade.

Os referenciais teóricos foram então ampliados para autores como Butler (1998, 2002a, 2002b, 2003, 2006a, 2006b, 2009, 2015a, 2015b) e Derrida (1991, 1997, 2001a, 2001b, 2002, 2003, 2010) com suas abordagens críticas a respeito de gênero e psicanálise. Esses autores criticam aspectos da psicanálise e das teorias de gênero como o falocentrismo¹³ e o binarismo, presentes nas teorias sobre a construção da subjetividade e da linguagem, desconstruindo e ampliando as concepções sobre a constituição subjetiva, o corpo e as violências.

Continuando com a temática da pesquisa, neste momento apresento algumas formas de violências que vivenciam as mulheres travestis e trans segundo informações produzidas por pesquisadores brasileiros¹⁴. De acordo com Marília Amaral et al. (2014), embora a

¹³ O termo falocentrismo foi cunhado por Derrida a partir dos conceitos falocentrismo e logocentrismo, e envolve a crítica à filosofia ocidental que privilegia o *logos* platônico e o falo como referências para suas análises. Já as teorias feministas recorrem ao termo para criticarem uma modalidade de poder sexista, exercida por meio da desigualdade e dominação masculina, pois entendem que, na maioria das teorias sobre as subjetividades predomina o falo como referência (ROUDINESCO; PLON, 1998).

¹⁴ Opto por manter a escrita formal da língua portuguesa no que se refere à generificação e não recorrer a estratégias de escrita que procuram explicitar a generificação, tais como, utilizar o @ ou o x, ou outras estratégias semelhantes. Minha estratégia na escrita da dissertação para analisar a questão da generificação foi a de acompanhar autores como Derrida, por exemplo, que optam por realizar a crítica a metafísica da presença na escrita operando com a desconstrução do próprio processo que a sustenta e a mantém na escrita. Ou seja, a metafísica da presença mantém a substantivação, o gênero, os binarismos e a hierarquia na escrita. Assim, a estratégia que adotei foi a de operar a crítica a essas presenças na escrita explicitando e criticando o próprio processo que sustenta e mantém a escrita associada à substância, ao binarismo, ao gênero e à hierarquia. Em outras palavras, existem várias estratégias para lidar e fazer a crítica à escrita capturada pela metafísica da presença, e eu optei por utilizar algumas dessas estratégias, como, por exemplo, a utilização do próprio conceito de *différance* que é uma estratégia de Derrida, e que adoto na dissertação, para

partir dos anos 1990 o interesse de pesquisadores das ciências sociais e antropologia tenha se voltado mais para as categorias das travestis, travestismos e travestilidades em seus estudos etnográficos, foi apenas a partir dos anos 2000 que as pesquisas com mulheres travestis despontaram como temática central nas pesquisas nacionais. Os dados recolhidos pelas autoras em sua revisão da literatura do período de 2001 a 2010 em bases de dados nacionais, como artigos, bancos de teses e dissertações, revelam que os principais temas ligados às mulheres travestis são o combate à AIDS, a transformação corporal e a prostituição. Contrapondo esses temas principais, está o número reduzido de publicações a respeito do envelhecimento, adolescência, violência, educação, parentalidades/relações conjugais, raça, religião e política. A respeito da temática das violências, as autoras discutem que, mesmo sendo mencionadas na maioria dos trabalhos, as violências como temática central na vivência das mulheres travestis e trans ainda é muito baixa, inclusive quanto à produção de dados quantitativos. De acordo com as autoras, esse (con)texto traduz-se numa não visibilidade em que a falta de pesquisas e dados dificulta tanto a explicitação deste cenário quanto à organização de políticas públicas.

Segundo a organização internacional *Transgender Europe* (TGEU, 2016) – que atua juntamente com instituições parceiras pelos direitos de mulheres travestis e pessoas trans¹⁵ na Europa, mas também projeta efeitos a nível global, como a monitoração de violências letais –, o Brasil é o país em que mais houve assassinatos pessoas trans e mulheres travestis no mundo no período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de setembro de 2016, totalizando 900 mortes, 39,75% de um total de 2264¹⁶. Os dados atualizados indicam ainda que, de 01 de outubro de

criticar a escrita capturada pela metafísica da presença Sobre a *différance*, ela será discutida adiante.

¹⁵ No relatório são referidos os assassinatos de “*trans and diverse gender people*”, o que entendo como pessoas que não se identificam ou não são identificadas de acordo com os ideais normativos relacionados a sexo/gênero. “*Diverse gender people*” seria essa diversificação em relação ao normativamente aceito, o que inclui mulheres travestis, intersexuais, e outras categorias mais comuns fora do Brasil, como *transgender*(transgênero), *agender* (sem gênero), etc.

¹⁶ América do Sul e América Central detêm juntas 1768 (78%) do total de assassinatos reportados de pessoas trans e mulheres travestis no mundo no mesmo período. Se forem consideradas apenas essas regiões, da América do Sul

2015 a 30 de setembro de 2016, 123 mulheres travestis e pessoas trans foram mortas no Brasil. Vale ressaltar que esses dados ainda não abrangem a totalidade de assassinatos por conta da subnotificação. A respeito de algumas mudanças recentes no campo legal, cito duas resoluções do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Secretaria de Direitos Humanos, que apresentam avanços, porém, configuram medidas paliativas que não resolvem o problema das discriminações e das violências.

A Resolução 11 (SDH, 2014) estabelece parâmetros para a inclusão dos itens “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais, medida proposta para que sejam mapeados crimes contra LGBTTTTI, que possam ser usados para a criminalização de violências relacionadas à orientação sexual e gênero de pessoas trans e mulheres travestis, e ainda subsidiar políticas públicas. O Estado de São Paulo anunciou no dia 05 de novembro de 2015 a criação de novos espaços nos boletins de ocorrência para a declaração facultativa do nome social, orientação sexual, identidade de gênero e motivo presumido de discriminação e violência motivada por orientação sexual e identidade de gênero. Destaco essa iniciativa, pois prevê também mudanças na formação de policiais militares, que terão a disciplina de Direitos Humanos ampliada para a discussão de diversidade sexual, sendo ministradas por militantes LGBT¹⁷.

A Resolução 12 (SDH, 2015) refere-se à garantia nas escolas, do uso de banheiros, vestiários e qualquer espaço segregado por gênero de acordo com a autoatribuição de gênero de cada pessoa, bem como o respeito e utilização do nome social, independentemente de qualquer autorização dos responsáveis legais, e ainda o direito à utilização do

e América Central, o Brasil está em 1º lugar com 900 (50,90%) e o México em segundo com 271 (15,32%) do total de assassinatos. Importante notar também que essas regiões juntamente com a América do Norte dispõem da melhor rede de monitoramento – ainda que falho – o que indica a possibilidade de haver número de mortes invisibilizadas bem maior em outros países. (TGEU, 2016)

¹⁷ Tais propostas surgiram de um GT organizado pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, com objetivos de desenvolver ações destinadas às políticas públicas estaduais relacionadas à diversidade sexual. Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/salaimprensa/home/imprensa_noticia.php?id=243186>

uniforme, quando for o caso, conforme autoatribuição de gênero. Estas novas legislações, entretanto, não garantem que o nome social seja respeitado em todos os espaços de convivência da população transexual e travesti, como ambiente de trabalho, hospitais e demais espaços. O Projeto de Lei 5002/2013 – chamado PL João Nery, como homenagem àquele que é considerado o primeiro homem transexual a realizar cirurgias de mastectomia e histerectomia no Brasil –, também conhecida como Lei de Identidade de Gênero, propõe o alcance de direitos mais amplos. Entre as propostas contidas nesse Projeto de Lei estão: o direito à identidade de gênero e à mudança do prenome e do sexo junto ao Registro Civil, como importante fator para a dignidade e para o bem-estar dessa população¹⁸.

Essa não visibilidade das mulheres travestis e pessoas trans refletida, entre outras questões, na falta de políticas públicas, é muito preocupante, uma vez que se trata de uma das populações mais vulneráveis às violências e homicídios na sociedade brasileira. Dados hemerográficos¹⁹ divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB, 2016) indicam o assassinato de 318 pessoas LGBT no Brasil no ano de 2015. Desse total, 119 mortes eram de mulheres travestis e trans²⁰, representando 37% do número de mortes. Outro comentário a título de lastimar os dados divulgados foi o de que, no ano de 2015, a maioria de pessoas LGBT foi morta por armas de fogo, sendo o padrão de

¹⁸ Na Argentina, foi aprovada em 2012, a Lei de Identidade de Gênero na qual é prevista a alteração de sexo e nome em registro civil sem a necessidade de aval da justiça para tal reconhecimento. Já em Malta, foi aprovada em 1 de abril de 2015 a Lei de Identidade de Gênero considerada mais avançada do mundo. De acordo com essa lei, é possível que uma pessoa altere legalmente seu gênero apenas apresentando uma declaração juramentada em um cartório. Outros avanços são a não necessidade de realização de cirurgia de transgenitalização para reconhecimento legal de gênero e, caso a pessoa deseje realizar tal cirurgia, ela é considerada razão válida para licença médica. Além disso, pais podem adiar o registro do sexo de seus filhos intersex em documentos oficiais, bem como adultos podem optar por não declarar sexo e gênero em documentos oficiais. A lei maltesa ainda inclui crimes contra pessoas LGBT e intersex na categoria de crimes de ódio.

¹⁹ Dados reunidos a partir de catálogos de jornais e outras publicações periódicas.

²⁰ No Relatório do GGB não são usadas as categorias mulher travesti ou mulher trans, mas apenas a categoria travesti, que a meu ver engloba as duas anteriores.

assassinato de mulheres travestis e trans mortas a tiros em vias públicas²¹, enquanto foi detectado o padrão no assassinato de homossexuais por armas brancas na própria residência ou estabelecimentos públicos.

Esses mesmos padrões de assassinato foram denunciados por Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2006) em pesquisa feita junto à Assessoria de Planejamento da Polícia Civil do Rio de Janeiro. De acordo com os autores, no Rio de Janeiro, além de serem assassinadas a tiros na rua, as mulheres travestis eram em sua maioria pardas e negras, indicando a relação dessas violências com o racismo e o pertencimento às classes mais pobres da sociedade brasileira. Já no último relatório do GGB (2016), que abrange o cenário nacional, a maioria de mulheres trans e travestis mortas eram brancas (57%), seguida de pardas e negras (45%). Para o GGB (2016), a maioria das mortes serem de pessoas brancas poderia indicar a preferência dos clientes – muitas vezes autores de tais crimes – pelas mulheres travestis e trans mais claras. Contudo, creio que essa divergência das informações em relação à etnia das mulheres travestis e trans mortas precisam ser mais bem apuradas, inclusive com questões como classe social, capacidade física e intelectual, orientação sexual, etc. A carência de dados que ajudem a entender esses assassinatos novamente aponta para uma não visibilidade das pessoas trans e mulheres travestis, como denúncia do descaso do Estado brasileiro para com essa população, já que não sistematiza o monitoramento dessas violências.

Trago aqui também algumas informações sobre violências vivenciadas pela população de mulheres travestis e pessoas trans em Santa Catarina (SC), geradas pela ADEH em parceria com o Núcleo MARGENS, vinculado à UFSC, e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). As diversas informações geradas foram descritas por Brune Bonassi²² et al. (2015) no relatório que

²¹ Por serem restritas as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho para as mulheres travestis e trans, muitas trabalham com a prostituição em vias públicas, o que pode implicar numa maior exposição a situações de violência, conforme sugere o relatório do GGB.

²² Conheço Brune pessoalmente, com quem tenho amizade. Assim, tenho conhecimento de seu nome social. Por esse motivo, em respeito à escolha de seu nome, o mantenho na escrita da dissertação, embora seja diferente do prenome que consta no artigo citado.

contou com questionário respondido por 100 pessoas que se identificaram como mulheres travestis (51%), homens ou mulheres transexuais (43%) e mulheres (6%). Entre essas informações destaco o alto índice de violências relatadas como discriminação (87%), violência psicológica (76%), violência física (62%), violência institucional (43%), negligência (39%), violência sexual (30%), abuso financeiro (21%), tortura (09%), trabalho escravo (07%) e tráfico de pessoas (04%)²³.

Ainda sobre a pesquisa referida no parágrafo supracitado, destaco que, segundo Bonassi et al. (2015), 58 % das pessoas entrevistadas são trabalhadoras do sexo, profissão que ainda é muito frequente entre as mulheres travestis e trans, o que as expõe a violências vivenciadas com clientes (52%) e policiais (46%). Outra informação importante é que, foi frequente a necessidade de explicar o que era violência psicológica, sendo que muitas pessoas não consideravam o que haviam vivenciado como violências, o que as autoras consideraram ser uma naturalização de tais vivências (BONASSI et al., 2015). Em pesquisa realizada com mulheres travestis na cidade de Salvador, Ailton Santos (2007), também chamou atenção para a naturalização das violências nos territórios de prostituição, assim como Magnor Muller e Daniela Knauth (2008) indicaram naturalizações do que nomearam como preconceitos e discriminações vivenciadas em serviços de saúde e que passaram a fazer parte do cotidiano das mulheres travestis e trans em Porto Alegre.

Além da falta de proteção que as pessoas trans e mulheres travestis sofrem por parte do Estado, há outras violências que Bonassi et al. (2015) apontam a respeito da população de mulheres travestis e pessoas trans em Santa Catarina, tais como a dificuldade no acesso à atenção básica em saúde. Segundo as informações produzidas na pesquisa, 67% das pessoas que relataram perceber a necessidade de procurar atendimento médico nos últimos doze meses, mas não o fizeram. Esse dado demonstra a necessidade de garantir que a atenção básica em saúde chegue às mulheres travestis e trans, bem como às demais pessoas trans, o que já tem começado a mudar em Florianópolis

²³ Ainda que essas informações partam de definições de violências universais e pensadas *a priori*, o que não tem como centralidade a singularidade das relações com as violências, penso ser relevante ressaltá-las, pois implicam num movimento importante de denúncia de tais vivências. Contudo, a proposta com a qual trabalho na dissertação é a de não partir de definições *a priori* do que sejam violências, num esforço de tentar articular com os pressupostos teóricos escolhidos o que as pessoas que entrevistei entendem por violências.

com o funcionamento do AAPST no Centro de Saúde da Lagoa da Conceição. Dificuldades de acesso de mulheres travestis e trans aos serviços de saúde por conta de violências que vivenciam, resultando, inclusive, em evitar frequentar tais espaços como estratégia de lidar com possíveis situações violentas, também foram relatadas em outras pesquisas realizadas pelo país. Nesses trabalhos, destaca-se também o não atendimento equânime e integral abrangendo especificidades da transformação do corpo das mulheres travestis e trans – como aplicação de hormônios e silicone industrial –, o que ressoa como manutenção e continuidade das violências por elas vivenciadas (PERES; TOLEDO, 2011; SOUZA et al., 2015)

A partir de uma varredura em bases de dados como Scielo, BVS-Psi e Banco de Teses e Dissertações da Capes, pude reunir informações a respeito das produções brasileiras que discutem as violências que vivenciam as mulheres travestis e trans²⁴ até a data de março de 2016. Foram 21 trabalhos selecionados em diversas áreas do conhecimento, com destaque para oito na área da Psicologia e três na área da Antropologia, havendo também trabalhos no campo da Enfermagem, das Ciências Sociais, e Saúde Coletiva, sendo dois trabalhos para cada área. Assim como houveram estudos nos campos da Psicanálise, do Serviço Social, do Direito e da Biblioteconomia, sendo um trabalho de cada campo.

Dos 21 trabalhos, entre 16 artigos, três dissertações e duas teses, que podem ser vistos no **Apêndice A**, nove se referiam à temática das violências que sofrem as mulheres travestis e trans como objetivo principal de investigação – três na área da Antropologia, três na área da Psicologia, um na área da Psicanálise, uma na área das Ciências Sociais e um na área da Saúde Coletiva. O restante dos trabalhos foi selecionado, pois, a partir da leitura do resumo, foi possível visualizar o tratamento explícito da temática, ainda que de forma secundária. Entre os dados obtidos com a varredura, destaco alguns que penso serem importantes para a construção dessa dissertação.

As violências presentes na família e na escola foram discutidas em diversos trabalhos, bem como foram apresentadas as violências na busca pelo emprego, aspecto em que foi descrita, por exemplo, a

²⁴ Para a varredura em base de dados, foram utilizados descritores como “transfobia”, bem como a combinação de descritores como “transexual(s)”, “travesti(s)”, “transexualidade(s)”, “travestilidade(s)”, “travestismo(s)”, “transexualismo(s)” e “transgênero(s)” com os descritores “violência(s)”.

exigência de masculinização em postos de trabalho que não a pista²⁵ (NAVAS, 2011). Entre as violências no âmbito da família, foi descrito o desconforto das participantes em falar a respeito, sendo o assumir-se mulher travesti ou trans e a “montagem”²⁶ os momentos críticos de tais vivências, quando relatadas (SOUZA, et al., 2015). As violências no âmbito familiar são ainda, frequentemente mais cometidas por pais e parentes do sexo masculino, segundo Martha Souza et al.(2015) e Marcos Garcia (2007, 2009).

No âmbito escolar, as escolhas e modos das mulheres trans e travestis também foram descritas como motivos para a naturalização das violências perpetradas serem legitimadas e repetidas na escola, bem como em delegacias e serviços de saúde (BENTO, 2011; SOUZA et al., 2015). As violências na escola foram analisadas também por Berenice Bento (2011) de forma mais apurada, em que a autora diz haver expulsão de mulheres travestis e pessoas trans da escola, e não simplesmente evasão escolar que, em tom genérico, encobre a homofobia²⁷.

Possibilidades de resistência no âmbito escolar foram discutidas em relatos de participantes do estudo de Júlio Hoenish e Pedro Pacheco (2012), que entrevistaram algumas mulheres travestis que concluíram o ensino médio em Feira de Santana, na Bahia. Entretanto, a forte discriminação na escola frequentemente leva muitas mulheres travestis e trans a abandonarem estudos, o que contribui em alguns casos para uma intensificação da perseguição familiar. Frente a essas dificuldades na família, na escola e no mercado de trabalho, foi descrita como muito comum a migração de mulheres travestis e trans, ainda na adolescência. Porém, como consequência da migração, há o frequente isolamento

²⁵ “Pista” é uma gíria êmica que significa locais públicos como a rua ou praças, na qual profissionais do sexo entram em contato com possíveis clientes. Também é comum o termo “fazer pista” para se referir à prostituição nesse modelo de contato com possíveis clientes em vias públicas.

²⁶ Palavra êmica que diz respeito ao processo de transformação para uma aparência considerada mais feminina obtida com troca de roupas, uso de maquiagens e outros acessórios.

²⁷ A autora usa o termo homofobia nesse trabalho como formas de violência contra pessoas LGBTTTI no geral, o que não significa, nesse caso, confusão entre performatividade de gênero e orientação sexual, o que pode ser visto com frequência entre outros trabalhos pesquisados na varredura em bases de dados.

devido ao rompimento de laços com a família e a prostituição como meio de renda, o que pode contribuir para uma maior exposição a situações violentas (GARCIA, 2007, 2009).

Entre os trabalhos pesquisados, parte significativa fez a associação entre as violências e a prostituição como atividade perigosa que expõe mulheres travestis e trans a situações de violências (BUSIN, 2015; FERNANDES, 2013; FERREIRA, 2009; MOTT, ASSUNÇÃO, 1987; PERES, 2004; PERES, TOLEDO, 2011; ROCHA et al., 2013; SANTOS, 2007; SILVA JÚNIOR, 2011; SOUSA et al., 2013; SOUZA et al., 2015). Nesse (con)texto, violências advindas de disputa por territórios de prostituição ou por acerto de contas com cafetinas também foram discutidas (GARCIA, 2007; PELÚCIO, 2005; SANTOS, 2007). Entretanto, segundo Larissa Pelúcio (2005), ainda que haja perigo nas ruas, é importante desmistificar tal imaginário, uma vez que tais territórios são menos violentos e perigosos do que se imagina, tanto para as mulheres travestis e trans quanto para as pesquisadoras. Em relação à vivência de violências ligas à prostituição, participantes das pesquisas consultadas relataram ter sofrido violências por parte de clientes, policiais, passantes na rua e entre pares.

As violências policiais, embora tenham diminuído em relação a períodos mais repressivos, como o da Ditadura Militar (1964-1985) (GARCIA, 2007, 2008; MULLER, KNAUTH, 2008; PERES, 2004), ainda é responsável por casos de repressão violenta, abusos sexuais e tortura, segundo relatos de alguns grupos pesquisados (BUSIN, 2015; FERREIRA, 2009; SANTOS 2007; SOUSA et al., 2013). Todavia, a divisão entre policiais “do bem”, que de alguma forma as ajudavam, e policiais “maus”, que as extorquiam e aplicavam métodos de repressão violentos, também esteve presente em relatos de participantes em alguns dos trabalhos pesquisados (GARCIA, 2007, 2008).

Para Garcia (2007), Santos (2007) e Souza, et al. (2013), as violências foram constantes e não situações de exceção nas vidas das mulheres travestis e trans que participaram das pesquisas por eles realizadas. Pude perceber a constante vivência de situações de violências em conversas informais que tive com mulheres travestis e trans, as quais relataram violências no âmbito familiar, na busca por emprego, por conta de disputa por ponto de prostituição, brigas com companheiros, bem como conflitos com a própria comunidade LGBTQTTTI. Por isso, além de evitar espaços públicos durante o dia, cito algumas das estratégias descritas em alguns trabalhos para lidar com tais situações. Entre elas, está a constituição de novas famílias, pois, após a

expulsão de casa, as pensões para mulheres travestis foram a única alternativa de moradia, por exemplo, para a grande maioria das participantes da pesquisa realizada por Souza et al. (2015). Nessas pensões, elas criam novos laços, dão outros significados ao conceito de família e chamam umas às outras por “manas” (PERES, TOLEDO, 2011).

As constantes mudanças de cidade foram descritas como estratégia para evitar violências, uma vez que passavam a ser reconhecidas por policiais e clientes com o decorrer do tempo, por circularem nos mesmos territórios (PERES, 2004), bem como estratégia comercial, em busca de clientes. Até mesmo a imigração para a Europa foi descrita como estratégia para lidar com as diversas violências e falta de perspectiva pelas mulheres travestis e trans (PELÚCIO, 2005). A busca por um ideal de feminilidade como forma de evitar violências foi pontuada por Hoenish e Pacheco (2012), que entrevistaram e observaram o cotidiano de quatro mulheres travestis que não se prostituíam, em Feira de Santana, na Bahia. O hábito de andar em grupo também foi descrito como estratégia para evitar discriminações, agressões e roubos, tendo em vista que são mais prováveis de ocorrerem quando as mulheres travestis e trans se encontram sozinhas. Morar próximo ao ponto de prostituição também foi relatado como estratégia para evitar a exposição a situações de violências (GARCIA, 2007, 2009).

A grande maioria dos trabalhos pesquisados na varredura manteve a lógica binária vítima e agressor, vitimizando as mulheres travestis e trans. Entendo que é importante discutir sobre as violências que vivenciam essa população para pensar em formas de combatê-las, tais como a elaboração de políticas públicas. Por outro lado, pode ser improdutiva a vitimização, uma vez que ela despotencializa para a ação as mulheres travestis e trans que vivenciam as violências, e, impedem que fatores importantes sejam levados em consideração para uma compreensão mais ampla da temática. Garcia (2007, 2009) foi um dos poucos autores que discutiu as violências fora do binarismo vítima/agressor, em que apontou estratégias como escândalos, roubos a clientes e outras utilizadas pelas mulheres travestis e trans na pista, em situações precárias, o que por vezes desperta reações violentas dos clientes. Ainda no (con)texto da prostituição, situações de violências entre mulheres travestis e trans e seus clientes em que a força física foi frequentemente utilizada por não cumprimento de acordo em relação aos valores do programa – por ambas as partes – foram descritos por Santos (2007). Reações violentas frente à dificuldade de ejaculação e ereção de

mulheres travestis e trans, decorrentes do uso de hormônio feminino foram descritas por Muller e Knauth (2008).

Outras informações que chamaram atenção e que penso serem importantes para o desenvolvimento desta pesquisa de dissertação foram a pontuação por alguns autores da importância de levar em consideração os marcadores sociais nas análises, bem como o pajubá/bajubá ou “bate-bate”²⁸ como linguagem específica de mulheres travestis e trans, sem a qual se torna difícil adentrar em seu universo. Ou seja, considerar os marcadores sociais diz respeito a reconhecer a importância nas análises da condição de classe social, étnica, de gênero, dentre outras, das pessoas que participaram da pesquisa. Ainda, considerar a linguagem diz respeito ao reconhecimento da importância da linguagem específica constituída pelas mulheres trans e travestis.

Diante das questões apontadas acima, o objetivo da pesquisa foi acompanhar e desconstruir processos de singularização sobre violências elaborados por um grupo de colaboradoras da pesquisa, que se reconhecem como mulheres trans e travestis, residentes na região da Grande Florianópolis, no estado de Santa Catarina. Dessa forma, nesse primeiro capítulo – Introdução – apresentei um pouco do meu percurso e dos caminhos que me levaram a pesquisar o tema, assim como, apresentei um breve levantamento sobre as pesquisas relacionadas ao tema das violências vivenciadas por mulheres trans e travestis.

No capítulo 2 – Estratégias para a produção de conhecimento –, discuto a estratégia da desconstrução derridiana que fez parte da forma como operei na escrita da dissertação, bem como das leituras e análises da pesquisa, assim como apresento o manejo das entrevistas a partir da abordagem teórica escolhida. No capítulo 3 – Sobre o que (des)entendo por violências – descrevo a abordagem teórica das violências, em que recorro a Marilena Chaui e a autores pós-freudianos como Joel Birmam e Jurandir Freire Costa. Contudo, destaco as leituras de Derrida com conceitos como *différance* e hospitalidade, e de Butler, com conceitos como vulnerabilidade, precariedade e abjeção, considerando o diálogo crítico desses autores com a psicanálise. Nesse capítulo apresento também uma contribuição para a discussão das violências vinda dos transfeminismos: o conceito de cisheteronormatividade.

²⁸ O pajubá, bajubá ou bate-bate refere-se a um conjunto de termos êmicos utilizados por mulheres travestis e trans. Esses termos em grande parte têm origem em dialetos africanos, como iorubá/nagô e uma das suas funções é garantir a proteção do que é dito (BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2005).

No capítulo 4 – Patologização das transexualidades e travestilidades: entre direitos e violências, – apresento alguns pressupostos sobre o que se entende por travestilidades e transexualidades, a partir da patologização de tais categorias, o que entendo como uma forma de violência, assim como discuto o paradoxo da patologização como forma de exercer autonomia e ter acesso a direitos. Ainda nesse capítulo analiso efeitos de processos de naturalização das transexualidades e travestilidades, bem como possibilidades de questionamento dessas lógicas binárias e patologizantes, e também, faço crítica à noção de “cura” de mulheres trans e travestis em falas relacionadas à religião.

No capítulo 5 – Desconstruindo o binarismo vítima/agressor e a naturalização das violências –, discuto as trajetórias de violências que vivem mulheres trans e travestis na família, na escola, na busca por emprego formal e na prostituição, bem como processos de naturalização de tais violências. No capítulo 6 – As informações veiculadas pelas mídias sobre violências com mulheres travestis e trans –, apresento argumentações a respeito de notícias veiculadas pela mídia na qual mulheres trans e travestis são desrespeitadas, o que como pesquisador considero como (re)produções de violências e estereótipos negativos historicamente ligadas às mulheres trans e travestis. Em seguida, no capítulo 7 – Algumas considerações – faço uma retomada geral dos temas discutidos e, a partir dos limites que pude perceber na pesquisa, aponto possibilidades para pesquisa futuras.

2. ESTRATÉGIAS PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

2.1. Sobre a desconstrução

A estratégia da desconstrução, como Derrida a define, foi utilizada como recurso para a produção do conhecimento. Ou seja, a desconstrução foi utilizada para a leitura, produção e análise do material produzido. A desconstrução é um trabalho de crítica dirigido aos pressupostos da metafísica que atravessam a sociedade ocidental tanto na linguagem quanto nas práticas. Assim, uma das grandes críticas feitas pelo autor está relacionada à metafísica da presença, que é um termo utilizado para se referir ao projeto histórico-filosófico tradicional do Ocidente, no qual se pretende dar um fundamento para a realidade, baseada na presença do significado e da consciência como substâncias, e assim sendo, passíveis de serem capturadas e interpretadas na sua suposta plenitude. Desse modo, segundo a lógica da metafísica da presença, a produção de conhecimento e de subjetividade se dá por meio da primazia do *logos*²⁹, considerado capaz de recobrir a realidade por meio de uma consciência plena e da linguagem, em meio a um tempo linear e contínuo, pela regência de uma lógica formal e causal, e por noções como a de essência. Outra noção relacionada à metafísica da presença é a pressuposição da existência de uma estrutura que pode ser desvelada, causando o esgotamento da sua interpretação e o desnudamento de sua suposta totalidade (DERRIDA, 2001a).

Para o autor, na tradição filosófica ocidental, a metafísica da presença orientou o pensamento, em que a fala e o *logos* comandam toda a produção do conhecimento, pois, apesar das diferenças, sempre se atribuiu a verdade ao *logos*, além de se ter considerado a voz como proximidade absoluta do ser. Dessa forma, houve na história da metafísica uma hierarquia entre a fala e a escrita, em que a escrita foi considerada apenas representação da fala, que teria relação com a verdade do sujeito. De maneira semelhante, houve a predominância de uma dualidade entre o concreto e o simbólico no entendimento da realidade. Entretanto, na perspectiva derridiana, na qual se abandona a busca por origens, o (con)texto, tido como algo que não pode ser

²⁹ A possibilidade de conhecimento que se opera a partir da primazia do *logos*, como concepção predominante na metafísica da presença remonta a filósofos como Parmênides, em que a realidade é entendida como uma, imutável e eterna.

totalmente recoberto, não tem motivo de ser reconstituído na busca pela verdade e pela origem.

Se tomarmos a crítica de Derrida (2001a) ao fonologocentrismo na metafísica ocidental como a desconstrução da primazia do *logos*, juntamente com a voz e o *falo*³⁰ nas leituras sobre a subjetividade³¹, podemos entender a proposta de desconstrução de Derrida. O autor afirma que a desconstrução envolve os movimentos de inversão e deslocamento, na qual se explicitam os polos hierárquicos presentes, por exemplo, nos pares natureza-cultura, homem-mulher, espírito-matéria, dentre outros. Segundo o autor:

Fazer justiça a essa necessidade [de inversão] significa reconhecer que, em uma oposição filosófica clássica, nós não estamos lidando com uma coexistência pacífica de um *face a face*, mas com uma hierarquia violenta. Um dos dois termos comanda (axiologicamente, logicamente etc.), ocupa o lugar mais alto. Desconstruir a oposição significa, primeiramente, em um momento dado, inverter a hierarquia (DERRIDA, 2001a, p.48, grifos no original)

Assim, a escrita esteve na história da metafísica subordinada à fala, como representação desta, que teria relação direta com a verdade do sujeito. Com a desconstrução, se faria um primeiro movimento de inversão. Invertendo os dois polos, fica a fala subordinada à escrita.

³⁰ Como dito anteriormente sobre o termo “falocentrismo”, no que diz respeito à crítica ao falo, é desconstruída a primazia da simbólica do falo como uma referência para as análises presentes na filosofia ocidental. Como afirmou Carla Rodrigues (2012, p. 34): “Uma das explicações para o interesse da teoria feminista no pensamento da desconstrução é a crítica de Derrida ao falocentrismo, que atravessa seu pensamento e indica que a desconstrução pode ser entendida como desestabilizadora das certezas da tradição e do discurso do sujeito masculino falante, presente e garantidor de sentido”.

³¹ Opero com a noção de subjetividade como proposta por Derrida (2001a, p.35, grifos do autor): “a subjetividade – como a objetividade – é um efeito de *différance*, um efeito inscrito em um sistema de *différance*. É por isso que o *a* da *différance* lembra também que o espaçamento é *temporização*, desvio, retardo, pelo qual a intuição, a percepção, a consumação, em uma palavra, a relação com o presente, a referência a uma realidade presente a um *ente*, são sempre *diferidos*.” A noção de *différance* é apresentada nas próximas páginas.

Contudo, sobre a estratégia adotada da desconstrução, salientou-se ser importante fazer um gesto duplo, uma escrita redobrada, no sentido de inverter as hierarquias e depois inverter as posições entre os termos, num deslizamento de significados jamais apreendidos de maneira fixa.

Deste modo, o trabalho da desconstrução também demanda o deslocamento, o afastamento, pois permanecer na inversão pode servir a denúncia do exercício de poder dos ocupantes de um polo hierárquico em relação ao outro. Porém, apenas trocar esses polos pode implicar na manutenção da situação do binarismo e da hierarquia, bem como pode implicar na manutenção da concepção sobre a existência de um significado único atribuído ao conceito. Assim, o autor propõe o trabalho com os significados incrustados nos conceitos e no que eles remetem aos pressupostos do conhecimento ocidental que sustentam as relações de poder através dos saberes e das suas relações com as práticas. Derrida pontua que:

[...] marcar o afastamento entre, de um lado, a inversão que coloca na posição inferior aquilo que estava na posição superior, que desconstrói a genealogia sublimante e idealizante da oposição em questão e, de outro, a emergência repentina de um novo ‘conceito’, um conceito que não se deixa mais – que nunca se deixou – compreender no regime anterior (DERRIDA, 2001a, pp.48-49)

Então, após a inversão hierárquica entre escrita e fala, permite-se o deslizamento de significados, explicitando que tanto a escrita quanto a fala não têm relação com a verdade do sujeito, pois não há verdade como substância do sujeito para ser apreendida. Logo, nessa abordagem, parte-se do pressuposto da impossibilidade de delegar à escrita a simples função de representação material da fala, pois não há uma fala original e uma escrita secundária: a escrita opera na própria fala, como um rastro. A noção de rastro na desconstrução derridiana se faz como uma forma de dizer sobre aquilo que produz efeitos, contudo não se deixa apropriar ou capturar como uma presença ou substância (DERRIDA, 2001a). Dessa maneira, o rastro não pressupõe a relação com uma origem, uma verdade última ou uma noção de realidade factual, mas sim ao constante

e interminável do jogo de remetimento de um significado³² a outros significados, de rastros a outros rastros.

Desse modo, na pesquisa trabalho com falas, tanto das entrevistas, quanto das falas que escutei em reuniões, rodas de conversas, seminários, etc. Porém, não utilizo as falas como verdades últimas associadas às pessoas e aos (con)textos, uma vez que as informações foram produzidas na minha relação com tais pessoas e (con)textos. Também não trabalho de forma hierárquica priorizando a fala em relação à escrita, uma vez que as leituras das obras referenciadas foram tão importantes quantos as falas das participantes da pesquisa, e ainda, nem a fala nem a escrita guardam relação com uma verdade última na abordagem teórica com a qual opero na dissertação. Assim, quando se opera com a desconstrução, a apreensão de significados é feita de maneira diferente da tradicional lógica da representação, em que opera com a noção da *différance*, que Derrida escreve com “a”, sendo que a palavra francesa é escrita com “e”: *différence*. Essa troca proposital é feita no sentido de inverter a hierarquia entre fala e escrita,

³² Tenho conhecimento a respeito das importantes discussões de autores como Ferdinand de Saussure (2006) no tocante à relação entre signo como a combinação entre o significante e significado, no qual o signo tem o papel de representar o referente quando da sua ausência. Considero também a discussão de Jacques Lacan (1998) a respeito da primazia do significante sobre o significado, no qual a arbitrariedade é a marca de tal ligação, o que implica na noção de sujeito e de realidade, já que o significado passa a ser um efeito do significante sem relação natural ou direta com o referente. Na psicologia, também levo em consideração as contribuições da psicologia sócio-histórica, na qual o significado é tido como construção histórica e cultural compartilhada (VIGOTSKI, 2000), e o sentido por sua vez, seria a apropriação pessoal do significado cultural, ligada à atividade do sujeito (LEONTIEV, 2004). Contudo, opto por trabalhar com a perspectiva derridiana que faz a crítica aos binarismos e as hierarquias presentes em tais polos como significado/significante e sentido/significado. Para Derrida (2001a), não existe uma diferença radical entre significante e significado, uma vez que no movimento do diferimento, um significante ou significado só produz algum significado em relação a outros significados ou significantes, sempre diferenciando-se e nunca chegando a um significado último. Dessa maneira, opto por utilizar a palavra “significado” quando quero me remeter às diversas possibilidades de significado a que uma palavra pode estar relacionada a partir das experiências singulares dos sujeitos. Já a palavra “sentido” é usada quando me refiro ao significado que alguma palavra ou contexto significa para mim como sujeito e pesquisador. Todavia, ressalto que essa distinção por mim usada é estratégica e artificial.

na medida em que tendo as duas palavras a mesma sonoridade, a diferença só é perceptível na escrita.

Além disso, a palavra *différence* deriva do verbo *différer*, que significa ao mesmo tempo diferir ou adiar, bem como diferenciar. Por esse motivo, a troca do “e” pelo “a” na palavra *différance* também desconstrói a suposta relação entre os processos de adiamento e diferenciação dos significados. Assim, é explicitado que os significados das palavras nunca correspondem ao que significam. Os significados estão sempre relacionados a outros significados, o que permite a aproximação de um significado, ao mesmo tempo em que implica no adiamento e diferimento constantes do qual se aproxima, visto que remete-se sempre a outros significados. Assim, os significados estão sempre sendo adiados e diferenciados, pois lançados no devir do enlace com outros significados.

Sobre a *différance*:

A différence é o jogo sistemático das diferenças, dos rastros de diferenças, do espaçamento, pelos quais os elementos se remetem uns aos outros. Esse espaçamento é a produção, ao mesmo tempo ativa e passiva (o a da différence indica essa indecisão relativamente à atividade e à passividade, aquilo que não se deixa ainda ser comandado e distribuído por essa oposição), dos intervalos sem os quais os termos “plenos” não significariam, não funcionariam. É também o devir-espaco da cadeia falada – que tem sido chamada de “temporal” e “linear”; devir-espaco que, tão somente ele, torna possíveis a escrita e toda correspondência entre a fala e a escrita, toda passagem de uma à outra (DERRIDA, 2001a, p. 33, grifos no original).

De acordo com essa perspectiva, qualquer apreensão de um significado se faz como rastro, de acordo com um jogo de adiamento e possibilidade de conceituação, num jogo de forças num devir-tempo em que há a possibilidade de deslizamento dos significados. Desse modo, não busquei as origens das violências sofridas por mulheres trans e travestis, pois teria sido incoerente com as questões repensadas por autores considerados pós-estruturalistas, tais como as críticas à noção de uma causalidade linear, à noção de evolução e progresso.

Desse modo, o material produzido nessa pesquisa foi trabalhado a partir da perspectiva do texto, ou seja, foram considerados como texto, tanto o material consultado e produzido a partir da revisão de literatura, quanto o material produzido nas entrevistas e nas falas que pude ouvir em eventos científicos e rodas de conversa relacionadas de alguma maneira à temática da dissertação. Para Derrida (2001a, p. 51), “[...] um texto que não se limita ao reduto do livro ou da biblioteca e não se deixa jamais comandar por um referente no sentido clássico, por uma coisa ou por um significado transcendental que regraria todo o seu movimento”. É importante ressaltar que Derrida compreende a linguagem como texto e o texto como todo o (con)texto que envolve o escrito e o falado, as pessoas, as instituições, a rede social, a rede econômica, rede cultural, enfim, todo o entorno que produz e aparece como classe social, etnia, geração, dentre outros. Assim, o trabalho da desconstrução releva as modalidades da classe social, da etnia, da geração, etc. nas suas relações com a subjetividade, o (con)texto e a linguagem.

2.2. Sobre as entrevistas

O material de análise dessa dissertação é composto principalmente por seis entrevistas semi-estruturadas com o auxílio de um Roteiro Norteador (**Apêndice B**). Também fizeram parte do material produzido na pesquisas as falas que escutei nos diversos locais em que estive presente durante e até mesmo antes da trajetória como pesquisador no mestrado. Tais falas não foram sempre registradas formalmente em um diário de campo, trago-as em alguns momentos do texto como rastros que me afetaram e mobilizaram para a escrita. Com as análises aqui propostas, não pretendo indicar generalizações, mas antes, acompanhar as produções singulares presentes nos modos de vida e nas formas de lidar com o que as pessoas entrevistadas consideram violências.

Adoto a palavra “violências” no plural, pois entendo que a palavra “violência” no singular, produz o efeito ilusório de poder capturar uma faceta da experiência³³ como uma substância. O uso de

³³ A concepção de experiência aqui utilizada tem como referência a análise de Joan Scott (1998), que critica a posição de historiadores que trabalham a partir da leitura de que o relato da experiência constitui uma prova incontestável e originária da verdade do sujeito e sobre o sujeito, sendo que realizam suas análises a partir dessa leitura. Dessa forma, o relato de experiência feito nas entrevistas nessa dissertação não é operado como fundamento de uma verdade

“violências” no plural permite, portanto, que vários significados possam ser relacionados à palavra, ficando abertas as possibilidades de deslizamento de significados. Usar a palavra “violências” tensiona ainda a possibilidade de lidar com as violências como experiências multifacetadas, articuladas a diversos con(textos) e pessoas, o que abre espaço para que se atenha à singularidade das experiências a elas relacionadas.

Foram realizadas seis entrevistas semi-estruturadas com pessoas que se reconhecem como mulheres trans e travestis ou que já se reconheceram assim em algum momento de suas vidas – uma das pessoas entrevistadas se denominou no momento da entrevista *crossdresser* –, que residem na região metropolitana da Grande Florianópolis e que estavam dispostas a falar a respeito das violências vivenciadas. Apresentei algumas informações sobre as entrevistadas como idade, profissão, grau de escolaridade, em que cidade e com quem moram conforme me remeti às falas delas durante a escrita da dissertação. Não escrevi um tópico separado para apresentá-las, pois não é meu objetivo individualizar as questões discutidas. Por esse motivo, também restringi as informações que pudessem identificá-las. A respeito de como contatei as pessoas entrevistadas, ainda que na mídia, bem como na quase totalidade de estudos sobre mulheres travestis e trans, elas sejam relacionadas à prostituição, preferi não contatar as possíveis participantes a partir desse território.

Essa escolha se deu por vários motivos. Um delas era a dificuldade inicial de conseguir o contato com mulheres trans e travestis na cidade, pois, teria que circular sozinho pelas ruas do centro de Florianópolis, cidade em que morava há poucos meses antes de iniciar o mestrado. Pelo meu imaginário do centro à noite ser um local perigoso – algo que talvez não se confirmasse –, meu receio era tanto de sofrer violências, quanto de presenciar o exercício de violências, o que sempre estive longe de meus interesses. Além disso, várias pessoas me advertiram que seria muito difícil uma mulher travesti ou trans me conceder uma entrevista ou mesmo me dar atenção enquanto fazia pista, uma vez que estava no seu horário de trabalho e parar para conversar poderia significar a perda de um cliente e logo, a perda de dinheiro. De certa maneira, não me interessava verificar pessoalmente se as

última assentada no sujeito, como se ela fosse transparente, mas sim trabalho com a possibilidade de articulação de saberes, análise e desconstrução de verdades.

violências de fato ocorriam no (con)texto da prostituição. Meu interesse estava em acompanhar os relatos referentes às violências que pessoas que se reconhecem como mulheres travestis e trans vivenciavam ou não. Frente a essas questões busquei outros meios de entrar em contato com possíveis entrevistadas.

O acesso a essas pessoas se deu principalmente por intermédio da ADEH, situada na cidade de Florianópolis, que atende à população de mulheres travestis e trans nos âmbitos social, jurídico, psicossocial e outros. Agradeço em especial à Lirous K'yo Fonseca Ávila, diretora geral da ADEH, que me recebeu de braços abertos e também à Kelly Batista, na época colaborada da ADEH, que me apresentou a diversas pessoas entre as quais tive a oportunidade de entrevistar algumas. A roda de conversa semanal *Segundas Transtornadas* que ocorre na ADEH, como dito anteriormente, foi um importante local de aprendizado e de interação. Comecei a frequentar as *Segundas Transtornadas* em maio de 2015, por vezes semanas seguidas e por vezes de maneira intermitente, até que comecei a ir semanalmente quando passei a coordenar a roda junto com duas estagiárias do curso de psicologia da UFSC, em agosto de 2016. Toda semana um tema diferente era escolhido pelas pessoas que frequentavam a roda de conversa, sendo recorrentes temáticas relacionadas às mulheres travestis e trans, embora as mesmas não estivessem em 100% dos encontros. Nesse espaço localizei questões que pude relacionar às violências vivenciadas por mulheres travestis e trans, questões essas que procurei analisar de maneira crítica na dissertação.

O AAPST, que começou a funcionar em agosto de 2015 em Florianópolis foi um local que pensei como possível espaço no qual pudesse entrar em contato com mulheres travestis e trans para a realização da pesquisa. Fui ao Centro de Saúde da Lagoa da Conceição algumas vezes e fui bem recebido pela equipe médica e da recepção, que acolheram a demanda que coloquei em relação à pesquisa. Contudo, fui informado que a pesquisa, além do Comitê de Ética da UFSC teria que passar pelo Comitê de Ética da Secretaria de Saúde do Município de Florianópolis. Diante do curto tempo que compreende o mestrado, desisti de buscar no AAPST pessoas que aceitassem participar da pesquisa. Optei por entrar em contato com possíveis entrevistadas por meio da ADEH e pela minha rede de contatos.

Convém ressaltar que o presente trabalho faz parte de uma pesquisa que foi aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da UFSC, atendendo às prescrições da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, ligado ao Ministério da Saúde. Para fins

de comprovação da apreciação favorável, informo o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 51689115.0.0000.0121, bem como o número do Parecer Favorável: 1.576.724. Para realização das entrevistas, foi apresentado previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – modelo disponível no **Apêndice C** –, sendo informado às participantes e acordado que os relatos seriam gravados em áudio e depois utilizados em uma pesquisa.

Importante salientar ainda que escrevi os capítulos seguintes não apenas com as informações produzidas nas entrevistas, mas também a partir das minhas participações na roda de conversa *Segundas Transtornadas* na ADEH, bem como de falas que ouvi em congressos e eventos científicos na área de gênero e sexualidade. Ou seja, nos capítulos seguintes, entrelaço as entrevistas com o material elaborado a partir das minhas leituras dos demais con(textos) que fizeram parte da pesquisa.

O manejo das entrevistas se deu a partir da desconstrução, como proposta por Derrida, o que será articulado no decorrer desse texto. Permito-me aqui uma pequena digressão em torno da discussão do autor sobre os limites da tradução, para me localizar como tradutor do material produzido durante a pesquisa. Derrida (2002) ao escrever o texto *Torre de Babel*, parte da história homônima presente na Bíblia, em Gênesis, para discutir os limites e possibilidades na problemática da tradução de uma obra escrita na sua língua original para outra língua.

Babel, na história bíblica era um tipo de cidade povoada pelos descendentes de Noé, após o dilúvio. Havia entre seus habitantes uma aspiração de construir uma torre tão alta que chegasse ao céu – o lugar onde Jeová, o Deus hebraico habitava – e que fosse grande o suficiente para abrigar a população que se concentraria ali, não se espalhando pela Terra. Contudo, tal objetivo era oposto ao desejado por Deus, principalmente de que os homens se espalhassem pela Terra. Deus então confundiu os homens fazendo com que falassem diferentes línguas, o que impediu que continuassem a construção da torre e se espalhassem pela Terra. Para além de uma discussão da origem das diferentes línguas ou da própria explicação bíblica para tal pergunta, Derrida (2002) destacou entre outras questões, o anseio por uma língua universal que foi então destruída por uma lei divina e a necessidade de tradução colocada em questão a partir do momento em que várias línguas coexistem.

A tradução, a partir da discussão de Derrida (2002) com outros interlocutores, principalmente Walter Benjamin traz considerações

como a (im)possibilidade de tradução de um texto, no sentido de que há uma unidade não-separável entre o teor da obra e a língua em que foi escrita. Isso quer dizer que o tradutor cumpre o seu papel de traduzir uma obra, contudo essa é uma produção que não tem caráter de representação fiel, de cópia, do original, mesmo porque o próprio original se mantém em transformação constante. Não pretendo me alongar na rica e complexa discussão a respeito da tradução, meu anseio é partir do que posso tomar do geral de tal discussão no que ela tem de frutífero para pensar as questões postas pela pesquisa que realizo. Para isso, considero entre outros aspectos, a questão das relações entre o que entendo por violências, como pesquisador, e como as violências são articuladas nas falas que pude acompanhar. Interessa também a questão da (im)possibilidade da tradução face à singularidade do outro presente na língua na qual ele profere sua fala, ou seja, nas entrevistas realizadas na pesquisa, temos as linguagens do entrevistador e das entrevistadas, bem como, temos a linguagem produzida a partir desse encontro entre entrevistador e entrevistada.

O reconhecimento da (im)possibilidade de tradução de uma obra em uma língua para outra frente à demanda de tal tradução está relacionada a um rompimento com binarismos hierárquicos como os de presença/ausência e tradução/não tradução. Por outro lado, assumir a possibilidade de uma tradução sem restos³⁴ seria o mesmo que assumir a possibilidade de recobrir o que se pretende conhecer com um significado último, segundo o pensamento hegemônico no Ocidente orientado pela metafísica da presença. De acordo com essa perspectiva, se opera a partir da delineação da diferença a partir de linhas e fronteiras rígidas que delimitariam os objetos que se pretende conhecer, o que permite atrelar um significado passível de ser alcançado por meio do uso da razão:

Os pressupostos ancorados na metafísica da presença, dizem respeito à qualificação da substância, do contínuo, da presença, da razão, do binarismo, da lógica causal, concomitante com a desqualificação do vazio, do descontínuo, da

³⁴ O resto, no pensamento derridiano é o que impede a totalização, o que impede o fechamento do significado em um conceito ou em uma síntese dialética. O resto é o que resiste à tradução do texto, pois esse é habitado por um excesso indecível.

ausência, do afeto. A modalidade de conhecer e de subjetivar que ganha hegemonia no Ocidente moderno ancora-se nesses pressupostos produzindo tanto a ciência quanto o sujeito cognoscente como versões verdadeiras e universais do conhecimento e da subjetividade (SOUZA, 2011, p. 75).

Essa concepção implica na busca pela representação do objeto, o que envolve conceituação e cristalização de significados ligados a esses conceitos (DERRIDA, 2003). Todavia, a busca por um significado último incrustado no conceito pode operar como um ato de violência. Ou seja, a busca por um significado último para o conceito pode operar produzindo verdades as quais servem de mote para ações violentas como a imposição de concepções sobre a realidade, o outro e o sujeito. As conceituações estão sempre relacionadas com a hierarquização de pares binários opostos, o que implica na sujeição de um dos pares ao outro, porém é importante levar em consideração que:

(...) a dominação e a violência se estabelecem não apenas no confronto entre as referências postuladas como oposições, mas, antes no próprio processo que define e naturaliza o binarismo como intrínseco ao modo de subjetivar e ao modo de conhecer predominantes no Ocidente moderno (SOUZA, 2011, p.77).

Uma alternativa em que se poderia trabalhar de uma maneira diferenciada essas questões é proposta por Derrida em diversos momentos, entre eles destaco sua discussão a respeito da problemática da tradução. Em sua discussão, fica claro que tudo é passível de ser traduzido, pois não existindo uma língua universal, há uma demanda pela tradução do texto. Todavia, nenhum texto é plenamente traduzível, uma vez que há uma unidade entre o teor do texto e a língua, que mesmo não sendo estática e sempre estando em constante transformação, é intocável. Penso que mesmo no interior de uma língua há essa dificuldade, em que me coloco na posição de tradutor. Essa posição de tradutor no sentido de tentar imprimir na escrita o encontro entre a minha linguagem, a linguagem das pessoas entrevistadas, a linguagem que provêm da leitura das referências teóricas que fiz de todo o (con)texto que envolve essa produção, em sua constituição nas redes, econômica, social e histórica. O que foi discutido nesse trabalho vem ao

encontro das escolhas que fiz, pelo que me afetaram as falas das pessoas que entrevistei e das pessoas que fizeram parte dos lugares pelos quais circulei.

Na medida em que me coloco como tradutor do encontro entre as diversas linguagens e singularidades – minha, das entrevistadas, das pessoas com quem tive contato antes e durante o percurso do mestrado – , deparo-me com o que Derrida (1997) chamou de *monolingüismo*. O que seria isso? A monolíngua, diz da apreensão singular que cada pessoa faz da língua com que pensa, fala, sonha, deseja, enlouquece... Como tradutor e pesquisador, parto de uma apreensão singular dos textos produzidos durante a pesquisa, que não se separa, nem se furta do encontro com as singularidades das pessoas que fizeram parte desse percurso.

Em especial no que diz respeito às entrevistas realizadas, reconheço que qualquer relato de experiência – falado a partir da monolíngua das pessoas entrevistadas e do entrevistador – é intraduzível, podendo ser tocado apenas precariamente, de maneira parcial e tangencial. Não tenho por pretensão traduzir uma verdade última ou originária a respeito das violências vivenciadas por mulheres travestis e trans. Essas verdades são singulares, deslizantes, inapreensíveis. Minha aposta está em não renunciar à escrita diante desse resto, desse resto incomunicável como transparência da verdade de uma pessoa, mas acolhê-lo em sua impossibilidade de verdade e possibilidade de partilha.

Diante das seis entrevistas realizadas – o que implica muito material a ser trabalhado –, assumo essa tarefa já acolhendo que haverá, como sempre há, o resto. A dívida com o que foi dito pelas pessoas entrevistadas e com todo o material que fez parte da pesquisa, ainda que possam ser trabalhado em artigos e aprofundado numa tese de doutorado ou em outros trabalhos, nunca será paga. A tarefa a que me proponho é a de buscar conhecer e analisar alguns aspectos sobre as violências singularizadas pelo grupo de pessoas que se reconhecem como mulheres travestis e trans participantes da pesquisa. Considerando os (con)textos no qual estão inseridas essas mulheres travestis e trans, entendo que ao trabalhar com suas entrevistas como textos, estou trabalhando com a relação entre o denominado universal, o cultural, o plural, e o denominado singular, único, irrepetível. Entendo que trabalhar com essa perspectiva do singular, implique em uma visão que não seja a fonocentrada.

3. SOBRE O QUE (DES)ENTENDO POR VIOLÊNCIAS

3.1. O mito da não violência no Brasil

A fim de abordar a temática das violências vivenciadas por mulheres travestis e trans, também ligada à imersão em uma sociedade capitalista, recorro inicialmente à filósofa Marilena Chaui (2003), que discorre a respeito do mito da cordialidade do povo brasileiro para explicitar como esse mito serve, enquanto ideologia, como manutenção de um estado de denegação das violências no Brasil.

A denegação, processo psicológico descrito por Freud (1925/1996), como o aceite do recalcado à consciência, com a condição de que seja negado, é tomado por Chaui (2003) para exemplificar um mecanismo, dentre outros, no qual a transmissão das violências pela mídia de massa é feita de maneira a neutralizar essas mesmas violências, como se fossem naturais e banais. Essa banalização generalizada das violências pode ser vista também nas notícias sobre assassinatos de mulheres travestis e trans. Sabrina, uma das pessoas que entrevistei falou a respeito dessa questão. A entrevistada nasceu e vive em Florianópolis, tem vinte e dois anos, o ensino médio completo e trabalha como profissional do sexo. Conheci Sabrina por meio de um amigo e expliquei a ela do que se tratava a pesquisa. Ela aceitou participar e a entrevista foi feita em sua casa, onde mora com sua mãe. Segue a fala de Sabrina a respeito dessa banalização dos assassinatos de mulheres travestis e trans:

E acho que tratar esse caso, esses casos, né?! Porque são vários, são pelo menos uma trans morta todos os dias no Brasil. Tratar esses casos como um caso qualquer, um caso normal, entendeu? Dar a mesma importância que eles dão pra qualquer outro caso, por que... Independente de qualquer coisa é uma pessoa do mesmo jeito, do mesmo jeito, que tem família, entendeu?(Sabrina)

Sabrina reivindica que tais crimes em que mulheres travestis e trans são mortas deixem de ser tratados pela mídia³⁵ como banais e que

³⁵ No capítulo 6 – As informações veiculadas pelas mídias sobre violências com mulheres travestis e trans – discuto uma importante questão sobre notícias

tais vidas tenham a sua importância reconhecida, como de outras pessoas. De acordo com Chauí (2003) essa banalização ocorre, pois admitir as violências como um problema histórico, social e político seria colocar em xeque as bases da sociedade autoritária brasileira. De acordo com a autora, esse autoritarismo é expresso nas mais variadas relações – governo e eleitor, homem e mulher, rico e pobre, empregador e empregado, etc. –, nas quais há sempre uma relação de mando e obediência em que não se considera o outro, não se considera a alteridade. Nessa conjuntura, ou se considera o outro como igual, digno de respeito, ou se considera como diferente, tendo a diferença o significado de inferioridade.

Chauí (2003) desmonta o mito da cordialidade do brasileiro, lembrando que essa ideia foi plantada pelos conquistadores destas terras, que atribuíram ao brasileiro, um povo mestiço, as qualidades do respeito e da tolerância com o outro. Porém, como discute a autora, para fechar os olhos para as violências, é necessário que as ações das pessoas, da mídia e do Estado estejam constantemente reafirmando um “retorno à ética” (CHAUI, 2003, p. 52). Essa ética da cordialidade supostamente natural do brasileiro, que teria sido perdida e precisaria ser resgatada.

Essa ideologia implica em muitas questões, como quando se trata de violências, se dividem os sujeitos por oposições binárias como a de agressor e vítima. De um lado do polo binário estão os agressores, considerados maus e potencialmente violentos. No polo oposto estão localizadas as vítimas passivas, inertes, despotencializadas de ação para mudar sua realidade, despolitizadas e, portanto, dependentes da compaixão e assistência daqueles que podem ajudar (MANSUR; MACHADO, 2014). Esse tipo de visão implica nas violências como fatalidades, eventos sem memória, pois se excluem as determinações de seu passado e as reverberações futuras, bem como a responsabilidade da organização social e de seus componentes. Ela serve apenas para o alarde midiático e para alívio da culpa dos privilegiados e, é claro, para reforçar o mito da não-violência da população brasileira.

Dessa forma, seria violento aquele que não faz parte da nação, aquele que é propenso naturalmente à criminalidade, como seriam os negros e os pobres, estes que, por sua vez, sofrem das violências não reconhecidas pela sociedade, pois é justificada a ação da polícia militar

vinculadas pela mídia: o tratamento de mulheres travestis e trans na concordância gramatical masculina, quando preferem ser tratadas na concordância gramatical feminina.

em eliminar aquilo que é considerado ruim. No atual modelo de ética como ideologia, discutida por Chauí (2003), aquilo que é ruim é a base tomada para definir o que é bom, não tendo a oportunidade de se pensar o bom como valor positivo, mas apenas a partir do mau, que é sempre o outro.

Chauí me fez pensar em como as mulheres travestis e trans são associadas a representações desqualificadas, como tendo “[...] uma forma de agir ‘características’ de travestis, que incluiria tumulto, assaltos, e uma perigosa solidariedade de grupo que, como visto, as conduziria a prestar informações falseadas [no testemunho de crimes à polícia] como forma de proteção” (CARRARA; VIANNA, 2006, p.241). Essas concepções desqualificadas as colocam como sendo o mau, justificando-se sua eliminação para a proteção do que é considerado bom. No entanto, segundo Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2006), não se reflete a respeito das violências que elas sofrem, uma vez que os próprios familiares e policiais veem a morte das mulheres travestis e trans como consequência natural do seu estilo de vida, o que implica num descaso quanto às investigações. Nesse sentido, considero importante considerar a inserção histórica, política e social que favorece as violências e a impunidade contra essa população, sem vitimizá-la ou despotencializá-la. Seguindo essa mesma lógica, Chauí afirma que:

A ética como ideologia significa que, em lugar da ação reunir os seres humanos em torno de idéias e práticas positivas de liberdade e felicidade, propondo a passagem do sujeito ético individual ao sujeito político coletivo, ela os mantém isolados porque os reúne apenas pelo sentimento consensual do mal (CHAUI, 2003, pp. 46-47)

Desmantela-se, dessa forma, o sujeito ético pensado como sujeito racional, livre e responsável, que poderia ter autonomia em suas escolhas e que poderia assumir como seus os princípios éticos – princípios, e não regras, pois a ética não precisa ser normativa como a moral – do coletivo, amenizando, assim, o conflito entre o sujeito e a sociedade. Eu diria que esse sujeito ético racional pleno decaiu quando Freud (1930/1996) apontou o mal-estar inerente à cultura, que opõe os desejos de cada um às demandas coletivas, bem como descentra o sujeito cartesiano ao propor a hipótese do inconsciente. Chauí é uma autora importante para a discussão das violências, pois as aborda como pertinentes à sociedade capitalista, como sendo configurada da maneira

como é atualmente por conta do modo de produção capitalista, na forma como esse sistema econômico se dá no Brasil.

3.2. Contribuições da psicanálise

Nas possibilidades de entrada para a discussão sobre as violências, a teoria psicanalítica freudiana apresenta a oportunidade de pensar as violências, dentre outros aspectos, a partir de conceitos como a pulsão³⁶ de morte, como possibilidade de realização da pulsão de maneira agressiva e no intuito da desagregação, enquanto a pulsão de vida estaria mais voltada para a vertente do amor e da agregação (FREUD, 1920/1996). Porém, é importante entender que essa oposição não se faz no sentido radical, pois as pulsões são parciais, originadas no corpo, e toda e qualquer pulsão tem sua vertente de vida e de morte. Tal teorização implica a desconstrução de qualquer determinismo biologizante das violências.

Ainda que seja importante referenciar Freud e estar atento às suas contribuições para a presente discussão, penso ser relevante considerar o que psicanalistas pós-freudianos têm escrito a respeito das violências. Escolhi Joel Birman e Freire Costa como autores a serem trabalhados, pois eles promovem um diálogo crítico entre a psicanálise e questões relacionadas à economia neoliberal, bem como analisam a leitura moderna que enfatiza a racionalidade como meio privilegiado de acesso à experiência, que ainda vigora na sociedade brasileira como também nas demais sociedades ocidentais. Ainda, tanto Birman quanto Freire Costa são autores que estabelecem diálogo com autores denominados pós-estruturalistas como Derrida e Foucault, por exemplo, relevando a importância da leitura crítica que eles promovem.

³⁶ Diferentemente da tradução equivocada do termo alemão *triebe*, usado por Freud, e traduzido como *instinct*, na edição inglesa das Obras Completas de Freud, o termo pulsão indica ausência de qualquer naturalidade do desejo, ausência de qualquer objeto instintivamente determinado (JORGE, 2000). Em suas próprias palavras o *tribe*, ou pulsão, é “[...] um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente” (FREUD, 1915a/1996, p. 127-128). Com sua origem no corpo, mas sua não coincidência com o mesmo, a pulsão é um conceito disruptivo, pois rompe com o dualismo mente/corpo ao mesmo tempo em que desnaturaliza o desejo e as identificações do sujeito.

Para uma discussão sobre a temática das violências, Birman (2009) propõe uma metáfora da perda do pai da horda primeva comparado com o fim do poder soberano do Rei na monarquia. Na sociedade moderna, democrática e republicana, fundada na promessa de igualdade e liberdade dos irmãos, sem hierarquia ente si, não seria mais a força que imperaria no exercício da política e na configuração das relações sociais, mas sim a negociação. Porém, esse ideal da modernidade não foi alcançado.

Freud (1915b/1996), no texto *Considerações atuais sobre a guerra e morte*, demonstrou sua amargura em relação à modernidade, em que países “civilizados”, tais como Inglaterra, Alemanha e França, não conseguiam dialogar e negociar diplomaticamente, mostrando seu poder bélico de destruição na Primeira Guerra Mundial. Dessa maneira, houve uma inversão entre as sociedades arcaicas e as modernas quanto aos valores da civilidade. Para Birman (2009), o texto freudiano *Mal-estar na modernidade* foi uma denúncia ao fracasso dos ideais da modernidade, sobre as impossibilidades das sociedades democráticas e republicanas, pois não somente o sofrimento psíquico foi incrementado, mas também as violências se expandiram vertiginosamente. Segundo o autor:

A razão para isso foi a queda no capital simbólico da esperança e de expectativas sobre o futuro, na medida em que a modernidade prometera uma igualdade entre os cidadãos que não cumprira. De fato, em um mundo sem projeto de civilidade e com precária regulação simbólica, não poderia mais existir o sujeito a operação de antecipação simbólica a ser realizada pela temporalização. A experiência traumática e seus correlatos, o masoquismo, e o sadismo, se disseminaram de forma explosiva, nos níveis individual e coletivo. Em decorrência disso, floresceram as perturbações psíquicas caracterizadas [entre outras questões] pela passagem ao ato, que cada vez mais se expandiram, mais ainda na atualidade. (BIRMAN, 2009, p.99)

Vista a importância da contextualização das violências junto à queda dos ideais da modernidade, para analisar as violências, utilizo também as contribuições do psicanalista Freire Costa (1986). O autor

faz uma revisão crítica de autores na psicanálise que discutem as violências e, entre outros questionamentos, aborda o que se considera ou não violências nessas teorizações. Segundo o autor, há teorias, como a proposta por Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron que julgam processos de internalização da cultura descritos como violência simbólica. Freire Costa questiona: como considerar o processo de humanização e internalização da cultura, que envolve, sem dúvida, algum tipo de coerção como violento? Para o autor:

Totalmente diferente é a experiência da violência. Nela o que domina é o sentimento ou pensamento da gratuidade e do arbítrio. O sujeito violentado é o sujeito que sabe ou virá a saber, sente ou virá a sentir, que foi submetido a uma coerção e a um desprazer absolutamente desnecessários ao crescimento, desenvolvimento e manutenção de seu bem-estar, enquanto ser psíquico. (FREIRE COSTA, 1986, p. 125)

Esse trecho é importante, pois considera a singularidade do sujeito em relação às experiências que poderão ou não ser consideradas como violentas por ele, rompendo, assim, com hipóteses exclusivamente universais definidas *a priori* e que desconsideram a singularidade da relação do sujeito com as situações que ele vivencia como sendo violentas. Por hora, é importante destacar que não são desconsideradas como modalidades de violências situações em que houve abuso, mas a pessoa que o sofreu não pôde, no momento ou posteriormente, reconhecer tal situação como violenta. Conforme pontua o autor, ao diferenciar a ação agressiva da ação violenta, “é porque o *sujeito violentado* (ou o observador externo à situação) percebe no *sujeito violentador* o desejo de destruição (desejo de morte, de fazer sofrer) que a ação agressiva ganha o significado de ação violenta” (FREIRE COSTA 1986, p. 30, grifos no original). Assim, essa é uma importante distinção com a qual opero na escrita da dissertação.

3.3. Mas afinal, o que são violências? (des)caminhos a partir de Butler, Derrida e os transfeminismos

Nesse sub-capítulo para embasar as análises, discorro sobre a questão central em relação ao que (des)entendo por violências. Primeiramente, busco o que referências para o estudo como Derrida e

Butler entendem por violências, o que é importante dizer, já vem de uma tradução de outras línguas como o inglês e o francês. Porém, mais do que os limites da relação entre línguas que permitiu a tradução e que implica sem dúvidas em perdas, penso serem centrais as análises críticas que Butler e Derrida propuseram em suas construções teóricas a respeito dos binarismos presentes na linguagem que operam como (re)produtores de hierarquias e dessa maneira, de violências. Do que se tratam as hierarquias se não de maneiras autoritárias de relação com o outro? O que se entende pela palavra violência, por exemplo, para além da tradução de uma língua para outra, em uma mesma língua ela pode assumir diferentes significados a partir das experiências das pessoas em suas singularidades.

Como a questão do singular e da singularidade – usadas por mim como sinônimos –perpassam toda a escrita da dissertação, penso ser importante dedicar alguns parágrafos a fim de articular a maneira como trabalho com tais noções. Primeiramente recorro a duas concepções da palavra *singular* presentes em um dicionário de filosofia. A primeira:

(in. *Singular*, fr. *Singulier*, ai. *F.inzíg*, *Singular*, it. *Singolare*). Termo ou uma proposição que denota um único objeto; em outras palavras, "forma (ou expressão) que contém uma única variável livre" (CHU<:H, *Introduction to MathematicalLogic*. 1956, § 02: cf. *Qu\i-*, *Methods of Logic*. § 34).(ABBAGNANO, 2007, p. 914, grifos no original)

As palavras “singular” e “singularidade” atravessam as mais diversas áreas do conhecimento, sendo usadas de maneiras diferentes em cada uma delas. Desse modo, como nessa primeira citação que uso para dizer de uma definição de “singular”, presente no dicionário de filosofia de Abbagnano (2007), ela está relacionada à área da matemática, para dizer de uma função matemática que se comporta de maneira inabitual, ao atribuir certos valores a variáveis independentes, se mostrando como uma função “singular”. Passo à segunda definição:

(in. *Single*: fr. *Singulier*, ai. *Kinzeln*; it. *Singolo*).
1. Que é um *indivíduo* (vj. 2. O indivíduo considerado como valor metafísico, religioso, moral e político supremo. Neste sentido, é o tema preterido de algumas filosofias modernas e contemporâneas. Kierkegaard polemizando com

Hegel, afirmava o valor existencial do S.: "A existência corresponde à realidade singular (o que já foi ensinado por Aristóteles): não é abarcada pelo conceito e, de qualquer modo, não coincide com ele". (*Diário*, X2 A, 328). O S. é superior ao universal, ao contrário do que julgava Hegel. "Nos gêneros animais sempre vale o princípio de que 'o indivíduo é inferior ao gênero'. O gênero humano, em que cada indivíduo é criado à imagem de Deus, tem essa característica, de o S. ser superior ao gênero" (*Ibid.*, X2, A, -126). Km Kierkegaard, essa exaltação do S. é acompanhada pela desvalorização da categoria "público", em que o S. desaparece; mas o público não é a comunidade na qual, ao contrário, o S. é reconhecido como tal (*Ibid.*, X2, A, 390). O *único* (.), de Stirner, e o *super-homem* (v.), de Nietzsche, são concepções análogas à que. Kierkegaard indicou como singular. No mesmo sentido, Jaspers insiste no caráter *excepcional* do S. (Phil, II. p. 360). (ABBAGNANO, 2007, p. 914, grifos no original)

Essa segunda definição proposta por Abbagnano (2007) predomina a área da filosofia, em que é possível notar que o autor do verbete priorizou o conceito de singular segundo Kierkegaard. Esse conceito de singular foi sobreposto ao conceito de individual, o que reforça o binarismo e a cisão entre os polos indivíduo/sociedade. Mas esse não é o único problema, uma vez que é proposta uma hierarquia na qual o singular tomado como sinônimo do individual subjuga o universal, novamente reforçando o binarismo. Antes de continuar a análise do verbete, é importante dizer que o singular e a singularidade se mostram também em áreas como a educação, nem que seja para ser rechaçada, como quando se propõe a padronização dos comportamentos esperados dos alunos, bem como nas avaliações de desempenho pautadas em dados quantitativos e propostas massificadoras.

Já na arte, o singular pode se expressar no rompimento com os paradigmas que se mostram hegemônicos como, por exemplo, romper com a perspectiva da representação o mais fiel possível de objetos ou pessoas, ao desenhar ou pintar de maneira livre e sem compromisso com a repetição do mesmo. Nessas rupturas em que a singularidade se expressa na arte, elas se diferenciam do hegemônico e do universal ao mesmo tempo em que estão a eles ligados, ao serem possíveis de surgir a partir do universal. Contudo ainda que o singular esteja presente em

todas as essas áreas e em outras, em relação ao universal, no Ocidente, quem exerce a hegemonia é o universal, pois o singular implica em diversas dificuldades, além de se articular com o vazio, o descontínuo, que causa incômodo e desconforto. Desse modo, poderia enumerar várias outras manifestações do singular em outras áreas, porém, o que me interessa no momento é articular essa questão com os referenciais teóricos que utilizo em minhas análises.

Retomando a análise dos verbetes, mesmo tendo aspectos problemáticos, como a sobreposição do singular ao individual e a manutenção do binarismo indivíduo/sociedade como polos radicalmente cindidos, o segundo verbeito também aponta para algumas possibilidades de apreensão do que seja o singular com as quais concordo e que condizem com a abordagem teórica com a qual trabalho, segundo referenciais pós-estruturalistas. A primeira delas é de que o singular corresponde ao *único*; a segunda é que a singularidade não é capturada pelo conceito, e, de maneira nenhuma coincide com ele (KIERKEGAARD, 1979). Desse modo, a perspectiva sobre o que (des)entendo por singular acompanha essas premissas, que se articulam com as discussões de Butler e Derrida, bem como da psicanálise freudiana. Para Freud (1915c/1996), o singular está relacionado com o Inconsciente, que não pode ser observado ou localizado, mas nem por isso deixa de ser efeito da relação com o (con)texto e com o outro, assim como não deixa de produzir efeitos, como os sonhos, os chistes, os lapsos de fala, de escrita e de memória. Em outras palavras, de acordo com a perspectiva freudiana, nunca se pode chegar à verdade última de um sujeito, por ela ser inconsciente, ou seja, não é possível encerrar a sua singularidade em um conceito ou significado fechado.

Derrida (2001a, 2001b, 2003), que dialoga com Freud e assume a hipótese do Inconsciente, procura desconstruir o universal – formado pela linguagem e por toda a rede cultural e social –, que tem relação com a noção de sujeito moderno, que é supostamente pleno em sua consciência e uso supremo da razão, produzido a partir da linearidade, continuidade e estabilidade das matrizes identitárias fixas. O singular na perspectiva derridiana, que necessariamente é acoplado ao universal, diz de uma apropriação única e irrepitível desse universal, em que há o rompimento com a linearidade, a desorganização da estabilidade, em que há o indecível e a cisão do sujeito pelo inconsciente. Assim, o singular se mostra como a possibilidade de deslocamento. Butler, por sua vez, acompanha as críticas à noção de sujeito moderno estável e às matrizes identitárias fixas:

Afirmar que a política exige um sujeito estável é afirmar que não pode haver oposição política a essa afirmação. Com efeito, essa afirmação implica que uma crítica do sujeito não pode ser uma crítica politicamente informada, mas antes, um ato que põe em xeque a política enquanto tal. Exigir o sujeito significa tomar de volta o domínio do político e essa espécie de execução judicial, instalada analiticamente como uma característica essencial do político, impõe as fronteiras do domínio do político de tal forma que essa imposição fica protegida do exame político. O ato que estabelece unilateralmente o domínio do político funciona então como um estratagema autoritário pelo qual se silencia sumariamente a contestação política do estatuto do sujeito (BUTLER, 1998, p. 14).

Desse modo, pela crítica da autora às implicações políticas da noção de sujeito moderna é possível afirmar que o universal está relacionado com os binarismos, com a rede social e cultural, com as normas e seus ideais que produzem subjetividades que se manifestam como se fossem fixas e estáveis. Todavia, as normas têm em si mesmas as possibilidades de questionamento e rearranjos nos quais é possível o singular existir, ainda que como citações dessas normas. Porém, a singularidade não é a repetição do universal, não é repetição do mesmo, ela é a apropriação irrepitível do universal. O singular, nessa perspectiva, está relacionado ao contingente, ao terreno das disputas constantes que não se deixam encerrar no imutável da repetição (BUTLER, 1998, 2002a, 2006b).

Assim, acompanho as discussões de Freud, Butler e Derrida em suas concepções do singular e do universal, em que, na posição de pesquisador, me fiz a seguinte questão: procurar trazer para a escrita da dissertação as diversas concepções singulares do que são violências para os meus referências teóricos, as minhas próprias concepções e as das participantes da pesquisa. Assim, trabalhar com a concepção de violências sem atribuir e adotar um conceito *a priori*; escutar as falas sobre as apropriações singulares das participantes da pesquisa sobre violências procurando operar com a desconstrução com essas falas e não estabelecer juízos de valor *a priori*; bem como, reconhecer a minha participação na produção do conhecimento nessa pesquisa, parece-me como estratégias que viabilizam o trabalho com o singular.

Em outras palavras, sinto-me implicado em tais construções a respeito das violências vivenciadas ou não por pessoas que entrevistei, uma vez que tais falas foram construídas na nossa relação, com toda a bagagem e experiências que já tínhamos até então. Tendo isso em vista, na relação estabelecida no (con)texto das entrevistas, realizei questões e interpelações que longe de serem neutras, foram perpassadas por reafirmações e questionamentos de normatividades, no que me detenho durante as análises das entrevistas. Assim, esteve longe de meus objetivos tentar reproduzir neste trabalho uma língua universal – ou uma verdade última –, como a pretendida pelos moradores e líderes da Torre de Babel, conforme apresentei a discussão feita por Derrida (2002) no capítulo anterior. Tive por objetivo acompanhar apropriações singulares sobre as violências sofridas por mulheres trans e travestis, em especial nas entrevistas que realizei, mas também em outros espaços que estive presente durante a pesquisa de mestrado e até aos momentos anteriores a esse.

Em termos mais pragmáticos, compreendo que as violências ao serem categorizadas e classificadas *a priori* implicam em tentativas de capturar um significado universal, o que reitera uma concepção de linguagem e realidade binárias e marcadas pela busca por uma suposta verdade última agregada ao significado, pois se apóiam em uma noção de verdade passível de ser capturada e compartilhada no plano da representação. Assim, propor uma pesquisa sobre violências com mulheres travestis e trans, que parta de questionamentos com categorias de violência física, violência psicológica, violência institucional e outras, pode ser usada para propor políticas públicas como elas vêm sendo pensadas na contemporaneidade, a partir das referências identitárias.

Dito de outra forma, propor pesquisas que discutem as violências sofridas por mulheres travestis e trans, localizando-as exclusivamente como vítimas de violências, pode produzir informações que subsidiem essas políticas públicas. Contudo, questiono se as políticas públicas pensadas dessa forma são a única ou a melhor opção para lidar com violências vivenciadas por pessoas que se reconhecem como mulheres trans e travestis. Desse modo, considero importante trabalhar também com o singular e reconhecer o singular na apropriação que mulheres trans e travestis fazem acerca das violências, entendendo que esse trabalho pode auxiliar na elaboração de políticas baseadas nas concepções das micropolíticas³⁷, ou

³⁷ A micropolítica, no contexto de relações entre saber e poder, está relacionada às lutas e resistências políticas mais imediatas, mais palpáveis aos sujeitos, às lutas cotidianas (FOUCAULT, 1995). Por outro lado, pode-se dizer que a micropolítica relacionada à obra de Derrida, diz respeito à política como forma de ação e intervenção que ocorre a partir do universal, porém não coincide com

ainda, de outras possibilidades de ações políticas que também envolvam o singular além do universal.

Por conseguinte, entendo que o modo de produção de subjetividades hegemônico na contemporaneidade é calcado nas referências identitárias e, como discute Freire Costa (1986), a ficção identitária, como a crença num “eu” contínuo, linear e estável tem uma função, uma vez que mobiliza os sujeitos para a ação. Ainda assim, a identidade se trata apenas de uma ficção, uma vez que esse suposto sujeito consciente, estável e unitário é cindido ao ser perpassado pelo inconsciente. Butler (2002a) e Derrida (2001a) também desconstruem essa noção de sujeito moderno calcada nas referências identitárias, no uso da razão e em ideais neoliberais, que reforçam o individualismo e a noção de que há uma verdade do sujeito que pode ser localizada numa essência plenamente capturável pelo conhecimento moderno.

Portanto, questionar a noção de sujeito moderno implica também operar com o movimento da desconstrução nas análises das políticas³⁸ públicas pensadas a partir dessa noção de sujeito relacionada às referências identitárias. Isso não significa negar que as políticas públicas tenham importância na atual conjuntura, mas sim que podem começar a serem pensadas e organizadas de outra maneira, a partir de estratégias que desestabilizem as fronteiras rígidas estabelecidas a partir das referências identitárias e das concepções do sujeito como constituído exclusivamente pela razão e pela intenção, dentre outros aspectos das concepções modernas.

Acompanhando as concepções e questionamentos de referências pós-estruturalistas, que têm a preocupação de não cristalizar conceitos, não estabelecendo significados *a priori* e não referendando nessa operação conceitual os pressupostos da metafísica da presença, faço o seguinte questionamento: o que são violências para Butler e Derrida? A primeira resposta, talvez, seria de que não há uma resposta direta para tal questão, já que ter uma resposta pronta e acabada seria uma contradição com a proposta

o mesmo, ou seja, como parte do processo de singularização que envolve o texto, como o (con)texto composto pela rede social, cultural, econômica, política, etc.

³⁸ Entendo a política nas suas diferentes dimensões e situações como forma de ação e de intervenção que necessitam serem analisadas criticamente. Porém, na dissertação, me refiro à questão das políticas públicas. Em decorrência da ligação com a temática das violências que vivenciam as mulheres travestis e trans, faço a crítica as políticas públicas direcionadas a essa população, calcadas – entre outras questões a serem discutidas no decorrer do trabalho –, em referências identitárias.

feita nas obras de tais autores. A questão talvez seja: como abordam as violências? As respostas então seriam muitas possíveis, tendo a articulação feita pela pessoa que pesquisa um papel inventivo e ancorado nas suas experiências e contato com as obras de Butler e Derrida.

Dessa maneira, propus adiante, discussões a respeito das violências a partir de algumas noções propostas por Butler, como abjeção e gênero como performatividade, bem como por Derrida, ao analisar criticamente a questão da tradução, ao escrever também a respeito da performatividade e da *différance*. Assim, considerando as perspectivas de Derrida e de Butler, trabalhei na pesquisa com a questão da singularidade em relação às violências, ou seja, trabalhei com as pessoas entrevistadas escutando-as acerca do que elas entendiam e explicitavam como sendo violências, em que fiz um esforço para não partir de definições *a priori*.

A respeito de uma das possibilidades de articulação do que sejam violências a partir da obra de Derrida (2003), coloco uma interessante discussão a respeito da hospitalidade. A hospitalidade é debatida pelo autor na tentativa de rompimento entre fronteiras como hóspede e hospedeiro, como uma maneira de discutir a relação de alteridade. A palavra francesa *hôte* traduzida para o português como hóspede, contém em sua língua original as possibilidades de significado tanto de hóspede quanto de hospedeiro – quem hospeda. Nesse sentido, é anunciada a discussão da hospitalidade relacionada à questão da alteridade, em que, como sujeitos, somos interdependentes, temos laços que nos unem, que permitem nossa existência.

Contudo, há algo de insuportável nessa relação, uma tendência à dificuldade em lidar com a radical alteridade do outro. Isto é, a própria singularidade de cada um de nós convoca a riqueza da diferença, da constituição da pluralidade das subjetividades, porém também convoca de forma concomitante a dificuldade em reconhecer e aceitar o que a alteridade do outro desestabiliza em termos da minha subjetividade, da minha singularidade. Essa dificuldade e, às vezes, a insuportabilidade em reconhecer e aceitar o outro pode se associar a manifestações de desqualificação, ódio, ou até mesmo destruição do outro. Esse é o paradoxo da constituição subjetiva que já encontramos mencionado e analisado por Freud (1915b, 1930, 1933) e que é retomado por Derrida (2001b, 2003).

Dito de outro modo, as concepções modernas de hospitalidade, Estados Soberanos, enfim, concepções que sustentam a maior parte do Direito e da política moderna, são associados à concepção do sujeito restrito a consciência e à moral, sendo que bastaria oferecer condições necessárias para que o sujeito da moral emergisse. Porém, os autores com os quais trabalho apontam que a subjetividade é constituída com o outro e pelo outro, pelo inconsciente, o que pode levar alguns de nós a não suportar a

alteridade e buscar destruí-la e desqualificá-la, operando com as violências. Assim, para Derrida (2001b, 2003), é importante atentar para as concepções de sujeito que orientam a política e as concepções de Estado soberano, hospitalidade, dentre outras.

Derrida (2003) com a sua discussão a respeito da hospitalidade critica a noção hegemônica, na qual a concepção de subjetividade está restrita ao sujeito entendido como configurado a partir de uma identidade fixa, contínua e unitária. O autor faz esse questionamento, pois essa concepção tende a negar os atravessamentos, tanto de processos inconscientes, quanto da implicação do (con)texto na produção de subjetividades. A crítica do autor também é dirigida ao apelo para a supremacia da noção de consciência plena e da linguagem como possibilidades de leitura e recobrimento da realidade como totalidade. Esse entendimento trata-se de uma ilusão, que torna difícil lidar com o que é diferente, com o que causa espanto, por não conseguirmos atrelar esse outro diferente a um significado último, por não conseguirmos encerrá-lo em um conceito. Tendemos assim, a preencher o vazio e romper com o silêncio de significado, tendemos a rechaçar o que escapa à ordem e ao controle, o que inclui o outro.

A relação com a alteridade é perpassada pelo estranhamento e pelo espanto, o que em um (con)texto hegemonicamente marcado pela metafísica da presença produz efeitos como a produção de hierarquias, bem como o anseio por causalidade, continuidade e linearidade. As hierarquias são formas de localizar o mal, a perversidade no outro, o que permitiria controlá-lo e erradicá-lo. No entanto, se tomarmos as proposições de Derrida e Butler a respeito da desconstrução de binarismos, é possível vislumbrar outras possibilidades de leituras das violências que desorganizam a tirania do *logos* e da razão.

A discussão da hospitalidade, nesse sentido, extrapola a questão comum das condições ou exigências para se receber alguém em nossa morada. A hospitalidade discutida por Derrida (2003) está relacionada à acolhida do estrangeiro, aqui entendido como o diferente que causa estranhamento. Acolher esse outro por sua vez significa reconhecê-lo como diferença, trata-se, portanto de uma questão ética. Entretanto, ao romper com a concepção de realidade guiada pelo *logos* na metafísica da presença, é posta em questão a realidade como una, imutável e eterna, como colocada por Parmênides (DERRIDA, 2003).

Isso implica que as fronteiras entre eu/outro, sujeito/objeto, o hóspede/hospedeiro são feitas por linhas imaginárias, em tentativas de conceituação e de controle. Além disso, ter um posicionamento ético em determinado momento não é garantia de tê-lo para sempre, pois as relações mudam e se transformam. De maneira semelhante, a hospitalidade tem em si a potencialidade de reverter-se facilmente em hostilidade e vice-versa.

Esse exercício de maleabilidade e desorganização de fronteiras e hierarquias permite que se leve à radicalidade da relação de interdependência dos sujeitos, bem como o reconhecimento da potencialidade de realização de agressividade e de violências em relação ao outro e a si mesmo (DERRIDA, 2003).

Butler e Derrida se aproximam na crítica aos pressupostos da metafísica da presença, em que opera a lógica causal, bem como opera a noção hegemônica da subjetividade restrita à consciência e em que há a presença ontologizada nos sujeitos e nas identidades. Desse modo, Butler (1998) analisa criticamente a categoria do universal presente na noção de sujeito político pensado a partir das referências identitárias:

Em primeiro lugar, uma tal noção totalizadora só poderia ser alcançada ao custo de produzir novas exclusões. O termo “universalidade” teria de ficar permanentemente aberto, permanentemente contestado, permanentemente contingente, a fim de não impedir de antemão reivindicações futuras de inclusão. Com efeito, de minha posição e de qualquer perspectiva historicamente restringida, qualquer conceito totalizador do universal impedirá, em vez de autorizar, as reivindicações não antecipadas e inantecipáveis que serão feitas sob o signo do “universal”. Nesse sentido, não estou me desfazendo da categoria, mas tentando aliviá-la de seu peso fundamentalista, a fim de apresentá-la como um lugar de disputa política permanente (BUTLER, 1998, p. 22).

Ambos os autores se aproximam também nas discussões a respeito das violências pensadas tanto a partir das críticas anteriormente situadas quanto a partir do questionamento e desconstrução de binarismos. É possível tecer essa relação ainda quando Butler (2015b) discute a vulnerabilidade, a relação e exposição ao Outro, como condições pré-ontológicas de existência humana, não como uma natureza humana, mas sim como condição para que possa existir o humano. O “Outro”, é trazido por Butler (2015b) não apenas como sinônimo de outras pessoas, mas a própria cultura e as normas, que são anteriores ao sujeito e à formação de seu “eu”, sendo condição para que o sujeito seja produzido, ainda que não determinado diretamente por tais engendramentos. Logo, esse “eu” não existe separado das condições culturais:

o 'eu' não se separa da matriz prevalecente das normas éticas e dos referenciais morais conflituosos. Em um sentido importante, essa matriz também é a condição para o surgimento do 'eu', mesmo que o 'eu' não seja induzido por essas normas em termos causais" (BUTLER, 2015b, p. 18).

A vulnerabilidade, por sua vez, diz da relação de interdependência do humano em relação ao Outro. Não existimos sozinhos, desde que viemos ao mundo estamos sujeitos aos necessários cuidados de outro, sem o qual morreríamos. Esse desamparo tão evidente nos bebês recém-nascidos, incapazes de cuidar de si próprios, não é superado na fase adulta, uma vez que vivemos em sociedade e dependemos uns dos outros, inclusive daqueles que não conhecemos para suprir necessidades as mais básicas, como alimentação e moradia. Dessa maneira, estamos expostos ao outro, inclusive na possibilidade de ser violentado por esse outro, na mesma medida em que o outro está exposto a nós e à possibilidade de que venhamos a lhe infringir violências. Essa relação de interdependência e possibilidade de agressividade e destruição, até mesmo de crueldade, assemelha-se com a discussão derridiana a respeito da hospitalidade, como descrito anteriormente. Esse outro, o estranho, o diferente, de quem dependo e a quem estou exposto, da mesma maneira que está exposto a mim, eis aí o desafio colocado pela alteridade.

Butler tem uma rica discussão a respeito da vulnerabilidade e precariedade, as quais me aproprio neste trabalho. Para a autora, somos todos vulneráveis, contudo, "hay formas de distribución de la vulnerabilidad, formas diferenciales de reparto que hacen que algunas poblaciones estén más expuestas que otras a una violencia arbitraria" (BUTLER, 2006a, p. 14). Essa distribuição da vulnerabilidade se faz a partir de relações de poder historicamente construídas, em que destaco a cisheteronormatividade como produtora de hierarquias nas quais polos binários são engendrados.

Assim, ficarão mais vulneráveis sujeitos vinculados como sendo parte dos polos não hegemônicos. Se tomarmos os polos mulher/homem, trans/cis, homossexual/heterossexual, podemos já de início identificar quais são os polos que historicamente tiveram e ainda tem uma relação majoritária de subjugação em relação aos outros polos, como o são, em nossa sociedade, as pessoas que são lidas e/ou se

reconhecem como mulheres, homossexuais e pessoas trans. Essa é uma das formas de articular o que Butler (2006a) chama de distribuição da vulnerabilidade. Esses corpos subjugadas nesses polos serão, de acordo com as normas que produzem os sujeitos, classificadas como vidas que tenham menos valor, vidas que não mereçam ser choradas quando perdidas.

Juntamente com a noção de vulnerabilidade é importante trazer aqui as noções de *precariousness*, traduzida para o português como precariedade, e *precarity* traduzida como condição precária. Butler (2015a) propõe a precariedade como a vulnerabilidade corporal compartilhada por todos, uma vez que estamos sujeitos e ameaçados pela dor, pelo sofrimento, pela possibilidade de sermos feridos e pela morte. Já a condição precária diz dos efeitos das relações de poder, que fazem com que alguns corpos sejam mais vulnerabilizados que outros, sejam mais ou menos protegidos que outros.

O “ser” do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros (BUTLER, 2015a, p. 15)

A condição precária é assim, uma forma específica de vulnerabilidade, imposta aos pobres, bem como aqueles que são expostos a (con)textos de guerra e desastres naturais. Corpos colocados em condições por demais precárias, muitas vezes não são mesmo reconhecidas como vidas. Esse reconhecimento ou não de uma vida está relacionada com a “(...) inteligibilidade, entendida como esquema (ou esquemas) histórico geral que estabelece os domínios do cognoscível” (BUTLER, 2015a, pp. 20-21). São inteligíveis aqueles que se aproximam dos ideais das normativas hegemônicas. Em relação à cisheteronormatividade, podemos pensar num ideal de sujeito composto por diversos atravessamentos de classe, etnia, gênero, orientação sexual, capacidades física e intelectual, entre outros. Quanto mais próximo desse ideal da norma, mais inteligível e, em tese, mais protegido de uma condição precária, menos vulnerabilizado, portanto.

Com esses argumentos, não tenho por objetivo demonizar a norma, pois dizer que toda norma é uma forma de violência ou se faz por meio dela seria banalizar as violências. Butler (2002a, 2006b, 2015b), que tem em sua herança os estudos foucaultianos, considera que

a norma e o poder não são mecanismos apenas de repressão, são antes os meios pelos quais são produzidos os corpos. O que não significa que a norma e o poder sejam determinísticos, estando previstos em seu interior as possibilidades de resistência e de modificação. Cabe aqui explicitar de que norma falo quando utilizo a noção de cisheteronormatividade. Tal noção vem dos movimentos transfeministas, e tem sido discutida por blogueiras como Hailey Kass e Bia Pagliarini, em que segundo Jaqueline Gomes de Jesus:

transfeminismo, algumas raras vezes chamado de feminismo transgênero, prolifera pela internet, anuncia-se em blogs e se confraterniza em redes sociais, e pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero histerectomizadas e /ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e /ou “emasculados”; e casais heterossexuais com práticas afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas (JESUS, 2014, p. 5).

O transfeminismo está diretamente implicado na construção do termo “cis”, que forma as palavras cisnormatividade, cissexismo, cisnorma, cisgênero, cisgeneridade, etc. A respeito da historicidade dessa trama de noções, recorro a Alice Gabriel:

'Cis' é a terminologia nascida no cyber ativismo de pessoas trans. Julia Serano (autora de *Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity* e que mantém o blog <http://juliaserano.livejournal.com>) o encontrou na rede internacional de computadores, na página de Emi Koyama (<http://www.eminism.org>). 'Trans' significa

"através" ou "do lado oposto de", enquanto 'cis' significa "do mesmo lado de". Então, se alguém teve um sexo atribuído no nascimento e passa a se identificar e vive como membro do outro sexo, essa pessoa é chamada "transexual" (porque ela cruzou de um sexo para outro), e se alguém vive e identifica-se com o sexo atribuído no nascimento, essa pessoa é chamada cissexual. Não se trata de instaurar mais um dualismo trans/cis, mas de identificar que o que muitas de nós entendem como normal ou natural é também um tipo de identificação de gênero. Para saber mais sobre cis/trans, veja a FAQ sobre cissexual, cisgênero e privilégio agregado a essa posição no mundo no blog de Julia Serano (<http://juliaserano.livejournal.com/14700.html>) ou a tradução que fiz dela e que está disponível no endereço eletrônico <http://parlerfemme.onira.org/2010/07/13/traducao-a-missao/> (GABRIEL, 2011, p. 168).

Cis, portanto, aponta para uma norma, marca uma diferença em relação ao termo trans, em que cisgênero é a pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento e que, por estar mais próximo do ideal da norma, possui privilégios em relação às pessoas trans e mulheres travestis. Entendo a noção de cisheteronormatividade como uma releitura do uso do termo heteronormatividade como ele é operado por Butler. Em uma nota de rodapé do livro *Problemas de Gênero*, Butler (2003) explica seu entendimento do termo “matriz heterossexual”:

Uso o termo *matriz heterossexual* ao longo de todo o texto para designar a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados. Busquei minha referência na noção de Monique Wittig de “contrato heterossexual” e, em menor medida naquela de Adrienne Rich de “heterossexualidade compulsória” para caracterizar o modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho,

feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade (BUTLER, 2003, pp. 215-216)

Assim, a releitura proposta pelos transfeminismos do termo heteronormatividade pela noção de cisheteronormatividade tem diversos objetivos. Entre eles, está o de destacar a normativa de gênero em relação à de orientação sexual. Por isso é que blogueiras transfeministas como Beatriz Bagagli³⁹ operam com a noção de “cisgeneridade compulsória”⁴⁰, uma vez que a compulsoriedade da heterossexualidade, como trazida na citação acima, não explicitaria essa dimensão da norma cisgênera, sendo mais facilmente silenciada. Outro objetivo do uso do termo cisgeneridade é o de explicitar as performatividades de gênero dos corpos cis – que muitas vezes são naturalizadas – e não apenas dos corpos trans e travestis, em que supostamente a performatividade e não naturalidade do gênero seriam mais evidentes que em pessoas cisgêneras, por não condizer com o sexo/gênero designados no nascimento.

Como opero na dissertação com a desconstrução derridiana, creio ser importante explicitar porque escolhi usar na escrita da dissertação o termo “cisheteronormatividade”, e não apenas “heteronormatividade” ou “cisnormatividade”. De acordo com Derrida (2001a), procura-se desconstruir as hierarquias e não reforçá-las ou apenas inverter as posições entre os polos binários. Assim, o termo “cisheteronormatividade” mantém o termo “cis” que remete às discussões de gênero, como não retira o termo “hétero”, que remete às normativas relacionadas à orientação sexual.

Desse modo, o termo “cisnormatividade” promove um primeiro movimento de inversão de hierarquia presente no termo “heteronormatividade”. Já em um segundo momento, o termo

³⁹ Bia Bagagli Discute o tema da cisgeneridade compulsória no texto “Cisgeneridade e silêncio”, publicado no blog “Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões Trans*”, disponível em: <http://transfeminismo.com/cisgeneridade-e-silencio/>.

⁴⁰ Trarei a noção da compulsoriedade da cisgeneridade no final do capítulo 4, em que discuto efeitos da patologização das travestilidades e transexualidades e a promessa de “cura espiritual” de pessoas trans e mulheres travestis relacionada à religião.

“cisheteronormatividade” promove o deslocamento de significados, referindo aos dois polos, cis e hétero, gênero e orientação sexual, sem silenciar qualquer um dos dois. Esse é um aspecto importante, pois como discutirei no capítulo 5 – Desconstruindo o binarismo vítima/agressor e a naturalização das violências –, mulheres travestis e trans sofrem violências relacionadas não somente a gênero, mas também a orientação sexual, entre outros fatores como etnia, classe, capacidade física e intelectual, etc.

Orientação sexual, que conforme a American Psychological Association (APA, 2008), é entendida como padrão persistente de atrações emocionais, afetivas e /ou sexuais para homens, mulheres, ou ambos os sexos. A essa atração são atreladas referências identitárias como heterossexual, homossexual, lésbica, gay, bissexual, etc. Dessa forma, heterossexual seria quem sente atração sexual e/ou afetiva por alguém do sexo oposto; o homossexual/gay refere-se a um homem que se sente atraído sexual e/ou afetivamente por outros homens; lésbica se refere à mulher que sente atração sexual e/ou afetivamente por outras mulheres; bissexual seria a pessoa que se sente atraída sexualmente e/ou afetivamente por ambos os sexos dentro de uma perspectiva binária. João Manuel de Oliveira (2010) faz um apanhado a respeito da noção de orientação sexual, explicada por concepções científicas essencialistas e construcionistas. Penso que ambas as noções de orientação sexual entendidas como originadas a partir de um dos polos binários natureza/cultura devem ser analisadas com cuidado, pois podem apoiar-se em essencializações.

Pelos motivos acima elencados no parágrafo anterior, procuro usar a noção de orientação sexual como um processo, ou seja, algo diferente de um desejo estático, natural ou culturalmente determinado – prefiro pensar em ambos os atravessamentos –, mas sim como o direcionamento predominante do desejo sexual e/ou afetivo para determinadas pessoas, considerando o sexo/gênero que ambos performatizam e se reconhecem – quem deseja e para quem se orienta o desejo. Essa discussão é feita a partir da consideração que tanto as homossexualidades, quanto as lesbianidades, as bissexualidades, as transexualidades e as travestilidades são consideradas abjetas tendo como modelo a cisheteronormatividade. Contudo, haveriam algumas especificidades nas violências vivenciadas por mulheres travestis e trans, como abordado nos capítulos seguintes em relação, por exemplo, às grandes dificuldades de encontrar espaço no mercado de trabalho formal, que faz com que muitas busquem a prostituição como única ou

melhor opção para obter renda, o que pode as expor a situações de violências.

Assim, o termo cisheteronormatividade se justifica nesse trabalho com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre as violências vivenciadas por mulheres trans e travestis, que por vezes, parecem assumir contornos mais intensos quando pensamos nas normatividades envolvendo gênero e orientações sexuais. Fernando Pocahy (2007, p. 22) explicita essa questão em uma pesquisa feita a respeito de violências contra a população LGBT quando afirma que “[...] as travestis e transexuais, embora em menor número, são aquelas que os dados apontam como estando mais expostas às situações de violência, sobretudo no que diz respeito à permanência em espaços públicos e com nuances de violência graves.” Essa grande frequência de violências que implicam na morte de pessoas trans, em especial de mulheres travestis e trans, foram apontadas também nas informações sobre estatísticas de assassinatos dessa população no capítulo da Introdução. Mas não é apenas isso, trata-se também de enfatizar o sistema de privilégios de pessoas que se identificam com o sexo que lhe foi atribuído no nascimento e as opressões que sofrem aqueles que não se identificam como tal.

Importante considerar que os termos devirados do *cis* – como cisgênero, cisheteronormatividade – reiteram a noção hegemônica de sujeito atrelado à noção de identidade e segundo uma concepção binária ao opor *cis* e *trans*, bem como reiteram o binarismo gênero/orientação sexual. Assim, o uso de tais categorias derivadas do *cis*, opera na construção e reafirmação de ficções identitárias às quais muitas pessoas se reconhecem, bem como mobilizam para a ação, como já discutido anteriormente a partir de Freire Costa (1986). Por esse motivo recorro às categorias *cis* e *trans* nas análises que proponho.

Contudo, também compartilho das análises críticas feitas por Butler e Derrida a respeito da importância de tentar operar por uma concepção de sujeito que desestabilize as categorias identitárias contribuindo para a reconfiguração das matrizes de inteligibilidade e a mudança do que se entende por abjeto. Por esses motivos, creio ser importante manter as noções de *cis* e *trans* nas análises, porém sem me restringir a elas. Desse modo, coloco as noções de *cis* e *trans* em questão quando julgar necessário, uma vez que pretendo ir além do processo de inversão hierárquico, operar a partir do deslocamento de significados e não reforçar binarismos. Assim sendo, opto pela utilização do termo cisheteronormatividade, também preservando, o uso do termo heteronormatividade e derivados como heteronorma, quando me referir

à sua utilização por autoras e autores a quem recorro na escrita por meio de citações diretas ou indiretas.

Mas enfim, em que noções como vulnerabilidade, precariedade, inteligibilidade cultural, cisheteronormatividade contribuem para uma discussão a respeito das violências? A hipótese de Butler (2006a) compartilhada por muitas pessoas que estudam e acompanham as suas discussões é de que, geralmente, estão mais expostos às violências aqueles corpos a que são impostas condições precárias, corpos mais vulnerabilizados, que são menos inteligíveis pela/na cultura, aqueles corpos que não são lamentados quando perdidos, pois sequer foram consideradas vidas: os corpos abjetos.

Lo abyecto designa aquí precisamente aquellas zonas “invivibles” de la vida social que, sin embargo, están densamente pobladas por quienes no gozan de a jerarquía de los sujetos, pero cuya condición de vivir bajo el signo de lo “invivible” es necesaria para circunscribirla esfera de los sujetos. Esta zona de inhabilitabilidad constituirá el límite que defina el terreno del sujeto; constituirá ese sitio de identificaciones temidas contra las cuales – y en virtud de las cuales – el terreno del sujeto circunscribirá su propia pretensión a la autonomía y a la vida (BUTLER, 2002a, pp. 19-20)

A abjeção, portanto, diz dos limites do que é considerado humano e também do que não corresponde à matriz de inteligibilidade e, portanto, do que escapa à representação. Butler (2002a, 2006a), em suas discussões relaciona a abjeção com aquelas vidas que não importam ou que são tidas como se valessem menos, o que inclui, num exemplo trazido pela autora, as vidas de civis em guerras produzidas pelos Estados Unidos na época do governo Bush, com o suposto objetivo de combater o “terrorismo”. Por que não foram lamentadas as vidas desses homens, mulheres e crianças que morreram em ofensivas militares norte-americanas no Iraque e no Afeganistão?

De qualquer modo, a abjeção não significa exclusão, no sentido do binarismo inclusão/exclusão, e, o exemplo dado pela autora se refere a aquele (con)texto e aquele momento, uma vez que existe a maleabilidade, plasticidade e constante captura das situações e dos corpos pela representação segundo a matriz de inteligibilidade e no sentido de manter o *status quo*. Assim, o que é considerado abjeto hoje

em determinado (con)texto, não necessariamente sempre foi considerado desse modo no passado, nem necessariamente continuará sendo considerado abjeto no futuro.

Não é preciso ir tão longe, em um (con)texto de guerra declarada para questionar porque algumas vidas, como a de mulheres travestis e trans assassinadas em nosso país não são choradas. No que diz respeito ao foco dessa dissertação, como é possível articular a abjeção com as violências a que estão relacionadas as pessoas que se reconhecem como mulheres travestis e trans? Aqui, cabe resgatar a noção de gênero como performatividade, que segundo Butler:

[...] siempre es la reiteración de una norma o un conjunto de normas y, en la medida en que adquiera la condición de acto en el presente, oculta o disimula las convenciones de las que es una repetición. Además, este acto no es primariamente teatral; en realidad, su aparente teatralidad se produce en la medida en que permanezca disimulada su historicidad (e, inversamente, su teatralidad adquiere cierto carácter inevitable por la imposibilidad de revelar plenamente su historicidad). En el marco del acto de habla, se considera performativa a aquella práctica discursiva que realiza o produce lo que nombra (BUTLER, 2002a, p. 34)

Como afirmou a autora, a performatividade não é um ato teatral nem uma escolha que parta de um sujeito voluntarista. Derrida, que assim como Butler se baseou na teoria dos atos da fala de Austin, traz a performatividade como “... comunicar uma força por impulsão de uma marca” (DERRIDA, 1991, p. 363). Derrida quer dizer com isso que o ato performativo não tem um referente fora de si ou uma causa exterior: o performativo transforma e produz uma situação. O gênero como performativo nessa perspectiva se faz por repetições, citações das normas presentes na cultura, sendo sempre citações das citações, não havendo um modelo original, por exemplo, do que é ser homem ou mulher. Assim, opto pela utilização do conceito de gênero como performatividade e entendo o conceito de gênero como performativo pensando nas travestilidades e nas transexualidades como associadas à performatividade de gênero.

O gênero entendido como performatividade parece se relacionar com a abjeção de corpos travestis e trans. Contudo, faço aqui um esforço para não sobrepor as violências vivenciadas às categorias identitárias assumidas por pessoas que se reconhecem como mulheres travestis e trans. Tenho por compromisso tentar não reproduzir a vitimização, que potencialmente toma como desmobilizada para a ação quem é considerada vítima. Ao recusar a vitimização, tenho por cuidado não cair no polo oposto da culpabilização das pessoas que vivenciam violências. Nesse sentido, é que busco operar com a desconstrução nas análises das violências vivenciadas ou não pelas pessoas que entrevistei, bem como em alguns momentos, nas análises de falas que escutei e que me tocaram nos diversos espaços que habitei durante e até mesmo antes do mestrado. Butler (2015b) me ajuda a pensar esse caminho *entre* polaridades dispostas em hierarquias – como tentando me equilibrar em uma corda suspensa – ao escrever sobre a responsabilização ética no que tange à temática das violências.

Desse modo, uma das contribuições de Butler (2015b) se faz a partir de considerações como as de que somos responsáveis por aquilo que o outro nos interpela e nos causa, na medida em que os sujeitos humanos só se constituem e são produzidos na relação com o Outro. Isto não quer dizer que somos culpados pelo que o outro nos faz, ou no caso, pelas violências que sofremos, mas sim no sentido de que estamos implicados em tais atos. Um dos possíveis efeitos dessa consideração é o de que ao nos responsabilizarmos poderíamos responder às violências a partir de uma ética que não a do castigo, da punição, da vingança.

Por conseguinte, para que uma atitude ética de responsabilização neste sentido possa ocorrer é necessário o descentramento do sujeito, que pode ocorrer de diversas maneiras, como o reconhecimento do inconsciente e o questionamento da suposta linearidade, continuidade e unidade do eu consciente, como proposto pela tradição ocidental da metafísica da presença. Essa atitude ética é importante, pois faz frente a posicionamentos produtores de um recrudescimento das violências, na qual se responde às violências com mais violências. Entretanto, é importante destacar que não se trata de julgar alguém que tem uma resposta violenta diante de um ato também violento. Como afirmou a autora:

O reconhecimento não pode ser reduzido à formulação e à emissão de juízos sobre os outros. Indiscutivelmente, há situações éticas e legais em que esses juízos devem ser feitos. No entanto, não

deveríamos concluir que a determinação legal da culpa ou da inocência seja o mesmo que reconhecimento social. Na verdade, o reconhecimento muitas vezes nos obriga a suspender o juízo para podermos apreender o outro (BUTLER, 2015b, p. 63)

Uma de minhas tentativas nas análises dos materiais produzidos na pesquisa é a de não exercer a posição de alguém que julga – como vítima ou culpado –, que se coloca como distante, subordinado ou subordinador em uma hierarquia na relação com o outro. Nesse sentido, penso ser importante abordar aqui a concepção do que sejam sofrimentos, uma vez que fazem parte de relatos que ouvi durante o processo de pesquisa como possíveis efeitos de situações reconhecidas ou não como violentas.

Em especial no capítulo 4, em que discuto a patologização das transexualidades e travestilidades, o sofrimento – segundo os manuais: Classificação Internacional de Doenças (CID) e o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM) que produzem diagnósticos – está relacionado à disforia de gênero, o que popularmente é reproduzida como a inadequação entre “mente” ou “cabeça femininas” e um “corpo masculino”. Essa concepção patologizante individualiza o sofrimento, tomando-o como um efeito do transtorno diagnosticado. Como pesquisador, entendo que o sofrimento que mulheres travestis e trans relatam ter por não sentirem que seus corpos sejam adequados ao gênero com o qual se identificam, não advém de um transtorno psiquiátrico e individual, mas sim de um (con)texto cisheteronormativo que re(produz) ideais de corpos para que se possa performatizar e materializar o gênero.

Contudo, defendo uma noção mais ampla do que sejam tais sofrimentos, para além do sentimento de inadequação de seus corpos – o que motiva inúmeras modificações corporais –, mas também como efeitos das diversas violências que as mulheres trans e travestis vivenciam cotidianamente. Todavia, tento levar em consideração a singularidade das pessoas entrevistadas que podem não entender certas questões como violentas, uma vez que as naturalizaram, como será abordado no capítulo 5 a respeito da desconstrução do binarismo vítima/agressor. Da mesma maneira que podem não considerar certas situações como violentas, podem não expressar sofrimento ou não relatá-lo em relação a tais situações, ainda que gerem problemas para elas. Assim, tento priorizar o entendimento do que seja sofrimento a

partir dos relatos que pude acompanhar com pessoas que se reconhecem como mulheres travestis ou trans, em que são explicitadas questões como situações envolvendo violências que as entrevistadas relacionem ou não com suas performatividades de gênero.

Diante de tais contribuições, arrisco afirmar que tanto Butler quanto Derrida não buscam expurgar a agressividade e a destrutividade como partes integrantes do humano, não como natureza, mas como potencialidade, ou como diria Freud (1915a/1996), como uma das formas possíveis de descarga e realização da pulsão. Derrida (2001b), que se assume herdeiro da hipótese do inconsciente – por um lado realiza a crítica à metapsicologia psicanalítica e por outro lado assume a importância da hipótese do Inconsciente –, afirma isso ao apostar num saber como o psicanalítico no que ele não se furta em acolher a crueldade como possibilidade humana.

Diferente de um saber como, por exemplo, o da religião que costumeiramente localiza o mal no sobrenatural, ou do humanismo que localiza o mal exclusivamente nas condições externas à subjetividade, a psicanálise trabalha com um saber sem alibi quando aponta a subjetividade como cindida e constituída pela capacidade tanto de agregar quanto de destruir (DERRIDA, 2001b). É na aposta de construção de um saber sem alibi, que se (des)orienta pela desconstrução de binarismos como eu/outro, sujeito/objeto, vítima/agressor que me propus o exercício de escrita, sabendo que se trata de uma tarefa (im)possível. Ou seja, trata-se de uma tarefa não irrealizável, porém possível de ser trabalhada quando não se toma por referência a busca por verdades, origens, ou respostas, mas antes quando se trabalha com as desconstruções das situações e dos (con)textos.

4. PATOLOGIZAÇÃO DAS TRANSEXUALIDADES E TRAVESTILIDADES: ENTRE DIREITOS E VIOLÊNCIAS

No início da pesquisa me deparei com diversas dúvidas – muitas das quais ainda me acompanham –, e entre elas estavam as distinções e aproximações entre as categorias travesti e transexual. Qual a diferença entre elas? Há diferenças nas vivências de violências entre as pessoas que se reconhecem ou são identificadas como mulheres travestis e aquelas que se reconhecem ou são identificadas como mulheres trans? Nos contatos que tive com pessoas que se reconhecem por essas referências identitárias, percebi que suas autoatribuições de gênero, por vezes, eram circunstanciais. Dependendo do que se fala e para quem se fala, definiam-se como *mulher trans*, em outros momentos como *transexual*, algumas como *travesti* e, às vezes, se negavam a se rotular, preferindo ser tratadas pelo seu nome, nome aquele que escolheram. Nos lugares que circulei, vi pessoas que se reconheciam como travestis, com um tom político declarado, como forma de se contrapor à atitude higienista que associa o termo a aspectos que desqualificam.

Porém, também presenciei dizeres que tinham um tom higienista, como a fala de uma mulher trans que repudiava o uso do termo travesti, pois para ela isso remetia a vestir roupas femininas e ela não apenas se vestia como mulher, ela era uma *mulher transexual*. Para ela, que tem ensino superior e na ocasião dava uma palestra relacionada às questões trans, quem usa o termo travesti o faz por desconhecimento, uma vez que tal termo carrega um significado pejorativo e estaria caindo em desuso. Quanto ao grupo de pessoas entrevistadas, de maneira geral, quando questionadas, elas usavam os termos *mulher trans*, *mulher transexual* ou uma *trans*, *transexual*. O termo *travesti* foi mais usado para se referir ao coletivo, assim como o termo *transexual*. Pude perceber então, que não se tratava necessariamente de diferenças tão bem delimitadas e que havia certo deslizamento entre tais categorias.

Essas categorias, assim como as matrizes identitárias – ligadas ao gênero, orientação sexual, etnia, nacionalidade, etc. –, são historicamente construídas nas suas interfaces com as relações de poder (FOUCAULT, 1995), tendo como elemento importante o papel do saber médico nesse processo. Por isso, priorizei aqui os efeitos das categorizações patologizantes⁴¹ presentes em manuais como o CID e o

⁴¹ Acredito que a patologização das transexualidades e travestilidades tenham efeitos também sobre pessoas que não se reconhecem como mulheres travestis ou pessoas trans, como por exemplo, pessoas que se identificam como “não-

DSM , sobre a produção de categorias e subjetividades de pessoas que se reconhecem como mulheres travestis e trans, tomando-as majoritariamente como forma de produção e perpetuação de violências. Contudo, ao mesmo tempo em que faço essa afirmação, não ignoro que há outros saberes constituindo os entendimentos que se tem sobre o que são transexualidades e travestilidades. Não recuso também que a patologização por meio de diagnósticos podem representar a possibilidade de pessoas trans e mulheres travestis exercerem a autonomia, como na retificação de prenome e sexo nos registros civis por meio de processos jurídicos, como discuto no decorrer desse capítulo.

Quando ocorre a referência a categorias como travesti e transexual é muito frequente emergir as noções presentes nos manuais internacionais de catálogos de doenças – representantes e constituintes do saber médico –, nos quais há o entendimento de que a transexualidade é um transtorno mental. Considerada uma doença, a transexualidade implicaria na crença de uma pessoa designada por determinado sexo ao nascer, segundo a genitália, em ser constituída pelo sexo oposto, sendo que essa condição produz sofrimento, mal-estar, desconforto e demanda a necessidade da cirurgia de transgenitalização. Segundo essa perspectiva, o que diferencia a transexualidade da travestilidade seria que, nesta última, não haveria a necessidade de tal cirurgia, bem como ocorreria a ausência de tal sofrimento.

De acordo com Jorge Leite Junior, a respeito dessas classificações, “pode-se perceber o eco de uma das características fundadoras da ciência sexual: a divisão de sexualidades ‘anormais’ ou dentro da lógica do crime – pelo prazer da transgressão –, ou da doença – através do sofrimento indesejado –” (LEITE, JÚNIOR, 2008, p. 192). As travestilidades são equiparadas assim, a desvios e perversões sexuais, enquanto as transexualidades são equiparadas à doença, que poderia ser “corrigida” ou “curada” com a cirurgia transgenitalizadora. Tais saberes produziram e continuam produzindo implicações negativas nas vidas de mulheres trans e travestis (BENTO, 2011; HOENISH, PACHECO, 2012; SILVA JÚNIOR, 2011), sendo, portanto, preponderantemente formas de violências. Uma dessas implicações é a exclusão de mulheres travestis e pessoas trans de procedimentos oferecidos pelo SUS para

binários”. Contudo, a análise aqui proposta, tendo em vista os limites de tempo colocados pelo mestrado é focada nas apropriações de pessoas que se reconhecem ou já se reconheceram como mulheres travestis ou trans.

modificações corporais ao não se adequarem a um padrão diagnóstico de transexualidade, como será discutido nos próximos parágrafos.

De todo modo, questiono nesse capítulo as definições das categorias travesti e transexual postas *a priori* em manuais como CID e DSM, que procuram essencializar as pessoas e enquadrá-las em normas universais. Contudo, não faço uso de tais definições para me referir às participantes da pesquisa. Optei por relevar a singularidade, a autoatribuição de gênero e recorrer à própria leitura que as pessoas fazem sobre si. Portanto, o critério para considerar cada uma das participantes como mulheres travestis ou trans foi se essas pessoas se identificam ou não como tal, independentemente de mudanças corporais hormoniterápicas, cirúrgicas ou outras.

A respeito das contradições que envolvem os diagnósticos discutidos nesse texto, vale lembrar que no Brasil, o processo transexualizador⁴² é garantido pelo SUS. Porém, para que uma pessoa possa se beneficiar dos procedimentos previstos deve ser seguido um protocolo⁴³, em que há exigência de diagnóstico de transexualismo⁴⁴, a categoria F-64 do manual CID-10, classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Outra exigência do protocolo é o acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico compulsório por dois anos para realização de cirurgia de transgenitalização. Não questiono aqui que seja importante o acompanhamento psicológico, contudo, ele ser compulsório é problemático, uma vez que se retira a autonomia de uma pessoa trans ou travesti alterar o seu corpo, o que não ocorre com

⁴² A portaria nº 1707, de 18 de agosto de 2008, redefinida e ampliada pela portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde, estabelece o Processo Transexualizador no domínio do SUS, tendo como base a resolução nº 1652 do Conselho Federal de Medicina (2002), que nomeia a transexualidade como doença e aponta quais as cirurgias e quais os tratamentos hormonioterápicos são viáveis, definindo também critérios para diagnosticá-la. O saber médico, como se pode ver, tem uma relação de poder que determina a vida de mulheres travestis e trans.

⁴³ O protocolo transexualizador na íntegra e as exigências a ele ligado para o direito ao atendimento estão disponíveis em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html

⁴⁴ O sufixo “-ismo” é utilizado para indicar presença de doença, a exemplo da homossexualidade, que já foi considerada um dia patologia, referida então como homossexualismo.

pessoas cis que realizam cirurgias plásticas e modificam seus corpos sem a compulsoriedade de um acompanhamento terapêutico que ratifique essa decisão (MISSÉ, 2013). Uma possibilidade decorrente da compulsoriedade desse acompanhamento é a de que profissionais da psiquiatria ou da psicologia, a partir dessa posição de poder, podem atuar segundo preceitos morais e cisheteronormativos, atrasando ou impedido a inclusão de uma pessoa no processo transexualizador pela deslegitimação de sua transexualidade.

Esse protocolo acaba por criar “campos de exclusão” (LIONÇO, 2009) de pessoas trans e mulheres travestis ao impedir o acesso a outros procedimentos, como a hormonioterapia, quando a cirurgia de redesignação sexual não é uma demanda, ou seja, caso não se enquadrem no diagnóstico F-64. Judith Butler (2009) discute o paradoxo da patologização da transexualidade como algo que, por um lado, tem efeitos negativos, gerando sofrimento e contribuindo para a precarização de vidas e, por outro lado, é instrumento de garantia de direitos, como da cirurgia de transgenitalização paga pelos planos de saúde nos Estados Unidos. No Brasil, podemos pensar o mesmo paradoxo na garantia da cirurgia de transexualização pelo SUS, que, em tese, garante o direito, porém apenas a quem segue a norma do que é ser transexual segundo o entendimento hegemônico.

Importante marcar que há previsão da retirada da transexualidade, escrita como “transexualismo” no capítulo V do CID 10, da categoria de transtornos mentais e comportamentais. Para a próxima versão, o CID 11, a transexualidade passaria a ser alocada em novo capítulo referente a “outras condições relativas à sexualidade”. Quanto ao DSM, manual desenvolvido pela Associação Americana de Psiquiatria, no qual, na sua 4ª edição, a transexualidade foi catalogada como “transtorno de identidade de gênero”, houve uma mudança na 5ª edição, passando a ser denominada como “disforia de gênero”.

Porém, como pontua André Oliveira (2014, p. 87), “embora ocorra uma mudança nos termos, persiste a exigência de laudo para atestar tal condição, bem como os critérios diagnósticos.” Percebe-se que o diagnóstico que envolve o processo transexualizador é constrangedor – e, porque não, violento? –, pois a pessoa deve provar que é transexual em uma terapia compulsória de dois anos que não lhe dá chance de escolha, na qual as pessoas trans e mulheres travestis – eu acrescentaria também mulheres travestis – se vêem num processo de “adestramento” em que devem corresponder aos ideais da heteronormatividade sobre o gênero com o qual se identificam, sob o

risco de não serem reconhecidas como transexuais e terem negadas as possibilidades de exercer seus direitos (BUTLER, 2009; LEITE JÚNIOR, 2008; OLIVEIRA, 2014). Em outras palavras, as mulheres travestis e pessoas trans se vêem na obrigação de corresponderem a estereótipos⁴⁵ do que é ser homem e mulher, bem como terem seu desejo sexual orientado para pessoas do sexo/gênero oposto ao qual se identificam.

Assim como a transexualidade, a travestilidade também tem seu lugar nos manuais diagnósticos oficiais de doenças como o CID-10, nos quais, dentro do grupo de transtornos comportamentais do adulto, pode ser considerada transtorno de identidade sexual, o F.64.1 – Transvestismo bivalente –, ou, ainda, como transtorno de preferência sexual, o F.65.1 – Transvestismo fetichista. O transvestismo bivalente é descrito como

o uso de roupas do sexo oposto durante uma parte da existência, para desfrutar a experiência temporária de ser membro do sexo oposto, mas sem qualquer desejo de uma mudança de sexo mais permanente ou de redesignação sexual cirúrgica associada. Nenhuma excitação sexual acompanha a troca de roupas, o que distingue o transtorno do transvestismo fetichista (OMS, 1993, p. 210).

Por sua vez, o transvestismo fetichista é descrito pelo

uso de roupas do sexo oposto principalmente para obter excitação sexual. [...] O transvestismo fetichista se distingue do transvestismo transexual por sua clara associação à excitação sexual e o forte desejo de tirar a roupa assim que o orgasmo ocorre e a excitação sexual declina. Uma história

⁴⁵ A noção de estereótipo aqui trazida não tem relação com o termo usado nas teorias psicológicas cognitivas, como a da teoria das representações sociais. Utilizo o termo para me referir a padrões de comportamento geralmente negativos associados a grupos, no caso específico dessa dissertação, de mulheres trans e travestis. Esses padrões de comportamento não necessariamente correspondem à vivência das pessoas a quem são relacionadas, contudo contribuem performativamente para a abjeção dos corpos travestis e trans.

de transvestismo fetichista é comumente relatada por transexuais como uma fase precoce e provavelmente representa um estágio no desenvolvimento do transexualismo em tais casos (OMS, 1993, pp. 213-214).

Leite Júnior (2008) chama a atenção para a discrepância entre essas classificações rígidas e totalizantes e a fluidez que se percebe nas identificações no cotidiano:

Desta forma, alguém que se considere como *crossdresser* pode, em algum outro momento da vida se identificar como travesti e, ao mesmo tempo, dependendo da situação, se apresentar como transexual. Isto é possível não apenas como manifestação da complexificação e ressignificação de categorias na experiência de vida, mas como estratégia distintiva. Em nosso país, as pessoas conhecidas como travestis estão fortemente associadas no imaginário social à marginalização e à prostituição, independente do quanto esta seja uma relação real ou não. (LEITE JÚNIOR, 2008, P. 196)

Segundo Leite Júnior (2008), no Brasil, a associação da categoria travesti com a prostituição, bem como com DST's, AIDS, criminalidade e marginalidade, tem suas raízes em processos históricos que foram se consolidando no imaginário social, o que pode ser visto em sua tese de doutorado, de perspectiva histórica foucaultiana, que remonta inclusive o hemafroditismo na Antiguidade greco-romana e os vários saberes inventados sobre os gêneros considerados conformes e inconformes até a atualidade.

Sobre estes vários saberes envolvendo as categorias travesti e transexual, Leite Júnior (2008) destaca que, no Brasil, a noção que popularmente se tem de uma mulher travesti é a de uma pessoa que foi denominada homem ao nascer, mas vive como mulher, realizando mudanças corporais como hormonioterapia e implante de silicone nas mamas, tendo comportamentos femininos e não demandando, necessariamente, a cirurgia transgenitalizadora. Este entendimento não condiz com as descrições de transvestismo fetichista do CID ou do fetichismo transvéstico do DSM.

De acordo com Leite Júnior (2008), a noção que se tem no Brasil sobre o que é uma travesti, descrita no parágrafo anterior, é classificada em países estrangeiros – como Estados Unidos, França e Itália –, como transexual secundário, ou como pertencentes aos grupos 2 – tipo 4: transexual não indicado para cirurgia, ou Grupo 3 – tipo 5: transexual de intensidade moderada, segundos estudos de Harry Benjamim. Esse endocrinologista alemão radicado nos Estados Unidos contribuiu de maneira expressiva para reforçar a noção de transexualidade como manifestação patológica em detrimento da noção ligada ao pecado e ao crime, tornando-se uma das referências na discussão da temática⁴⁶, bem como o psicólogo Money – primeiro a utilizar o conceito de “gênero” em relação às diferenças sexuais –, e o psicanalista Robert J. Stoller – primeiro a utilizar o conceito de identidade de gênero e propor distinção entre transexual verdadeiro e falso (ARÁN, 2006; LEITE JÚNIOR, 2008; MISSÉ, 2013). É importante marcar essas divergências, pois, a partir delas, é possível perceber a impossibilidade da universalização das experiências e vivências de pessoas trans e mulheres travestis.

Analisar criticamente as implicações das categorias travesti e transexual presentes nos já referidos manuais de classificação de doenças implica também desconstruir tais noções e considerar outras que, no caso, não sejam baseadas na patologização das vivências das mulheres travestis e pessoas trans. Uma abordagem com um olhar não patologizante sobre essas experiências e vivências pode ser contemplada na escrita de Bento (2009). A autora traz uma importante contribuição para a discussão das transexualidades ao propor uma reflexão sobre diversos aspectos relacionados à corporalidade de homens e mulheres trans, a partir das narrativas de várias pessoas.

Bento (2009) questiona o saber médico que descreve a transexualidade como um transtorno no qual a pessoa transexual sentiria completa abjeção⁴⁷ pelo seu corpo. Segundo essa concepção, a abjeção

⁴⁶ Segundo Jorge Leite Júnior (2008), com seu artigo *Travestismo e transexualismo*, publicado em 1953, Harry Benjamim cria, literalmente, os sujeitos transexuais e travestis ligados às terminações com “ismos”, usadas para descrever “patologias” ou “problemas” sexuais, segundo a tradição científica a partir do século XIX. Com esse artigo, iniciou-se a popularização dos termos travesti e transexual no meio científico.

⁴⁷ A autora não parece usar a palavra abjeção conforme o conceito proposto por Butler (2002a). Antes, a abjeção a que Bento (2009) se refere nas descrições da

pelo corpo estaria ligada a uma assexualidade, à ausência de desejo sexual e de prazer pela via da masturbação, por exemplo, em que a cirurgia de “readequação” corporal – tanto a vaginoplastia no caso das mulheres transexuais, quanto a mastectomia e/ou faloplastia, no caso dos homens transexuais – serviria para uma adequação da sexualidade da pessoa trans. Em outras palavras, a cura para a doença que sofreria a pessoa trans, que implicaria em sintomas como rejeição pelo corpo e ausência de desejo sexual, seria a cirurgia de transgenitalização.

Entre as pessoas que entrevistei, algumas delas disseram já ter sentido algum tipo de frustração em relação ao corpo, mas em nenhum dos relatos foi mencionada alguma insatisfação explícita em relação aos genitais. Sobre a insatisfação com o corpo, recorro a uma fala de Natália, com 25 anos, nascida fora do estado de Santa Catarina, morando em São José há três anos, concluiu o ensino médio, trabalha como profissional do sexo, mora sozinha e se autoidentificou *transexual*. Entrei em contato com Natália por meio de outra pessoa que entrevistei. Ela foi muito gentil e se mostrou disposta a participar da pesquisa, contudo, por trabalhar muito, faltava-lhe tempo. A solução que encontramos foi realizar a entrevista por *Skype*, um programa de computador que permite fazer chamadas de áudio e vídeo. Com o auxílio de outro programa gravei o áudio da entrevista, que depois transcrevi. Segue a fala destacada:

[...] porque realmente a minha, o meu corpo não condiz com o meu cérebro, com a minha cabeça, com o que eu tenho por dentro, entendeu? E diversas vezes na vida isso causa alguma frustração, sim. Não vou te falar que não causa, não vou ser hipócrita, não (Natália).

A respeito da temática da insatisfação com o corpo destaco também uma fala de Pietra⁴⁸. Natural de Palhoça, SC, com vinte e sete

transexualidade em manuais como CID e DSM se aproxima mais do sentimento de rejeição e repulsa extrema em relação ao próprio corpo.

⁴⁸ Embora já tivesse se reconhecido em outros momentos de sua vida como *travesti*, quando entrevistei Pietra, a mesma se definiu como *crossdresser* e apresentou-se com o nome masculino conforme o registro em seus documentos. Contudo, meses depois a reencontrei e questionei como gostaria de ser tratada quando eu fosse me referir a ela na escrita da dissertação – se com um nome masculino ou feminino. Pietra pediu para que eu me referisse a ela com nome e

anos, morava com a mãe e disse não estar trabalhando naquele momento. Conheci Pietra na ADEH, em um café que acontece ali frequentemente, que tem por objetivo estimular o contato e o convívio da comunidade com a Instituição. Falei com Pietra a respeito da minha pesquisa e ela aceitou participar. Conversamos ali mesmo na ADEH naquele dia. Contudo, como a sala que usaríamos para a entrevista demorou para ser desocupada, ela se mostrou impaciente, por diversas vezes perguntou se não poderíamos fazer a entrevista em outro local. Finalmente a sala foi liberada e conseguimos fazer a entrevista. Eu também fiquei um pouco ansioso durante a entrevista, pois Pietra respondia às perguntas sem desenvolver muito as respostas. Uma dificuldade também foi o fato de que a entrevistada tem um grau de deficiência auditiva, então em vários momentos eu tive que repetir as perguntas, pois ela não havia escutado.

Assim como Natália, Pietra também relatou insatisfação com seu corpo: *“De eu não tá completamente feliz com a minha aparência [...] Ah, queria de ter menos pelo, quero ter o cabelo comprido, como eu te falei, né, que é muito importante pra mim. E pelo, pelo, plástica... [no] nariz”*. Entretanto, ainda que seja explicitado um descontentamento com o corpo, nos trechos supracitados não acredito haver algum tipo de repulsa, ódio ou rejeição extrema pelo corpo, como descrita nos manuais médicos que pretendem dar explicações universais sobre as transexualidades. De maneira semelhante, o que as narrativas e discussões propostas por Bento (2009) evidenciam é que não há conceito universal que abarque todas as possibilidades de configurações de gênero e sexualidade nas subjetividades de pessoas trans e mulheres travestis – assim como não há conceito universal que não cause exclusões referentes a gênero e sexualidade entre as mulheres travestis, ou mesmo entre pessoas não trans. Segundo a autora:

A afirmação de que as pessoas transexuais odeiam seus corpos está baseada em tropos metonímicos. Toma-se a parte (as genitálias) pelo todo (o corpo). É como se a genitália fosse o corpo. Esse movimento de construir o argumento metonimicamente espelha a própria interpretação

tratamento gramatical no feminino. Apresentarei melhor os motivos por ela alegados para se vestir e se apresentar com gênero masculino no capítulo cinco, em que discuto trajetórias de violências vivenciadas por mulheres travestis e trans na família, na escola, na busca por empregos formais e na prostituição.

moderna para os corpos, em que o sexo define a verdade última dos sujeitos. [...] a relação das pessoas transexuais com as genitálias não é marcada exclusivamente pela abjeção. Os relatos sobre essa relação variam desde afirmações como “tenho horror a essa coisa” até “ele faz parte do meu corpo, não tenho raiva”. (BENTO, 2009, p. 97)

Assim, as mais diferentes formas das mulheres travestis e pessoas trans se relacionarem com seus próprios corpos podem ser percebidas, portanto, como contestação e até negação da classificação universalizante e patologizante ratificada pelo saber médico. Natália, por exemplo, diz não se abalar com comentários nos quais é deslegitimada como mulher por não ter sido designada dessa maneira ao nascer, ou seja, por não ter nascido com um corpo e genitais considerados femininos segundo a cisheteronormatividade, aos quais os saberes médicos hegemônicos estão relacionados:

Tipo "ah, seu traveco, isso, aquilo, aquilo outro". Mas tipo, blá, blá, blá, sabe? Mi mimi, assim, que pra mim não faz diferença, assim. Tipo, não faz diferença, acho que nem a coisa do "ai, você não vai, você não é mulher, você nunca vai ser mulher," tipo, ai e daí?! Tipo pra mim, eu sou uma pessoa muito, é muito difícil assim, você me tirar tipo, me fazer eu me sentir mal, sabe (Natália).

Outra forma de questionar o saber universalizante e patologizante, implicaria questionar a necessidade da cirurgia transgenitalizadora como aquilo que diferenciaria a transexualidade da travestilidade, como propõe o saber médico, na Resolução nº 1.652 do Conselho Federal de Medicina (CFM, 2002, s/p), ao localizar na transexualidade “desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e ou auto-extermínio”.

Tais tendências descritas em resolução do CFM incrementam a patologização da transexualidade presente nos manuais internacionais de doenças citados, encobrindo o (con)texto cisheteronormativo como produtor de tal sofrimento. Isto porque, quando se coloca a necessidade ou não de cirurgia transgenitalizadora, muitas vezes chamadas de

“adequação sexual”, parte-se de um pressuposto no qual haveria um sexo essencial e natural – verdadeiro. Assim, as pessoas trans e mulheres travestis precisariam apenas se “adequar”, deixando de lado os incômodos e ameaças do ambíguo, passando a fazer parte do grupo de homens e mulheres “de verdade”, ou seja, das pessoas ditas como “normais” (LEITE JÚNIOR, 2008).

Entre as pessoas que entrevistei, a questão da cirurgia de transgenitalização não foi discutida, acredito que por dois motivos principais. Primeiro, porque eu não fiz esse questionamento se elas teriam ou não vontade de realizar a cirurgia, pois acredito que seria uma pergunta invasiva e desnecessária, já que justamente pretendo controverter o uso das categorias travesti e transexual, diferenciadas a partir da cirurgia. O segundo motivo pelo qual essa questão não foi analisada nas entrevistas foi que as próprias entrevistadas não trouxeram o tema para discussão. Contudo, as afirmações que faço, por exemplo, a respeito das diferentes maneiras das mulheres trans e travestis lidarem com seus corpos, o que pode vir a contestar os saberes médicos patologizantes, são feitas também a partir de falas que escutei em diversos (con)textos. Nas *Segundas transtornadas*, por exemplo, ouvi algumas mulheres travestis e trans dizerem que não tinham problema em serem ativas, ou seja, penetrarem seus parceiros, que inclusive gostavam e que, portanto, não fariam a cirurgia de transgenitalização. Assim, o desejo de realizar a cirurgia transgenitalizadora ou não, independia de se identificarem ou não como mulheres travestis ou trans.

A respeito dessa temática, concordo com Maria Luiza Rovaris Cidade (2016) quando afirma que há uma fetichização das experiências dissidentes no campo das questões sexo/gênero, em especial à genitália e aparência genital das mulheres travestis e pessoas trans. É com base nessa fetichização que muitas violências são (re)produzidas, como no caso relatado por Lígia ao entrar no banheiro feminino de uma faculdade. Lígia tem 31 anos e mora com a mãe em São José. Cursa o ensino superior, já trabalhou como profissional do sexo por dois anos em época na qual não conseguiu emprego e hoje faz bicos para se manter. Lígia se diz uma *travesti* diferente, pois gosta de esportes e é bissexual. Certo questionamento de um ideal cisheteronormativo do que é ser mulher travesti é enunciada nessa fala, o que pode ser relacionado também com o fato de Lígia ter relatado sofrer preconceito entre algumas pessoas trans e mulheres travestis, por ela ser diferente de um padrão considerado mais feminino. Segue a fala da entrevistada:

*Eu fui usar o banheiro, o velho discurso do banheiro. Fui usar o banheiro e daí tinha uma segurança da faculdade dentro do banheiro. E daí a mulher saiu lá da, da cabine, chegou pra mim e disse assim "tu sabe que não deveria tá aqui, né?! Tu sabe que não deveria tá aqui". Daí eu disse assim "mas por quê?". Eu achando que era, que o banheiro tava interditado, que era banheiro pra funcionário, né. Perguntei um porque, mas perguntei um porque assim, não questionando questão de preconceito, porque eu achei que era banheiro de funcionário, mesmo. Aí ela falou, "não, cê..... até o ponto que eu saiba **você tem pinto ainda**. Cê não deveria tá aqui." Aí eu falei "tá bom". (Ligia)*

Lígia, que estudava em tal faculdade fez uma denúncia dessa situação, disse ter sido acolhida por professores e pela reitoria, contudo a segurança que era terceirizada não foi punida de imediato, apenas não tendo seu contrato de emprego renovado no ano seguinte. A segurança em questão não tinha como saber se Lígia tinha ou não feito a cirurgia de redesignação sexual – nem mesmo se ela tinha o desejo de realizar essa intervenção cirúrgica –, contudo supôs que ela não tivesse feito e quis impedi-la de usar o banheiro feminino, como se a presença do genital definisse o gênero de Lígia. Esse tipo de violação de direitos baseada no gênero definido pelo genital demonstra a necessidade de desconstruir tais noções em benefício da autonomia das pessoas em atribuir a si mesmas o gênero ao qual se identificam, sem a necessidade de ratificação médica, jurídica ou quaisquer outras.

4.1. Retificação de prenome e sexo em registros civis: o paradoxo da patologização como produtora de violências e como forma de auto(nomia)

A patologização das transexualidades e travestilidades, embora tenha vários efeitos negativos e seja geradora de sofrimento para muitas pessoas está envolvida numa questão paradoxal. Isso se dá, pois em diversos casos é a partir do diagnóstico de transexualidade que muitas pessoas trans e mulheres travestis podem ter acesso a procedimentos previstos no processo transexualizador como já discutido anteriormente, bem como obter ganhos de causa em processos jurídicos de retificação de prenome e sexo em registros civis. No momento, me atenho ao

desfecho desses trâmites jurídicos, único meio no país que as mulheres travestis e pessoas trans têm para retificar o nome e sexo em registro civil, uma vez que não há no Brasil uma lei que garanta de maneira específica tais alterações para essa população. Em espaços como a ADEH, ouvi relatos de que há uma diversidade de desfechos nesse campo, que ocorrem de acordo com o entendimento de juízes – muitas vezes segundo preceitos morais – a respeito das demandas por retificação, que sejam favoráveis ou não a essas questões.

Há juízes que atendem à demanda solicitando o laudo⁴⁹ com diagnóstico de transexualidade, assim como há juízes que aceitam um parecer psicológico sem o diagnóstico. Contudo, também há juízes que negam pedidos de retificação de nome e sexo em registro civil se a pessoa trans ou mulher travesti não realizou a cirurgia de transgenitalização. Dessa forma, um direito é negado, o que entendo como uma forma de violência, já que muitas pessoas trans e mulheres travestis não desejam fazer tal modificação corporal, o que não necessariamente interfere na forma como se identificam em relação ao gênero.

Novamente, como já discutido no início do capítulo, a busca pelo “transexual verdadeiro”, baseado em critérios diagnósticos do DSM e CID, em especial a noção do desejo pela cirurgia de transgenitalização tem produzido efeitos patologizantes, de violências e sofrimentos. Contudo é importante notar que tais categorias produzem efeitos e fazem parte da produção de subjetividades. Desse modo, como discute Miquel Missé (2013), o imaginário coletivo, por influência também da mídia reprodutora de estereótipos, ainda relaciona muito as pessoas trans e mulheres travestis⁵⁰ às cirurgias de modificação corporal, e

⁴⁹ O CFP produziu um manual para produção de documentos técnicos da área da psicologia. De acordo com esse manual, uma das diferenças entre laudo e parecer é que, o primeiro é resultado de uma avaliação psicológica que muitas vezes é acompanhado de um diagnóstico. Já o parecer tem a finalidade de dar uma resposta esclarecedora sobre uma questão focal, que pode auxiliar na tomada de uma decisão. Dessa maneira, em relação às demandas de retificação de nome e sexo em registros civis feitas por pessoas trans, um parecer psicológico consistente que não tenha um diagnóstico referente a gênero, contribui para uma atuação não patologizadora de transexualidades e travestilidades. Fonte: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf

⁵⁰ O autor espanhol não usa o termo mulher travesti ou travesti, contudo, entendo que a sua discussão também pode ser articulada nessa dissertação com

muitas pessoas trans e mulheres travestis⁵¹ assumem esse posicionamento binário, patologizador e normativo. Logo, não há um consenso ou homogeneidade nas experiências de pessoas trans com relação à patologização e às cirurgias.

As decisões de juízes a respeito das retificações de sexo e gênero em registros civis demandadas por pessoas trans, quando apoiadas em diagnósticos médicos, reafirmam a patologização de tais vivências, o que demonstra relação íntima dos saberes jurídicos e médicos nesse campo. Sobre essa questão é importante considerar o que discutem Bento e Pelúcio (2012):

Diante dessas complexas experiências [de pessoas transexuais], como são complexas as experiências humanas em geral, o saber médico não pode justificar os “transtornos” por nenhuma disfunção biológica. Em última instância, são as normas de gênero que contribuirão para a formação de um parecer médico sobre os níveis de feminilidade e masculinidade presentes nos demandantes. Serão elas que estarão sendo citadas, em séries de efeitos discursivos que se vinculam às normas, quando, por exemplo, se julga ao final de um processo se uma pessoa é um(a) “transexual de verdade”. Não existem testes clinicamente apropriados e repetíveis ou testes simples e sem ambiguidades. O que assusta é perceber que tão pouco conhecimento, credenciado como científico, tenha gerado tanto poder (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 573).

Isso quer dizer que, embora a cisheteronormatividade produza a noção de que sexo é natural e gênero é inseparável dele, e essas normativas estejam presentes nas categorias patologizantes propostas pela medicina, na prática, não há provas de que as transexualidades tenham origem biológica, assim como as cisgeneridades. Tendo as normas de sexo/gênero papel preponderante em tais diagnósticos médicos.

as pessoas que se reconhecem ou são reconhecidas como mulheres travestis, por isso faço essa releitura da obra do autor adicionando tais termos.

⁵¹ Ver nota de rodapé anterior.

No espaço em que ocorriam as rodas de conversa *Segundas Transtornadas*, que acontecem às segundas-feiras na ADEH e que acompanhei durante boa parte do mestrado, pude ouvir o relato de uma mulher trans que teve o seu pedido de retificação de nome negado por um juiz de Santa Catarina e o quanto isso lhe trazia sofrimento, uma vez que passava por diversos constrangimentos, por exemplo, ao ter que mostrar o documento de identidade. Não apenas constrangimentos, mas a própria negativa de empresas em contratar mulheres trans e travestis com a justificativa de que a aparência não condiz com o nome e o sexo que constam na identidade são muito comuns. Isso restringe muito as possibilidades de emprego de mulheres travestis e trans, que acabam muitas vezes tendo como única alternativa a prostituição, o que não é o desejo de todas e muitas vezes implica numa maior exposição a situações de violências⁵².

Cidade (2016) escreveu a respeito das racionalidades envolvidas em decisões de juízes em processos de pedido de retificação de nome e gênero/sexo em registros civis públicos julgado no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a partir da análise de tais processos e de entrevistas com pessoas trans. A autora identificou em tais decisões judiciais, em especial nas que negaram a procedência dos pedidos de retificação, a reafirmação de saberes médicos relacionados com os saberes jurídicos. No caso dos processos considerados inicialmente improcedentes em primeira instância, foi alegado que não há na legislação brasileira conteúdo pertinente à retificação de nome/sexo para pessoas transexuais, o que de certa maneira tornaria tais pedidos inconstitucionais. Já nos processos considerados parcialmente improcedentes foi autorizada em primeira instância a mudança do nome, contudo foi negada a modificação do sexo/gênero em registro civil.

Entre os argumentos utilizados para negar tais pedidos estava a necessidade de realizar a cirurgia transgenitalizadora, ou seja, se adequar aos ideais de gênero da cisheteronormatividade e da noção de transexualidade presente nos manuais CID e DSM. Em um dos processos analisados por Cidade (2016), uma pessoa trans teve seu pedido de retificação adiado, pois pelo entendimento do juiz era necessária a realização de tal cirurgia. Após a realização do procedimento cirúrgico, outro juiz que substituiu o primeiro, negou o pedido de retificação alegando que geneticamente a pessoa transexual

⁵² As violências no (con)texto da prostituição serão discutidas no capítulo 5 – Desconstruindo o binarismo vítima/agressor e a naturalização das violências.

ainda tinha o genótipo XY. Nesse caso, foi autorizada apenas a mudança de nome e negada a modificação de gênero/sexo no registro civil. Assim, a noção de transexualidade ligada à questão da cirurgia de transgenitalização bem como a noção de que o sexo que prevalece é determinado pela genética foram utilizados para adiar e negar direitos a pessoas trans, sendo uma forma de violência.

Por outro lado, o argumento de que existe um desconforto e sofrimento que uma pessoa trans sente advindo da incoerência entre “sexo anatômico” e “sexo psicológico”⁵³ – semelhante ao que é chamado de disforia de gênero pelo DSM-V –, também esteve presente em tais decisões judiciais, como estratégia para reivindicar enquadre da retificação por motivo vexatório e de diversas situações de constrangimento vividas por essas pessoas⁵⁴. A angústia e sofrimento advindos de tal incoerência entre os sexos morfológico, endócrino e gonadal tidos como naturais e o “sexo psicológico” que definiria o sexo, demandando a readequação – tanto cirúrgica quanto de nome e gênero no registro civil – são frequentemente utilizados como principal argumento em processos de pedido de retificação de nome e sexo. Contudo essa noção de constrangimento mantém o entendimento de que tal sofrimento advém de questões internas e não de um (con)texto cisheteronormativo (CIDADE, 2015).

A questão que se apresenta é que, segundo as decisões judiciais, a partir de uma lógica proposta pelas regulamentações da medicina e acatada pelo Sistema Judiciário, a cirurgia de redesignação genital acaba sendo, muitas vezes, a única saída terapêutica que visa a superação dessa suposta dualidade e incoerência, ou seja, um suposto

⁵³ Cidade (2015) questiona a noção de “sexo psicológico” presente no meio jurídico. Esse “sexo psicológico”, tomado como oposto ao sexo morfológico, endócrino e gonadal seria determinante do sexo, como em um dualismo cartesiano da mente/corpo que essencializa e naturaliza o sexo e gênero. Tal termo é posto em questão também, pois não há na psicologia tal noção de “sexo psicológico”.

⁵⁴ Há na legislação brasileira a previsão de mudança de prenome em casos nos quais ele cause constrangimento ou situações vexatórias. Essa é uma brecha pela qual muitas pessoas trans e mulheres travestis entram com ações no judiciário para solicitar alteração de nome. Ver lei de Registros Públicos, nº 6015 de 1973: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm

reencontro entre “sexo psicológico” e corpo. Portanto, mencionar a efetividade da cirurgia de redesignação genital é necessidade irrevogável para a efetivação da decisão judicial ou, pelo menos, a comprovação de que a pessoa está na fila de espera. Tal medida, quando transformada em argumento jurídico, exclui muitas pessoas trans que não desejam efetivar procedimentos cirúrgicos e/ou efetivaram procedimentos. Considero interessante mencionar nesse ponto uma questão que, a meu ver, é central e que diz respeito à fetichização de experiências dissidentes, especialmente no âmbito das questões de sexo/gênero: há um apego potencializado, a meu ver desproporcional, às questões genitais e à aparência genitália das pessoas trans (CIDADE, 2016, p.108).

Em outras palavras, mesmo que em alguns casos, os argumentos que se baseiam em noções que naturalizam a transexualidade sejam utilizados como estratégia para obtenção de direitos de pessoas trans e mulheres travestis, acaba-se em muitos momentos, por meio de seu uso, reforçando e reproduzindo ideais cisheteronormativos e patologizantes sobre tais vivências. Segundo Cidade (2016) argumentos médico-jurídicos também produzem violências por meio de processos de criminalização de pessoas trans e mulheres travestis que realizaram a cirurgia de transgenitalização em período anterior à Resolução 1.482 do CFM (1997) – que regulamentou procedimento –, época em que a cirurgia era ilegal, considerada mutilação e crime de lesão corporal. Pessoas trans e mulheres travestis que realizaram essa cirurgia no período anterior à regulamentação acabam muitas vezes tendo seus pedidos de retificação de nome e sexo negadas.

Para Cidade (2016) esses processos de criminalização são efeitos de punição pela transgressão à norma cisgênera. Além disso, a exigência de que as mulheres travestis e pessoas trans que fazem tais pedidos de retificação atendam a estereótipos de gênero e da heterossexualidade, ou seja, a exigência de que devem sentir atração sexual por pessoas com o gênero oposto ao qual se identificam, também são outras formas de impedir o acesso à retificação solicitada por aquelas pessoas trans e mulheres travestis que não vivem de acordo com tais estereótipos. Portanto, essa exigência trata-se da (re)produção de mais violências.

Como lidar com esse paradoxo? Também escutei relatos de que havia muitos profissionais da psicologia que em seus trabalhos se viam obrigados a produzir laudos para embasar decisões judiciais que beneficiariam pessoas trans⁵⁵. Como abrir mão do diagnóstico patologizante que tem efeitos negativos sobre as vivências das pessoas trans, mas em alguns casos garante alguns de seus direitos? Uma das respostas que tem-se dado para essas questões é a produção de pareceres psicológicos nos quais não são utilizadas categorias diagnósticas, mas sim são relatados outros elementos, como a vida da pessoa, seu cotidiano e sua história, que confirmem a sua identificação de gênero baseado na sua autoatribuição identitária. Cidade (2016) relatou em sua dissertação o trabalho de profissionais e pesquisadores do grupo G8 - Generalizando, vinculado à assistência e assessoria jurídica gratuita do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS que tem se mobilizado em multirões para promover a retificação de nome e sexo/gênero de pessoas trans:

Baseadas nos princípios da dignidade da pessoa humana e de autoatribuição identitária, no caso do Rio Grande do Sul, advogada e psicólogas têm composto petições iniciais e estudos psicológicos sem mencionar o *fenômeno transexual*, sem atribuir uma psicopatologia à transexualidade e sem aliar a efetivação da cirurgia de redesignação genital como elemento central do processo. A base argumentativa é a narrativa autobiográfica das pessoas trans a partir de suas histórias singulares. Os tribunais de justiça do Rio Grande do Sul que, a princípio negavam os pedidos, têm passado a proceder as solicitações sem a participação de peritos, já que a petição inicial já é enviada com toda a fundamentação e força política necessárias. Além disso, o fato da organização política em torno da reivindicação da alteração do registro de pessoas trans se dar por multirões, dezenas de processos são iniciados conjuntamente, produzindo efeitos massivos de

⁵⁵ Tomei conhecimento dessas informações em uma Reunião Ampliada para discutir a proposta de Revisão da Resolução do CFP nº 1/99, que estabelece orientação quanto à atuação de profissionais da psicologia em relação à orientação sexual. Essa reunião foi realizada no dia 27 de julho de 2016, na sede do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina.

convocar o judiciário a responder à questão de maneira política, não apenas íntima e sigilosa (CIDADE, 2016, p. 151, grifos no original).

Ações como essa se aliam a um movimento internacional pela despatologização das transexualidades⁵⁶, que tem apoio do CFP e é seguida por muitos profissionais da categoria e de outras áreas. Bento e Pelúcio fazem parte desse movimento e defendem a despatologização das transexualidades com o seguinte argumento:

Ainda que algumas/uns ativistas temam pela perda de direitos conquistados como, por exemplo, no Brasil, a garantia de acesso gratuito ao processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), acreditamos que a patologização não garantiu direitos de fato, mas impôs um modelo para se pensar a transexualidade como experiência catalogável, curável e passível de normalização. Tratou-se até aqui de um processo que qualificou alguns saberes científicos como os únicos capazes de dar respostas acertadas às vivências que desafiam as normas de gênero. Processo que, por outro lado, autoriza o tutelamento dos corpos e das subjetividades de pessoas que se reconhecem como transsexuais (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 574).

Para as autoras, o DSM-IV e o CID-10 devem ser questionados, uma vez que não há qualquer exame clínico que produza um diagnóstico e permita distinguir pessoas “transtornadas de gênero” das pessoas “normais de gênero” (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 579). Para as autoras, é preciso lutar para que a autoatribuição identitária – que compreende o gênero – seja reconhecida, independente de um saber médico, psicológico, jurídico ou outro. É preciso lutar também para que direitos como o acesso ao processo transexualizador e retificação de

⁵⁶ Entre os objetivos da campanha estão: retirar as experiências de transição de gênero dos manuais diagnósticos internacionais DSM e CID; garantir acesso a saúde de acordo com as especificidades de pessoas trans e mulheres travestis; garantir direitos como alteração de prenome e sexo no registro civil, sendo que todos esses direitos independam de aval médico ou jurídico baseados na patologização. Ver: <http://www.stp2012.info/old/pt>

nome e sexo deixem de ser dependentes de diagnósticos patologizantes. Como pesquisador da área da psicologia tenho esse mesmo posicionamento, ao entender que a patologização não deve ocorrer, uma vez que pode gerar diversas formas de violências e sofrimentos para as pessoas trans.

4.2. Processos de naturalizações⁵⁷ e patologizações das transexualidades e travestilidades: alguns efeitos e relações

Nas entrevistas que fiz com mulheres trans e travestis, e também com uma pessoa que se autoidentificava *crossdresser*⁵⁸ – embora já havia se identificado como uma mulher travesti em outro momento da vida –, conversamos, entre outros temas, sobre a patologização das transexualidades e travestilidades. Aqui faço uma ressalva importante de que: meus questionamentos em relação a essa temática foram feitas no sentido de saberes que consideram as transexualidades e travestilidades “doenças”. Não utilizei expressões como “transtorno mental” ou “transtorno de comportamento” como presentes no CID-10 e DSM-IV. Isso porque entendo que a patologização da transexualidade ao supor uma cura do transtorno mental com uma cirurgia feita no corpo de certa

⁵⁷ Utilizo o termo processo de naturalização a partir das diversas possibilidades de significados que pode assumir. Dessa maneira, na presente escrita, de acordo com o (con)texto, naturalizar o gênero pode significar que as cisgeneridades são tidas como naturais no sentido biomédico, enquanto as transexualidades e travestilidades são consideradas anti-naturais, como desvio do considerado normal, e, portanto patológico. Em outro momento, naturalizar a transexualidade pode significar entendê-la como originada a partir de um destino biológico e, portanto natural, como manifestação de uma natureza desta vez não necessariamente associada à patologia/doença/transtorno. Ainda há possibilidade de que naturalizar seja usado com significado de algo que é tido como fazendo parte de um cotidiano, como algo “normal”, que se repete e no qual não se questionam suas motivações, como no caso de violências naturalizadas, temática essa a ser discutida no próximo capítulo.

⁵⁸ Grosso modo, podem ser descritas como pessoas que utilizam eventualmente roupas ou acessórios do dito sexo biológico oposto, independente de sua orientação sexual, por qualquer motivo, que podem incluir ou não satisfação sexual, sem necessidade de alterações corporais definitivas ou intervenções cirúrgicas, tais como implante de próteses mamárias, apenas realizando a “montagem” eventual.

maneira reafirma sua origem no orgânico, o que associo com a palavra “doença”. Talvez se eu tivesse utilizado as expressões “transtorno mental” ou “transtorno de comportamento”, as respostas seriam outras. Entretanto, penso que as informações produzidas na minha relação com as entrevistadas a partir de tais questionamentos a respeito das transexualidades e travestilidades como doenças renderam falas passíveis de uma discussão a respeito da patologização.

Um dos argumentos que chamou a minha atenção foi o de Natália. Quando conversamos a respeito da patologização da transexualidade e de como alguns saberes continuam a reproduzir a noção de que a transexualidade é uma doença, Natália deu a seguinte resposta:

Então, é... eu acho, eu não sei se pode se dizer que é uma doença, sabe. Porque... se bem que não, não em geral nem, mas assim, a maioria das doenças ou são transmissíveis ou tem tratamento, né?! E tipo, a transexualidade ela não é transmissível e tipo, ela não tem tratamento. Então, acho que não dá pra classificar como uma doença, talvez um transtorno, talvez sabe, talvez. Não posso, não vou ser hipócrita de negar que talvez sim, porque realmente a minha, o meu corpo não condiz com o meu cérebro, com a minha cabeça, com o que eu tenho por dentro, entendeu? E diversas vezes na vida isso causa alguma frustração, sim. Não vou te falar que não causa, não vou ser hipócrita, não. [...] Mas não, não, eu acho que não tem cura, sabe. Não, não teria cura, é, eu não sei te ... eu não lhe explicar. Eu acredito, eu Natália, acredito mais na explicação científica, sabe, que eu não sei exata... em ... exatamente qual é a fórmula, mas que diz que, que tipo o cérebro, os transexuais em geral, eles nascem com um cromossomo a mais, entendeu? Tipo não é só xx, ou xy, entendeu? Tem uma ramificação de, de no caso a, a, a mulher trans ou o homem trans e daí, daí vai ter essa alteração e que é, e que é isso que influencia. Porque em geral, o comportamento do homem e o comportamento da mulher é muito influenciado por hormônio, né?! E daí talvez, uma baixa produção de testosterona ou até uma pro... uma produção de hormônio feminino num corpo

masculino altera o sentido e o gostar e a aptidão por alguma coisa ou por outra. Então eu acredito mais nessa explicação genética do que de, de uma alteração, mas acho que uma doença, não sei, assim (Natália).

Natália relatou o entendimento de que a transexualidade não seria uma doença, uma vez que doença é entendida como transmissível e que tem cura, características não atribuídas por ela à transexualidade. Contudo, assumiu a possibilidade da transexualidade ser um transtorno. Após a transcrição da entrevista, em que me debrucei sobre as falas escritas, me questionei que diferença seria essa. Percebi uma semelhança entre o relato de Natália e o entendimento de transtorno presente no CID-10. Conforme pode ser visto no referido catálogo diagnóstico, em suas primeiras páginas, em que assinala as modificações da versão do CID-9 para o CID-10, há a explicação da opção pelo termo “transtorno” para se referir às categorias nosológicas presentes no manual:

o termo ‘transtorno’ é usado por toda a classificação, de forma a evitar problemas ainda maiores inerentes ao uso de termos tais como ‘doença’ ou ‘enfermidade’. ‘Transtorno’ não é um termo exato, porém é usado aqui para indicar a existência de um conjunto de sintomas ou comportamentos clinicamente reconhecível associado, na maioria dos casos, a sofrimento e interferência com funções pessoais. Desvio ou conflito social sozinho, sem disfunção pessoal, não deve ser incluído em transtorno mental, como aqui definido (OMS, 1993, p. 5)

O que pode pensar a respeito foi que a noção de “transtorno”, na fala de Natália, pode ser relacionada com o que o CID-10 identifica como “[...] desconforto ou impropriedade de seu próprio sexo anatômico” (OMS, 1993, p. 210) ao classificar o *transexualismo* como *transtorno* de identidade sexual. A noção de “transtorno” da qual falou Natália também pode ser vinculada ao que o DSM-V classifica como disforia de gênero. A opção do CID pela terminologia “transtorno mental” para várias classificações nosológicas, incluindo a

transexualidade e a travestilidade, parece ter sido uma tentativa de evitar o peso da associação de tais condições com a palavra doença.

Nesse mesmo sentido é que depois, o DSM-V deixa de classificar a transexualidade como um transtorno, nomeando-a como uma disforia de gênero, o que, contudo, não elimina o aspecto patologizante. A disforia de gênero, segundo esses manuais, nada mais seria que a discordância entre o sexo designado no nascimento a partir da genitália por um profissional da medicina e o gênero com o qual a pessoa se autoidentifica. Essa disforia seria a fonte de sofrimento e um sintoma da transexualidade, em qual há o sentimento de mal-estar ou inadaptação por referência ao genital, em que a pessoa anseia por tratamento hormonal ou intervenção cirúrgica a fim de tornar seu corpo o mais próximo do sexo desejado.

Todavia, tanto a noção de “transtorno” como de “disforia” individualizam o sofrimento e mantém a patologização da transexualidade. Rejeito as duas noções e entendo que tal sofrimento, assim, como afirma Berenice Bento (2009), não advém da transexualidade como transtorno ou doença, mas sim das contingências da cisheteronormatividade, que implicam em diversas hostilizações no que diz respeito ao gênero performativo que destoa do ideal da norma:

É o desejo de serem reconhecidos/as socialmente como membros do gênero identificado que os/as leva a realizar os ajustes corporais. Enquanto não realizam o corte na carne, físico, o corte simbólico, através de técnicas para dissimular os signos que “os denunciam” como membros do gênero rejeitado, é efetivado. A utilização de faixas que apertam os seios, técnicas para esconder o pênis, camisetas com gola alta para não mostrar o pomo de adão, perucas, maquiagens para disfarçar os sinais de barba são algumas das técnicas utilizadas na busca de uma coerência entre as performances de gênero e o corpo apropriado para desenvolvê-las. (BENTO, 2009, pp. 106-107)

Neste sentido, isso parece corroborar que, nas vivências das pessoas trans e mulheres travestis – tanto as que desejam realizar cirurgias de transgenitalização, ou outras cirurgias corporais, quanto aquelas que não demandam qualquer intervenção cirúrgica –, não é o sintoma de uma doença manifestado pela rejeição pelo corpo como

descrito no CID-10 e no DSM-V que provoca o anseio por mudanças corporais, mas sim o desejo de reconhecimento social segundo o gênero com o qual se reconhecem. Quanto ao trecho destacado na entrevista feita com Natália, penso que, mesmo a transexualidade não sendo considerada uma doença, houve a menção da possibilidade de ser um transtorno, referindo-se ao sofrimento gerado pela inadequação entre o “corpo” e o “cérebro/cabeça” de maneira individualizada, semelhante à patologização presente no CID-10 e DSM-V. Nessa fala, a biologia como destino determinante do gênero esteve presente ao atribuir a origem da transexualidade a alterações genéticas e de produção hormonal, o que denota uma forma de naturalização da transexualidade.

Nos relatos de várias entrevistadas que rejeitaram a tese da transexualidade ser uma doença, foi dada a justificativa de já terem nascido trans, com relatos de sentirem-se assim desde muito pequenas ou bem jovens. Já na fala de Juliana, o processo de naturalização da transexualidade esteve presente ao afirmar que havia em sua família outras pessoas trans. Conheci Juliana na ADEH e tivemos uma entrevista um tanto rápida, já que ela estava com pressa, uma vez que tinha alguns compromissos naquele dia. Juliana com 36 anos é casada e trabalha na função de serviços gerais, na qual diz ser muito bem tratada pelos colegas de trabalho. Juliana relatou não saber ler e escrever, pois deixou a escola cedo, no ensino fundamental por ter que trabalhar. Segue a fala de Juliana na qual relaciona a transexualidade à hereditariedade, como sendo *de família*:

Pesquisador: E.. sobre, por exemplo a questão da, de muitas pessoas verem que a transexualidade é uma doença. O que você acha disso?

Juliana: Ai, assim, que eles acham que ser travesti é uma doença?

Pesquisador: Isso.

*Juliana: Ah, eu acho que essas pessoas, **elas que são doentes**. Porque eu acho que são doente.*

Pesquisador: É?!

Juliana: Desde, de que eu tinha treze anos eu já gostava de menino. Mas só que eu não aceitava que me chamava "Ah bichinha, tu é bichinha". Eu

não aceitava, ficava louca da vida. E depois, com dezoito anos já começou [a transformação corporal] e já é de família, que eu tenho uma tia travesti. Tenho primas que são menino trans, são dez, que na minha família tem bastante. E já me sinto feminina desde novinha. Gosto de cozinhar, lavar, passar, ser uma dona de casa. Mas, mas assim, jogar bola nunca gostei, soltar pipa nunca gostei, nada. Sempre brinquei de ser dona de casa e só. Hoje, tenho gato, tenho carro, tenho tudo. E trabalho e marido (trecho de entrevista com Juliana).

Nesse trecho, Juliana parece entender *doença* no sentido moralista, como algo negativo e não como uma patologia que gera sofrimento e necessita de tratamento. Para se defender dessa noção, ela localiza a *doença* nas pessoas que consideram a transexualidade dessa maneira. Juliana também lança mão do entendimento da transexualidade como algo hereditário, *de família*, além de reproduzir uma noção de feminilidade hegemônica, na qual a pessoa que se identifica com o gênero feminino tem o espaço privado do lar como o de sua preferência, em que funções como o cuidado e a limpeza lhe são atribuídos. Muitas pessoas trans e mulheres travestis assumem⁵⁹ esses ideais cisheteronormativos do que é relacionado ou não ao masculino e ao feminino, mas muitas as questionam, assim como as pessoas cisgêneras também assumem diferentes posicionamentos em relação a tais ideais.

O que pretendo destacar nesse momento é que, a partir da perspectiva da desconstrução (DERRIDA, 2001b; DERRIDA, ROUDINESCO, 2004), é problemático delimitar uma origem direta, linear e causal para as transexualidades e travestilidades como efeito de uma natureza, uma vez que é produzida uma hierarquia entre natureza e cultura na qual a primeira subjuga a segunda. De modo semelhante, atribuir às transexualidades e travestilidades uma origem preponderantemente cultural também seria questionável, uma vez que

⁵⁹ O termo “assumir” aqui de maneira alguma tem o significado de uma escolha consciente de um sujeito voluntarista. A “assunção” do sexo é discutida por Butler (2002a), em que acompanho sua compreensão de tal processo como efeito na produção de subjetividades em relação com as normas de gênero e sexualidade, que podem se dar de maneira mais ou menos próxima a essas normas.

apenas se inverteria uma hierarquia, mantendo o binarismo e uma relação de poder unilateral entre os dois polos. Ou seja, qualquer um dos polos binários nos quais a essencialização das transexualidades e travestilidades estariam originadas por determinação preponderantemente cultural ou natural/biológica é problemático. Isso porque os binarismos implicam em hierarquias nas quais os significados são aprisionados e nos quais movimentos como, por exemplo, o autoritarismo se vê como possibilidade iminente, uma vez que numa hierarquia, um polo subjuga o outro. É nesse sentido também que Butler (2002a) concebe o gênero como performativo, analisando criticamente o binarismo cultura e natureza:

En este sentido, lo que constituye el carácter fijo del cuerpo, sus contornos, sus movimientos, será plenamente material, pero la materialidad deberá reconcebirse como el efecto del poder, como el efecto más productivo del poder. Y no habrá modo de interpretar el “género” como una construcción cultural que se impone sobre la superficie de la materia, entendida o bien como “el cuerpo” o bien como su sexo dado. Antes bien, una vez que se entiende el “sexo” mismo en su normatividad, a materialidad del cuerpo ya no puede concebirse independientemente de la materialidad de esa norma reguladora. El “sexo” no es pues sencillamente algo que uno tiene o una descripción estática de lo que uno es: será una de las normas mediante las cuales ese “uno” puede llegar a ser viable, esa norma que califica un cuerpo para toda la vida dentro de la esfera de la inteligibilidad cultural (BUTLER, 2002a, pp. 18-19)

Nessa linha de raciocínio, o gênero como performatividade, tanto no pensamento de Butler quanto de Derrida é proposto em conformidade com o abandono pela busca por alguma origem última e determinante, seja das transexualidades, travestilidades ou cisgeneridades. Entretanto, entendo que desconstruir a naturalização das transexualidades está para além de questionar o binarismo cultura e natureza, mas em notar que há processos de naturalização que podem assumir diversas possibilidades de articulações, e, como exemplo, destaco uma delas a partir de um trecho da fala de Carmem.

Carmem, com 25 anos, de São José, tem o ensino médio completo, trabalha como profissional do sexo. Conheci Carmem na ADEH, em um café que estava acontecendo ali, um evento que ocorre com frequência, em que qualquer pessoa que queira pode participar, o que estimula a aproximação e o convívio de diversas pessoas, o que também facilita o acolhimento e a formação de laço entre as pessoas e a Instituição. Uma colaboradora da ADEH falou com Carmem sobre a minha pesquisa, então, expliquei do que se tratava e ela aceitou participar da entrevista. Segue um dos trechos de sua fala:

*Mas assim ó, da minha mãe vir aqui, ter uma conversa de alguém chegar e perguntar pra ela como é que era desde o início, minha mãe vai dizer "**meu filho sempre foi feminino, sempre foi assim**", sabe. Uma vez ela, ela saiu pra trabalhar, quando ela chegou eu tava com um vestido dela, com sapato dela, com as unhas tudo pitada, sem nem saber o que tava se passando, sabe. Era coisa assim, **coisa de criança**, eu tenho essa memória. É, são coisas que assim ó, uma criança tu, tu chega pra mim e fala "uma criança de cinco anos não se lembra", eu me lembro. Eu me lembro desse dia, eu me lembro de como era a casa, eu lembro que o sapato era branco, que o vestido era azul, sabe, que a unha eu pinteí uma de cada cor, sabe. Lembro que minha mãe chegou em casa, me deu uma surra por ver aquela situação, eu também sem saber do que que tava acontecendo, né?! Daí depois, eu fui crescendo, daí como eu sempre fui criado com mulher, eu tenho cinco primas mulheres, né, tenho cinco primas mulheres, tenho uma irmã mais velha que eu e eu fui criado com elas. Então assim ó, não, **não teve nunca malícia nenhuma**, é, quando eu ganhava carrinho eu brin... trocava com a minha prima, que a minha prima gostava de brincar de carrinho. Daí ela ganhava boneca, ela me dava, sabe. Então, não, não, é uma coisa que **tu não tem malícia, a malícia vem depois quando tu começa a crescer**. Porque daí tu começa a ver, né, tudo o que tá acontecendo, né?! Mas eu não tinha **malícia nenhuma** do que tava se passando comigo. Então na minha cabeça não é doença,*

*não é doença ser gay, não é doença ser travesti,
não é doença. Tu nasce assim, sabe (Carmem).*

O processo da naturalização da transexualidade como inata veio, nesse caso, acompanhado da afirmação de que, como se tratava de uma performatividade e percepção de si mesma como feminina já quando criança, essa se deu sem malícia. A falta de malícia foi repetida várias vezes, o que entendo como uma forma de se posicionar frente a um argumento moral, associado à noção de que a criança não tem malícia, é, portanto, ingênua, algo semelhante com a concepção rousseauiana de que o sujeito nasce bom e a sociedade o corrompe. Marcos Benedetti (2005) identificou esse argumento por ele considerado um mito recorrente entre as mulheres travestis para explicar a origem das transformações corporais e de gênero, que se iniciariam na infância:

O desejo de transformar-se é um sentimento puro e “ingênuo”, que não traz em seu escopo “malícia” ou “maldade”. É algo que sempre foi assim (desde que nasceram, ou melhor, “*desde que eu me conheço por gente*”, como me afirmou Célia) e que dificilmente pode ser mudado ou redirecionado. Identificando todo esse processo com uma qualidade natural, as travestis vão ao encontro da noção, mais aceitável para a nossa sociedade, de que os “desvios” têm uma causa orgânica ou natural, não sendo resultado de uma deliberação do sujeito. (BENEDETI, 2005, pp. 100-101, grifos no original)

Carmem, assim como outras pessoas, associa doença a algo desqualificado com uma conotação moral. Desse modo, ao não identificar a transexualidade como uma doença, ela se preocupa também em desvincular a transexualidade da malícia e do peso moral a ela relacionada. Arrisco dizer também que há em sua fala uma tentativa de se justificar, perante ela mesma e os outros, da questão moral associada a sua performatividade de gênero. A defesa frente à moralidade envolvendo a questão da patologização da transexualidade não ocorre por acaso. Ao se considerar as transexualidades e as travestilidades como transtornos há uma questão biologizante, mas também há uma questão moral, em que é identificado como doente o que não corresponde ao ideal da cisheteronorma. De maneira semelhante Pelúcio (2009, p. 236) argumenta que é comum na narrativa de mulheres

travestis considerar a travestilidade como uma “condição inescapável”, como um instinto ou como destino a qual não poderiam escapar:

Desta forma, pode-se entender o “se transformar” como externalização de um imperativo “ser”. Mesmo que isso signifique relegar as travestis aos espaços marginais, e a uma vida marcada pela exclusão, esse “se transformar” não pode ser recusado, uma vez que a percepção de “destino” liga-se ao plano sagrado, sugerindo que este não pode ser transgredido sem que isso acarrete danos para aquele/aquela que a ele resiste, justamente por desestabilizar uma ordem de valores que organiza a relação das pessoas com a vida (PELÚCIO, 2009, p. 236).

Dessa maneira, o argumento da transexualidade ou travestilidade inata parece, na fala destacada de Carmem, não apenas se remeter a um destino inescapável, mas também como forma de se opor à ligação historicamente produzida entre tais experiências de pessoas trans e, em especial a de mulheres travestis, e a prostituição, drogas, violências e HIV/AIDS, como discutido por Leite Júnior (2008). Independente do quanto essas noções correspondam ou não às experiências de mulheres trans e travestis, elas não podem ser universalizadas, contudo, ainda são muito reproduzidas na mídia e contribuem para que violências continuem a ser perpetradas. Nesse sentido, esse argumento de que a transexualidade é tida como natural, fruto de alteração hormonal ou modificações genéticas, ainda que utilizado como estratégia para se refutar a própria noção patologizante e moralista historicamente ligadas às mulheres trans e travestis acaba por reforçar argumentos como os da patologização e a cisheteronormatividade, principalmente se ancorada na noção de disforia de gênero.

4.3. A patologização e o atendimento em unidades públicas de saúde

As falas de Lígia, outra pessoa entrevistada revelam outros significados relacionados à patologização, e, mais explicitamente, às violências. Quando conversamos a respeito da patologização da transexualidade, Lígia mencionou dificuldades enfrentadas por muitas pessoas trans e mulheres travestis quando vão buscar atendimento em saúde. Referindo-se a si mesma como uma exceção, Lígia disse receber

bom atendimento nos locais que procurou assistência no município de São José, em especial as pessoas que atendem na recepção, que estavam atentas e respeitaram o nome social, inclusive providenciando o cartão do SUS de acordo com esse direito. Contudo, Lígia disse haver maiores problemas em relação ao atendimento dos médicos:

Se a gente pegar que boa parte da população [de mulheres travestis e pessoas trans] nossa aqui catarinense não sai na rua durante o dia, já ter um certo digamos medo de sair, de procurar uma assistência médica por conta disso, né?![...] Pra mim tá bem tranquilo, assim. Agora já tem situações que o pessoal fica criando problemas e gera uma discussão bem grande isso aí, né?! Gera uma problematização bem grande, e assim, a gente tem que ver pelo outro lado, né. Não é só o lado ali do médico que tá se negando. O médico tá lá, quantos médicos já negaram aquela pessoa? O atendimento àquela pessoa? Daí vai criando sintomas psicológicos né, acaba, a pessoa vai chegar uma hora que não procura mais médico, não quer mais saber de frequentar ambientes sociais, não quer saber mais de frequentar, ir atrás de uma boa saúde, de ter melhora de saúde, isso daí a gente acaba acarretando situações, né? [...] Como por.... é, eu só vou citar um caso que ocorreu, isso foi em Santa Catarina esse caso de uma, de um homem trans⁶⁰, ele foi no ginecologista e houve o rompimento do hímen porque o ginecologista forçou o exame. Então assim, tem essas questões assim um pouco até, um pouco não, bem antiéticas assim, houve, né, no meio. Então houve uma problematização aí muito grande, né?! Mas eu vejo que é uma pena porque assim, não tem às vezes, muitas das vezes a gente tá lá buscando um auxílio. Muitas das vezes a gente não vai procurar um médico porque tá bem a saúde né?! Geralmente, se tu vai procurar um

⁶⁰ O objetivo dessa dissertação não é discutir as especificidades das violências sofridas pelos homens trans, contudo, mantivemos esse trecho da entrevista como forma de sinalizar o nosso entendimento da importância de serem feitos estudos sobre violências vivenciadas por essa população.

*médico, ou já tá passando mal. E daí acontecer assim situações de negação, de preconceito, de agressões é uma pena assim. Porque muitas das vezes a gente vai atrás de uma saúde e não pensa "ah, eu vou levar um gravador pra ficar gravando", né. Eu percebo assim, que algumas pessoas já tão com esse, com esse intuito. Aonde vão já tão com o gravador preparado pra gravar a conversa porque se houver casos de agressões, né, já tem um certo respaldo pra **denunciar**, pra **cassar**, né, a documentação (Lígia).*

Lígia mencionou algo muito importante que é o comportamento que muitas pessoas trans e mulheres travestis têm, de evitar buscar ajuda em postos de saúde, uma vez que, com frequência são maltratadas pelos profissionais de saúde nesses espaços. Em Florianópolis, Bonassi et al. (2015, p. 89) em pesquisa sobre mapeamento de violências na região da Grande Florianópolis constataram que, 40% das pessoas entrevistadas sofreram violências físicas/psicológicas em serviços públicos de saúde e “[...] apenas 26% dessas pessoas possuem plano de saúde, 67% disseram que nos últimos doze meses acharam que precisavam de consulta médica, mas não procuraram e 82% relataram nunca ter feito exame de próstata ou ginecológico”.

A informação supracitada demonstra a necessidade de garantir que a atenção básica em saúde chegue às pessoas trans, o que já tem começado a mudar com o funcionamento do AAPST no Centro de Saúde da Lagoa da Conceição, em Florianópolis desde agosto de 2015. Como escrevi anteriormente, o AAPST funciona às segundas-feiras à noite, o que é uma grande conquista, contudo, é reconhecida a necessidade de capacitação de profissionais para que as pessoas trans e mulheres travestis possam ser atendidas nas unidades de saúde próximas às suas residências e também no horário convencional. Bonassi et al. (2015) indicaram ainda que as mulheres travestis e pessoas trans também relataram evitar espaços de atendimento público além do SUS, como os Centros de Referências e Assistência Social (CRAS), por receio de vivenciar violências. De maneira semelhante, foram relatadas violências sofridas em serviços públicos de educação e segurança – polícia – que também passaram a ser evitados.

Dificuldades de acesso de mulheres travestis e trans aos serviços de saúde por conta de violências que vivenciaram, resultando inclusive em evitar frequentar tais espaços como estratégia de lidar com possíveis

situações violentas, também foram relatadas em outras pesquisas realizadas pelo país. Entre elas estão o estudo feito por Martha Souza et al. (2015) em Santa Maria, assim como Muller e Knauth (2008) em Porto Alegre, ambas no Rio Grande do Sul, e a pesquisa feita por Patrícia Sousa et al. (2013) no Recife, em Pernambuco. Por esse motivo “[...] mesmo em casos de dor intensa, evitam os serviços oficiais de saúde, sempre sustentando serem discriminadas nesses espaços” (SOUZA et al., 2015, p. 772).

Um apontamento importante feita por Souza et al. (2015) e por Roger et al., (2016) foi a falta de preparo e de conhecimento dos profissionais de saúde em relação às mulheres travestis e trans como motivo que contribui para que violências ocorram também nestes espaços. A identificação pelo nome masculino que consta no Registro Civil, desrespeitando o pedido pelo uso do nome social, em que é negado o direito à autoidentificação da mulher travesti e trans, é tida como uma das maiores violências e motivo de evasão das unidades de saúde. Olhares, gestos e a baixa resolutividade dos problemas foram tidos como outras dificuldades enfrentadas pelas mulheres travestis e trans que buscam serviços de saúde, o que implica na falta de um acolhimento digno em situações de fragilidade.

Nesses ambientes as violências são naturalizadas⁶¹, passam a fazer parte do cotidiano das mulheres travestis e trans e essas acabam sendo culpabilizadas pelas agressões sofridas (MULLER, KNAUTH, 2008; SOUZA et al., 2015). Para Souza et al. (2015), os serviços de saúde se configuram, na maioria das vezes, como reprodutores da heteronormatividade e das violências que vivenciam as mulheres travestis e trans, por meio de mecanismos de patologização, criminalização e exclusão. Como se trata de um trabalho vinculado às violências no (con)texto do atendimento em saúde pública foi discutida a distância entre as leis e sua efetivação no Brasil, o que pode ser visto no desconhecimento da Política Nacional de Saúde LGBT⁶² que prevê a utilização do nome social (SOUZA et al., 2015).

⁶¹ A temática da naturalização das violências vivenciadas por mulheres travestis e trans será feita no próximo capítulo.

⁶² Essa política do Ministério da Saúde voltada para a população de pessoas lésbicas, gays, transexuais e mulheres travestis pode ser vista no seguinte site: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

Segundo Pelúcio (2009), as mulheres travestis e trans começaram a fazer parte das políticas de saúde por meio das campanhas de prevenção de HIV/AIDS, em que foi, por outro lado, negligenciado o atendimento na atenção básica. Para a autora, embora haja análises críticas nesse sentido, resquícios desse entendimento no qual as mulheres travestis e trans são automaticamente associadas às DST's como um “grupo de risco”, bem como às drogas, ao perigo e à criminalidade, ainda se faz presente no higienismo que contribui para o afastamento entre profissionais de saúde e essa população.

Souza et. al.(2015), assim como Willian Peres e Livia Toledo (2011) apontam também as implicações do uso indiscriminado e desacompanhado de silicone industrial, prática que afeta a saúde das mulheres travestis e trans, que fica relegada à automedicação e às *bombadeiras*⁶³. Nesse (con)texto, o não atendimento equânime e integral abrangendo tais especificidades da transformação do corpo das mulheres travestis e trans ressoa como manutenção e continuidade das violências por elas vivenciadas. Os efeitos devastadores de tais violências foram acompanhados pelos autores, como afastamento não apenas dos serviços de saúde, mas também do ambiente familiar e escolar, além da ocorrência de casos de depressão, ferimentos diversos, tentativas de suicídio, entre outros agravos. Contudo, “ao contrário de localizar a violência como fenômeno homogêneo, as travestis de Santa Maria insistem na particularidade da violência por elas sofrida, apontando seu caráter de gênero” (SOUZA et al., 2015, p.773), ou seja, como efeitos relacionados à cisheteronormatividade.

Marcos Benedetti (2005) considera as modificações corporais feitas pelas mulheres travestis como formas possíveis de se vivenciar violências, uma vez que essas modificações causam dor e machucam. No caso da aplicação de silicone industrial, existe ainda o risco de vida e de graves complicações, já que o silicone pode se espalhar pelo corpo causando deformações, dores, trombose, infecções generalizadas, entre outros agravamentos à saúde. A autoingestão de hormônios femininos também pode causar problemas à saúde desde indisposição a problemas

⁶³ Bombadeiras são pessoas, no geral também mulheres travestis, que injetam silicone industrial em outras mulheres trans e travestis, em partes do corpo como nádegas, quadril e rosto com o objetivo de modelar o corpo de maneira a torná-lo mais próximo de um ideal de corpo feminino. A aplicação nos seios é menos comum por implicar risco de vida caso o silicone se desloque para as regiões do coração e pulmões.

no fígado. Mesmo com esses riscos, muitas mulheres travestis e trans se submetem à aplicação de hormônios e silicone industrial. Mas, durante a pesquisa do mestrado nenhuma participante mencionou qualquer tecnologia usada para modificação do corpo como formas de violências. Por isso tenho dificuldade como pesquisador em considerar os agenciamentos feitos por elas na modificação de seus corpos como formas de violências, pois isso pode implicar a culpabilização das mesmas por complicações advindas de tais procedimentos.

Entendo que cabe às mulheres travestis e trans uma parcela de responsabilidade ao assumir tais riscos, contudo não se trata de uma questão que possa ser individualizada e descontextualizada. Por esse motivo, opero com a noção de responsabilidade a partir de Butler (2015b), quando argumenta que, ser responsável pela ação do outro sobre mim, não quer dizer que eu seja culpado por tais atos a mim infligidos, mas sim que estou exposto à ação desse outro antes mesmo que eu possa agir sobre esse outro ou sobre mim mesmo. Assim, a responsabilidade se dá muitas vezes somente depois da ação do outro sobre mim, em relação ao que posso fazer a partir de tal ação. No entanto, as minhas possibilidades de agir e de exercer a minha responsabilidade são delimitadas pelo (con)texto.

Desse modo, se o Estado não garante as modificações corporais demandadas por muitas mulheres travestis e trans de maneira segura, como culpabilizá-las por aderir a procedimentos que colocam sua saúde e bem-estar em risco? Nesse sentido, concordo com Peres e Toledo (2001) quando implicam o Estado em sua parcela de responsabilidade na perpetuação das violências que vivenciam mulheres travestis e trans ao não fornecer o atendimento às suas especificidades, o que faz com que recorram, por exemplo, ao silicone industrial por não terem condições de pagar por próteses de silicone específicas para cirurgias plásticas. Em outras palavras, trata-se de uma responsabilidade tanto das mulheres travestis e trans quanto do Estado, mas em uma relação de poder na qual o Estado precariza corpos de mulheres travestis e trans, o que as expõe a situações que podem ser vivenciadas como violentas.

Ainda sobre a fala de Lígia a respeito das dificuldades de mulheres travestis e trans em acessar os serviços públicos de saúde, entendo essa situação como um dos efeitos da patologização. Isso porque muitos médicos – como relatado por Lígia em outro momento da entrevista que não no trecho citado anteriormente nessa sessão –, se negam a atender pessoas trans com a prerrogativa de que elas alteraram o funcionamento fisiológico do corpo a partir da utilização de

hormônios e de silicone. Entre os diversos espaços em que estive e pude escutar pessoas trans e mulheres travestis falando de suas experiências quando buscaram assistência médica foi muito comum ouvir relatos nos quais denunciavam desrespeitos por parte de médicos e outros profissionais.

Destaco aqui uma das falas que ouvi na “1ª Semana de combate às fobias de Gênero na Saúde”, promovido no Campus da UFSC em Florianópolis, pelo Grupo de Estudos em Gênero e Saúde (EPICENAS), de 31 de agosto a 04 de setembro de 2015. Em um dos debates que fizeram parte do evento, pude ouvir o relato de uma mulher trans que vivenciou situações a meu ver violentas, como o não tratamento pelo nome social mesmo sendo solicitado por ela e a atitude de um médico que a tratou como um ser exótico a ser exibido para alunos do curso de medicina. A exposição de seu corpo nu, uma vez que buscou ajuda médica por ter dores e problemas nos genitais decorrentes do uso de hormônios femininos sem acompanhamento médico foi feita sem o pedido de autorização, lhe gerando grande constrangimento.

A respeito das experiências de mulheres trans e travestis em unidades de saúde pública, cito também um relato que ouvi no “I Seminário de Saúde para pessoas Transexuais e Travestis”, ocorrido no Campus da UFSC em Florianópolis, no dia 18 de maio de 2015, promovido pelo núcleo Margens/UFSC em parceria com a ADEH. Durante o evento me lembro de ter ouvido uma estratégia utilizada para lidar com violências vivenciadas em espaços de saúde: o escândalo⁶⁴. Nessa ocasião uma mulher travesti descreveu uma situação na qual teve seu nome social desrespeitado em uma unidade de saúde. Fez, então, um escândalo e exigiu ter seu nome social respeitado. Por estar inserida no movimento social e estar ciente de algumas políticas voltadas para a população de pessoas transexuais e mulheres travestis, ela usou como argumento a portaria do Ministério da Saúde⁶⁵ que prevê o uso do nome

⁶⁴ O escândalo não é uma estratégia usada apenas nas unidades de saúde, sendo usadas também em outros contextos, como por exemplo, na relação com clientes que não cumprem os valores combinados nos programas. As mulheres travestis podem inversamente, se valer do escândalo para exigir dos clientes mais dinheiro do que haviam combinado, podendo se valer também da chantagem e de roubos para esse fim (KULICK, 2000, 2008), o que será discutido no próximo capítulo.

⁶⁵ “A identificação pelo nome social em todos os documentos dos usuários, o que inclui o cartão SUS, é um direito garantido desde 2009 pela carta de Direitos dos Usuários do SUS (Portaria 1.820 de 13 de agosto de 2009). Por

social. Em sua fala, contudo, ela reconheceu que nem todas as pessoas trans e mulheres travestis usam da estratégia do escândalo por se sentirem constrangidas com tais desrespeitos que sofrem nesses espaços. Importante salientar que, como discutido por Valéria Busin (2015), não apenas nas unidades de saúde o nome social é desrespeitado, sendo recorrente também em diversos locais como escolas, universidades e ambiente de trabalho.

Sobre essa estratégia, Pelúcio (2009, p. 152) argumentou que “o escândalo não é uma estratégia pensada de forma organizada, mas um jeito de levar a vida enfrentando situações de conflito”, motivo pelo qual nem todas as mulheres travestis e trans recorrerem a ele, uma vez que preferirem se adequar a um padrão de interação mais comportado. Conforme os relatos que ouvi, o que muitas vezes acaba acontecendo é a evitação dos espaços de saúde para pouparem-se de constrangimentos.

Ainda sobre o trecho destacado da entrevista feita com Lígia, ressalto o uso de gravadores – para eventualmente fazer denúncias pela recusa de atendimento por parte de profissionais de saúde –, como forma de lidar com violências vivenciadas por mulheres trans e travestis por ser uma estratégia diferente das que li em outras pesquisas. Outra estratégia foi fingir não ouvir a recepcionista chamar pelo nome masculino presente no documento de identidade em vez do nome social, o que fez muitas sentirem-se constrangidas e irem embora com dor, desistindo do atendimento (SOUZA et al., 2015). O vestuário mais discreto para ir às consultas e o costume de andar em grupo também foram outros meios utilizados para lidar com o preconceito, descritos em pesquisa realizada por Muller e Knauth (2008), o que entendo como uma forma de se adequar às normativas morais e higienizadas da cisheteronormatividade. De qualquer maneira, denunciar o mau atendimento em serviços de saúde, bem como fazer um escândalo podem ser estratégias eficientes frente às violências vivenciadas nesses espaços, como forma de garantir direitos e exercer a cidadania.

isso, independente do registro civil ou de decisão judicial, é direito do usuário do SUS ser identificado e atendido nas unidades de saúde pelo nome de sua preferência, evitando com isso que o nome de identificação do usuário seja motivo de constrangimento e exposição à situação vexatória”. Fonte: <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/34540-ministerio-da-saude-orienta-sobre-o-preenchimento-do-nome-social-no-cartao-sus>”

4.4. Questionando binarismos de gênero e patologizações

Retomando o trecho que destaquei da fala de Natália, como já foi discutido, o pressuposto da naturalização da transexualidade estava ancorada em argumentos ligados a alterações hormonais e genéticas. Contudo, nesse caso, a transexualidade ser ou não uma doença é uma questão que para Natália parece não influenciar diretamente sua vida. Mesmo considerando que a patologização pode ter outros efeitos no seu dia-a-dia que ela talvez não reconheça e que escapam às possibilidades de discussão em uma entrevista, ela consegue ter a seguinte saída:

Então, na minha opinião se isso realmente for, é, uma doença, foi uma doença que assim, me ajudou em muita coisa, me ajudou a, a superar muita coisa comigo mesma e com o mundo, e a ver que o mundo em geral é, sou eu que faço, assim. Não é só o que existe lá fora, assim. Vai muito de como eu vejo ele também. Mas é isso. [risos] [...] E tudo isso, toda essa cobrança que eu tive comigo mesma na escola e hoje em dia na vida, em ser íntegra, em ser, em ter caráter, toda essa cobrança que eu tenho de ser um ser humano melhor, é porque eu sei que a minha condição de transexual implica isso, sabe. Que se eu quiser ser reconhecida pelos meus, pelos meus, minhas qualidades, eu vou ter que ter as minhas qualidades, assim, elevada dez vezes mais, pra que elas sejam vistas e reconhecidas. Então, no meu ver, isso só me fez bem, entendeu? E eu acho que a maioria dos gays também são assim, eles se cobram mais, porque eles sabem que eles tem que ser melhores do que os héteros, entendeu? Porque a conço... a... a cobrança é maior, entendeu? Porque tipo se o, se o gay deixa o copo cair "ai quebrou", não! Se o hétero deixa o copo cair, "ah quebrou", se o gay deixa "ó, lá, o viado quebrou o copo." Tá entendendo?(Natália)

Essa fala me chamou a atenção, pois ao não se considerar uma pessoa doente por ser trans, ela subverte a lógica, se diz bem consigo mesma e contraria as descrições dos manuais de doenças CID e DSM. Uma questão que pensei ao reler e citar esse trecho da fala de Natália foi

o de ter o cuidado de não reforçar alguma noção de resiliência, como uma capacidade inata do sujeito em lidar com as adversidades e usá-las a seu favor com o intuito de superar tais problemas. Tenho muitas reservas sobre a uma noção comum de resiliência, que reafirma pressupostos liberais e capitalistas, nas quais a responsabilidade de sucesso ou fracasso dos indivíduos incidem apenas sobre eles, à sua capacidade de adaptação, desconsiderando as contingências do (con)texto em que vivem (YUNES, 2003). O objetivo de trazer esse trecho da entrevista foi o de ilustrar uma forma singular de lidar com a patologização da transexualidade – o que tem relação com os (con)textos e experiências singulares de Natália, como uma ética construída nas relações com os outros –, em que não houve naquele momento, uma captura no sentido pejorativo.

Em outras palavras, esse posicionamento de Natália implica no movimento de deslocamento de significados relacionados à noção hegemônica da patologização das transexualidades e travestilidades. Esse movimento pode ser articulado segundo a desconstrução derridiana em dois tempos: no primeiro momento, o da inversão, o saber médico deixa de ser o polo hegemônico e o saber produzido por Natália passa a ser preponderante. Em um segundo momento, um significado positivo é atribuído à experiência da transexualidade, deslocando o significado negativo atribuído pelo saber patologizante a essa experiência. Contudo, entendo que a categorização patologizante das transexualidades e travestilidades gera, para muitas pessoas, efeitos desqualificadores que se materializam em violências.

Nessa perspectiva dos deslocamentos de significados que questionam também os binarismos de gênero, outro ponto que gostaria de destacar neste trabalho se refere a uma saída interessante para o aprisionamento de significado presente no binarismo homem e mulher nas falas das entrevistadas, em especial nas de Sabrina. Frente a meu questionamento em que categoria se identificava – mulher, transexual, travesti –, ou mesmo em perguntas sobre as suas relações com as outras pessoas e seu dia-a-dia, Sabrina se definiu como “*uma trans, uma transexual*”.

Aqui faço uma consideração importante, a de que a preocupação ou até ansiedade por definição em categorias como mulher travesti e trans nas entrevistas que realizei foi algo que partiu de minha iniciativa e não das pessoas que entrevistei. Por esse motivo busco analisar criticamente meu olhar como pesquisador da área da psicologia, que querendo delimitar o campo de estudo acabo de certa forma reafirmando

categorias perpassadas pela patologização, ainda que o objetivo seja o contrário. Sabrina referiu-se a si mesma não apenas como uma trans, transexual, mulher transexual, ou travesti. Em diversas ocasiões ela referiu a si mesma enfaticamente como uma pessoa:

*Tenho bastante amigas. Sou uma **pessoa normal** como qualquer outra. Tenho amigos, a gente sai pra balada, pra bares, pra fazer coisas mais caseiras, tanto no shopping. Tenho uma vida **normal**, como qualquer outra pessoa, assim (Sabrina).*

Penso que ao se definir como uma pessoa *normal*, o que entendo como comum e corriqueiro, tendo uma vida comum, há de certa maneira uma afirmação que se opõe a uma perspectiva patologizante e moralizante, ainda que não tenha sido uma resposta a um questionamento direto sobre patologização da transexualidade, como fiz em outro momento. Entendo também que, eu como pesquisador, ainda que tenha tentado desconstruir em minhas concepções as cisheteronormatividades presentes na sociedade na qual me constituí como sujeito, bem como na minha formação nos cursos de graduação e mestrado em psicologia, sou um sujeito constituído na norma e acabo a reproduzindo, às vezes com consciência disso. Assim, penso que nos questionamentos que fiz posso ter reproduzido alguns desses ideais cisheteronormativos, o que fez parte da construção das informações produzidas nas entrevistas. Nesse sentido, ainda que me refira à fala de Sabrina, considero tais informações como um texto produzido na nossa relação e não um conteúdo ligado exclusivamente às experiências dela e das outras pessoas entrevistadas.

Voltando ao trecho destacado da entrevista com Sabrina, se afirmar como *normal* parece ter relação com a patologização, porém de uma maneira singular, questionando tal saber normativo, pois ela se refere à sua experiência como *trans* de maneira comum, corriqueira. Essa possibilidade de atribuir um significado diferente dos saberes hegemônicos como os que descrevem as transexualidades e travestilidades como patologias implica no movimento de deslocamento de significados, semelhante ao que foi explicitado na articulação com a fala de Natália na página 107.

Assim, de acordo com a leitura da desconstrução derridiana, em um primeiro momento, da inversão, os saberes patologizantes e moralizantes deixam de ter a primazia na hierarquia com saberes

articulados por mulheres trans e travestis a respeito de suas vivências. Em um segundo momento, é atribuído um significado comum e corriqueiro à experiência como trans, diferente de uma experiência incomum, anormal ou patológica como os presentes em manuais como CID e DSM. Em outro trecho da entrevista, quando falou a respeito de boas amizades, Sabrina as descreve da seguinte maneira:

*E elas são super mente aberta, super de boa sabe. Sempre estiveram no meio ou quiseram pelo menos conhecer e por isso elas têm essa cabeça diferente, diferenciada das outras pessoas. Porque não, não, não, não tem uma mente preconceituosa, não tem um, uma malícia assim, entendeu? Super entende, te tratam como uma... às vezes ali, muitas vezes ali... **esquecem que tu, que tu é uma trans, te tratam como uma pessoa normal, um amigo, uma amiga, sei lá?! Indiferente do que é entendeu? Como pessoa, te tratam como pessoa, conversam como pessoa, vamos sair, fazer as coisas como pessoa, entendeu? Não tem muito essa, "ai eu sou trans, tu é mulher, tu é homem, tu é gay, hétero", entendeu?(Sabrina)***

Com o trecho supracitado da entrevista feita com Sabrina quero destacar duas possibilidades: a primeira é o uso da palavra pessoa como forma de reconhecimento de si mesma como humana, tanto por parte dos outros como de si mesma. Sobre a segunda possibilidade, pretendo desenvolver o uso da palavra “pessoa” como deslizamento de significado possível ao questionar binarismos de gênero. A primeira questão do uso da palavra “pessoa” como forma de reconhecimento como humana faz frente a um saber hegemônico no qual corpos de mulheres trans e travestis são considerados abjetos. O não reconhecimento do outro como sujeito é o que carrega o aspecto da abjeção, em que vidas são ou não passíveis de luto, antes mesmo disso, são ou não consideradas vidas (BUTLER, 2002a). A abjeção não se trata, contudo apenas do não enlutamento em casos fatais como de assassinatos de mulheres travestis e trans – tomando a presente discussão como referência –, mas também em não considerá-las sujeitos, *pessoa* ou *pessoa normal* como disseram algumas entrevistadas.

A abjeção pode estar relacionada, por exemplo, com dificuldades para realizar atividades cotidianas por conta de violências vivenciadas

por ser uma mulher trans ou travesti. Quanto a isso, Sabrina disse conseguir fazer as coisas no seu dia-a-dia de maneira geral, apontando maior dificuldade em relação a não conseguir um emprego que não seja o de profissional do sexo. No entanto, para além da abjeção, isto é, a não responsabilização com a vida do outro considerado abjeto, com atitudes que contribuem para a precarização de suas vidas, como a recusa em aceitar as mulheres travestis e trans no mercado de trabalho, em escolas e serviços de saúde, proponho outra possibilidade de articulação a partir das falas de Sabrina.

Uma “pessoa”, palavra do gênero feminino, usada tanto para o masculino quanto para o feminino, uma palavra de certa forma neutra. Segundo Sabrina, “*eu nunca vou ser mulher. Mulher é minha mãe que é nascida mulher*”. Para algumas mulheres trans, essa afirmativa poderia significar motivo de grande sofrimento, o que seria novamente uma naturalização do gênero apoiada no binarismo natureza/cultura. Contudo, nessa fala, não ser *nascida mulher* não parece ser produtora de sofrimento, pois para além de se ver como uma *mulher trans*, ela se denomina e se sente reconhecida como uma *pessoa*. É esse tipo de deslizamento que permite a circulação dos significados e o escape ao aprisionamento dos binarismos, o que torna possível relacionar à noção de *différance*, de Derrida.

A *différance* como uma maneira de articular a diferença para além da oposição binária entre as matrizes identitárias, como um espaçamento, no qual há o adiamento da escolha por um dos polos. Quando se opera com a noção da *différance*, a apreensão de significados é feita de outra maneira que não a tradicional lógica da representação, pois qualquer apreensão de significado se faz como rastro, de acordo com um jogo de adiamento e possibilidade de conceituação, num jogo de forças num devir-tempo em que há a possibilidade de deslizamento dos significados. Como um adiamento constante, sempre em percurso e sempre em processo, a *différance* se expressa pelo deslizamento que resiste a qualquer fixidez conceitual (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004).

Quando se define como pessoa por diversas vezes na entrevista, ela parece assumir uma posição que extrapola alguns binarismos e hierarquias, como nos pares homem e mulher, trans e cis. Derrida (2001b) escreve a respeito do jogo do nem/nem, que seria esse deslizamento presente na recusa do encarceramento conceitual em um dos polos do binarismo, no qual se remete sempre às duas polaridades ou a nenhuma delas em específico, de maneira a não reforçar ou reproduzir hierarquias e suas subjugações. De acordo com a

interpretação de Carla Rodrigues (2009, p. 51, grifo no original), “o que estaria sendo sinalizado nessa prática do nem/nem é a noção de alteridade, de um outro que sempre se faz demonstrar nesse espaçamento, nesses intervalos, nessa distância que se abre *entre*”. Quando questionei em que categoria Sabrina se posicionava, ela disse ser mulher trans, contudo, em outros momentos, como já relatado, Sabrina ao se sentir reconhecida por outros em relações de amizade não sentia a necessidade de se definir ou ser definida por suas amigas: *nem* homem, *nem* mulher, *nem* trans, *nem* cis, mas sim uma pessoa.

Dessa maneira, o movimento de deslocamento na desconstrução se mostra como uma forma de pensar as diferenças para além dos limites físicos e estáveis das identidades estabelecidas *a priori*. Pensar a partir de uma lógica desconstrutora significa por vezes não fazer escolhas por opostos, mas sim considerar o movimento da *différance* sendo, nem o mesmo e nem o outro. Se nas falas de Sabrina, ela se permite ir para além dos pares binários homem/mulher, cis/trans, ao se referir a si mesma como pessoa, há uma possibilidade de pensar o universal na sua relação com o singular, aquilo que se tem em comum com o outro e se tem como único, sem se ancorar na abjeção – como numa posição vitimista – ou em matrizes identitárias que (re)produzem hierarquias e violências por meio de subjugações.

4.5. A “cura” de mulheres travestis e trans por meio da religião como (re)produtora de violências

Ao conversar com uma das entrevistadas a respeito das transexualidades e travestilidades serem consideradas doenças, uma das falas dela se deu relacionada a promessas de cura de mulheres trans e travestis em (con)textos religiosos. Ainda que tais vivências de mulheres trans e travestis sejam entendidas como doenças a partir de lógicas diferentes quando pensamos no saber médico –, por exemplo, apoiados na biologia do corpo – e no saber teológico – apoiado na bíblia e em concepções espirituais cristãs –, penso ser interessante sinalizar tal discussão, ainda que não seja meu objetivo o aprofundamento em tal seara.

Carmem: Tem uma amiga minha, que ela tá com seus quarenta anos e ela já é travesti desde os

quinze anos de idade, sabe, **toda feita**⁶⁶, tem plástica, tem silicone industrial, tem o rosto todo plastificado⁶⁷, cabelo comprido e do nada assim, agora ela resolveu desistir.

Pesquisador: Você acha que foi do nada?

*Carmem: Eu não sei, **na minha opinião ela tá doente, isso sim pra mim é uma doença!** Isso sim pra mim é uma doença. Porque do nada ela chegou e "ai, eu não quero mais", sabe, ela parou e pensou "ai, vida de travesti não é pra ninguém, nem pra um cachorro, isso, isso e aquilo", sabe. Daí, daí assim ó, é... coisas que não se discute: sexo religião e política, né?! **Ela começou a ir pra igreja**, o próprio pessoal da igreja começou a conversar com ela, entendeu? Realmente botaram na cabeça dela que isso não é vida, sabe. A minha concepção, se ela realmente quer ter uma vida política, assim, assim, assado, uma, uma família, sabe, eu acho que ela pode, mas ela não precisa desistir de tudo que ela já fez até agora. Eu acho que ela pode sim conhecer uma mulher, né, vamos dizer por assim, a mulher se interessar por ela, porque tem, hoje em dia o mundo tem tanto sexos, né?! [...] Ela pode continuar a figura dela feminina, encontrar uma mulher e constituir uma família as duas, vão viver como lésbicas, claro.[...] O interesse sexual dela é por mulher. Tanto que até ontem eu ainda conversei com ela e ainda falou pra mim "eu gosto de mulher". Eu cheguei pra ela e falei "tá, mas eu acho que vai ser mais bonito pra um filho teu, chegar duas*

⁶⁶ Termo êmico que diferencia as mulheres travestis que estão começando suas transformações daquela que já são consideradas mulheres travestis. A “toda feita” se veste como mulher, usa salto, utiliza hormônios, usa silicone nas mamas, nas nádegas, e faz outras intervenções cirúrgicas. A expressão se refere não apenas ao processo de transformação, mas ao seu sucesso e eficiência, denotando o esforço da pessoa e o caminho percorrido para chegar a tal resultado.

⁶⁷ Termo êmico usado para se referir à quantidade de cirurgias plásticas realizadas pela mulher travesti ou trans.

*mães, do que uma mãe e um pai desse teu jeito". Porque assim, ela tem um quadrilzão, uma bundona, ela tem um rosto todinho de mulher, sabe. Não tem uma... não vai ter um hormônio que deixe ela masculina. Ela, ela já tá querendo tirar peito, cortar cabelo, tudo isso, sabe, mas eu acho que não vai ter uma poção mágica que vá dar pra ela toda uma forma masculina de novo. Daí a desculpa dela é que é **tudo no tempo de Deus**.*

Nessa fala, a transexualidade não é considerada uma doença, mas a intenção de deixar de ser mulher travesti foi considerada uma doença, não necessariamente como patologia, mas ligada ao sofrimento vivido por uma mulher travesti em um (con)texto cisheteronormativo. Dessa maneira, Carmem relatou sofrimento intenso de uma amiga que só via como solução para sua angústia deixar de ser mulher travesti, ao que ela parece ter localizado como causa dos seus sofrimentos, o que a impediria inclusive de ter uma família.

Nos espaços que frequentei durante o mestrado, nos quais foram debatidos assuntos relacionados às transexualidades e travestilidades, presenciei relatos de mulheres travestis e trans que demonstravam a intenção de fazer esse processo de “reversão” de gênero, sempre associada à alguma religião cristã. Uma mulher trans com quem conversei uma vez, após um dos eventos das Segundas Transtornadas na ADEH, me relatou que havia recebido um convite de uma Igreja em Minas Gerais para realizar tal processo de reversão e que estava pensando em aceitar. Nesse local, seriam oferecidos procedimentos como corte de cabelo, retirada de silicone, entre outros. A pessoa que me relatou isso dizia estar infeliz e que não via perspectiva de conseguir um emprego que não o da prostituição, mesmo estudando e quase concluindo um curso técnico que cursava na época. O desejo de ter uma família e entender que isso seria muito difícil sendo mulher travesti também foi um ponto levantado por ela, que demonstrava estar sofrendo por tais questões.

Dessa maneira, esse saber religioso, ainda que não possa ser dito patologizante ao seguir uma lógica diferente do saber biomédico, desse se aproxima, na medida em que promete a cura de gênero e sexualidade, consideradas como vícios – comportamento aprendido –, ou problemas espirituais (NATIVIDADE, 2006). Em outras palavras, o gênero em alguns saberes religiosos pode ser visto como um processo natural em

que órgão genital, sexo, gênero, orientação sexual e comportamento devem seguir uma correspondência em um (con)texto cisheteronormativo, que de repente tem o seu processo perturbado por algum tipo de aprendizado ou influência que a desvia de seu curso natural, seja por ação de outra pessoa ou por um motivo espiritual.

No entanto, é importante notar que para o saber médico hegemônico, a cura para a transexualidade está nas modificações corporais – em especial a cirurgia de transgenitalização – que adêquem a pessoa trans ao gênero que se identifica, de preferência nos moldes cisheteronormativos e estereotipados do que se convém ser homem e mulher. Já para esse saber associado à religião, a cura está na conversão da pessoa trans à cisgeneridade. Dito de outra forma, a cura está em reverter quaisquer mudanças corporais ou de comportamento que a mulher trans ou travesti tenha feito para sentir-se conforme o gênero com a qual se identifica, além da necessidade de evangelização e incorporação à Igreja – cura espiritual. São perspectivas de cura diferentes, e o objetivo aqui não é de forma alguma equipar as violências que podem produzir. Contudo ambas geram violências, tendo aproximações que podem ser melhor estudadas e aprofundadas em outro momento.

De qualquer maneira, tanto os saberes médicos patologizantes quanto os saberes religiosos que defendem a cura de mulheres trans e travestis compartilham do que autoras como Amana Mattos e Maria Luiza Cidade (2016) chamam de compulsoriedade da cisgeneridade, em que:

[...] o termo cisgeneridade foi introduzido por ativistas transfeministas como um neologismo no sentido de atribuir um nome às matrizes normativas e ideais regulatórios relativos às designações compulsórias das identidades de gênero. Nesse sentido, nomeia-se, conseqüentemente, experiências de identificação de pessoas, ao longo de suas vidas, com o sexo/gênero que lhes foi designado e registrado no momento do nascimento (atribuição marcada pelos saberes médico e jurídico). Com a afirmação desse conceito de cisgeneridade, afirma-se também um nome do suposto lugar de “identidade de gênero normal”, a partir do qual a transexualidade foi construída como desvio e patologia (MATTOS; CIDADE, 2016, p. 133)

Levanto essa discussão da compulsoriedade da cisgeneridade, pois creio ser importante trazer o que autoras transfeministas têm abordado em suas argumentações teórico-políticas. Todavia, reafirmo a defesa que faço do uso do conceito de cisheteronormatividade, uma vez que ele destaca a cisgeneridade como norma que produz a abjeção de quem não é cisgênero, diferente do destaque que pode ser dado à norma no que ela diz respeito à orientação sexual, como uso do conceito de heteronormatividade. Ressalto ainda que o uso do termo heteronormatividade, ao não ter em sua composição o termo “cis”, não apenas dá destaque à normativa ligada à orientação sexual, como também pode operar no silenciamento da norma relativa à cisgeneridade. Assim, o termo cisheteronormatividade – que preserva os termos “cis” e “hétero” em sua composição – destaca a normativa relativa ao gênero ao mesmo tempo em que mantém a discussão sobre a orientação sexual, sem promover o silenciamento da discussão de qualquer um dos polos cis e trans.

Du Maranhão Filho⁶⁸ (2015) escreveu a respeito de saberes religiosos evangélicos contemporâneos em bibliografia recente, que se configuram como (re)produtores de intolerâncias, discriminações e punições de homossexualidades/afetividades⁶⁹ e transgeneridades⁷⁰, nesses (con)textos equivocadamente tidas como sinônimos de homossexualidade. Segundo Maranhão Filho:

Aproprio-me de tal termo [cisheteronormatividade] para conjecturar a respeito de uma possível teologia *cishet-psi-spi*,

⁶⁸ Pude acompanhar falas de Du em uma palestra e por isso tenho conhecimento de seu nome social, “Du”. Em respeito a essa escolha mantenho na escrita da dissertação o prenome de sua preferência, embora no artigo lido conste outro prenome.

⁶⁹ Maranhão Filho (2015) enfatiza a distinção entre homoafetividade como orientação sexual de uma pessoa por outra do mesmo gênero e homoafetividade como a orientação afetiva de uma pessoa para outra do mesmo gênero.

⁷⁰ Conceito usado por Maranhão Filho (2015) para abarcar as diversas possibilidades de vivências de pessoas que não vivem de acordo com o dispositivo da binariedade de gênero, em outras palavras, que não vivenciam o gênero de acordo com o que foi outorgado em seu nascimento.

fundamentada na heteronormatividade e na cisnormatividade – e que também se alicerça em pressupostos das áreas *psi* e concepções associadas à espiritualidade. A base desta teologia está, então, nas conexões discursivas entre cisheteronormatividade, psicologização/psiquiatrização e concepções espiritualizantes como as de que as homoafetividades/sexualidades e transgeneridades se relacionariam à posses-sões demoníacas, perversões, doenças, abominações e pecados. (MARANHÃO FILHO, 2015, p. 191, grifos no original).

Não está entre os meus objetivos na pesquisa de mestrado me aprofundar nas lógicas de cura e tratamento para as transexualidades e travestilidades propostas em alguns saberes religiosos. Apenas penso ser interessante destacar que saberes *psi*⁷¹, assim como a cisheteronormatividade e concepções espirituais também fazem parte desses saberes que podem assumir conceitos punitivos – punição futura na qual a pessoa homossexual ou transgênera irá para o inferno após a morte – e discriminatórios, na forma de rejeição com a possibilidade de aceitação caso a pessoa homossexual ou transgênera seja “libertada/curada/restaurada” (MARANHÃO FILHO, 2015, p. 192). Esse saber ainda defende a punição e a discriminação aliada a uma aceitação condicional, em que as pessoas são recebidas e integradas na igreja com a condição de que façam a conversão, ou seja, de que não permaneçam como estão.

A presença de saberes *psi* em saberes religiosos que prometem a cura de mulheres trans, travestis, bem como de homens trans, homossexuais e lésbicas demanda que sejam feitos estudos sobre essa temática na área da psicologia. A breve discussão a respeito do tema se deu, pois ela se fez presente em uma das entrevistas realizadas, na discussão a respeito da patologização da transexualidade, bem como em outros espaços que frequentei durante a pesquisa. Desse modo, discuti esse assunto para ilustrar como tais saberes religiosos podem ser produtores de sofrimentos e de violências ao identificarem as transexualidades e travestilidades com desvios comportamentais e espirituais passíveis de cura.

⁷¹ Quando me refiro a saberes “*psi*”, quero dizer de saberes produzidos e reproduzidos na área da Psicologia, mas também da Psicanálise e Psiquiatria.

5. DESCONSTRUINDO O BINARISMO VÍTIMA/AGRESSOR E A NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS

5.1. Família, escola e a busca por empregos formais: algumas trajetórias e violências naturalizadas

Começo este capítulo citando algumas trajetórias das entrevistadas no processo de escolarização e com as instituições direcionadas a esse processo. A primeira das entrevistas a qual me refiro nesse capítulo foi feita com Sabrina. Quando questioneei a respeito das violências que talvez houvesse vivenciado, Sabrina disse não ter sofrido nenhuma grave até hoje, referindo-se à violência física. Entretanto, relatou que ouviu piadas e xingamentos, em especial na época em que era estudante e ainda não havia começado as transformações corporais que para ela a definiriam como uma *trans*, ou seja, quando era, em suas palavras, *gay*.

Sabrina relatou que tais piadinhas e xingamentos eram mais leves, pois ainda não era *trans*, era *gay*, e por serem frequentes as ofensas, achava *normal*. As maiores dificuldades, que ao mesmo tempo lhe causaram mais sofrimento foram relacionadas às tentativas frustradas de conseguir emprego que não a de profissional do sexo. A falta de alternativas ligadas ao trabalho como profissional do sexo, todavia não foi considerada unanimemente pelas entrevistadas como geradora de sofrimento, como relatado por Natália que convive bem em relação a isso.

No que diz respeito a situações de vivências definidas como *xingamentos ou preconceitos*, tanto Natália quanto Clarisse relataram ter passado por mais ocasiões como essas no (con)texto da escola, quando se reconheciam, segundo suas palavras como *gay ou bicha*, como segue a fala de Carmem:

Olha, a escola, como no caso eu estudei até o segundo ano do ensino médio, é... sem ter feito a transição. Foi um inferno, até eu parei de estudar porque eu não suportava, eu não suportava ser xingada, eu não suportava é, todo dia ter que levar um fardo de "ó o viadinho, ó o viadinho, sabe. Até o meu terceirão eu concluí no supletivo à noite, que foi esse ano ainda, foi mês passado (Carmem).

Contudo, diferentemente das experiências que teve no ensino médio, quando retomou os estudos no supletivo após a transição, como uma mulher trans adulta, Carmem se sentiu mais respeitada. Pietra, por sua vez, embora não tenha abandonado os estudos, disse ter sofrido muito com *preconceitos*, *piadas* e *xingamentos* na escola por ser *homossexual*. Ela se apresentou para mim com o nome masculino – com o qual foi feito registro em cartório após seu nascimento – porque, naquele momento, não se sentia uma mulher travesti, pois estava insatisfeita com seu corpo e lhe faltava algo em especial, que em seu entendimento era a essência da feminilidade: o cabelo comprido. Por esses motivos se definiu como *crossdresser*.

Na fala de Pietra havia uma ambiguidade, visto que em alguns momentos referia a si mesma conforme a concordância gramatical no masculino e, em outros conforme a concordância gramatical no feminino. As outras entrevistadas geralmente se referiam a si mesmas no feminino, usando a concordância gramatical masculina em momentos nos quais se referiam a si mesmas no passado, em época anterior à transformação. Pietra, por sua vez alternava a concordância gramatical entre o masculino e o feminino no tempo presente, em que não percebi qualquer distinção de algum motivo ou temática relacionada a essa diferenciação. Quando a conheci usava roupas masculinas, o que segundo ela, era uma forma de evitar sofrer violências que vivenciava quando andava, em suas palavras, *travestido* durante o dia. Contudo, em outras ocasiões, pude vê-la maquiada e com as unhas pintadas combinadas com roupas masculinas.

Retomando a discussão das vivências nas Instituições de escolarização, como discutido por Bento (2011), a escola ainda é um local em que as pessoas trans e mulheres travestis vivenciam muitas violências, o que acarreta muitas vezes em sua “expulsão” de tais ambientes, como o caso de Carmem na adolescência. O termo “expulsão” foi usado pela autora como forma de negar a noção de “evasão escolar”, o que pode mascarar os preconceitos de gênero e sexualidade como formas de violências fortemente implicadas nesses casos. Natália, mesmo sofrendo com o que nomeou como *preconceitos*, concluiu o ensino médio sem interrupções e contou ter dado uma surra em um colega que a xingava no colégio, se recusando a assumir o lugar de vítima:

Tipo, um menino me, na época, né?! Tinha aquela novela da, de luta sabe, que tinha a Mamusca e

*ela tinha um filho **gay** na época, que era o Abelardo. E eu não gostava do Abelardo, eu não achava que ele era uma representação gay bem dita assim, sabe, tipo uma representação boa, gay, entendeu? Então, eu achava fútil, uma personagem fútil, uma coisa assim. E daí um guri me chamou de Abelardo e aí eu não gostei, **fiquei bem brava e bati muito nele**, assim. E ele era hétero e eu era **bicha** e aí **ele apanhou da bicha na escola**. Aí foi horrível pra ele assim, tipo, isso aí a gente tava na sexta série até a oitava série, ele era zuado porque ele tinha apanhado do viado, sabe. Mas assim, foi isso. [risos]. (Natália)*

Natália, nessa fala tem um posicionamento que foge ao narcisismo de apenas localizar no outro as violências, assumindo em si essa potencialidade de agressão ao outro, como questão importante na relação com a alteridade, como discutido por Butler (2015b) e Derrida (2003). O conceito de narcisismo aqui é trazido conforme cunhado por Freud (1914/1996), como um processo psicológico que faz parte da constituição subjetiva, atuando tanto na formação do eu a partir do narcisismo primário, quanto dos investimentos afetivos posteriores a sua formação, processo denominado narcisismo secundário. Importante destacar que o narcisismo é um processo psicológico que pode ser mais ou menos intensificado pelo (con)texto, como é possível articular com o modo de produção capitalista e a ideologia neoliberal, na qual o individualismo, a competitividade e o consumismo atrelado a status social reforçam o referido processo.

O termo narcisismo também é utilizado para diferenciar o investimento afetivo voltado para o eu daquele direcionado aos objetos, o que inclui o outro. Segundo Freud (1914/1996), quanto mais o sujeito investe libido em seu eu, ou seja, quanto maior o seu narcisismo, menor o investimento afetivo que pode ser direcionado aos outros, e vice-versa. O narcisismo exacerbado pode se fazer com o engrandecimento do sujeito e de suas qualidades tanto para uma vertente negativada quanto positivada. Em casos de melancolia, nos quais o sujeito se considera intensamente atribuído de aspectos negativos e mortificantes, o narcisismo exacerbado é expresso pela via negativa.

Já o narcisismo positivado, no qual o sujeito tende a engrandecer-se pela via das qualidades positivas, pode haver a negação de atributos desvalorizados em si, como a potencialidade em ser agressivo ou violento e a identificação de tais qualidades apenas no outro. Todavia,

ao propor o termo narcisismo, Freud (1914/1996) não teve como objetivo patologizar as pessoas ou especificá-las em categorias. O autor pretendia explicar o funcionamento psíquico que diz respeito a todos os sujeitos, o que pode assumir modalizações singulares, em que o narcisismo é mais ou menos exacerbado.

Tanto para Butler (2015b) quanto para Derrida (2003), a potencialidade de agressão está relacionada com a questão da alteridade, da relação interdependente que temos com o outro, o que permite a existência de ambos, contudo não sem conflito. De acordo com Derrida (2003), a metáfora do hóspede/hospedeiro explicita essa relação ambivalente, que pode facilmente ir da hospitalidade em relação ao outro/estranho para uma relação destrutiva e cruel. Já Butler (2015b) discute essa questão a partir da vulnerabilidade do humano, expressa nessa relação de interdependência que permite o estabelecimento de laços, mas também expõe o sujeito à potencialidade de ser agredido por esse outro, e, da mesma maneira, lhe dá a oportunidade de ser o seu agressor.

Retomando as vivências das entrevistadas na escola, cito Lígia, que na infância e adolescência teve boas condições socioeconômicas, uma vez que seu pai tinha recursos financeiros. Lígia interrompeu os estudos duas vezes por dificuldades de aprendizagem decorrentes da dislexia, além de conflitos em razão de o pai não aceitar a sexualidade da filha, e uma tentativa de suicídio, após o término de um relacionamento amoroso. Embora tenha relatado conflitos com seus pais por conta de ter se envolvido sexualmente com um rapaz, sendo considerada *gay* pelo pai, não relatou sofrer violências na escola quando adolescente por conta de sua sexualidade.

Quando voltou a estudar no supletivo, já adulta, na época em que estava iniciando o processo de *transformação* e já se vestia de maneira “andrógina”, Lígia relatou sentir-se respeitada. Esse respeito contrariou as expectativas que tinha de vivenciar violências por performatizar o gênero de maneira andrógina. Remeto-me a um trecho da entrevista com Lígia na qual ela explicita essa vivência, pois se trata de uma situação potente para articular a possibilidade de deslocamento de significados em relação às violências:

Lígia: Visualmente assim, cabelo, sobrancelha, eu fazia depilação e pintava as unhas. Então assim, referente a corpo, se tu olhasse por mim, pra mim com corpo, era uma mulher. Agora na roupa, eu ainda andava como garoto. Daí eu comecei essa

transformação, voltei a estudar e ao mesmo tempo comecei essa transformação dentro, participando dentro da escola. Então, assim, eu fui pra lá, eu fui fazer o supletivo, né?! Era duas, três aulas por semana, você escolher duas, três matérias e daí ia indo matando por matérias.É... então, assim, eu fiz três, quatro matérias como garota, outras, três, quatro matérias como garoto. E houve uma... um, não teve diferenciação entre o antes e o depois.

Pesquisador: As pessoas te respeitavam.

*Lígia: Sim. Tanto a parte do "seja", né, do "Eja" lá no caso, quanto a parte dos próprios alunos. Então assim, aqui ... essa questão me assustou, um pouco, porque, boa parte do que a gente escuta falar é que boa parte sai da escola por conta de agressões, né. **Pô!Eu tô dentro duma escola, não tô sofrendo nenhum tipo de agressão?! (Trecho da entrevista feita com Lígia)***

É possível articular na fala de Lígia um deslocamento de significados em relação a uma concepção hegemônica sobre o modo de funcionamento das subjetividades na modernidade, segundo a qual a única forma de se relacionar com o outro que é diferente se dá por meio do repúdio, do ódio e das violências⁷². Lígia disse ter se surpreendido e

⁷² Uma dessas abordagens está presente, por exemplo, na área do Direito em que se defende a ideia da “tolerância” e da “diversidade”. Segundo Margareth Leister e Elisai de Trevisan (2012, p. 208), “A importância da tolerância está na própria natureza do ser humano, de onde procedem os argumentos a favor da boa convivência, portanto, não se trata de aceitar o outro pelo respeito àquilo que temos de diferente como a cultura ou as peculiaridades individuais, mas por nossa identificação recíproca como seres humanos”. Em outras palavras, ainda que não se aceite ou goste do outro porque é diferente, seria importante tolerá-lo uma vez que estaríamos todos unidos por uma natureza humana que se expressa em uma diversidade de identidades ligadas a religiões, etnias, gênero, orientação sexual, etc. Nessa citação é possível questionar a noção de natureza humana, que embora busque reafirmar o respeito ao outro se apoia em pressupostos que produzem hierarquias por meio da ratificação das identidades. Como já discuti anteriormente, em vez de reforçar as identidades, Butler (2002a) por sua vez, propõe a desestabilização das mesmas como estratégia política para a reconfiguração das matrizes de inteligibilidade e modificação dos

se assustado com a possibilidade de não vivenciar violências no ambiente escolar, mesmo se reconhecendo como uma pessoa que performatizava o gênero descrito por ela de maneira *andrógina*, o que a expunha ao olhar dos outros como alguém que de alguma forma questionava as normativas de sexo/gênero. Essa não correspondência da expectativa de vivenciar situações de violências naquele (con)texto, possibilitou o deslocamento de uma noção hegemônica na relação com a alteridade, na qual o binarismo eu/outro pode ser desconstruído. Dito de outra forma, a vivência com o outro pode ocorrer tanto pela via de aspectos destrutivos e violentos quanto pode ocorrer via aspectos ligados ao estabelecimento de laços e de potencialização de vida (BUTLER, 2015b, DERRIDA, 2003).

Pode-se dizer que, num primeiro momento, havia a expectativa de subjugação do "eu" em relação ao "outro" a partir da diferença marcada pela androginia como passível de ser lida por esse outro como atributo desqualificável. Num segundo momento, de inversão dos polos binários, o eu passa a ocupar o polo oposto na posição hierárquica no sentido de poder performatizar a sua androginia sem ter a expectativa de subjugação confirmada. O que segue é um terceiro momento no qual o deslocamento de significados atribuídos às violências se faz como uma possibilidade de relação com o outro pela via do respeito. Essa possibilidade põe em xeque a visão hegemônica das teorias sobre a constituição subjetiva nas quais o lugar do outro na subjetividade ocuparia principalmente a posição do insuportável e do repudiado.

Entendo que não seja um relato tão frequente uma pessoa que performatiza o gênero que questiona de alguma maneira as normativas de sexo/gênero ser respeitada em suas trajetórias escolares. Contudo, é importante destacar relatos como o de Lígia, que demonstram a possibilidade de uma convivência respeitosa com a diferença e que faz

limites do que é considerado abjeto. Assim como propõe o reconhecimento da vulnerabilidade – bem como fala em “condição humana” e não de uma “natureza humana” – como o que se tem em comum com os outros, o que pode contribuir para o reconhecimento do outro como sujeito, o que demanda uma ética baseada também no respeito ao diferente (BUTLER, 2015b). De maneira semelhante, conforme a proposta filosófica de Derrida, por meio da crítica à noção de sujeito moderno centrada na consciência plena, no voluntarismo, estabilidade e unicidade do sujeito (DERRIDA, 2001a), em vez do termo “diversidade”, é preferível o uso do termo “diferença” que implica no adiamento do fechamento de conceitos, seja em relação às identidades fixas ou no que se considera como humano.

questionar o que permite tais experiências, o que pode ser um potente tema a ser estudado.

Juliana, por sua vez teve uma trajetória diferente das outras no que se refere à escola. Juliana relatou não saber ler ou escrever, pois disse ter deixado a escola cedo, no ensino fundamental por ter que trabalhar. A alternativa que conseguiu para aprender a ler atualmente foi ter aulas com uma amiga também mulher travesti. Mesmo não atribuindo a saída da escola a violências relacionadas a gênero, Juliana disse ter receio de voltar a estudar e sofrer *preconceitos e violências* por ser, em suas palavras, *travesti*.

Essas vivências cotidianas com situações de violências, como as vividas na escola foram descritas em muitas das entrevistas que realizei como naturais ou “*normal, entre aspas, né?!?*”, como segue o trecho da entrevista feita com Sabrina:

Então eu acho que quem já passou por uma violência física, eu acho que é muito pior. Porque... eu acho que a... essa coisa da violência verbal que eu já te disse que é um, desde um comentário, um xingamento, um palavrazinho que tu escuta na rua direcionada a você, né?! Eu acho que é meio, entre aspas, “faz parte do nosso dia-a-dia”. Tipo assim, não deveria ser, mas a cabeça das pessoas não é evoluída a ponto, então acaba sendo (Sabrina).

Em outros momentos, ouvi relatos nos quais as entrevistadas disseram nunca ter passado por situações de violências, mesmo estando presentes em suas falas situações que a meu ver, como pesquisador, poderiam ser consideradas como tal. A palavra violência no geral foi mais associada ao que se convencionou chamar de violências físicas, como o que atinge de maneira direta o corpo. Já xingamentos em alguns momentos foram considerados violências verbais, contudo, assim como atitudes discriminatórias, em sua maioria foram consideradas apenas preconceitos.

Quando falo em atitudes discriminatórias me refiro a situações como a descrita no relato de Carmem que, assim como outras trans, foi impedida de entrar em um baile, uma vez que outras mulheres trans e travestis haviam feito *escândalo* naquele local em outro momento. Situações como essas que, eu como pesquisador na área da psicologia reconheço como violências. Não apenas como pesquisador, mas como

sujeito atravessado por atribuições identitárias a mim colocadas e por mim assumidas e apropriadas de maneira singular como homem cis, pardo, homossexual, de classe média, entre outras atribuições. Quero dizer com isso que meu olhar de maneira alguma é neutro.

Meu entendimento do que são violências é diferente do entendimento das mulheres trans e travestis com quem tive contato, da mesma maneira que cada uma delas tem uma apropriação singular do que seriam violências. Diante dessas diferentes concepções a respeito do que são violências no (con)texto a que aqui me remeto, me pergunto se a não consideração de determinadas situações como violentas podem ser lidas como uma forma de naturalização das violências vivenciadas pelas mulheres travestis e trans que entrevistei. Importante salientar que isso que estou chamando de naturalização das violências também foi apontada no já citado relatório sobre violências contra a população LGBT na cidade de Florianópolis (BONASSI et al., 2015), assim como em pesquisa realizada com mulheres travestis e trans por Santos (2007) em Salvador e por Muller e Knauth (2008) em Porto Alegre.

Antes de seguir com essa hipótese da naturalização das violências, destaco uma parte do relato de Sabrina, em que, mesmo considerando o que ela nomeou por violências verbais como fazendo parte do cotidiano, as piadas, os xingamentos e as agressões ganham um peso diferenciado quando ocorrem na família. Sabrina diz ter uma boa relação com a família, tanto que mora com a mãe, com quem diz se relacionar muito bem. A respeito disso, Sabrina relatou uma história em que, na adolescência, ela e uma amiga, que em suas palavras na época eram *gays* – pois ainda não viviam como mulheres –, experimentavam roupas para se montarem e saírem à noite, quando foram flagradas pelo pai dessa amiga, que fez um *alvoroço*:

Então, eles sempre foram muito ru... rudes assim com ela, muito firme, com muito...né?! Pelo menos naquela época. Hoje em dia assim até pare... até acho que deu uma amenizada assim, parece que ele deu uma sossegada. Só que ele é muito preconceituoso, assim, com palavras de baixo calão com a própria filha, falando que "não, que eu não aceito, que não sei o que, se quiser vai pra rua, sai da minha casa". Ou querendo bater, pegava pedaço de pau [deu alguns risos], querendo bater, aquela... aquele alvoroço assim. Era bem, era bem tenso, assim. Aí tinha que fazer tudo às escondidas. Porque a

vontade, né?! Tanto em mim, quanto dela, era maior que do que o...do que esse... essa negação dele, né?! Do pai dela?! Então, a gente fazia as coisas escondida e era assim. Daí... essa foi uma das situações que eu lembro, assim, que é pra.. Eu acho que quando a violência é dentro da família, o preconceito dentro da família é pior ainda, do que tu ouvir na rua. Porque na rua, tu não conhece a pessoa. Então, tipo assim, tu vai ouvir, vai se magoar, vai. Mas só que tipo assim, a pessoa nem sabe da tua vida, não, não sabe como tu é, como é que é tua relação com a família. Agora ouvir da tua mãe, do teu pai, dentro da tua família eu acho que é... é bem pior, eu acho que é. (Sabrina)

Sobre esse trecho realço duas questões que estiveram presentes em outras pesquisas na varredura em base de dados que realizei. A primeira delas, como relatado por Sabrina em relação à sua amiga, entre as violências no âmbito da família, a *montagem* assim como o assumir-se mulher travesti ou trans são os momentos críticos de tais vivências (SOUZA, et al., 2015). A segunda questão se refere às violências no âmbito familiar serem frequentemente mais cometidas por pais e parentes do sexo masculino, segundo Martha Souza et al. (2015) e Marcos Garcia (2007, 2009). Essas pesquisas reafirmam a lógica binária de vítima/agressor, o que penso ser problemática ao produzir uma hierarquia e colocar a pessoa na posição de vítima como destituída de possibilidade para a ação. Não nego que essa impossibilidade para ação possa ocorrer em especial no caso de vivências de violências por crianças e jovens trans, contudo, o que questiono é a generalização de tal impossibilidade colocada pelo binarismo. Essa análise será feita de maneira mais apurada no próximo subcapítulo, em que discutirei as apropriações das violências por mulheres travestis e trans na *pista*. No momento proponho outra questão a partir dessa informação indicada nas pesquisas.

Entre as entrevistas que fiz, a de Lígia também corrobora com a afirmação do pai e parentes do sexo masculino como principais agressores na família, uma vez que relatou ter sofrido fortes represálias do pai quando era adolescente, com treze anos de idade e foi pega transando com um rapaz. Naquela época, anterior ao início das modificações corporais que ela chamou de *transformação de gênero*, as violências que sofreu de seu pai se deram, aparentemente, pela sua

identificação como *gay*. Lígia também relatou que seu pai a chantageou naquela época:

Daí foi colocada essa questão pra mim "olha, você tem plano de saúde, plano de saúde que tem, eu sou o responsável, eu que pago. A medicação tua, eu que pago. Você precisa dessa medicação até mais ou menos, até perto da fase adulta, e você escolhe: ou você vai se comportar como um gay e daí você pode escolher a porta pra sair de casa. Porque daí eu não vou aceitar isso dentro de casa e perder tudo que tu tens, inclusive a medicação ou você fica." E foi isso que foi o abordado. E daí a partir dali eu passei cerca de um ano sofrendo essas... pequenas agressões, né?! Pra dormir eu era cuidada, pra tomar banho eu era vigiada. Se eu saía, tinha uma festinha num vizinho, eu era vigiada. Isso eu tinha doze, treze anos. (Lígia)

Após a separação de seus pais, Lígia foi morar com a mãe no interior de Santa Catarina, já por volta dos vinte anos e durante a *transformação de gênero*. Nessa época relatou sofrer perseguição familiar por parte de primos e tios da família de sua mãe, que registraram diversos boletins de ocorrência a acusando de diversos crimes como roubo e agressão, sem que ela tivesse cometido algum desses delitos. Lígia atribui tais denúncias ao fato de seus familiares serem evangélicos e não aceitarem que ela seja *travesti*. Os crimes nunca foram comprovados e os processos foram arquivados.

Contudo, mesmo havendo situações que confirmem a hipótese dos pais e parentes do sexo masculino como principais agressores, há situações diferentes, o que não permite que se homogeneizem as vivências das mulheres trans e travestis. Carmem, por exemplo, disse ter sofrido uma surra da mãe quando criança, no momento em que ela a viu com vestido e com as unhas pintadas⁷³. Já Natália, relatou ser protegida pelo pai de ofensas ocorridas em festas de família:

Meus pais nunca me bateram, sabe, por isso assim. Tipo, eles tentaram me orientar, sabe.

⁷³ O trecho da entrevista e que Carmem relatou essa situação se encontra na página 96.

Quando eu era criança não, tipo, quando eu era criança, se alguém falasse que eu era bicha, meu pai batia na pessoa. Cabou várias, cabei várias festas de família assim, por isso. Porque tava eu lá toda menininha, assim, bem aquelas, aquelas bichinha pintosa e mas, só que uma criança, assim. Então assim, não era nada de propósito, não era nada forçado. Eu só estava expondo a minha menina interior e daí alguém da família falasse alguma coisa, cabou. Meu pai fechava o tempo ali na hora, ele não aceitava, ele dizia "não, é criança e vai ser do jeito que quiser ser." (Natália)

A partir das informações trazidas na primeira parte desse capítulo, coloco a seguinte questão. Em alguns momentos, conforme afirmação das entrevistadas, pareceram mais explícitas e intensas as violências sofridas em relação à performatividade de gênero quando comparada às sofridas por orientação sexual:

Pra gay hoje em dia estudar já é difícil, imagina um travesti no asfalto. Pode sofrer preconceito, pode sofrer é... violência, um monte de coisa.(Juliana)

Porque tem todo aquele, já não basta o preconceito de você ser gay, você ser travesti já é outro, outro nível, né?! Até pra uma, pra uma empresa te aceitar. Pra um... pra um... pro mercado de trabalho, né?!"(Sabrina)

Todavia, em outros momentos, referindo-se às suas próprias vivências, as entrevistadas relataram sofrer mais com piadas e xingamentos – o que eu como pesquisador entendo como violências – quando se viam como *gays*, ou seja, antes da *transformação*. Ou seja, houve na fala das duas entrevistadas o destaque na vivência dessas violências em específico relacionadas à orientação sexual, o que difere de situações vividas após a *transformação*, como as dificuldades na busca de emprego formal, em que elas destacam a questão de gênero como decisiva para tais dificuldades. Desse modo, tanto Natália quanto Carmem relataram lembrarem-se de sofrer mais com piadas e xingamentos, como *viadinho* e *bichinha*, na época anterior à transição,

embora para as entrevistadas nem sempre tais atos tenham tido o significado de violências, sendo tais ações nomeadas por muitas delas como *preconceito e falta de educação*.

Quanto à *transformação*, uma especificidade do grupo com quem realizei as entrevistas é de que todas elas começaram o processo tardiamente⁷⁴, se consideramos as idades médias descritas em pesquisas como de Benedetti (2005). No (con)texto pesquisado pelo autor, as mulheres travestis muitas vezes relataram começar as modificações com tratamento hormonal por volta dos 11 aos 14 anos de idade, o que no geral coincide com o abandono ou expulsão de casa, o que frequentemente implica na interrupção dos estudos. Permanecer mais tempo como *gay* com a família – não tendo muitos conflitos com a mesma – pode ajudar a explicar por que algumas pessoas que entrevistei concluíram os estudos no ensino regular sem interrupções, como é o caso de Sabrina, Natália e Pietra, o que talvez não seja a realidade da maioria das mulheres travestis e trans. Por outro lado, houve a suportabilidade de violências vividas na época em que se reconheciam como *gays*, como as piadas e xingamentos que ouviam na escola.

No sentido oposto, no caso de Carmem, as violências vivenciadas na escola – quando se via como adolescente *gay* – foram insuportáveis a ponto de ela interromper os estudos, diferentemente do seu retorno à escola no supletivo quando mulher trans adulta, em que se sentiu respeitada. Já no campo profissional, como *gay*, Carmem teve oportunidades de trabalhar em empregos formais, o que não conseguiu após a *transição*:

Antes da transição eu trabalhei, trabalhei em um monte de lugar, tanto que eu tenho, tenho, tenho formação completa, né, no ensino médio. E trabalhei como atendente, como caixa, como balconista, como recepcionista, como estoquista, como vendedora, como tudo isso. Teleatendente, daí depois que, que eu, que ocorreu a transição,

⁷⁴ Juliana relatou começar a transformação aos 18 anos. Sabrina relatou ter iniciado a transformação por volta dos 17 anos de idade. Lígia relatou ter iniciado o processo por volta dos 24 anos e Carmem aos 20 anos de idade. Natália por sua vez, começou a transformação aos dezoito anos, um ano antes de sair de casa, aos 19. Quanto à Pietra, iniciou a transformação por volta dos 17 anos.

né?! Mesmo mostrando o currículo maravilhoso, ninguém queria (Carmem).

As diferentes situações descritas por Carmem em relação a situações de violências vivenciadas quando *gay* e quando *trans* implicam no deslocamento de significados em relação a uma hierarquia de gradação de violências. A hipótese que apresento aqui, em relação ao (con)texto que fez parte da pesquisa, é de que ocorre uma diferenciação na leitura que as pessoas elaboram sobre o que é *gay* e o que é mulher *trans* ou travesti, bem como, em decorrência dessa diferenciação ocorre uma gradação das violências em relação à pessoa que se reconhece/é reconhecida como *gay* e a pessoa que se reconhece/é reconhecida como *trans* ou travesti.

Dessa maneira, em determinado momento Carmem diz que sofreu por não conseguir um emprego formal como *trans*, uma vez que teve diversos empregos como *gay*. Nessa afirmação há uma hierarquia, na qual a configuração subjetiva⁷⁵ como *trans* implica mais limitações que uma configuração subjetiva como *gay*. Já num segundo momento, há uma inversão dessa hierarquia, na qual uma gradação de violências é posta como sendo mais intensa ao se identificar como adolescente *gay* na escola do que quando *trans* adulta no supletivo. Proponho a análise crítica dessa inversão hierárquica uma vez que ela permite considerar que, o deslocamento de significado posto pela cisheteronorma produz uma intensidade maior ou menor de violências em relação ao deslocamento dos significados operado e, portanto, em relação à ficção identitária produzida pelo sujeito. A noção de ficção identitária é aqui proposta a partir de Butler (2003) e Freire Costa (1986). Nas palavras de Butler:

Em que medida é a “identidade” um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis de

⁷⁵ Utilizo a expressão “configuração subjetiva” para me referir às citações da cisheteronormatividade por mulheres travestis, mulheres *trans*, e homens *gays*, relativas tanto à performatividade de gênero quanto à orientação sexual. Dessa maneira, com o uso do termo procuro analisar a exposição de mulheres travestis, mulheres *trans* e *gays* às leituras que outras pessoas fazem de tais configurações subjetivas, a partir dos deslocamentos de significados em relação à cisheteronorma.

identidade? Em outras palavras, a “coerência” e a “continuidade” da pessoa não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de pessoa se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 2003, p. 38).

Assim, as identidades não refletem as características das pessoas, elas são ficções, são ideais normativos aos quais quem mais se aproxima é tido como tendo o gênero mais coerente, contínuo e inteligível. Butler (2003) ao fazer a discussão da ficção identitária se refere à matriz heterossexual, contudo faço a leitura de sua obra a partir da noção da “matriz cisheteronormativa”, que enfatiza as normativas de gênero ao mesmo tempo em que mantém as discussões das normativas relativas à orientação sexual, como já discuti anteriormente.

De maneira semelhante, Freire Costa (1986), ao analisar criticamente a noção de identidade unitária, estável, plena e autoconsciente, descreve-a como uma ficção necessária, uma vez que mobiliza para a ação. Em outras palavras, as pessoas se reconhecem como se fossem constituídas por um eu linear, contínuo e constante, e essa ficção identitária as mobiliza para a ação. Porém, o autor também releva que é necessário reconhecer que a ficção da identidade opera no entrelace com processos inconscientes. A identidade concebida dessa forma pressupõe a nível consciente uma suposta estabilidade, unidade e continuidade do eu, o que é obviamente desmentida pelo ato falho, chiste, sonho, no qual a cisão do sujeito é explicitada por aludir à dimensão inconsciente da experiência humana. Dessa maneira, faz parte da ficção identitária do sujeito se reconhecer como mulher, homem, trans, mulher travesti, gay, etc., e performatizar o gênero, bem como exercer suas práticas sexuais relacionadas à cisheteronormatividade, ainda que não de maneira prescrita.

Embora na visão das militâncias por direitos das populações LGBTTTTI haja, por vezes, uma concepção hegemônica de que as configurações subjetivas de mulheres travestis e trans deslocam sempre de maneira mais intensa os significados postos pela cisheteronorma do

que as configurações subjetivas das pessoas gays, há nas falas de Carmem, como colocado, outra possibilidade a partir do deslocamento de significados. Assim, em determinados (con)textos, a configuração subjetiva da pessoa que se reconhece como gay pode deslocar de forma mais intensa os significados postos pela cisheteronorma do que a configuração subjetiva da pessoa que se reconhece como mulher trans ou travesti, e vice-versa.

Isso não quer dizer que não haja especificidades em relação às violências vivenciadas por mulheres travestis e trans, como evidenciado na recorrente dificuldade de mulheres trans e travestis conseguirem trabalhar no mercado de trabalho formal, bem como o alto índice de assassinatos dessa população. Talvez essas especificidades estejam relacionadas a essa gradação de violências diferenciadas, embora, como discuto adiante no decorrer do capítulo, penso que não possam ser isoladas de maneira tão rígida as vinculações entre violências relacionadas à orientação sexual e performatividade de gênero. Isso porque, nos sentidos comuns, as mulheres travestis e trans são consideradas formas de homossexualidade extremada (PELÚCIO, 2009). Contudo, isso não permite que seja feita uma universalização, como se sempre as gradações de violências fossem necessariamente, linearmente e unicamente mais intensas em relação às mulheres travestis e trans ou aos homens gays quando comparadas.

De qualquer maneira, mantenho essa hipótese da diferenciação da gradação de violências vivenciadas por pessoas que já vivenciaram violências quando se reconheciam como *gays* e compararam essas experiências com as violências vivenciadas quando passaram a se reconhecer como *mulheres trans e travestis*. Hipótese essa relacionada às informações produzidas no (con)texto da pesquisa, em especial com as entrevistadas. Em outras palavras, creio que se a pesquisa fosse feita com um grupo de pessoas que se reconhecem como homens gays, como pessoas cisgêneras ou mesmo com outro grupo de pessoas que se reconhecem como mulheres travestis e trans, as respostas e as hipóteses poderiam ser outras.

Desse modo, mantenho a hipótese acima, de que há uma gradação de violências diferenciada nas violências vivenciadas pelas pessoas que entrevistei referente ao momento em que se reconheciam como *gays* e o momento em que se reconheciam como *travestis, mulher trans, transexual* ou *trans*. Mantenho essa hipótese, pois ela se coaduna com a perspectiva de autores com os quais trabalho, em que a produção de conhecimento não

tem como objetivo a delimitação do mesmo como verdade. Ou seja, não trabalho conforme a perspectiva tradicional e moderna do método cartesiano que apresenta uma hipótese e então pesquisa com o objetivo de confirmar a verdade ou não dessa hipótese. Na pesquisa, trabalho com o conhecimento, no sentido de produzir hipóteses sem a pretensão de validá-las como verdadeiras ou falsas, mas antes, com o objetivo de apresentá-las ao público, operando com e a partir delas para mobilizar minha pesquisa e as demais pesquisas sobre o tema.

Retomando as dificuldades na inserção no mercado de trabalho formal, Sabrina relatou ter adotado uma estratégia para evitar o constrangimento de ter uma vaga de emprego negada por ser trans. Ela sempre colocava nos currículos que distribuía nas empresas, seu nome de registro masculino e embaixo o nome social. Nessa lógica, se a empresa a chamasse sabendo que era trans seria evitado o constrangimento de ter a vaga negada por esse motivo. Sabrina relatou ter conseguido, dessa maneira, apenas o emprego de atendente de telemarketing, na qual vendia empréstimos a aposentados. Contudo desistiu do emprego, pois não gostava das atividades realizadas. Após isso, Sabrina buscou emprego em diversas áreas, em especial na área de beleza e cosméticos que considerava mais aberta para mulheres trans e travestis e, portanto, tendo menos chance de ser discriminada. Porém não obtendo sucesso, ela desistiu dos empregos formais e começou a trabalhar como profissional do sexo.

Kulick (2008) discutiu como a ausência de uma lei que puna a discriminação por aparência, por orientação sexual – o que eu acrescentaria discriminação por gênero – no Brasil permite que muitas pessoas homossexuais e mulheres trans e travestis sejam demitidas ou não sejam aceitas em vagas de emprego. Segundo o autor, por esse motivo muitos homossexuais escondem sua sexualidade com medo de sofrerem tais represálias.

Já para as mulheres trans e travestis, esse recurso não seria válido, já que muitas vezes a aparência física é indicativo da transexualidade ou travestilidade. Quando a aparência não é uma questão que leve à discriminação, o nome de registro masculino não condizente com a aparência feminina acaba sendo um obstáculo que limita muito essas possibilidades para a conquista do emprego. O autor também discutiu que quando conseguem empregos, as mulheres travestis e trans geralmente assumem ocupações consideradas femininas e nas quais se ganha baixa remuneração, como empregadas domésticas, cozinheiras em pequenos estabelecimentos, cabeleireiras e pedicures em pequenos salões de beleza. Esses empregos, contudo, quando

conseguidos seriam muitas vezes abandonados uma vez que a prostituição permitiria maiores rendimentos (KULICK, 2008).

Diante dessas dificuldades é mais comum, como discutido por Kulick (2008), mulheres travestis e trans, muitas vezes com baixa escolaridade pelos motivos já discutidos, serem admitidas em serviços com baixa remuneração, como Juliana que trabalha com serviços gerais. Questiono se Sabrina, após a *transformação*, ter conseguido o emprego como teleatendente – em que relatou ser bem tratada e só desistiu do emprego porque não gostava das funções que tinha que exercer – não indica uma dessas novas possibilidades abertas no mercado de trabalho para mulheres travestis e trans. O trabalho como teleatendente, com baixa remuneração e ligado ao feminino, é um emprego no qual a aparência não entra em cena no exercício das funções, já que a voz é o instrumento de trabalho.

Já a experiência de Lígia, que já trabalhou como profissional do sexo e hoje faz bicos como os relacionados a consertos mecânicos, atividade atribuída ao masculino, parece ser uma exceção:

*Eu continuo trabalhando, fazendo bicos, trabalhos freelances e...Nessa área de moto, peguei exclusivamente a área de moto já pra causar um certo pânico, um certo terror em algumas pessoas. E... Cê pensa bem, **mulher mexendo com mecânica já é difícil, mulher cis já é difícil, de repente cê coloca uma mulher trans, mexendo com mecânica de moto. Então, assim, causa uma certa estranheza pra quem não conhece. Não é?! Daí essa certa estranheza às vezes vai quebrando os estigmas ali, né?! (Lígia)***

De qualquer maneira, a realidade é que muitas mulheres trans e travestis trabalham como profissionais do sexo, o que parece as expor a mais situações de violências (BUSIN, 2015; BONASSI et al, 2015; CARRARARA; VIANNA, 2006; FERNANDES, 2013; FERREIRA, 2009; MOTT, ASSUNÇÃO, 1987; PERES, 2004; ROCHA et al., 2013; SANTOS, 2007; SILVA JÚNIOR, 2011; SOUSA et al, 2013; SOUZA et al., 2015), tema que será discutido no próximo subcapítulo. No momento, a partir das informações discutidas até aqui, faço três questionamentos. Primeiramente, me pergunto se Natália e Carmem ao não considerarem como modalidades de violências questões como as grandes dificuldades de conseguir um emprego pelo fato de serem

mulheres trans não corroboram a hipótese da naturalização das violências vivenciadas por mulheres travestis e trans. Sendo essa naturalização das violências relacionada à sua grande recorrência, com a repetição da experiência com essas situações, que envolvem diversos âmbitos como uma trajetória de violências que começam na família e na escola, se estendendo depois ao acesso ao mercado de trabalho formal (TONELI; AMARAL, 2013).

O segundo questionamento se refere à possibilidade de Natália e Carmem lidarem com as violências de maneira singular, ou seja, não considerando tais vivências como violentas. Pressupor que tais situações deveriam sempre ser entendidas como violentas também é cair em um argumento exclusivamente universal. Assim, se entendo as violências como associadas à atribuição de significados que as pessoas dão às suas relações com os outros, não vivenciar situações como as dificuldades de encontrar empregos como violentas pode ser uma forma singular de lidar com essas experiências, que podem estar relacionadas a um processo de naturalização de violências. Porém, isto não significa que eu entenda este modo de funcionar como universal, ou seja, não significa que eu entenda que todas as pessoas que se reconhecem como mulheres trans ou travestis naturalizem as violências. Em outras palavras, recuso a hipótese de que todas as mulheres travestis e trans naturalizariam situações de violências, mesmo considerando a grande recorrência dessa modalidade subjetiva, pois aceitar essa hipótese implica relevar apenas o quantitativo e o universal.

A terceira questão que me surge frente aos diversos relatos é que as entrevistadas já sofriam o que eu como pesquisador considero violências – como xingamentos e maus tratos – antes de se considerarem mulheres trans ou travestis, sendo agredidas com palavras que são, por vezes, usadas para se referir de maneira pejorativa a homossexuais como *gay*, *bicha*, *viado*. Já após a transição passaram a ser chamadas de maneira pejorativa com outras palavras, por exemplo, de *travesti* ou *traveco*, o que denota uma leitura diferente da configuração subjetiva das mulheres trans e travestis antes e depois da *transformação*, por parte das pessoas que as agredem.

Entretanto, penso que muitas dessas agressões vivenciadas após a transição podem também estar relacionadas à orientação sexual e não apenas à performatividade de gênero, uma vez que muitas pessoas classificam como *gays*, *bichas* e *viados*, pessoas que se reconhecem como mulheres travestis e trans. Não é o foco aqui a discussão das apropriações sobre as violências que vivenciam mulheres trans e travestis por pessoas que não são trans nem travestis, ou por aquelas que

são consideradas suas agressoras. Todavia, creio ser importante apontar para a necessidade da ampliação de tais discussões sobre violências que envolvem gênero e sexualidade.

Um evento que pode exemplificar essa não separação entre orientação sexual e performatividade de gênero recorrente nos sentidos comuns – ou seja, fora de redes ligadas às discussões de gênero e orientação sexual em núcleos de pesquisa em universidades e movimentos sociais ligados a essas discussões – ocorreu em uma das *Segundas transtornadas* em que discutíamos a temática da “Invisibilidade trans na sociedade brasileira”. Nessa ocasião, um dos participantes, que tem alto grau de escolaridade, sendo escritor, disse até pouco tempo não saber o que significava o “T” da sigla LGBT. Para ele “*travesti era um gay que se vestia de mulher*”. Sobre essa questão, Pelúcio dá uma importante contribuição:

A performatividade travesti, portanto, não pode ser confundida com uma encenação de gênero, mas sim como reiteração e materialização de discursos patologizantes e criminalizantes que fazem com que o senso comum as veja como uma forma extrema de homossexualidade, e assim, como pessoas perturbadas. A partir dessa ótica, seu gênero “desordenado” só pode implicar uma sexualidade perigosamente marginal (PELÚCIO, 2009, p. 93).

A autora fez essa afirmação ao discutir a performatividade de gênero das pessoas que fizeram parte da sua pesquisa, as quais questionaram com suas experiências as normativas binárias de gênero, ainda que sem essa intencionalidade. Ao mesmo tempo reproduziam normas calcadas no binarismo, como não se considerarem mulheres, mas sim homossexuais, na medida em que não tem útero nem vagina. Concomitantemente, afirmavam que queriam passar-se por mulheres, serem femininas, mas que mulheres não seriam jamais por não terem nascido assim. Dessa forma, muitas das mulheres travestis e trans que fizeram parte da pesquisa da autora se reconheciam como homossexuais, o que de certa maneira parece se aproximar do saber dos sentidos comuns que leem as mulheres travestis e trans como homossexuais.

Quanto às mulheres travestis e trans que entrevistei, elas já seguem uma distinção maior entre antes e depois da *transformação*, ou

seja, de quando se reconheciam como *gays* e depois quando se reconheciam como *mulheres travestis* e *trans*. As pessoas que entrevistei também parecem se ver de maneira bem diferente de um “*gay vestido de mulher*”, como a afirmação feita pelo participante das *Segundas Transtornadas*.

Retomando as violências vivenciadas por pessoas que se reconhecem como mulheres travestis e trans na época em que se reconheciam como *gays*, recorro a Marcos Benedetti (2005), sobre uma pesquisa que realizou com população em Porto Alegre. Segundo o autor, entre as participantes da pesquisa era quase uma regra o relato de histórias que envolvessem maus tratos por parte de pessoas da família durante a infância. Esses maus-tratos não estavam apenas relacionados a repreensões por trejeitos e comportamentos considerados femininos, mas também para coibir o desejo e práticas homossexuais. Para o autor, “o desejo e a disposição homoerótica ainda na infância são argumentos essenciais na perspectiva das travestis, para que elas possam se construir subjetivamente enquanto sujeitos femininos (BENEDETTI, 2005, p. 99).

Importante ressaltar que, muitas das mulheres travestis e trans que participaram da pesquisa do autor, bem como da pesquisa que realizei, consideravam-se *gays* quando crianças, além de que durante a infância eram lidas pelas pessoas da família como pessoas do sexo masculino. Por isso, faz sentido falar em desejo e orientação homossexual quando se referiam a essa época anterior à *transformação*. Contudo, muitas mulheres travestis e trans – após a transformação – que sentem atração sexual por homens se reconhecem como heterossexuais.

Além de Benedetti (2005), Don Kulick (2008) que realizou uma etnografia com mulheres travestis e trans que se prostituíam em Salvador entre os anos de 1996 e 1997, também afirmou ser muito comum entre as mulheres travestis brasileiras o anseio pela transformação de gênero concomitante ao desejo sexual por homens desde muito cedo na infância. Esse seria um atributo das mulheres travestis brasileiras, diferentes das pessoas que se reconhecem como mulheres transexuais nos Estados Unidos e na Europa, as quais separariam de maneira enfática o gênero e orientação sexual, sem estabelecer qualquer relação entre o reconhecimento de si como mulher na infância com o desejo sexual por homens. O relato de Juliana segue a tese dos autores:

Desde, de que eu tinha treze anos eu já gostava de menino. [...] E já me sinto feminina desde

novinha. Gosto de cozinhar, lavar, passar, ser uma dona de casa. Mas, mas assim, jogar bola nunca gostei, soltar pipa nunca gostei, nada. Sempre brinquei de ser dona de casa (Juliana).

No entanto, ainda que o desejo por homens, bem como o reconhecimento de si mesma como feminina ocorram desde a infância, o relato de Juliana difere do que é considerado feminino para as mulheres travestis entrevistadas por Kulick (2008). Para o autor, “As únicas essências que as travestis atribuem às mulheres são a vaidade, o ciúme (ou a inveja), a tendência para a fofoca e certo pendor para a paixão. E essas são as qualidades que as travestis dizem possuir” (KULICK, 2008 p. 109). Essas características estariam vinculadas invariavelmente às suas relações com homens, ao ciúme deles com outras mulheres travestis, às fofocas a respeito deles e as paixões que lhes despertavam. Já para Juliana, o feminino estava relacionado com o cuidado do ambiente doméstico. A partir dessa divergência, é possível afirmar que, embora o estudo de Kulick possa ser uma referência para as pesquisas sobre travestilidades na época em que foi escrito, é importante marcar que ali são feitas algumas generalizações que não podem ser tomadas como verdades universais, como o que ele afirma serem características que as mulheres travestis atribuem ao feminino. No geral, quanto à questão de se identificar com o gênero feminino desde a infância, esse foi um elemento comum nos relatos de Carmem, Sabrina e Natália, como no trecho abaixo:

Assim, eu desde criança, eu era uma criança trans. Eu queria ser menina, tipo eu tenho foto com três anos de idade segurando boneca, sabe. Eu queria ser menina e fui crescendo e sempre querendo ser menina, essa loucura, essa coisa na cabeça de que queria ser menina, menina, menina, menino e menina (Natália).

Contudo, com exceção de Juliana, o desejo sexual por homens desde a infância não foi enfatizado nas outras entrevistas que fiz e a afirmação dessa necessária relação entre identificação com o feminino e desejo por homens desde a infância não abarca a possibilidade de mulheres travestis e trans sentirem atração sexual por mulheres, ou de ter outra orientação sexual que não a voltada exclusivamente para homens. Lígia, por exemplo, disse lembrar-se de identificar com o

feminino por volta dos 12 anos de idade e sentir-se atraída sexualmente já nessa idade tanto por homens quanto por mulheres. Lígia se identificou como uma travesti diferente, pois era bissexual – em outro momento da entrevista se denominou como uma travesti lésbica –, e tinha gostos mais ligados ao masculino como motos e ciclismo, o que ela associou à vivência de violências entre outras pessoas trans e mulheres travestis, por não seguir um padrão do que é considerado feminino, o que incluiria o desejo sexual exclusivo por homens.

As violências relacionadas à orientação sexual e performatividade de gênero entre as entrevistadas foi recorrente e às vezes comparadas pelas próprias entrevistadas. Carmem, por exemplo, que saiu da escola no ensino médio por conta de violências, entre outras questões, por ser chamada de *bichinha* e *viadinho* na adolescência, ao retornar aos estudos no supletivo, já como mulher trans adulta, se sentiu mais respeitada. Carmem pensa que a idade dos alunos, mais velhos que no ensino regular, bem como a equipe da escola mais compreensiva para com mulheres travestis e trans tenham alguma relação com essa recepção mais respeitosa. Por outro lado, Carmem relatou ter tido muitas dificuldades de encontrar um emprego formal após a *transformação*, o que a fez se tornar profissional do sexo. Embora tivesse sofrido violências relacionadas à orientação sexual na escola, como *gay*, tinha as portas abertas no mercado de trabalho, em que teve vários empregos.

Apesar de, em alguns (con)textos parecer fácil a distinção entre as violências vivenciadas por motivação de orientação sexual daquelas motivadas pela performatividade de gênero – como exposto acima no relato de Carmem –, as relações entre as duas modalidades de violências são complexas. Isso pode ser visto no próprio uso de categorias identitárias pelas mulheres travestis e trans. Por exemplo, mesmo sendo mais comum hoje em dia os termos *trans* e *mulher trans*, o uso de termos usados para se referir a homossexuais, como *viado* e *bicha* entre as mulheres travestis – quando se referem umas às outras – podem significar tanto diferentes fases do processo de *transformação* (BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2009), como brincadeiras entre amigas ou até mesmo ofensas (KULICK, 2008).

De maneira geral, entre as mulheres travestis e trans que conheci, os termos *viado* e *bicha* são utilizados entre elas como maneira de interagir em relações de amizade e coleguismo. Já quando alguém de fora do grupo as chama por esses termos, seu uso pode ser considerado uma ofensa. Pelos lugares que circulei, não foi muito comum, mas por vezes, também ouvi relatos de mulheres travestis e trans que se diziam

homossexuais, viado, ou bicha por sentirem atração por homens, bem como por não terem *nascido* mulheres.

Dito de outro modo, o uso de categorias relacionadas à orientação sexual, como as destacadas no parágrafo supracitado, entre as próprias mulheres travestis e trans para referirem-se umas às outras, permite visualizar que as fronteiras entre gênero e orientação sexual não estão necessariamente tão bem delimitadas entre elas. Isso implica uma dificuldade no estabelecimento de limites rígidos em alguma diferenciação entre violências relacionadas à performatividade de gênero e orientação sexual. Antes, essas modalidades de violências parecem andar mais juntas do que separadas, mantendo relações mais complexas do que aparentam.

Já em relação à percepção, que as pessoas cisgêneras, de maneira geral têm em relação às mulheres travestis e trans, minha suspeita é que, gênero e sexualidade não estão tão bem separados, ainda que apareçam separadas no rol de conceituações e significações presentes nos saberes científicos hegemônicos da academia. Assim como, também apareçam bem separadas nas apropriações realizadas pela maioria dos movimentos sociais relacionados à população LGBTTI, que tem como base as referências identitárias calcadas nessas diferenças. Ou seja, minha impressão é de que, nos sentidos comuns, não necessariamente as pessoas cisgêneras separam de maneira tão rígida as pessoas que consideram homossexuais ou gays das pessoas que consideram mulheres travestis e trans.

Todavia, parece haver alguma diferenciação na leitura da configuração subjetiva de tais categorias no sentido da reprodução do entendimento de que as mulheres travestis e trans seriam uma “forma extremada de homossexualidade”, como afirmou Pelúcio (2009, p. 93). Não pretendo com essa hipótese promover uma cisão rígida entre os saberes científicos e os presentes nos sentidos comuns, uma vez que eles se alimentam uns dos outros. Antes disso, quero reafirmar como as diferentes hierarquizações binárias se entrelaçam em complexos mecanismos de poder que compreendem não apenas gênero e orientação sexual, mas também classe social, etnia, capacidade física, capacidade intelectual e outros fatores (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2010), como o (con)texto no qual se vive, as relações singulares que se estabelece e o posicionamento da própria pessoa em cada situação singular de violências vivenciadas.

Desse modo, nos parágrafos seguintes me deterei a respeito do entrelaçamento desses diversos fatores citados acima de maneira mais

direta. Contudo, as análises envolvendo tais fatores atravessaram a escrita de toda a dissertação de maneira entrelaçada, ou seja, sem a necessidade de aparecerem de maneira segmentada ou explicitada nos relatos das entrevistadas em falas como “sou branca”, “sou pobre”, “sou trans”. Recorri a essa forma de análise, pois de acordo com a abordagem teórica que utilizo, as configurações subjetivas com suas referências ligadas a classe, gênero, orientação sexual, etc, não se apresentam de maneira segmentadas e, portanto, também não precisam ser segmentadas nas análises.

Quanto à etnia, não houve de forma explícita na fala das entrevistadas menções de violências relacionadas à sua cor. Todas elas, a meu ver, podem ser reconhecidas como pessoas brancas, como a maioria da população de Santa Catarina (IBGE, 2010), contudo não posso afirmar por elas como se identificariam nesse quesito. Também não posso afirmar que essa questão, pelo fato de não haver sido explicitada, não atravesse o (con)texto dessas pessoas.

Dito de outro modo, opero com a noção derridiana de rastro⁷⁶, em que mesmo não sendo explicitada como conceito com um significado fechado no relato das entrevistadas, em falas como “sou branca” ou “sou negra”, a questão da etnia faz parte do (con)texto e da configuração subjetiva dessas pessoas – e das pessoas de modo geral –, ainda que as normatividades não atuem de maneira determinística. Logo, a etnia, entrelaçada a outros elementos do (con)texto, como gênero, classe, rede de apoio familiar e de amigos, enfim, o que faz desse (con)texto singular, produz efeitos que se configuram na forma de relação das participantes da pesquisa com o que vivenciam ou não como violências.

Em relação à condição econômica e à classe social, afirmo que esses fatores estão necessariamente relacionados à vida e à relação dessas pessoas com as violências, análise essa que perpassa toda a pesquisa e a escrita de todo o texto. Nesse sentido, foi comum o relato de situações de violências relacionadas ao trabalho na pista, condição que se mostrou muitas vezes a única opção ou a opção mais viável de subsistência para as mulheres travestis e trans, que tiveram com muita frequência oportunidades de emprego negadas no mercado de trabalho formal. Dificuldades essas relacionadas pelas participantes da pesquisa e por mim como pesquisador ao gênero performatizado por elas, de suas amigas e conhecidas. Ou seja, as violências relacionadas à pista estiveram estritamente ligadas ao entrelaçamento de questões que fazem

⁷⁶ A noção de rastro se encontra na página 33.

parte do (con)texto, o que envolve gênero, classe, etnia, etc. Entrelaçamento esse que, mesmo nem sempre explicitado nas falas das participantes, opera na configuração subjetiva e na captura pela matriz de inteligibilidade cisheteronormativa, que vulnerabiliza e precariza corpos de mulheres travestis e trans.

Assim, os rastros relacionados aos entrelaçamentos entre os diversos fatores que compõem o (con)texto ajudaram na produção de conhecimento sobre o (con)texto das participantes da pesquisa, e em especial do grupo das pessoas entrevistadas. (Con)texto esse que, pelo menos no que se refere à época em que foram feitas as entrevistas, não foi relacionado a vivência de situações de pobreza e violências extremas, como são a vida de muitas mulheres travestis e trans relatadas em pesquisas citadas na revisão de literatura, de Busin (2015) e Bonassi et al. (2015), entre outras. Importante também demarcar que a afirmação acima não significa que as entrevistadas não tenham relatado situações de pobreza extrema, como Lígia, ou de violências extremas, como Pietra, conforme já descrito na dissertação, quando se referiram a outros momentos de suas vidas, e na qual foi possível relacionar tais vivências com o gênero performatizado por elas, bem como a outros elementos do (con)texto com os quais se entrelaça.

Quanto à capacidade física e/ou intelectual, Pietra declarou ser *deficiente*⁷⁷, por ter um grau de deficiência auditiva, o que foi relacionado por ela à vivência de uma situação por ela relatada como *de ódio, de preconceito*. A situação ocorreu quando ela foi utilizar o transporte coletivo estando nesse dia, em suas palavras, *travestido*. Pietra relatou que usa uma carteirinha de transporte coletivo que lhe

⁷⁷ Antes de descrever e discorrer sobre a situação relatada por Pietra, creio ser importante discutir brevemente a palavra *deficiente*, que Pietra usou para referir-se a si mesma. Esse termo vem caindo em desuso há muitos anos, pois reduz a pessoa à condição física que ela possui. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ocorrido em 2008, o termo correto a ser usado é “pessoa com deficiência”. Não se trata de negar a deficiência, mas sim de usar um termo que não reduza à pessoa à sua capacidade física, intelectual ou sensorial. Segundo o documento produzido pela na Convenção: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.” Fonte:

<http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/convencional/#.WJZIIvKcsqJ>

garante a gratuidade da passagem por ela ser uma pessoa com deficiência auditiva. Porém perdeu várias vezes a carteirinha e fez uma nova. Após perder a nova carteirinha, encontrou a antiga que não funcionava mais, pois havia sido bloqueada. Ao tentar passar a catraca do transporte coletivo com a carteirinha bloqueada, ela vivenciou a situação de *ódio e preconceito* por parte do cobrador:

*Pietra: Daí uma vez eu peguei o ônibus, o cara falou assim "ah, o seu cartão tá blo...", daí eu passei ali na, na catraca, né, daí ele não passou, ele falou assim. Eu perguntei "pode passar pra mim, pra eu, pra mim ir pra trás?". Daí ele falou que não. Daí ele falou que não. Daí ele começou a gritar bem alto no ônibus que meu cartão tava bloqueado, **gritou umas dez vezes que meu cartão tava bloqueado pra me humilhar, sabe, mas eu não fiz nada de errado. Porque eu tinha o direito de sentar ali na frente, a minha carteirinha, eu sou deficiente**, tava na validade, só que como eu tinha feito outra, tinham cancelado essa. Mas eu não fiz nada de errado. Daí uma mulher acabou dando, uma mulher teve dó de mim e acabou passando o passe dela pra mim ir pra trás.*

[...]

Pesquisador: Você achou que ele agiu também por preconceito ou..?

Pietra: Com certeza. Porque ele poderia ter falado como gente né, como pessoa humana. Porque ele não falou normalmente? E eu tinha o di... Eu tava na validade, tudo bem, era falar "ó, tá na validade, mas não pode ir pra trás, senta aqui na frente ou espera, ou dá o lugar pra um idoso e você fica em pé, mas tu não pode ir pra trás". Era só a gente falar isso, [parte não compreensível] ... meu cartão tava bloqueado, sabe. Não precisava ter falado, ter feito tudo aquilo. Tenho noção de que ele tá errado. (Trecho da entrevista feita com Pietra).

A situação relatada por Pietra permite articular, como escrito anteriormente, que as violências vivenciadas por mulheres travestis e

trans estão relacionadas ao entrelaçamento singular de diversos fatores como gênero, classe, etnia, orientação sexual, capacidade física e intelectual, etc, que são separados segundo a perspectiva moderna. Porém, esses fatores relacionados às manifestações identitárias não podem ser separados quando pensamos pela perspectiva pós-estruturalista, em que o entendimento da configuração subjetiva e da captura pela matriz de inteligibilidade se dão de outra forma.

Assim, relações de poder ligadas ao gênero performatizado, bem como à orientação sexual, etnia, classe, à capacidade física, podem se apresentar em algumas falas de maneira mais explícita, como na de Pietra quando descreve uma situação relacionada ao que ela chama de deficiência física. Contudo, o que vem a ser chamado de capacidade física ou deficiência, conforme a abordagem teórica com a qual trabalho não pode ser considerada de maneira segmentada aos outros fatores já mencionados que compõe o (con)texto.

Desse modo, penso que a localização de violências específicas relacionadas a gênero vivenciadas por mulheres trans e travestis como estratégia política que denuncia a grande frequência de conflitos familiares que por vezes levam à expulsão de casa, da escola e as já ditas dificuldades na busca de trabalho são de grande importância. Tais localizações de violências podem dar visibilidade a essas pessoas e permitir que sejam produzidos relatos e material a esse respeito, a fim de subsidiar políticas públicas que atendam às suas necessidades.

Por outro lado, entendo também que a localização dessas violências específicas deve levar em consideração o entrelaçamento com essas outras relações de poder ligadas à classe, etnia, orientação sexual, capacidade física e/ou intelectual, entre outras. Esse entrelaçamento de questões referentes a gênero, classe, capacidade física e outros pôde ser articulado na fala das entrevistadas, como Pietra que vivenciou o que denominou de *preconceito* ao utilizar o transporte coletivo. Lígia, por sua vez, ao relatar ter vivenciado *preconceito* na convivência com outras mulheres travestis e trans por ser uma *travesti lésbica*, o que permite articular o entrelaçamento de fatores como gênero, orientação sexual, fora outros fatores não explicitados. Ou seja, considero válidas as especificações das violências relacionadas a gênero, porém afirmo que elas podem ser pensadas de outra maneira juntamente com a proposição de políticas públicas por outra perspectiva que não a moderna e binária calcada na noção de sujeito moderno e na reafirmação de categorias identitárias.

Nesse sentido, concordo com a proposição de Butler (1998) quando discuti as categorias identitárias como lugar de disputa política permanente, que podem ser úteis se tomadas como fundamentos contingentes. A autora sugere que, ao invés da reafirmação e fechamento em um conceito estável, unitário e universal – como a proposta de sujeito moderno –, a desestabilização das categorias identitárias pode ser uma estratégia política importante para pensar nas políticas públicas de outra forma.

Assim sendo, embora na dissertação eu mantenha as categorias travesti e transexual, a análise a que me proponho aqui tem por objetivo tensionar as relações dessas categorias com o que se tomam por violências. Como afirmou Butler (1998), o próprio encerramento em um conceito de violências, exemplificado pela autora no campo jurídico no caso do que se considera ou não um estupro, pode produzir efeitos de violências na medida em que exclui possibilidades de algum tipo de reparo por vivências de violências que não se enquadrem como estupro, quando poderiam ser. Nesse sentido, nas análises aqui propostas tento não vincular de antemão as violências às categorias travesti e transexual. Também evito dissociar *a priori* as violências das pessoas que se reconhecem como mulheres trans e travestis, pois isso implicaria colocar essas pessoas em posições subjetivas definidas *a priori* e despotencializar as alternativas dessas pessoas tanto em se constituírem de forma diferenciada quanto de explicitarem essas constituições singulares.

Considero o termo abjeção proposto por Butler como importante nesse sentido, em especial no que a autora tenta se eximir de explicar o termo a partir de exemplos que produzem normativas ao atribuir tal significado a categorias de maneira fixa, reforçando binarismos e a produção de hierarquias:

Mas seria um grave erro pensar que a definição do abjeto se esgota nos exemplos que dou. Gostaria de protelar qualquer solução fácil até encontrar um aparato conceitual que proporcionasse à operação da abjeção uma espécie de autonomia relativa, de até mesmo um vazio, uma falta de conteúdo – exatamente para não poder ser captada através de seus exemplos, de modo que seus exemplos não pudessem se tornar normativos do que queremos significar por abjeto. O que seguidamente acontece é que as pessoas apresentam teorias sobre coisas do tipo da

abjeção, depois dão os exemplos, e então os exemplos se tornam normativos de todo o resto. O processo se torna paradigmático e acaba por produzir suas próprias exclusões. Torna-se fixo e normativo no sentido da rigidez. (BUTLER, 2002b)

Dessa maneira, na análise proposta nesse trabalho de atentar para a singularidade, busco manter essa indecidibilidade que a autora sustenta ao resistir em ligar a abjeção – e porque não categorias como mulher travesti e mulher trans – a exemplos *a priori*, e dessa forma não cristalizar, substantivar e universalizar a verdade em configurações subjetivas e situações que podem gerar normas e paradigmas. Assim, a importância do atentar para o indecidível e a singularidade de cada (con)texto.

Em relação ao (con)texto que fez parte dessa pesquisa, em especial no que foi articulado nas falas das pessoas entrevistadas, aponto a questão de que a naturalização das violências muitas vezes se dá pelo convívio cotidiano com tais agressões, o que com o tempo pode passar a não significar algo violento. Ou seja, há aqui a repetição de textos e de normas que reiteram essa questão e produzem as performatividades das mulheres travestis e trans em relação à naturalização das violências. Assim, a performatividade opera aqui produzindo efeitos na configuração subjetiva na sua relação com os corpos travestis e trans levando à consideração da abjeção desses corpos. Em outras palavras, a performatividade opera produzindo efeitos subjetivos que podem levar as pessoas a se reconhecerem como mulheres travestis e trans, e ainda, a estabelecerem relações específicas com a matriz cisheteronormativa. Isso, particularmente no que diz respeito à abjeção dos seus corpos, como aquilo que não encontra significado conforme aos pressupostos ideais dessa matriz.

Nesse sentido, é importante regatar o entendimento de corpo para Butler (2002a), no que ela discute como as normativas produzem corpos que serão ou não inteligíveis culturalmente, ou seja, se serão ou não reconhecidos como sujeitos a partir dessas normas. No que se refere às normativas de gênero e sexualidade, são inteligíveis sujeitos que performatizam o gênero e tem seu desejo e práticas sexuais conforme a linearidade sexo/gênero/orientação sexual de acordo com o ideal cisheteronormativo. Como efeitos da norma, são construídas diferentes gradações de inteligibilidade conforme a maior aproximação ou distanciamento desse ideal.

Butler (2002a), parte então, de um posicionamento que critica os polos binários natureza/cultura como explicação causalística e determinística do que sejam os corpos. Essa análise é feita uma vez que, na tentativa de desnaturalizar o corpo como determinado biologicamente a partir de uma natureza, pode-se cair no polo oposto. Nesse outro polo hierárquico, o corpo é tido como deterministicamente causado por normas e construções linguísticas alheias a uma constituição perpassada por uma biologia que faz parte de contornos que são generificados de diferentes maneiras, o que mantém o binarismo cultura/natureza. Butler, ao tentar escapar dessa armadilha em assumir um dos dois polos hierárquicos propõe que o discurso é formativo do corpo, contudo:

Afirmar que el discurso es formativo no equivale a decir que origina, causa o compone exhaustivamente aquello que concede; antes bien, significa que no hay ninguna referencia a un cuerpo puro que no sea al mismo tiempo una formación adicional de ese cuerpo. En este sentido, no se niega la capacidad lingüística para referirse a los cuerpos sexuados, pero se altera la significación misma de "referencialidad". En términos filosóficos, la proposición asertórica es siempre, hasta cierto punto, performativa (BUTLER, 2002a, pp. 31-32).

Por meio da norma se constroem corpos, performativamente, como citações repetidas dessas normas. Os corpos se tornam matéria, no sentido de importarem ou não, segundo esquemas de inteligibilidade. Nesse sentido, a repetição de violências performativamente produz a naturalização de violências relacionadas à abjeção de corpos travestis e trans. No movimento da desconstrução conforme proposto por Derrida (2001a), o que envolve a inversão e o deslocamento, é possível ler o (con)texto da naturalização dessas violências da seguinte maneira: a inversão explicita as violências vivenciadas pelas mulheres travestis e trans analisadas a partir de concepções de violência universais e *a priori*. O deslocamento, por sua vez, opera na tentativa de ater-se à singularidade do grupo entrevistado, bem como no movimento da performatividade quando acompanho o movimento do efeito da abjeção operando na naturalização das violências. Assim, o singular pode explicitar a produção e apropriação de novos significados pelas pessoas, para conceitos apoiados exclusivamente no universal.

Um exemplo dessas apropriações singulares foi apresentada quando Juliana referiu-se a si mesma como uma pessoa, sem preocupar-se em se reconhecer a partir de matrizes universais como as categorias travesti, transexual, etc. Outra experiência singular foi a relatada por Carmem que sofreu mais violências no (con)texto escolar quando se reconhecia como adolescente *gay* do que quando *mulher trans* adulta ao retomar os estudos. Nessa perspectiva, ambos os movimentos podem constituir-se como críticos, pois apontam a questão das violências tanto no (con)texto das normas e da denúncia das violências associadas a mulheres trans e travestis, quanto no (con)texto do singular que explicitam a amplitude da apropriação das violências e da disseminação de novos significados para essas apropriações, abrindo terreno para novas elaborações de políticas e de estratégias para lidarmos com essa questão.

5.2. Na pista

Em relação ao mercado de trabalho, das seis pessoas que entrevistei, três trabalhavam e duas já haviam trabalhado como profissionais do sexo. No entanto somente Carmem fazia pista no momento. Sabrina trabalhava como profissional do sexo, contudo viajando para cidades do interior, em que atendia os clientes em flats que alugava, entrando em contato com os mesmos por anúncios em sites voltados especificamente para esse fim. Natália contactava possíveis clientes por anúncios pagos e os atendia em seu apartamento, o que considerava mais seguro que trabalhar na rua. Pietra, por sua vez, relatou ter sofrido violências na época em que fazia pista e Lígia disse não ter sofrido na época em que fazia.

Acredito ser importante marcar que, entre as entrevistadas, Lígia foi a única que relatou já ter passado por situações de muita pobreza sem ter o que comer, em período no qual teve oportunidades de emprego negadas por ser uma mulher trans. Na época em que realizei as entrevistas, nenhuma das entrevistadas relatou estar vivendo situações paupérrimas de sobrevivência, nem estar vivendo em pensões para travestis ou em casas de cafetinas, o que com frequência pode estar relacionada ao contraimento de dívidas e exploração financeira por parte das cafetinas. As que trabalhavam como profissionais do sexo agenciavam a si mesmas, morando sozinhas em apartamentos alugados (Natália e Carmem) ou morando com a mãe (Sabrina). Já Lígia relatava morar com a mãe e fazer bicos relacionados a consertos mecânicos, com

os quais conseguia se manter, ajudar em casa e pagar o financiamento estudantil do curso de graduação. Juliana trabalhava de doméstica e morava com o marido, que às vezes a ajudava com as despesas. Pietra, por seu lado, morava com a mãe e não trabalhava no momento.

Quanto à escolaridade, apenas Juliana relatou não ter frequentado a escola e ser analfabeta. Desse modo, o grupo de pessoas entrevistadas, no geral, não se apresenta como muitas mulheres travestis e trans, que vivenciam pobreza e violências extremas, que muitas vezes foram expulsas ou abandonaram suas famílias e a escola. No que diz respeito às famílias, foi comum as entrevistadas relataram boa relação com familiares, em especial com suas mães, o que pode mostra um pouco da singularidade do grupo.

Em relação ao trabalho como profissionais do sexo, mesmo que algumas não relatassem situações de violências relacionadas à atividade, todas as entrevistadas tinham conhecimento de amigas travestis e trans que já passaram por algum tipo de violência enquanto faziam pista. Entre os relatos que escutei, foi quase unânime a relação feita entre situações de violências e o trabalho na pista, bem como em muitos dos trabalhos consultados na varredura em base de dados e outros (BENEDETTI, 2005; BUSIN, 2015; FERNANDES, 2013; FERREIRA, 2009; GARCIA, 2007, 2009; KULICK, 2008; MOTT, ASSUNÇÃO, 1987; PERES, 2004; ROCHA et al., 2013; SANTOS, 2007; SILVA JÚNIOR, 2011; SOUSA et al., 2013; SOUZA et al., 2015).

Porém destaco que, entre os estudos citados no parágrafo supracitado, a grande maioria mantém a lógica binária vítima/agressor, bem como trabalha com a perspectiva do universal com categorias de violências *a priori*. Analiso aqui brevemente, dois desses trabalhos, os quais tratam especificamente sobre a temática das violências vivenciadas por mulheres travestis e trans, de Felipe Fernandes (2013) e Valéria Busin (2015).

O estudo de Fernandes (2013), da área da antropologia, não parte do pressuposto das violências entendidas a partir das singularidades dos sujeitos. Ele parte de uma noção universal do que sejam violências relacionadas em especial a dados estatísticos sobre violências letais, ou seja, com dados referentes a mortes de pessoas gays e travestis. A tese de doutorado de Busin (2015), da área da psicologia social com abordagem teórica do construcionismo social, por sua vez, faz uma importante denúncia de diversas violências que vivenciam mulheres travestis e trans. Contudo, Busin (2015) também mantém as análises a partir de conceitos universais sobre as violências, ou seja, noções

estabelecidas *a priori*, como conceitos de violência psicológica e violência simbólica.

Nos demais trabalhos, nos quais autoras e autores citam e/ou descrevem em algum momento a questão das violências vivenciadas por mulheres travestis e trans relacionadas ao trabalho como profissionais do sexo, essa afirmação me pareceu muito mais ser a impressão de tais autoras e autores a respeito do campo pesquisado. Em outras palavras, tais descrições sobre violências parecem ser fruto muito mais do que tais autores consideram por violências, a partir de situações que puderam presenciar em seu trabalho de campo ou ouvir em relatos e entrevistas com as pessoas que fizeram parte de suas pesquisas. Com essa afirmação, quero reiterar a proposta que tenho com esse trabalho de pesquisar o que as mulheres trans e travestis entendem por violências, sem pressupor exclusivamente uma concepção universal e *a priori* do que sejam violências e sem ignorar que, como pesquisador, faço parte da produção dessas informações.

Por esses motivos, nas entrevistas questioneei a elas se haviam vivenciado violências e o que pensavam a respeito, a fim de investigar as respostas singulares, bem como estratégias para lidar com essas situações. De qualquer forma, apresentei esses estudos, pois eles exibem uma dimensão importante a ser conhecida sobre o tema pesquisado. Além disso, trabalhar com o singular conforme proponho, não significa abandonar o universal ou rejeitar sua importância, como das informações apresentadas nos estudos consultados na revisão de literatura. Trabalhar com o singular envolve relevar o universal e suas relações com a sua singularização, como faz, por exemplo, Butler, quando analisa a questão das normas e da sua apropriação na performatividade de gênero.

Retomando, a questão da possibilidade de vivência de violências no (con)texto da rua, relacionada ao trabalho como profissionais do sexo, as mulheres trans e travestis vivenciam situações que podem ou não ser consideradas violentas por elas. Um exemplo disso é o relato de Clarisse sobre momentos em que passantes atiraram objetos como garrafas, ovos e deram um *banho de extintor* em uma amiga. Também podem ocorrer conflitos com a polícia, com outras mulheres travestis por disputa por território para fazer pista, acerto de contas com cafetinas e cafetões. Entre as pessoas entrevistadas, embora tenham sido relatadas todas essas situações na pista, as violências vivenciadas com clientes foram descritas com mais frequência. Algumas dessas situações nas quais as violências ocorrem quando as mulheres travestis e trans roubam

os clientes e outras nas quais falsos clientes se aproximam para roubá-las, ou em alguns casos, para tentarem estuprá-las.

Contudo, quanto às violências na rua não há unanimidade, e segundo Pelúcio (2005) – que fez uma rica e densa etnografia com mulheres travestis que faziam *pista* na cidade de São Carlos e na capital do estado de São Paulo –, ainda que haja perigo nas ruas, é importante desmistificar tal imaginário que muitas pessoas têm, uma vez que tais territórios são menos violentos e perigosos do que se imagina, tanto para as mulheres travestis quanto para as pesquisadoras. Pelúcio (2009) e Benedetti (2005) afirmam que a noite também é um importante espaço no qual “se aprende a ser travesti”, em que se fazem novas amizades, no qual é possível conhecer parceiros e fazer compras de roupas, perfumes e acessórios. Uma vez que muitas mulheres travestis e trans dormem no período diurno, por trabalharem à noite na pista e evitam circular nos espaços públicos durante o dia para não sofrer agressões e constrangimentos, a noite é o lugar onde podem sociabilizar, planejar festas, ficar sabendo das novidades.

Penso ser importante levar em consideração o que pesquisadoras como Pelúcio (2009) e Benedetti (2005) afirmaram sobre as vivências das mulheres travestis e trans, pois há questões por eles discutidas que pude identificar na pesquisa que realizei. Entre essas questões, em especial nos relatos que pude ouvir nos diversos espaços que estive presente, como as *Segundas Transtornadas*, Seminários, Congressos e Palestras, foi discutida a evitação de muitas mulheres trans e travestis em saírem na rua durante o dia, por receio de sofrer violências, restringindo a saída de casa ao período da noite. Todavia, em relação às pessoas entrevistadas, todas disseram circular por espaços públicos durante o dia, mesmo que isso significasse por vezes olhares de reprovação, situações como serem tratadas a partir da concordância gramatical no masculino – quando gostariam de serem tratadas segundo concordância gramatical no feminino – em lojas e farmácias, ou mesmo escutar provocações de passantes nas ruas.

Esse posicionamento das entrevistadas é importante de ser destacado, pois promove como indicado por Derrida (2001a) ao propor a desconstrução, um deslocamento de significados no que se refere a uma visão hegemônica de que todas as mulheres trans e travestis teriam como forma de lidar com possíveis vivências de violências a evitação de saírem durante o dia. Dito de outro modo, esse posicionamento é uma alternativa para lidar com as violências de outra forma que não se restringir à vivência noturna, a menos é claro, que esse seja o seu desejo ou preferência. Já Pietra disse andar durante o dia normalmente, porém

evita sair *travestido*, usando apenas roupas masculinas com medo de sofrer violências, ou seja, Pietra naquele momento preferia adotar uma aparência masculina e ser tratada no masculino, pois isso em sua visão prevenia a vivência de violências.

A rua e a prostituição, segundo Pelúcio (2009), acabam sendo muitas vezes quem acolhe as mulheres travestis e trans frente à rejeição da família, em que encontram o sustento nesse local, bem como abrigo na casa de cafetinas, que mesmo sendo cheias de regras podem ser um espaço de segurança, repouso e hospitalidade. Contudo, ainda que, como escrevi no começo do capítulo a respeito de nenhuma das entrevistadas relatarem estar morando em casa de cafetinas, isso não quer dizer que elas não tenham tido relações com as mesmas. Isso porque as cafetinas estabelecem muitas vezes os espaços da rua em que as mulheres travestis e trans podem fazer pista, cobrando um valor em dinheiro para que elas possam circular por tal território. O não pagamento desse valor ou o descumprimento de tais regras referente à circulação e pista nesses territórios pode implicar em acerto de contas.

Entre as pessoas que entrevistei, esse contato com as cafetinas não foi descrito de maneira positiva, como relatado por Pietra, que sofreu ameaças de morte de uma cafetina que a acusou de frequentar um ponto de prostituição que não lhe era permitido. Nessa ocasião, Pietra relatou ter escapado de ser agredida por estar com uma faca e ter ameaçado a cafetina com esse instrumento. Já em relação à cafetinagem que inclui também as mulheres travestis e trans morarem em casas de cafetinas e cafetões, violências sofridas por mulheres trans e travestis foram descritas no relato de Carmem a respeito de suas amigas. Uma delas foi gravemente agredida por um cafetão, por ela não voltar para a casa dele após uma festa no carnaval. Não descrevo aqui o relato do que considero uma sessão de tortura por me causar mal estar em lembrar tal descrição, o que penso ser desnecessário também a quem lê o trabalho. De qualquer maneira esses relatos demonstram que as disputas por territórios de pista, bem como a dependência financeira que muitas mulheres travestis e trans passam na relação com cafetinas e cafetões ainda ocorre, o que com frequência acarreta em dívidas, situações de exploração financeira e violências.

Retomando o argumento de Pelúcio (2009), a noite é duplamente um importante espaço de sociabilidade, todavia, também é cenário no qual as violências permeiam as relações. Nas palavras de Benedetti (2005) que realizou um rico estudo de campo com mulheres travestis, que trabalhavam como profissionais do sexo em Porto Alegre:

Apreendi que a violência parece ser um código legítimo e possível no mundo da noite, tanto pelo anonimato como pela possível impunidade que caracteriza esse contexto. Ações violentas, físicas ou simbólicas, são dirigidas diariamente contra as travestis. Elas também vivenciam cotidianamente situações de exclusão e estigmatização pautadas na violência, o que lhes dá certa legitimidade para utilizar esse artifício. A violência, ainda que assuste e seja reprovada no universo *trans*, não causa tanto espanto. Algumas situações violentas são, inclusive, entendidas pelas próprias travestis como a única solução para um impasse. [...] A banalização da violência que existe no universo *trans* e no mundo da noite é constitutiva dos valores e códigos presentes nesses contextos. Assim, não é à toa que o medo é um dos sentimentos onipresentes e que serve de guia para as ações de muitas pessoas que habitam esse universo. A violência simbólica é fato corriqueiro; e a violência física parece ser, na opinião de muitas travestis, legítima, uma linguagem próxima e possível (BENEDETTI, 2005, p. 47-48).

Ainda que Benedetti (2005) trabalhe com concepções universais do que sejam violências físicas e simbólicas, e nesse sentido não atenha suas análises na consideração das vivências singulares relacionadas ao que se pode ou não experienciar como violências, creio ser interessante a análise do (con)texto que envolve a noite e o trabalho na prostituição. O autor relaciona as violências vivenciadas cotidianamente pelas mulheres travestis – que no imaginário social são vinculadas a aspectos negativos ligados à imoralidade e a criminalidade –, bem como as violências por elas perpetradas ao (con)texto da noite, na qual trabalham e constroem sua feminilidade, bem como diversas relações e a sociabilidade. Esse é um fator importante de ser considerado, na tentativa de não sobrepor as violências às categorias mulher travesti e mulher trans sem considerar outros elementos do (con)texto.

Quanto às vivências de violências relacionadas à atribuição de aspectos negativos às mulheres travestis e trans, cito Pelúcio (2009, p. 28) quando afirmou que “a convivência em meio às travestis foi revelando a centralidade do estigma e da abjeção marcados pelo

embaralhamento de gêneros e, sobretudo, pela construção do feminino em corpos [considerados] masculinos”. Creio que para discutir as violências que mulheres travestis e trans vivenciam na atividade de prostituição na rua é importante ter em consideração a confluência desses dois fatores: o (con)texto da noite no qual as violências parecem estar presentes de maneira banalizada e a abjeção dos corpos travestis e trans.

Entre as entrevistadas, Pietra relatou diversas situações de violências físicas e verbais, sendo relevante destacar que muitas dessas violências foram sofridas quando ela estava na rua, no trabalho de prostituição, ou em situações na qual estava *montada* ou *travestida*. Para Pietra, por um lado, a prostituição estava relacionada à possibilidade de ter uma renda, bem como de ter relações sexuais com homens que achava atraente. Por outro lado, a prostituição estava também relacionada à maior rejeição por parte da família, assim como ocorrência de violências físicas. Uma situação vivenciada por ela se deu com um cliente, que lhe deu um soco que a fez cair em cima da mão e a quebrou. Essa fratura deixou uma seqüela que impede Pietra de fazer alguns movimentos com a mão. Retomo agora um trecho da entrevista que fiz com ela, que relatou outra situação com um transeunte na rua:

*Pietra: A perna? A perna foi uma vez que... debocham muito da gente na rua, né?! Xingamento e tudo mais. Daí uma vez eu tava passando e o cara me ofendeu, eu joguei uma **pedra no carro dele**. Daí ele saiu e deu um, ele tacou uma pedra... eu tava falando da perna agora, né?! **Ele tacou uma pedra** no... acabou apontando aqui no pé né e quebrou. E daí ele deu um... **daí a perna quebrou e ele me deu um soco no rosto e pronto.***

Pesquisador: E tu lembra do que ele te xingou?

Pietra: Não, porque propriamente ele nem xingou. Depois eles acabaram dizendo que ele tinha brincado comigo, sabe. Mas a gente sempre leva isso na, pelo lado negativo, né?!

Pesquisador: Isso ele falou...

Pietra: O cara tava tirando sarro da minha cara, só pode!

Pesquisador: Isso ele falou na delegacia?

Pietra: Não, nem vai porque não dá em nada. Vão tirar com a nossa cara ainda. Daí o cara que quebrou o meu pé, né?! Daí... eu fui jogado no chão. Daí tá, passou horas, passou uma ou duas horas, daí um grupo de caras que trabalhava ali perto chamou a polícia. A polícia mandou eu entrar dentro do carro dele e daí eu falei pro cara, pro policial assim, eu toquei no braço, no ombro dele, né, e falei assim "tá mais e minha roupa de, masculina?". Eu me montava naquela época, "rapaz, a minha roupa masculina tá jogada ali, eu quero pegar". Ele disse "ah, nem toca a mão em mim", ele falou. Daí, daí o outro, daí o outro cara [policial] falou que eu devia tá com AIDS, é...

Embora as pessoas entrevistadas não tenham mencionado violências físicas praticadas por policiais, como as descritas por Kulick (2008) como grandes sessões de espancamento e tortura, houve relatos de desrespeito e abusos de poder. Uma dessas situações é o descaso dos policiais que levaram Pietra até o hospital, tratando-a mal e reproduzindo situações como a vinculação de mulheres travestis e trans com a AIDS, bem como a descrença de Pietra de que a polícia poderia contribuir de alguma forma na reparação das violências vivenciadas. Contudo, no momento destaco que a fala de Pietra é passível de uma importante análise, a respeito do binarismo vítima/agressor. Ao ser agredida verbalmente, Pietra responde jogando uma pedra no carro de quem a xingou. Como resposta a tal ato, o motorista do carro atirou outra pedra, quebrou-lhe a perna e deu um soco em seu rosto. Não cabe aqui julgar qualquer um dos lados, mas é possível analisar criticamente a questão ética da relação com o outro e da responsabilidade implicada nessa relação.

A respeito da responsabilidade implicada na vivência de violências, recorro a Butler (2015b) quando afirma que somos responsáveis por aquilo que o outro nos interpela e nos causa, na medida em que os sujeitos humanos só se constituem e são produzidos na relação com o outro. A autora dialoga com Levinás a respeito da

afirmação do autor segundo a qual a perseguição gera uma responsabilidade para o *perseguido*.

A maioria das pessoas se horroriza quando escuta essa declaração pela primeira vez, mas consideremos com cuidado o que ela significa e o que não significa. *Não* significa que eu posso relacionar atos de perseguição que sofri a ações que realizei; que possamos concluir, portanto, que eu mesma causei em mim a perseguição, e que agora é apenas uma questão de descobrir os atos que realizei, mas não reconheci tê-los realizado. Não, a perseguição é justamente o que acontece *sem a garantia de qualquer feito meu*. E ela nos devolve não aos nossos atos e escolhas, mas a uma região da existência que é radicalmente não desejada, a invasão primária e inaugural do Outro em relação a mim, uma intrusão que me acontece, paradoxalmente, antes da minha formação como um “eu”[...]. (BUTLER, 2015b, pp. 113-114, grifos no original)

Contextualizando essa afirmação com a situação relatada por Pietra, não quero dizer que ela seja culpada pela violência vivenciada. Todavia, penso que a posição de vítima também não é adequada. A situação de violência relatada supõe a participação de ambas as partes. Pietra responde a uma possível provocação, que relata não ter certeza de ter sido alguma ofensa, provavelmente porque como dito por Pietra, ela possui um grau de deficiência auditiva, que a impede de escutar bem em alguns momentos. Por já ter vivenciado muitas ofensas na rua quando travestida, ela entendeu que se tratava de uma provocação e jogou uma pedra no carro, o que foi seguido de uma resposta violenta por parte do motorista do automóvel, que deu um soco no rosto e quebrou a perna de Pietra com outra pedra. Ou seja, houve implicação tanto de Pietra quanto do motorista do carro na produção dessa situação violenta.

Não pretendo com essa análise produzir um argumento no qual, no (con)texto de violência relatado por Pietra, seja desconsiderada a abjeção relacionada à sua performatividade de gênero, já que relatou estar *montada* na ocasião. A cisheteronormatividade é um componente importante a ser considerado, contudo, acredito que se Pietra ou o motorista do carro pudessem reconhecer a própria implicação em tal situação, a situação poderia ter sido outra. Ao mesmo tempo me

questiono em que condições a situação de violência pudesse não ter ocorrido, ou assumido contornos menos intensos, uma vez que o (con)texto implica além das normas de gênero e sexualidade, o cenário brasileiro em um sentido mais amplo.

O Brasil como estruturalmente constituído por violências e pelo autoritarismo que se apresenta nas diversas relações, desde a intervenção estatal às relações amorosas e no trato com desconhecidos (CHAUI, 2003). Esse cenário propicia situações como a relatada por Pietra, na qual uma hierarquia entre eu e outro impede que se considere esse outro – colocado numa situação subjugada – como sujeito a ser respeitado. O (con)texto brasileiro também faz parte das sociedades ocidentais neoliberais, na qual o modo de produção capitalista atrelado à queda dos ideais da modernidade, como as promessas de igualdade e liberdade, tem contribuído para a proliferação de situações violentas (BIRMAN, 2009), como discutido no capítulo 2 sobre as estratégias para produção de conhecimento. Ainda assim, esse (con)texto, com todas essas oportunidades para o incremento das violências não exige o sujeito de um posicionamento ético de sua parcela de responsabilização em situações de violências vivenciadas.

Um dos possíveis efeitos dessa consideração é o de que ao se responsabilizar – o que é diferente de se culpabilizar – pode-se responder às violências a partir de uma ética que não a do castigo, da punição, da vingança. Para Butler (2015b), esta atitude ética não é possível sem o reconhecimento da própria opacidade em relação a si mesmo, uma vez que não se pode saber tudo, nem fazer um relato coerente e sem lacunas sobre si. Ao assumir essa opacidade, é possível reconhecê-la também no outro e responsabilizar-se por si mesmo e pelo outro. Isso considerando que muitas vezes, a responsabilidade ética pela violência vivenciada só se dá a partir do momento em que o sujeito pode se posicionar e responder de diferentes maneiras a tal violência sofrida, ou seja, *a posteriori*. Essa atitude ética é importante, pois faz frente a posicionamentos produtores de um recrudescimento das violências quando, por exemplo, se responde a essas com mais violências.

Nesses posicionamentos, como discutido por Butler (2006a, 2015b), é possível localizar o narcisismo de considerar o outro violento e não conseguir reconhecer a violência exercida por si mesmo. Segundo a autora, quando o narcisismo é exacerbado, afasta o sujeito do reconhecimento, da impressionabilidade, da susceptibilidade e da vulnerabilidade em relação ao outro. Porém, Butler (2015b) rejeita a hipótese segundo a qual autopreservação seria a necessidade psíquica mais urgente, o que justificaria uma posição narcísica de defesa, como

se não houvesse outra possibilidade de responder às violências senão com mais destas em nome da autodefesa, o que pode descambar para a crueldade.

Derrida (2001b) propõe que articular um saber a respeito da questão da crueldade – assim como a questão do narcisismo –, muitas vezes presente no exercício das violências, demanda a difícil tarefa de levar em consideração o inconsciente. Isso implica entender que a condição subjetiva tanto faz laço social quanto pode destruir tal laço, e, essa condição perpassa a produção dos sujeitos. Nesse sentido, é inútil a tentativa de escamotear as violências que estamos passíveis de exercer seja em relação a nós mesmos ou aos outros.

Com afirmação acima, Derrida (2001b) não quer dizer que a relação com o outro seja primordialmente destrutiva, mas que essa forma de relação se mostra como possibilidade, assim como o laço social por meio do respeito e da amizade. Esse movimento do autor em adiar a escolha por uma das polaridades, sempre se remetendo as duas, evitando dessa forma uma hierarquização no que propõe para um saber sobre a relação com a alteridade é de extrema importância. Pois assumir o polo segundo qual a destrutividade é a via primordial na relação com o outro seria o mesmo que banalizar as violências, ao mesmo tempo em que não haveria outra possibilidade de relação com o diferente. Já assumir o polo contrário sobre a relação com a alteridade, pela via do respeito como predominante, significaria negar a dimensão inconsciente na constituição subjetiva e a potencialidade de vivenciar a agressão por parte do outro, bem como de ser seu agressor.

A partir dessas reflexões, novamente afirmo que longe de culpabilizar Pietra pela violência sofrida, o que pretendo com tais considerações é não ignorar que ela também teve sua participação nessa situação de violência que vivenciou. Assim como em outras situações relatadas nas entrevistas, me questiono quais as condições que produzem tais cenários de violências mais específicos, ligados às mulheres trans e travestis. Com base nas leituras que fiz, penso em alguns elementos por meio dos quais se constroem tais possibilidades, contudo, me atenho a trazer mais alguns trechos das entrevistas para realizar essa análise.

Tanto ao fazer *pista* quanto em outros momentos, “*Entrar por um ouvido e sair pelo outro*”, “*não ligar*” foram estratégias relatadas para lidar com tais situações localizadas pelas entrevistadas como *preconceitos* ou *violências verbais*. Já quando se tratava de violências físicas ao fazer *pista*, as estratégias mudavam, como ameaças com

armas brancas para se defender, conforme relatado por Pietra, que se defendeu de uma cafetina com uma faca. Tomar cuidados para estar sempre diferente de outras mulheres trans e travestis para não ser confundida, foi uma estratégia relatada por Carmem, uma vez que diz serem comuns clientes que foram roubados por mulheres travestis retornarem aos pontos de prostituição para se vingarem. Carmem relatou tomar esse cuidado após ser confundida com outra mulher travesti e ter uma arma apontada para sua cabeça. A confusão foi desfeita e o cliente com a arma deu uma coronhada na menina que o havia roubado.

Outra estratégia relatada por Carmem para preservar-se de situações de violências foi evitar o horário da madrugada, após a meia-noite, pois segundo ela, assaltos e violências eram mais frequentes após esse horário. Ainda, nas falas das entrevistadas, essa falta de cuidados com o horário no qual se faz pista, o local mais escuro, a falta de câmeras de monitoramento nas ruas ou a própria falta de sorte também foram fatores levantados como relevantes para a produção de situações violentas nesse (con)texto.

Entrevistei duas pessoas que disseram não trabalhar mais na pista tendo como um dos principais motivos evitar situações de violências. Sabrina, por exemplo, trabalha como profissional do sexo, entretanto a forma de contato com possíveis clientes não se dá na pista, mas sim em flats ou na casa de clientes que são contatados a partir de anúncios em sites na internet. Por esse motivo ela disse não ter problemas com relação a sofrer violências, o que ela considera que estaria mais exposta se trabalhasse na rua. Natália, assim como Sabrina, disse nunca ter sofrido violências físicas por ser *travesti* ou por ser *prostituta*, contudo tem amigas que já sofreram violências e que inclusive foram mortas. Essas situações de violências foram vinculadas por ela ao trabalho na rua.

Não. Assim, nada fora do normal, coisa da vida, coisa que acontece assim com pessoas. Não vou falar "ai, nunca ninguém me bateu", não, já. Já bati em pessoas, pessoas já me bateram, mas nada porque eu era a travesti ou por que eu era a prostituta, não. Violências, violências normais. Nada assim, no contexto travesti. (Natália)

No trecho acima é interessante o posicionamento de Natália ao assumir que as violências perpassam a sua subjetividade, posicionamento diferente de uma posição narcísica na qual somente se

consegue identificar o outro como violento. Ainda que não tenha sofrido violências por ser trans “*Eu sofrer não, sei lá, não, nunca apanhei por ser assim, não*”, ela relatou ter amigas trans que já vivenciaram violências, inclusive sendo mortas. Essas violências são relacionadas por Natália com o trabalho na rua. Por esse motivo, ela disse evitar ao máximo trabalhar na rua, preferindo atender seus clientes contatados por meio de anúncios na internet, no seu apartamento, em que enfatiza ter sistema de monitoramento, o que lhe faz sentir-se mais segura. Essa forma de atendimento foi descrita como a estratégia utilizada no momento para não sofrer violências, contudo na época em que fazia pista, Natália chegou a andar com spray de pimenta e máquina de choque. Quando questionei a respeito das violências que suas amigas haviam vivenciado, ela respondeu que

[...] é tudo uma via de duas mãos, sabe? Não foi tipo uma pessoa só agredindo a outra ou talvez eu não sei o que realmente aconteceu, porque eu não tava lá. Eu só fiquei sabendo das, das que foram mortas, só fiquei sabendo das notícias "ah, foi achada morta", "a última vez que foi vista, foi entrando no carro de um cliente". Então, tipo assim, eu não, eu não trabalho em rua. Eu evito o máximo ter que trabalhar em rua, porque eu acho mais seguro trabalhar em casa, no meu apartamento. Eu acho mais seguro, assim. [...] Mas tipo já vi, já vi de tudo, já vi de, da travesti querer o pagamento e o cliente não querer pagar. Ah... do cliente fazer e agir com má intenção, não querer pagar, o cliente ir e tentar roubar. Uma vez uma amiga minha, o cliente foi tentar roubar ela, só que ela tinha feito anos de luta, sabe? E daí ela deu uma surra no cliente e ela roubou o cliente. Ela falou "agora eu vou pegar o seu celular, só pra você aprender", assim, ela contou, né?! Aí ela bateu nele, assim, já, já ouvi de tudo assim, já vi muitas histórias, já vi muitas cenas assim, na minha frente (Natália).

Destaco esse trecho, pois muito se fala, em especial na mídia sobre as mulheres travestis como marginais, envolvidas em roubos e situações de violências, contudo pouco se fala nas mulheres travestis como tendo seus direitos violados, como casos de clientes que tentam

roubá-las e/ou agredi-las. Quanto às demais entrevistadas, houve posicionamentos nos quais elas se consideravam vítimas por conta do preconceito, assim como houve relatos em que as mulheres travestis e trans foram culpabilizadas por tais violências vivenciadas. Por exemplo, na fala de Juliana, quando afirmou que a roupa que a mulher trans ou travesti usa pode influenciar na abordagem que as outras pessoas terão com ela:

É, se veste, se andar com uma blusa, com ela pulando pra fora da coisa, já vão te xingar, já vão falar, vão apontar... "olha aquela ali é de programa, faz ponto, tá se prostituindo". Mas, não. E eu trabalho num prédio comercial, né, bem chique, né?! Já faz dois anos e lá todo mundo me respeita. Fez dois anos. (Juliana)

Porém, também houve falas no sentido de implicar as próprias mulheres travestis e trans na performatividade de tais vivências, ou seja, posicionamentos que buscavam um equilíbrio na construção de tais atos de violências. Nesse sentido, Natália afirmou que:

*Eu quis dizer que tipo assim, não adianta também você querer respeito e não respeitar, entendeu? Tipo você querer, sei lá, tipo você querer tratar errado uma pessoa ou não querer fazer uma coisa, não prestar um serviço bom e querer tipo, um tratamento ótimo e um pagamento ótimo. Por isso, entendeu? **Imagina que tudo na vida, em geral, não só por ser transexual, por trabalhar com isso, em geral, sempre é uma via de mão dupla.** Num trabalho normal você também tem o seu chefe, o temperamento do seu chefe e o seu temperamento, entendeu? Então, tem que, tem, é sempre tipo duas pessoas. Às vezes você tá, você tá estressada e daí uma coisa pequena que a outra pessoa faz te estressa mais. E às vezes a outra pessoa tá muito estressada e vem você tentando relaxar de alguma coisa que você faz, desencadeia um acesso, um excesso de raiva na pessoa, assim. Então, é sempre, é sempre tipo, uma coisa delicada, entendeu? Não tem como você garantir cem por cento, e tem travestis e travestis, entendeu? Tem travestis que são*

*educadas e tem travestis que já não são educadas, tipo se julgam marginalizadas pela sociedade e daí já adotam esse comportamento marginalizada e já usa isso em prol dela, sabe. Já usa de **fazer um escândalo, pra quem sabe adquirir mais, entendeu?** E sei lá, tipo se excede, assim. E daí depois sai, aparece uma notícia ruim, entendeu?* (Natália)

Sobre o *escândalo*, Kulick (2008, p. 169) afirma que é uma prática na qual “[...] a travesti procura colocar publicamente o cliente em situação constrangedora ou vexaminosa, como meio de forçá-lo a entregar o dinheiro”. Isso pode incluir xingamentos e a acusação do cliente a ter contratado para que ele fosse penetrado por ela, como uma forma de colocá-lo na posição homossexual, a qual no geral não se identifica e tem horror em ser acusado. Kulick (2000) também afirma que o escândalo é uma forma de interpelar e incriminar o outro por meio da vergonha. O escândalo é nessa perspectiva uma forma criativa de questionar a abjeção e as linhas divisórias entre os clientes, ditos *cidadãos normais* e as travestis tidas como *perversas* e *desviadas*. A estratégia do escândalo, contudo, por mais que seja bem sucedida em conseguir dinheiro do cliente, por vezes pode despertar a ira do mesmo, em que ele pode reagir de maneira violenta.

Na página anterior, sobre o trecho destacado da entrevista que fiz com Natália, entendo que naquele (con)texto, tal fala expressava que muitas vezes, uma mulher travesti pode fazer *escândalo*, agredir os clientes, mesmo roubar sem que ele perceba, ou então agir de maneira impetuosa, entrando na espiral violenta da relação com o outro. A fala de Natália ao buscar a implicação das pessoas envolvidas em uma situação de violência, ainda que explicita a ação das mulheres travestis, promove dois movimentos que podem ser lidos a partir da desconstrução derridiana. Em um movimento, inverte-se a hierarquia binária vítima/agressor, na qual a mulher travesti deixa de ser exclusivamente a vítima passiva e passa a ter uma parcela de responsabilidade e de atividade nas situações de violências vivenciadas. No outro movimento, denominado deslocamento, é colocada a ênfase de que numa relação entre pessoas que envolva uma situação de violência, há sempre uma *via de mão dupla*, ocorrendo aqui uma ampliação da dimensão moral do binarismo vítima/agressor e da dissociação ativo versus passivo.

Dito de outro modo, há sempre a implicação do (con)texto e da responsabilidade ética de ambas as pessoas em tal relação, mesmo que a responsabilidade de quem sofreu a violência só se dê após tal vivência, nas possibilidades que terá ou não de responder a tal ato. Entretanto, o que pretendo ressaltar nesse momento é que não busco localizar culpados ou vítimas nas agressões e violências sofridas pelas mulheres travestis e trans. Interessa-me analisar as condições que propiciam atos ou situações violentas nesses (con)textos, e ainda, que conjuntura favorece uma resposta às violências que não seja a produção de mais violências. Para isso, recorro a Butler (2015a) quando discute essa questão:

A capacidade de responder à reivindicação [da não violência] tem tudo a ver com como ela é formada e enquadrada, mas também com a disposição dos sentidos, ou as condições da própria receptividade. Com efeito, aquele que responde é forçosamente modelado por normas que com frequência cometem certo tipo de violência, e que podem perfeitamente predispor esse sujeito a certo tipo de violência. Assim, a violência não é estranha àquele a quem o discurso de não violência é dirigido; a violência não se encontra, a princípio, presumivelmente “fora”. A violência e a não violência não são apenas estratégias ou táticas, mas configuram o sujeito e se tornam suas possibilidades constitutivas e, assim, uma luta permanente (BUTLER, 2015a, p. 233-234)

Ou seja, as violências parecem em alguma medida, fazerem parte da constituição da subjetividade, por meio das próprias normas e do (con)texto que a constituem e que podem conter violências. De maneira semelhante, a possibilidade de responder ao apelo que reivindica a não violência tem a implicação do (con)texto e das normas que constituem os sujeitos. Tomando essas afirmações no (con)texto das violências vivenciadas na *pista*, assim como há clientes, ou pessoas que fingem ser clientes de mulheres travestis e trans que as roubam e praticam violências contra elas, o contrário também ocorre.

Marcos Garcia (2007, 2008) desenvolveu uma pesquisa em que analisou criticamente as violências que sofriam um grupo de mulheres travestis e trans de classes populares, mas também as atitudes violentas

delas próprias, dando uma importante contribuição no sentido de afirmar que tais atitudes, estavam ligadas a situações paupérrimas de subsistência. Segundo Garcia (2008), o roubo e outras estratégias como chantagem e escândalo são utilizadas muitas vezes por mulheres travestis e trans para se sustentarem em épocas nas quais há poucos clientes e pouca renda, bem como para sustentar vício em drogas como cocaína, droga utilizada por algumas para suportar o frio e o trabalho em si. Diante dessas informações podemos questionar o que leva a tal pauperização das vidas de tantas mulheres travestis e trans?

Para Pelúcio (2009, p. 42), “o fato de estarem subvertendo uma ordem tida como natural e, por isso, tomada como ‘normal’, tende a tornar suas vidas inabitáveis”. Dessa maneira, a vulnerabilização e precarização da vida de mulheres travestis e trans parecem estar muito relacionadas, como afirmam Bonassi et al. (2015), bem como Toneli & Amaral (2013), à abjeção desses corpos. Isso tem implicações nas várias situações recorrentes, como conflitos na família, escola e grandes dificuldades no mercado de trabalho, aliadas à desassistência do Estado no âmbito das políticas públicas no Brasil em relação a essa população.

O desrespeito ao nome social ou mesmo a falta de um tratamento respeitoso no geral ao tentar acessar serviços públicos essenciais como o SUS – ainda que haja resoluções que determinem o uso do nome social nesses espaços – são indicadores dessa precarização. Ainda segundo Toneli & Amaral (2013, p. 42) para que as políticas públicas existentes cheguem a essa população, bem como para que se organizem políticas específicas às suas necessidades “[...] as experiências travestis e transexuais precisam em um primeiro plano serem (re)conhecidas como humanas e, portanto, como vidas que existem e resistem na seara dos sujeitos de direitos”.

Entretanto, considerando os autores com os quais trabalho e suas posições sobre a constituição subjetiva, é importante desconstruir a noção humanista de que as violências vivenciadas por mulheres travestis e trans seriam “resolvidas” exclusivamente a partir do acesso a condições melhores de vida, o que ocorreria necessariamente e exclusivamente por via das políticas públicas calcadas nas categorias identitárias. Assim, creio ser relevante considerar o movimento das análises críticas operadas por Butler e Derrida a respeito dessa temática.

Segundo Butler (2002a), ainda que as políticas que operam a partir do humanismo e do cultivo das identidades a façam com objetivo político pela luta de direitos, a desidentificação, ou seja, o movimento de questionamento e desestabilização das categorias identitárias pode

ser essencial para o avanço democrático de direitos. Suas palavras: “tales desidentificaciones colectivas pueden facilitar una reconceptualización de cuáles son los cuerpos que importan y qué cuerpos habrán de surgir aún como materia crítica de interés (BUTLER, 2002a, p. 21). A autora faz essa crítica uma vez que as políticas fundadas em categorias identitárias sempre provocam exclusões, como já discutido no capítulo sobre a patologização das transexualidades e travestilidades, em relação ao processo transexualizador. Esse protocolo paradoxalmente, ao garantir procedimentos como acompanhamento para hormonioterapia e procedimentos cirúrgicos para mulheres trans, impede que acessem os mesmos procedimentos, aquelas pessoas que se reconhecem como mulheres trans ou travestis, contudo não performatizam o gênero conforme a expectativa hegemônica médica considera ser a transexualidade.

Derrida (2010) por sua vez faz uma importante crítica à noção hegemônica de que o Direito equivale à justiça, ou seja, de que as leis formais calcadas na noção de sujeito moderno atrelado à ideologia neoliberal sejam necessariamente uma forma de exercer a justiça. Para o autor, a noção moderna de que o Direito, incluindo os direitos humanos e as políticas calcadas nos pressupostos modernos, seria uma forma de solucionar os problemas como a desigualdade por meio das leis e do Estado democrático se trata de uma questão paradoxal. Isso porque o Direito, assim como o Estado se funda por meio de violências. O Estado tenta esconder o seu fundamento violento, pois descortiná-lo pode significar a sua destruição. Nessa linha argumentativa, para esconder o seu fundamento violento originário, o Estado usa de violências no intuito de preservar sua existência.

Já o Direito tenta esconder seu fundamento violento por um argumento místico de que é fundado a partir da noção de justiça. Dessa maneira, as violências perpetradas pelo Estado são transmutadas em uso legitimado de autoridade por via das leis, já que ancoradas na justiça, se distinguiriam do simples uso da força (COSTA, 2007). Derrida (2010) vai contra essa noção em que se tenta separar o direito das violências, já que elas estão em sua base fundacional. Dito de outro modo, o direito por via das leis não necessariamente leva ao exercício da justiça, mas também pode operar na produção de violências. Isso demanda pensar estratégias alternativas, que se somem ou modifiquem as estratégias de leis e políticas públicas alicerçadas nos pressupostos modernos das identidades e da possibilidade de representação por meio dessas identidades. Essas mudanças por sua vez, podem contribuir para deslocar a vulnerabilização e a precarização de corpos abjetos.

Retomando Butler (2015b), em sua crítica às políticas calcadas exclusivamente nos direitos humanos universais, é colocada em xeque a noção de que essa noção de direitos produziria justiça, uma vez que a universalidade não leva em consideração a singularidade de cada (con)texto historicamente gendrado com suas especificidades políticas, econômicas, culturais, etc. A crítica à noção de universal por Butler não é feita pela universalidade em si mesma, mas na forma moral que o sujeito assume, em uma concepção universal como a do direito como lei formal.

De maneira semelhante o sujeito das políticas públicas alicerçadas nas identidades e na representação, como são pensadas na contemporaneidade também carregaria essa moral universal, o que é diferente da política calcada no sujeito ético, produzido em um (con)texto singular (BUTLER, 2015b). Diferente do sujeito moral atravessado por noções como a de julgamento, no qual há grande chance do não reconhecimento do outro como sujeito, haja vista as normas rígidas e universais da moral, um sujeito ético abriria a possibilidade de uma relação com outro talvez mais justa, ao ter em vista a singularidade. Trata-se de um desafio pensar estratégias que reconfigurem enquadramentos e matrizes de inteligibilidade na qual a abjeção de corpos travestis e trans possa ser repensada e modificada, o que pode contribuir para a sua não vulnerabilização e precarização. Para Butler (2015b) essa tarefa desafiadora tem muito a avançar se a proposta partir de um sujeito ético, relacionando-se também com a questão da micropolítica, e não de um sujeito moral, como o presente na noção de direito e de políticas hegemônicas contemporâneas.

5.3. Violências no (con)texto das relações com maridos, namorados e namoradas

Segundo algumas pesquisadoras e pesquisadores no campo das travestilidades, as mulheres travestis não tem namorados, elas tem “maridos” (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008; PELÚCIO, 2009). Essa afirmação se refere à dinâmica de relação frequente em que mulheres travestis se relacionam com homens que elas levam para morar junto com elas e que sustentam financeiramente, já que eles no geral, não trabalham. Contudo, mais usada como gíria:

a categoria ‘marido’ sugere que nas relações amorosas envolvendo travestis, o tempo de consolidação dos laços e dos compromissos é

distinto daquele que envolve relacionamentos de contornos heterossexuais e de classe média. Nada de encontros cercados de amigos, flertes em barzinhos, passeios de mãos dadas em shoppings, saídas para jantares ou reuniões em casas de parentes (PELÚCIO, 2009, p. 77)

Essa relação implica diversas questões vinculadas aos “maridos” de mulheres travestis, como os critérios de escolha dos mesmos, baseados nos estereótipos de masculinidade e virilidade expressos no comportamento e na aparência física, pelos músculos, força, tamanho avantajado do pênis e papel ativo – quem penetra – nas relações sexuais (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008; PELÚCIO, 2009). Dessa maneira, um “homem de verdade” é forte, viril e jamais deseja ser penetrado. Em relação às violências, Kulick (2008) escreve que os *maridos*, que acabam dependendo financeiramente das mulheres travestis – grupo descrito como estando exclusivamente na prostituição –, eventualmente tem as seguintes reações frente ao término do relacionamento por iniciativa das parceiras: as ameaçando, cometendo roubos às mulheres travestis antes de irem embora de suas casas, ou se recusando a sair da moradia.

Já as mulheres travestis teriam algumas reações mais frequentes frente à recusa dos ex-maridos em sair de casa: podem ameaçá-los; ter um relacionamento com outro homem mais forte e agressivo, que a ajude a desalojar o ex-namorado; saem da cidade – o que depende dos bens que possuem e da disposição em abrir mão dos mesmos; aceitam as ameaças e permanecem em relacionamentos abusivos, o que seria menos comum. Essas informações são importantes para entender a dinâmica de muitos relacionamentos de mulheres travestis e trans com seus companheiros, contudo, não podem ser generalizadas, uma vez que há diversas possibilidades de relações a serem construídas com seus parceiros e parceiras.

Da mesma maneira, faço uma crítica à argumentação fatalista de Kulick (2008) quando afirma que as mulheres travestis somente estabelecem relacionamentos com seus parceiros ou mesmo conseguem retomar vínculos familiares por meio de uma contrapartida financeira, ou seja, que elas só conseguem estabelecer ou restabelecer tais vínculos comprando-os. Creio que essa afirmação pressupõe uma universalidade insustentável, que não apenas ignora as diferentes possibilidades de

relações afetivas, como gera estereótipos que de certa forma podem reforçar a abjeção de corpos travestis e trans.

Quanto às entrevistas realizadas, pouco foi falado a respeito dos relacionamentos, nos quais quase não houve menção a violências. Juliana, por exemplo, relatou estar casada há três anos, com um homem com quem ela disse se relacionar muito bem.

Conheci no centro. Ele, ele era junto com uma mulher, daí ele se separou. Aí eu conheci ele. Ficamos se conhecendo... ficamos uma semana se conhecendo, até eu conhecer ele bem. Depois eu botei ele a morar comigo. Aí ele trabalha como ajudante de pedreiro, me ajuda como pode, né?! Porque não gosta de trabalhar assim, em limpeza, nada, que nem eu. Trabalha de pedreiro, ele vem, a gente se ajuda assim. A família dele é tudo do Sul, ele é sozinho. Só eu que tenho família aqui, ele não tem ninguém. Ele tem só eu, só (Juliana).

A relação de Juliana, embora possa envolver algum grau de dependência do *marido* em relação a ela, já difere da relação estereotipada descrita por Kulick (2008) em relação a ela não ser profissional do sexo, o que provavelmente implicaria em uma dinâmica específica. Todavia, não tive acesso a outras informações a respeito de seu relacionamento, o que me impede de fazer algumas afirmações. No entanto, não houve menção a violências. Já nas falas de Sabrina, que namorou um rapaz por um ano, disse também não haver violências com ele, sendo bem tratada pela família do namorado, com exceção da mãe dele.

[...] eu namorei uma vez um ano com um menino, sério, e ele... ele era hétero, né?! Até então, tipo, fui a primeira trans que ele ficou, daí a gente acabou namorando. E daí ele queria, me tratou assim como uma, uma mulher, como ele trataria uma menina normal e queria me apresentar pra família, como se ele, como ele faria com, com, com uma menina. E a mãe dele era evangélica, daquelas bem regrada ali, né?! E os evangélicos a gente sabe que eles são muito intolerantes em questão de gay, assim. Principalmente aquelas que vão muito na igreja, que segue muito a risca ali, né?! E... aí ela, eu, eu não cheguei a conhecer

*ela. Conheci o restante da família, mas ela em si, a mãe dele eu não, eu não cheguei a conhecer. Mas eu lembro que ela ligava, ela dizia "ai filho, é... esse, esse, é... larga esse homem". Tipo, nunca tinha me visto na vida, mas falava assim, simplesmente assim, né?! "Larga esse homem", não sei o quê, "que essa raça não é de Deus", não sei o quê, "é uma raça ruim, enviada pelo capeta". Tipo, que ela falava as mais barbaridades que tu, que tu possa imaginar, assim. Então, esse tipo de coisa **magoa, porque eu lembro**. [...] Ela falou que ah, que um dia a gente ia brigar e eu ia tentar matar ele, e não sei o quê. (Sabrina)*

Sabrina havia começado a falar desse relacionamento após eu perguntar a ela o que seria o uso de *palavras pesadas*, o que para ela caracterizavam uma forma de violência, que diferiam de xingamentos e ofensas cotidianas às quais não dava importância. Para Sabrina, as violências continuavam presentes em sua memória, enquanto outras formas de preconceitos e discriminações foram esquecidas, o que eu chamaria de violências naturalizadas. Segundo Sabrina, na época do relacionamento com esse rapaz, ela já trabalhava como profissional do sexo e ele foi morar com ela. Seu namorado na época também trabalhava e ajudava nas despesas. Contudo, após um tempo ele começou a cobrar que Sabrina parasse de trabalhar como profissional do sexo, e por vários motivos, como muitas brigas e desconfianças de traição por ambas as partes, terminaram o relacionamento. Segundo Sabrina, eles nunca foram violentos um com o outro.

Por outro lado, na entrevista com Carmem houve descrição de uma situação envolvendo violência por parte da entrevistada. Segundo ela, "*Não, relacionamento eu sempre fui mais violenta, eu sempre fui doida*". Carmem descreveu o relacionamento como um namoro, pois não moravam na mesma casa. Eles ficaram juntos por mais de um ano, até que Carmem decidiu terminar o relacionamento, pois o parceiro havia se envolvido com drogas. Ele havia começado a roubar-lhe dinheiro e objetos de sua casa para trocar por drogas e sustentar o vício, o que fez com que ela trocasse as fechaduras das portas da casa, ameaçasse chamar a polícia e terminasse a relação. Durante o período de tempo em que namoraram houve a seguinte situação:

*esse quando eu percebi que eu ia bater nele, foi o meu último casamento, né?! Que daí foi numa discussão, a gente já tava terminando, numa discussão ele pegou e me, me chamou de interesseira, uma coisa que eu nunca fui, sabe. Aquilo ali pra mim foi um tapa na cara, daí eu puxei a mão e ia dar um tapa nele. **No que eu ia dar um tapa nele, eu peguei, parei e pensei "não, chega, interesseira eu nunca", daí eu cheguei e falei pra ele "olha, interesseira é uma coisa que tu não pode me chamar. Porque tu tá desempregado há quatro meses, quem tá bancando esta merda dessa casa sou eu, com aluguel, com comida, com até crédito pro teu celular. Então, interesseira eu não sou e eu nunca fui. Amanhã eu tô saindo de casa"** E esse foi o ponto final. Isso foi num domingo, daí na segunda-feira eu aluguei uma casa e fui morar sozinha, já. (Carmem)*

Nessa fala já é possível ver uma mudança de posicionamento de Carmem, em que diferentemente do episódio em que quebrou um prato na cabeça de um ex-namorado, preferiu não ser violenta. Esse posicionamento no qual houve a recusa a uma ação violenta por parte de Carmem pode ser articulada com a discussão da deliberação ética que faz Butler (2015b) quando escreve a respeito da desposseção:

Até certo ponto, as condições sociais de seu surgimento sempre desapossam o “eu”. Essa desposseção não significa que tenhamos perdido o fundamento subjetivo da ética. Ao contrário, ela pode bem ser a condição para a investigação moral, a condição de surgimento da própria moral. Se o “eu” não está de acordo com as normas morais, isso quer dizer apenas que o sujeito deve deliberar sobre essas normas, e que parte da deliberação vai ocasionar uma compreensão crítica de sua gênese social e de seu significado. Nesse sentido, a deliberação ética está intimamente ligada à operação crítica (BUTLER, 2015b, p. 18-19)

A operação crítica ligada à deliberação ética, longe de se referir a um sujeito que delibera pelo exercício de uma consciência plena em sua racionalidade, antes diz da desposseção que o sujeito se vê colocado na

relação com o outro. A inserção em uma cultura em que há normas e moral anteriores à existência de um “eu”, ao mesmo tempo em que circunscreve as possibilidades de existência, implica em um não-saber sobre esse “eu” quando da tentativa de fazer um relato de si mesmo – o que diz da dimensão inconsciente da subjetividade.

A desposseção, contudo, não significa que o sujeito seja determinado de maneira causal pelas normas e pela moral, uma vez que, por estar estruturalmente vulnerável ao outro, é exposto a essa desposseção, o que permite que se posicione em relação a tais normativas éticas e morais (BUTLER, 2015b). A relação com o outro despossei o *eu* de sua noção de autocontrole e autossuficiência, na medida em que esse eu só se constitui a partir dessa relação com esse outro, tendo uma parte de si nesse outro a quem é vulnerável. Reconhecer essa vulnerabilidade em si e no outro, em que ambos estão expostos às suas potencialidades em serem violentos, pode permitir um posicionamento ético que não seja o das violências, como relatado por Carmem.

Entre as outras pessoas entrevistadas, apenas Lígia mencionou um relacionamento aberto com uma mulher trans que mora em outro estado. Segundo Lígia, a namorada vem de tempos em tempos para Florianópolis passar o fim de semana com ela, o que implica numa dinâmica diferenciada na casa em relação a sua mãe.

Minha mãe também tá com relacionamento. Daí a casa fica assim meia... até brinco com ela, que ela sai brinca e eu saio pra brincar. Porque geralmente dia de semana eu fico fazendo os compromissos e ela fica em casa. Aí final de semana ela vai pra [nome da cidade], porque o namorado dela é de [nome da cidade]. Eles não tão morando junto. Ela passa o final de semana lá e a minha companheira vem do [nome da cidade] e passa e fica final de semana em casa. (Lígia)

Lígia, que já sofreu com a não aceitação da mãe por conta de sua sexualidade na adolescência e performatividade de gênero já quando adulta, hoje mantém uma boa relação com ela. Lígia não comentou qualquer vivência de violências em relação aos seus relacionamentos e as outras pessoas entrevistadas não tocaram no assunto. Já entre outras pessoas com quem tive conversas informais na ADEH e em outros espaços, me lembro de uma conversa com Viviam.

Nessa conversa com Viviam, ela se autodenominou uma *travesti*, estava por volta dos 45 anos de idade e já trabalhava havia muitos anos como profissional do sexo. Casada com um homem já há alguns anos, ela relatou algumas situações de violências. Segundo ela, o marido bebia e nesses momentos ela o provocava, e às vezes os dois discutiam e brigavam, o que envolvia confronto físico. Contudo, ela disse que na maioria das vezes ele é quem apanhava mais, o que ficou marcado pra mim como a recusa em se colocar numa posição de vítima. Como falávamos naquele momento de relacionamentos, outra violência frequente entre as pessoas trans, segundo Viviam é a reprovação que passam mulheres travestis e trans ao se relacionarem ou cogitarem se relacionar com homens trans. Viviam também disse serem frequentes violências por ela denominadas de *transfobia* entre as próprias mulheres trans e travestis em relação aos homens trans, que muitas não reconhecem como homens e tratam como *sapatão* – termo usado para se referir a mulheres lésbicas.

A partir dos relatos das pessoas entrevistadas, bem como de outras conversas que tive com mulheres travestis e trans, as violências não foram tão presentes nas suas falas quando discutíamos sobre violências nos (con)textos dos seus relacionamentos com maridos e namorados (as). Contudo, foi interessante notar que em alguns casos, quando essas violências ocorriam, as mulheres travestis e trans se recusavam a se colocar no lugar de vítimas. Em vez disso, em seus relatos as vi assumindo-se em alguns momentos como violentas e admitindo sua parcela de responsabilidade em tais situações. Pude relacionar tais posicionamentos éticos na relação com o outro como os descritos por Butler (2015b), quando ao perceber a si mesmo e ao outro como vulneráveis e potencialmente violentos, o sujeito pode deixar de localizar as violências apenas no outro, o que abre a possibilidade para uma ação não baseada nas violências. Dessa maneira, vejo esses posicionamentos expressos nos relatos de algumas das entrevistadas como uma atitude ética que questiona o binarismo clássico de vítima/agressor.

6. AS INFORMAÇÕES VEICULADAS PELAS MÍDIAS SOBRE VIOLÊNCIAS COM MULHERES TRAVESTIS E TRANS

Durante as entrevistas que realizei, surgiu a temática da veiculação de notícias envolvendo violências com mulheres trans e travestis. Por vezes de maneira espontânea, em outros momentos perguntei diretamente o que as entrevistadas pensavam a respeito de tais informações veiculadas pelas mídias. Optei por escrever esse capítulo visto que, nos trabalhos consultados na revisão de literatura e nos livros de referência sobre travestilidades, pouco foi dito sobre a possibilidade de parte das notícias veiculadas pelas mídias⁷⁸ envolvendo situações violentas com mulheres travestis e trans, serem também formas de violências. Em outras palavras, tais notícias, dependendo da forma como são escritas ou apresentadas podem, a meu ver como pesquisador, serem violentas. Um exemplo dessas violências ocorre quando as notícias deslegitimam a identificação da maioria das mulheres travestis e trans com o feminino, referindo-se a elas com a concordância gramatical no masculino⁷⁹.

⁷⁸ Utilizo a palavra “mídias” quando me refiro aos diversos meios de comunicação que têm por objetivo transmitir as mais variadas informações e conteúdos. Assim como me refiro às diferentes plataformas por elas utilizadas, como a mídia televisiva, de rádio, internet e outras pelas quais são disseminadas. Não pretendo discutir essas diversas possibilidades caracterizando cada uma delas, mas sim me ater às informações construídas durante a pesquisa com as pessoas entrevistadas. Desse modo, em alguns momentos as entrevistadas articulavam questões relacionadas às notícias que assistiram em programas de televisão ou que leram na internet, em blogs ou sites de relacionamento, etc.

⁷⁹ Cito uma manchete do site “Click Camboriú”, escrita em 01 de novembro de 2016: “Travesti é asfixiado e morto no centro de Balneário Camboriú”. Fonte: <<http://www.clickcamboriu.com.br/policia/2016/11/travesti-e-asfixiado-e-morto-no-centro-de-balneario-camboriu-152222.html>> Cito também um trecho de uma notícia como título “Corpo de travesti é encontrado em São José”, veiculada pelo “Diário Catarinense”, do Grupo RBS, no dia 16 de janeiro de 2016: “A Polícia Militar encontrou o corpo de um travesti no final da manhã deste domingo, 17, enquanto fazia rondas em São José. O homem, que estava vestido com roupas femininas e maquiado, não tinha marcas de violência ou ferimentos aparentes. Ainda não se sabe a identidade da vítima, que foi encontrada na Rua Francisco Inácio do Nascimento, no bairro Forquilha.”

Dessa maneira, penso que algumas notícias relativas à temática podem reforçar matrizes cisheteronormativas que delimitam como abjetos corpos travestis e trans. Por esses motivos, nesse capítulo me dedico a discutir as apropriações das pessoas entrevistadas a respeito das notícias veiculadas pela mídia que abordam as violências vivenciadas por mulheres travestis e trans. Início essa discussão a partir de um trecho da entrevista feita com Natália, em que fiz um questionamento a ela a cerca da temática:

Pesquisador: Sabe as notícias sobre violência contra as pessoas trans?

Natália: Sim.

Pesquisador: O que você acha dessas notícias?

*Natália: Eu acho assim, eu acho que a gente, hora avança e hora dá um, é um retrocesso, sabe. Tipo, tem coisa, que eu acho que é super legal. Agora saiu uma lei né?! Falando da, do **uso do nome social**, achei super legal e eu vi que também **dava pra enquadrar a Maria da Penha em alguns casos de, de agressão contra trans**. Isso eu acho legal, mas em geral, assim, tem **muitos casos, de, de mortes de travestis** que eram tipo horripilantes, assim, sabe. Coisa tipo, meu Deus! Teve uma Laura em São Paulo, acho que foi no ano passado que teve câmara e o povo correndo atrás dela na rua e ela correndo ensanguentada, as pessoas esfaqueando ela, dando tiro, sei lá o que fizeram. E tipo, assim, tudo isso tem uma **repercussão muito pequena**, sabe. Porque, acho que falta educação pra, pra aceitar sabe. Então, assim, em geral, acho que **antes tinha mais notícias ruins, mas agora, as últimas notícias que eu tive foram boas assim**. Tipo eu achei, eu achei boa. Essa era pergunta, né?! Boas ou ruins, as notícias.[...] Mas em ge... a maioria das notícias são de estatística mesmo de, ou delas roubando ou delas sendo mortas, sabe (Trecho da entrevista feita com Natália).*

Natália expressou uma opinião que buscava equilibrar a frequência de notícias que ela considerava *boas* ou *ruins* a respeito das violências relacionadas às mulheres trans ou travestis. Ela evidenciou algumas conquistas que foram veiculadas pela mídia, como o Decreto da Presidência da República nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que prevê o uso do nome social nas dependências dos órgãos e entidades da administração pública federal. A recente leitura de muitos juízes de que a Lei Maria da Penha pode ser aplicada a mulheres trans e travestis que sofrem violência doméstica, demonstrando o reconhecimento de seu gênero feminino também foi ressaltada. Todavia, Natália reforça o entendimento de que embora cite essas notícias *boas*, elas ainda contrastam com a maioria das vezes em que as mulheres travestis e trans são mencionadas como parte de estatísticas em que são consideradas autoras de roubos ou nas quais foram assassinadas.

As notícias consideradas *boas*, *legais* ou como *avanço* pelas entrevistadas, para além das relacionadas às conquistas de direitos por via de leis e decretos, também foram relacionadas a programas de televisão nos quais a transexualidade era bem aceita por familiares de pessoas trans, como no relato de Sabrina:

Ah, não vou lembrar o canal agora, de um canal fechado, né?! Na tevê paga, né?! De transexualidade na infância, aí tipo assim um casal mostrando o filho deles crescendo que era transexual já desde novinho, assim, que já tinha essa... esse gosto assim, pelas, pelas coisas e brinquedos de menina e tal, né?! E aí ele foi crescendo e tinha quatro anos, eu acho já, três anos, daí a família, o próprio pai e a mãe foi acostumando a usar, a botar roupa de menina assim nele porque ele pedia, porque ele dizia que não era um menino, era uma menina e queria ser chamado de tal nome. Aí chamavam ele de tal nome e eles super aceitaram, assim. Já se vestia, deixava, ele se vestia como ele queria. Ele vestia as roupas da irmã, porque tinha uma irmãzinha pequeninha. Aí explica, tipo um documentário, né?! Aí vai explicando vários depoimentos deles falando que quando ele, ele, ela, no caso, né?! Que ela crescesse, ela iria decidir se realmente era isso, porque pode ser só uma fase. Quando é

criança tu não tem muita ideia, né?! Do que tá acontecendo, que poderia ser só uma fase, que ela poderia ir atrás de médicos pra... psicólogos, de tudo, de realmente se ver que é isso realmente que ela ia quer seguir, assim né? É, de fazer tratamento hormonal, de depois querer fazer alguma cirurgia pra, pra troca de sexo. Eu achei bem, bem legal assim, bem interessante, porque é uma, um grande avanço, né?! As famílias, já desde pequena já ter outro, outra cabeça, outro pensamento, né?! (Sabrina)

A fala de Sabrina, dessa maneira enfatiza com conotação positiva conteúdo transmitido na TV a cabo relacionado à ausência de violências no ambiente familiar de pessoas trans, em que são aceitas e acolhidas. Esse conteúdo se diferencia da hegemonia de notícias vinculadas às violências e criminalidades quando relacionadas às mulheres travestis e trans, como relatado pela maioria das entrevistadas. Sobre essas representações hegemônicas presentes na mídia brasileira, Kulick (2008) fez breves análises sobre a forma como a mídia retratava mulheres travestis nos anos da década de 1990. Para o autor, as mulheres travestis ocupavam um lugar no imaginário como figuras que despertavam curiosidade e desejo quando relacionadas à imagem da modelo travesti Roberta Close⁸⁰, muito conhecida na época. A maioria das mulheres travestis, contudo, pobres e boa parte vivendo da prostituição eram retratadas de outra forma pela mídia:

A violência contra travestis continua tão comum e generalizada pelo país afora que recebe registro ocasional da imprensa, principalmente quando se descobre o cadáver de uma travesti assassinada, ou quando há uma onda de mortes em seqüência. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, publicou uma série de reportagens depois que 16 travestis foram executadas com um tiro na cabeça nos primeiros três meses de 1993. Mais comum nos jornais brasileiros, porém, são matérias sobre crimes cometidos por travestis. Essas reportagens pintam

⁸⁰ Modelo e atriz brasileira muito popular na década dos anos 1980. Foi a primeira mulher transexual a posar para a revista *Playboy*. Também desfilou como modelo por várias marcas de moda e foi entrevistada por vários programas de televisão populares no Brasil.

sempre uma mesma imagem das travestis como pessoas pervertidas, armadas, viciadas em drogas, marginais que transmitem Aids e atraem homens inocentes, colocando-os em situações perigosas para então assaltá-los, enfim, como pessoas que perturbam a ordem pública, espalhando o caos. (KULICK, 2008 p. 51)

Com exceção da menção à AIDS em tais notícias, o autor parece corroborar a opinião de boa parte das pessoas que entrevistei, ao ver a maioria das notícias relacionadas a mortes de mulheres travestis e a crimes cometidos por elas. Ainda segundo o autor, que se deteve sobre algumas manchetes de jornais, havia diferenças linguísticas ao se escrever a respeito das mulheres travestis como agentes de violências e quando sofriam violências. Assim sendo, as notícias veiculadas identificavam as mulheres travestis como agentes explícitas de violências, como por exemplo, na manchete do jornal *A Tarde*, de Salvador: “Travesti ataca rapaz a navalhadas na Pituba” (KULICK, 2008, p. 53). Manchetes como essa contrastavam com as que haviam nas notícias sobre os assassinatos das mesmas, na qual o agente não era identificado, “ assim, ao invés de escrever algo como ‘Homem atira em travesti’, as manchetes trazem ‘Florípedes, o travesti, assassinado a murro’” (KULICK, 2008, p. 53).

Dessa maneira, quando consideradas agentes de crimes, as mulheres travestis permaneciam em primeiro plano, já quando sofriam violências, seus agressores eram elididos como agentes, ficavam em segundo plano, o que denota o reforço de um estereótipo no qual as mulheres travestis são vistas como violentas. Embora passados vinte anos dos estudos de Kulick (2008), tais análises parecem ser ainda válidas em muitas situações, com a diferença de que hoje também há as mídias que veiculam notícias pela internet e algumas delas de maneira cuidadosa, em que, por exemplo, atendem à reivindicação do movimento social de mulheres travestis e trans pelo tratamento segundo a concordância gramatical no feminino. Muitas vezes, esses sites estão relacionados de alguma maneira com as discussões feministas e transfeministas, ou foram afetados por tais discussões⁸¹.

⁸¹ Em Santa Catarina há o “Portal Catarinas” que vem produzindo material jornalístico com perspectiva de gênero, de maneira respeitosa ao se referenciar às mulheres travestis e trans.

No relato de Carmem, assim como no de Natália, também foram lembradas as notícias sobre mulheres trans e travestis serem apontadas como ladras. Contudo, Carmem ressaltou distorções recorrentes nas descrições dessas situações, em que informou ter amigas que já foram mortas e que tais eventos foram noticiados de maneira desrespeitosa pelo jornalismo:

*E não adianta, quando **morre uma travesti** o quê que acontece, o quê que o nosso queridíssimo Hélio Costa⁸² fala: "**mais um marginal morreu**", sabe. E como é que fica a família? Como é que ficam os amigos que conheciam essa pessoa? Poxa, como é que ele tá chamando uma pessoa de marginal que ele nem conhece, sabe? Ou seja, ele sabe o quê que aconteceu? Porque querendo ou não, se tu parar pra ver o jornal do meio-dia⁸³, quando morre uma travesti, eles **não tratam no feminino**, eles **humilham**, humilham de forma que assim, olha é humilhante, mesmo, até pra nós que tamo viva, né?! E a família se sente horrorizada, porque degrina a pessoa como se fosse um lixo, assim. É... já vi casos de meninas, de amigas minhas morrerem e elas realmente, como eu te falei **foram confundidas e simplesmente na hora jornal falar que a guria assaltou. Distorcer a história**, sabe, isso é o fato que acontece, né, já teve menina que apanhou, como eu te falei, que foi espancada, sabe. Daí nesses dias, a gente fica assim abalada de trabalhar no outro dia, né?! Querendo ou não ah, "porra, **como é que eu vou trabalhar sendo que aconteceu isso ontem?**" Qualquer um que chega pra falar contigo tu já fica na espreita, sabe (Carmem).*

Há três pontos que destaco nesse trecho da fala de Carmem, que também se repetiram nas falas de outras entrevistadas, sobre os quais escrevo no decorrer do capítulo: a aliança do Estado e da mídia na

⁸² Jornalista brasileiro, apresentador de telejornal local muito popular em Santa Catarina.

⁸³ Telejornal popular na região da Grande Florianópolis.

(re)produção de violências relacionadas às mulheres travestis e trans; o tratamento no masculino como forma de desrespeito; o medo vinculado a tais notícias de assassinatos veiculadas pela mídia.

Começo por Butler (2015a, p. 17), que discute a aliança entre mídia e Estado na produção de enquadramentos “[...] que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito”. A autora discute do ponto de vista das guerras produzidas pelos Estados Unidos da América, em especial no governo de Bush, na qual houve a censura de circulação de imagens que pudessem produzir horror na população norte-americana frente às mortes de civis e a devastação realizada por tropas norte-americanas. Tais censuras ocorreram para evitar que se causasse uma comoção pública e que os norte-americanos se posicionassem politicamente contrários às guerras, como aconteceu após a exposição de imagens da guerra do Vietnã que ficaram famosas no mundo inteiro, denunciando atrocidades como ataques e incêndios nos quais civis e crianças padeciam.

Esses enquadramentos são produzidos segundo a lógica de que Butler (2006a) chamou de distribuição de vulnerabilidades, no qual há um duplo sentido: algumas populações são mais vulnerabilizadas que outras, no sentido de sua precarização. Paradoxalmente, essas populações não são reconhecidas como vulneráveis no sentido do seu pertencimento à categoria do humano, como vidas que importam e que se perdidas serão choradas. Bonassi et al. (2015) afirmam que a precarização e vulnerabilização da vida de mulheres travestis e trans podem ser constatadas na falta de dados a respeito dessa população e na falta de políticas públicas ou ineficiência das existentes para atender às suas necessidades. Todavia, não coloco aqui essa afirmação para dizer que as políticas públicas ou a proposição de leis formais como propostas na contemporaneidade necessariamente resolveriam os problemas das mulheres travestis e trans, uma vez que reafirmo a minha crítica em suas bases pensadas a partir de uma noção de subjetividade moderna restrita à consciência, ao voluntarismo e calcada em referências identitárias estáveis.

Foucault (2000) faz a crítica a esse sujeito do humanismo, que seria dotado de autonomia, que exerceria a liberdade pelo uso pleno da razão, com a condição de que o princípio político a que deve obediência estivesse conforme a razão universal. Em outras palavras, essa

concepção de sujeito mascarada numa promessa de liberdade é baseada na obediência a pressupostos universais, em que não há espaço para a singularidade. Assim, as ações políticas – tanto as leis formais quanto os movimentos sociais e outros – hegemônicas na contemporaneidade seguem calcadas nesse sujeito universal moderno, que pressupõe soluções universais com noções morais como a de bem comum. Contudo, essas não são as únicas formas de ação política possíveis, elas podem ser pensadas de outras maneiras, considerando os (con)textos singulares, como as micropolíticas.

Sobre as micropolíticas, entendo que Foucault se referia a formas de resistência e ações políticas cotidianas, de certo modo mais acessíveis aos sujeitos que mudanças no plano “macro”, como as mudanças econômicas de um país, etc. A respeito das micropolíticas, cito algumas das palavras de Foucault no texto *O sujeito e o poder*:

3) São lutas "imediatas" por duas razões. Em tais lutas, criticam-se as instâncias de poder que lhes são mais próximas, aquelas que exercem sua ação sobre os indivíduos. Elas não objetivam o "inimigo mor", mas o inimigo imediato. Nem esperam encontrar uma solução para seus problemas no futuro (isto é, liberações, revoluções, fim da luta de classe). Em relação a uma escala teórica de explicação ou uma ordem revolucionária que polariza o historiador, são lutas anárquicas. Porém, estes não são seus aspectos mais originais; os que se seguem me parecem mais específicos: 4) São lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que toma os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo, Estas lutas não são exatamente nem a favor nem contra o "indivíduo"; mais que isto, são batalhas contra o "governo da individualização", 5) São uma oposição aos efeitos de poder relacionados ao saber, à competência e à qualificação: lutas contra os privilégios do saber. Porém, são também uma oposição ao segredo, à

deformação e às representações mistificadoras impostas às pessoas. Não há nada de "cientificista" nisto (ou seja, uma crença dogmática do valor do saber científico), nem é uma recusa cética ou relativista de toda verdade verificada. O que é questionado é a maneira pela qual o saber circula e funciona, suas relações com o poder. Em resumo, o *régime du savoir* (FOUCAULT, 1995, p. 234-235).

De maneira semelhante, Derrida (2010), faz a crítica às leis formais do direito que não correspondem necessariamente ao exercício da justiça, assim como faz a crítica à promessa do Estado Moderno em garantir os direitos a partir de uma noção de sujeito universal com base na ideologia neoliberal. Butler (2002a), por sua vez, insiste na possibilidade de pensar as ações políticas, o que inclui as políticas públicas, de outras maneiras, como a partir da desestabilização das fronteiras identitárias rígidas, o que pode contribuir para a reconfiguração de matrizes de inteligibilidade. Desse modo, penso que, se as políticas públicas como vem sendo pensadas representam a maneira como Estado Brasileiro lida com a população em geral, o que traz implicações para a mesma, e em relação à população de mulheres trans e travestis – assim como de outros corpos considerados abjetos –, os efeitos de sua inexistência e/ou ineficácia se apresentam de maneira mais evidente.

A partir das reflexões acima, uso a noção de enquadramento, para uma análise crítica da vulnerabilização e precarização da vida de mulheres trans e travestis. Pergunto-me então, se não ocorre no Brasil semelhante aliança entre Estado e mídia, não excluindo é claro o restante do (con)texto cisheteronormativo, mas focando nessa ação em que o poder público de certa maneira endossa tais desrespeitos cometidos pela mídia, corroborando com a produção de enquadramentos nos quais tais corpos quando mortos não são perdas choradas, pois para isso primeiramente teriam que ter sido consideradas vidas.

A importância em discutir os enquadramentos produzidos pela mídia quando comunica notícias sobre mulheres travestis e transexuais, assim como as violências vivenciadas por elas está no questionamento de seus efeitos, que contribuem para a precarização e o não-reconhecimento de sua humanidade. Os efeitos podem ser diversos, como a culpabilização das pessoas mortas sem que se tenha a preocupação de investigar o que aconteceu, bem como a produção de

incriminação. O reforço de estereótipos e a perpetuação de violências são outros efeitos decorrentes dessas práticas performativas que (re)produzem a abjeção de mulheres travestis e trans.

Missé (2013), um homem transexual e ativista, faz uma importante crítica a modelos de transexualidade reproduzidos na mídia. Contudo, o autor espanhol, se refere apenas aos estereótipos (re)produzidos pela mídia no que tange à patologização das pessoas trans em que “[...] el enfoque utilizado sigue encasillando la experiencia de la transexualidad en el lugar de la enfermedad, del error de la naturaleza; en definitiva, en el lugar del problema individual” (MISSÉ, 2013, p. 76). O autor faz um apontamento fundamental ao implicar a mídia em sua responsabilidade de trazer novos modelos que não os inspirados na psiquiatrização, entretanto, ele não discute os estereótipos moralizantes que repetidamente reforçam a imagem de mulheres trans e travestis como violentas e criminosas. Essas vinculações das mulheres trans e travestis são mencionadas no seguinte trecho da entrevista que fiz com Sabrina:

Sabrina: Então, eu acho que... esses sites que divulgam esse tipo de matéria, assim, tratando no... masculino, que muitas das vezes é... fica aquela coisa, assim, meio que colocando sempre a... Por mais que seja a trans que foi assassinada, mas tipo assim, é... Sempre colocando meio como se fosse a vilãzinha ali da história, entendeu?! Ah, foi encontrada morta, não sei o que. Daí dizem, ai, cliente, o... funcionários do... né, o exemplo do hotel, sei lá do motel, do local que eles estavam. Dizem que ela era agressiva, que ela tentou agredir, que ela fez... Então, tipo assim, sempre, nunca ela é a certa. Ela sempre fez alguma coisa, sempre... Sempre é a vilã ali mesmo da história. Até eu acho que contribui nesse sentido, contribui pro lado negativo, né?! Pras pessoas terem uma imagem mais errada ainda da gente. Porque daí uma paga por todas. Porque daí o povo acha que é todo mundo igual que são todas iguais. [...] Eu acho que... sei lá, eu acho que quando se trata desse assunto, nesse tipo de matéria na mídia, na internet, eu acho que é sempre... é um pouco, fica um pouco meio que a desejar assim, sempre... [...]

*Pesquisador: E você considera isso, essa forma como o jornalismo trata essa questão da morte das pessoas trans **uma forma de violência**?*

*Sabrina: **Não diria violência**. Eu acho que é... aquela coisa que eu tava te dizendo, eu acho que é... Aquela questão da **falta de conhecimento**, mesmo, **falta da informação**, mesmo, de tu procurar saber mais... E principalmente se tu for um jornalista, alguma coisa que tu saiba que tu vai escrever alguma coisa num site, num jornal (Trecho da entrevista com Sabrina)*

Sabrina evidencia em sua fala que considera desrespeitosa a forma como geralmente as mídias veiculam notícias referindo-se às mulheres trans e travestis com concordância gramatical no masculino, bem como incriminando-as sem que elas sejam sempre culpadas em tais crimes a que são relacionadas. Entretanto, ainda assim, Sabrina não considera os enquadramentos produzidos pela mídia sobre as mulheres trans e travestis como formas de violências, o que eu como pesquisador entendo como naturalização dessas formas de violências (re)produzidas repetidamente pelas mídias. A respeito dos conteúdos presentes nas referidas notícias, cito um dos únicos trabalhos que consultei na revisão de literatura que fizeram referência a essa questão, no qual Enézio Silva Júnior (2011) escreveu uma dissertação de mestrado a respeito de assassinatos de pessoas homossexuais e travestis no município de Feira de Santana, na Bahia, entre o período de 2001-2010. O trabalho feito a partir da área das Ciências Sociais utilizou várias fontes para produção de informações, como processos-crime, imprensa local e entrevistas com delegados de polícia.

O autor traz algumas frases que integravam artigos midiáticos na Bahia nos anos 1980, com clara propaganda e estímulo a matar homossexuais ou combater tal “doença” (SILVA JÚNIOR, 2011, p. 13). Frases como “Mantenha Salvador limpa. Mate uma bicha todo dia” ou “Matar veado não é homicídio; é caçada” (CASTRO, apud Silva JÚNIOR, 2011, p.13), são exemplos de tais estímulos às violências. Segundo o autor, estas propagandas não serviriam apenas para incitar as violências contra homossexuais, mas também contra mulheres travestis e trans. Ainda que hoje não se veja na mídia manchetes com tais propagandas no qual é explicitado o ódio a quem não está de acordo

com os ideais da cisheteronormatividade, conhecer esse histórico ajuda a entender como resquícios dessas violências ainda ocorrem nas mídias.

Sobre os títulos das manchetes dos crimes ocorridos no período de 2001-2010, sobre os quais se debruçou, Silva Júnior (2011) pôde perceber que, quando se tratava de vítimas homossexuais pobres, a orientação sexual era evidenciada na matéria, já quando a vítima tinha posição social elevada, este aspecto era omitido e a exposição atenuada. No caso das mulheres travestis e trans, todas tiveram essa informação evidenciada nas manchetes, em que a maior exposição das pessoas pobres indica uma seletividade que contribui para uma imagem distorcida do ocorrido e demonstra uma distribuição de vulnerabilidade com recortes explícitos de classe social.

O autor ainda ressaltou a não menção do teor de crime de ódio em nenhuma das manchetes ou nos processos-crime analisados, apesar de sinais claros como golpes na região da cabeça e da genitália. Todavia, meu foco como pesquisador não está na análise dos conteúdos de tais matérias, mas sim no que as pessoas que entrevistei têm a dizer sobre elas. Nesse sentido, as afirmações do autor parecem corroborar com as falas da maioria das entrevistadas, como ao considerar desrespeitoso o tratamento gramatical no masculino ao se referir às mulheres trans e travestis (SILVA JÚNIOR, 2011).

Embora o movimento social de mulheres travestis venha demonstrando já há um bom tempo que desejam serem tratadas segundo a concordância gramatical no feminino, como *a(s) travesti (s)*, ainda é muito recorrente na mídia o tratamento pela concordância gramatical no masculino, como relatou Sabrina:

*De crimes, de assassinato, de... Pouquíssimos sites que eu vi até hoje tratam **uma** trans, né?! Ali na matéria, como **ela**, como **a** transexual ou **a** travesti. [falou com ênfase nos A's] **O** transexual, **o** travesti, coloca o **nome de homem**. Mais conhecido por, aí o **nome de mulher**, entendeu? **O** transexual, **ele** não sei o que, vestia roupas femininas, entendeu? Como se fosse realmente uma palhaçada, entendeu?(Sabrina).*

Silva Júnior (2011) resalta o tratamento masculino dado às mulheres trans e travestis pelos veículos de comunicação pesquisados, como demonstração de desrespeito e também de desconhecimento para além do meio midiático, ou seja, de boa parte da população. Concordo

com o autor quando afirma que não apenas o desconhecimento da maneira como preferem ser tratadas – segundo o gênero gramatical feminino – está presente na reprodução dessas violências. Para além do desconhecimento há também a cristalização de saberes que não permitem que as verdades que contestem a cisheteronorma – como a possibilidade de uma pessoa que tenha sido designada homem ao nascer por ter um pênis preferir ser tratada no feminino – possam ser reconhecidas.

Outra questão que gostaria de escrever nesse capítulo está ligada ao medo vinculado às notícias de assassinatos de mulheres trans e travestis veiculadas pela mídia. Para discutir essa questão, faço um recorte da entrevista feita com Pietra:

Pesquisador: E tu chega a ver notícias, por exemplo, em jornal, de assassinatos, de agressões contra travestis?

*Pietra: Geralmente essas notícias a gente vê direto e eu sempre penso assim "nossa, pode ser eu, **eu posso ser a próxima**", sabe. Que é bom pra, porque aqui em Florianópolis também tem muito pouco disso. Por mais preconceito que haja, que eu sei que eu vivo esse preconceito exagerado aqui, né?! Eu **sempre fico muito apavorada** assim, quando eu vejo essas notícias, sabe. Vejo, ah aquela que morreu apedrejada, aquela que apanhou, aquela que apanhou demais. Não quero, nossa, ver, vou ter isso na minha história sabe, meus vizinhos, meus parentes vão dizer "ah Pietra, o travesti que morreu espancado. Pietra, o travesti que morreu apedrejado", sabe. Eu **não quero isso no fim da minha vida**, sabe. (Trecho da entrevista com Pietra)*

Pietra explicitou em sua fala o medo que sente em sofrer violências não apenas quando vê as notícias que veiculam assassinatos, mas também em sua escolha por não sair durante o dia *travestida* com roupas femininas e maquiagem. Por já ter sofrido violências⁸⁴, ela em

⁸⁴ A descrição dessas situações se encontra nas páginas 153 e 154.

determinado momento também afirmou que deixou de se prostituir na rua por medo de sofrer violências e por ter que pagar uma quantia de seus ganhos para cafetões, mesmo gostando de fazer programas por ser uma oportunidade de ganhar dinheiro e de fazer sexo com homens atraentes. De certa maneira, por mais que as notícias sejam desrespeitosas, elas denunciam violências que muitas mulheres travestis e trans vivenciam na pista, como um espaço no qual se está mais suscetível de se vivenciar violências. O medo, contudo, não é o único sentimento que as entrevistadas relacionaram com as notícias vinculadas às mulheres travestis e trans, como foi articulado em um trecho da entrevista feita com Lígia:

*Então assim, por exemplo, quando aparece... no caso que apareceu, por exemplo, a ;**Ariadna** no Big Brother Brasil, ou quando aparece **Lea T** como modelo causa espanto, porque não tá lá se prostituindo, não tá consumindo droga, né. Então assim, **a gente tem uma vida que não condiz nada referente aquilo ali que eles aplicam, que boa parte da mídia aplica e que eles vão plantando aquilo ali, né?! Agora a gente imagina assim, que pega um jornal aí que tenha cem mil pessoas lendo ou assistindo, quanto dessas cem mil pessoas vão repercutir aquela matéria? Vão gera ideias semelhantes, né?! Então assim, cê coloca lá que tal pessoa, no geral eles colocam assim né: **consumo de droga, assalto, prostituição, né?! Geralmente, eles vinculam a essas três ações.** Aí tu não abre brecha né, tu não tem como fugir disso. [...] "Ai, tal jornal falou isso, eu sou religiosa e a bíblia diz isso, daí eles vão puxando questões pessoais deles e aumentando um ódio ali, um preconceito de ódio que acaba assim, literalmente matando a população trans ali. Porque, as que não morrem aí, as que não tão morrendo por conta de preconceito né, por pedrada, por tiro, faca e coisa semelhante, tem muita menina que é, tem muita menina e homens trans que acabam se perdendo nessa questão do preconceito e caem numa **depressão** e daí buscam o **suicídio**, né?! A gente sabe que tem uma demanda muito grande assim de questões de **suicídio** no nosso meio, né?! Então, a mídia tem uma parte ali que ela poderia***

lidar melhor nessas questões assim de divulgar. Essas questões, fazer um pré-julgamento dessas questões (Lígia).

Em sua fala, Lígia relaciona a depressão e o suicídio de mulheres travestis e trans às imagens (re)produzidas pela mídia que as vinculam a drogas, assaltos e prostituição. Das seis pessoas que entrevistei, Lígia foi a única que tocou na temática da depressão e do suicídio, inclusive porque ela relatou ter tido depressão e ter tentado o suicídio por duas vezes. Lígia relacionou tal sofrimento, entre outros fatores, a desrespeitos – o que eu como pesquisador chamaria de violências – por conta de ser uma *mulher trans*, ou seja, ao (con)texto cisheteronormativo. Nas *Segundas Transtornadas*, por diversas vezes ouvi relatos de mulheres travestis e trans a respeito do sofrimento que vivenciavam por terem laços rompidos com família e amigos por esses não aceitarem ou não respeitarem a forma como se identificavam e viviam em relação ao gênero. Por esse motivo, ressalto que é importante olhar para esse sofrimento, porém sem que esse olhar seja vitimista ou despotencializador. Em vários momentos, a partir dos trechos das entrevistas que trouxe para a discussão, acredito que essa potência para lidar com as adversidades de maneira singular pode ser articulada, o que me ajudou a imprimir outro olhar como pesquisador, atento não apenas para o sofrimento e as violências, mas para as potencialidades de enfrentamento em tais con(textos).

7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Conforme informações produzidas no cenário nacional e no mundo, o Brasil é o país em que mais mulheres travestis e trans são assassinadas. Contudo, por meio da revisão de literatura científica brasileira feita nas bases de dados do Scielo, da BVS-PSi e do Banco de Teses e Dissertações da Capes, para além das violências letais que resultam em morte, foi possível acompanhar as descrições e análises de uma trajetória de violências que vivenciam as mulheres travestis e trans. Violências essas que geralmente se iniciam na família e se estendem nas instituições de ensino, na busca por emprego formal e na prostituição, que acaba sendo para muitas a única ou a melhor opção para obtenção de renda e sobrevivência.

Todavia, ainda que tenham trazido informações importantes, a maioria dos estudos consultados trabalhavam exclusivamente com concepções universais e *a priori* do que seriam violências. A partir de outra concepção que articula o singular e o universal, propus trabalhar com as formas singulares que as pessoas entrevistadas apresentavam para lidar com o que consideravam ou não violências, bem como, propus trabalhar com falas que escutei em diversos espaços, como as rodas de conversa das *Segundas Transtornadas*, Seminários, Congressos e outros eventos. Ou seja, trabalhei com o (con)texto, entendendo-o como articulado aos textos, às linguagens, às redes sociais, às condições econômicas, enfim, ao entorno que configura um dado cenário histórico, espacial e temporal.

Desse modo, a questão da patologização das transexualidades e travestilidades foi abordada como um paradoxo, na medida em que pode produzir sofrimentos e violências ao mesmo tempo em que pode ser instrumento para obtenção de autonomia. Assim sendo, alguns direitos podem ser alcançados por meio de diagnósticos patologizantes, ao servirem de base para realização de procedimentos presentes no Processo Transexualizador do SUS e como argumento em processos que reivindicam retificação de prenome e sexo em Registro Civil. Contudo, foi ressaltada a possibilidade de lutar por tais direitos com outras estratégias que não reafirmem a patologização.

A patologização também pôde ser articulada com as falas de algumas entrevistadas, que naturalizavam as transexualidades e travestilidades como originadas por um determinismo biológico, como resultado de um desarranjo hormonal ou genético, e até mesmo condição hereditária, como meio de se contrapor à noção de doença como algo transmissível e que teria cura. As transexualidades e travestilidades tidas

como decorrentes de um instinto ou como um destino inescapável se apresentaram também como forma de defesa frente a uma noção de doença ligada a questões moralizantes, como a associação histórica das travestilidades à prostituição, drogas, criminalidade e DST's. Desse modo, entre as entrevistadas, as transexualidades e travestilidades não foram consideradas doenças, contudo, os argumentos utilizados por elas muitas vezes reafirmavam pressupostos presentes nos saberes patologizantes, como a origem biológica de tais experiências.

Fizeram parte dos relatos de algumas participantes da pesquisa, falas associadas à religião, que prometiam a cura de mulheres travestis e trans, que se mostravam como possibilidade de alívio de sofrimentos causados pelo próprio (con)texto cisheteronormativo que (re)produzem. E ainda que os saberes presentes no CID e DSM também se remetam a cura das travestilidades e transexualidades, são saberes diferentes que demandam pesquisas que avaliem suas aproximações e efeitos. Possibilidades de deslocamento de significados relacionados à patologização, que questionaram binarismos de gênero também estiveram presentes em algumas falas das pessoas entrevistadas, como Sabrina que independente de outras categorias, se reconhecia e queria ser reconhecida como *pessoa*.

Foi possível articular movimentos de inversão que explicitaram a hierarquia presente em diversos pares binários, como vítima/agressor, por exemplo, quando duas entrevistadas relataram situações de violências vivenciadas em Instituições escolares como adolescentes *gays*. Porém, também foi possível explicitar deslocamentos de significados atribuídos às experiências em Instituições escolares, em que as mesmas duas entrevistadas, em outros momentos, sentiram-se respeitadas em tais espaços, uma após iniciar a *transformação* e a outra já como *mulher trans*. Contudo foram experiências vividas quando adultas, na modalidade de ensino para adultos, os chamados supletivos, diferente dos relatos de violências vividas quando adolescentes *gays* no ensino regular. Tais experiências que envolvem a relação com a diferença de uma maneira respeitosa e não destrutiva demandam ser estudadas, o que se mostrou um limite no presente trabalho.

Desse modo, propus a hipótese de que há uma gradação de violências diferenciada nas violências vivenciadas pelas pessoas que entrevistei referente ao momento em que se reconheciam como *gays* e o momento em que se reconheciam como *travestis*, *mulher trans*, *transexual* ou *trans*. Essa hierarquia entre violências vivenciadas como *gays* e como *mulher travesti* ou *trans* assumiu outra configuração em

relação às possibilidades de emprego formal negadas e radicalmente restritas após a *transformação* – o que as entrevistadas não explicitavam como formas de violências, contudo eu como pesquisador entendo-as como tal.

Sobre o que as mulheres travestis e trans consideravam como violências, posso dizer que, de maneira geral, foram mais relacionadas a agressões que atingem o corpo de maneira direta, denominadas como *violências físicas*. Xingamentos foram consideradas por algumas como *violências verbais*, porém, muitas consideravam tais atos apenas *preconceitos*, como formas de agressão pouco intensas para serem consideradas violências. De maneira semelhante, atitudes discriminatórias como impedimento de participar de eventos como festas pagas foram consideradas atitudes *preconceituosas*, mas não violentas.

Assim, muitas situações como xingamentos, maus tratos, desrespeito no tratamento segundo o gênero gramatical masculino quando preferiam ser tratadas segundo gênero gramatical feminino não foram consideradas violências, o que pude articular como naturalização de violências. Em vista disso, no (con)texto em que fiz a pesquisa, a recorrente exposição a essas situações parece ter operado de maneira performativa na produção da naturalização das violências, que com o passar do tempo se tornaram banais e cotidianas. Entre as participantes da pesquisa, pude associar seus posicionamentos em situações de violências nas quais rompiam com o binarismo vítima/agressor reconhecendo sua implicação na vivência de tais situações. Em outros momentos algumas participantes se reconheceram como violentas, o que denota um posicionamento ético que rompe com o narcisismo exacerbado pelo (con)texto neoliberal, em que apenas se localiza as violências no outro. As violências vivenciadas na pista também foram importantes para perceber a forte implicação da pista como território que favorece a vivência de violências por mulheres travestis e trans.

Foi possível ainda, articular com as entrevistadas, o que elas elaboraram a respeito de notícias veiculadas pela mídia que associavam mulheres travestis e trans a situações de violências. No geral, elas consideraram boa parte das notícias desrespeitosas ao se referirem a elas com concordância gramatical masculina, quando preferem ser tratadas no feminino, assim como consideraram desrespeitosas a representação das mulheres travestis e trans como exclusivamente violentas e ligadas às drogas, criminalidade e prostituição. A não consideração de tais situações envolvendo as mídias como formas de violências foi considerada por mim como naturalização

de tais violências. Nesse sentido, a lógica do enquadramento proposta por Butler foi importante para discutir a aliança entre o Estado e as mídias na (re)produção da cisheteronormatividade e de violências, contribuindo para a abjeção de corpos travestis e trans.

Levando em consideração todas essas questões, afirmo que a pesquisa explicita a importância das pesquisas alicerçadas na relação entre o singular e universal, pois essa estratégia de produção de conhecimento possibilita conhecer a dimensão das apropriações que as pessoas realizam sobre as violências por uma perspectiva diferente das exclusivamente voltadas para o universal, e dessa forma, explicitam a complexidade dessas apropriações. Esse conhecimento abre espaço ainda, para que se tenha material a ser utilizado na elaboração de ações políticas segundo propostas micropolíticas que sustentam a complexidade da constituição subjetiva e das violências.

Nesse intuito de relevar a singularidade das apropriações das violências, a partir de referenciais como Butler, pude analisar a concepção ética na qual o sujeito se implica nas situações de violências e busca sua responsabilidade em tais atos. Ainda que sua responsabilidade por vezes, dependendo da situação, estivesse restrita à possibilidade de responder às violências vivenciadas de outra forma que não com mais violências. Essa posição, diferente do sujeito da moral que coloca a responsabilidade pelas violências apenas no outro, se mostrou nas falas de algumas entrevistadas, que recusaram o papel de vítimas e assumiram-se também como violentais em algumas situações. Essa e as outras hipóteses foram operadas a partir da noção de indecível em Derrida, na qual a produção de conhecimento não busca a confirmação de verdade nas hipóteses propostas, mas sim a mobilização da pesquisa e de outras pesquisas num movimento que não tem começo ou fim determinando, mas que produz efeitos na apropriação de uma temática tão complexa como a das violências. Assim, espero ter contribuído de alguma maneira para a produção de conhecimento sobre um tema tão caro e que tem me mobilizado.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi, Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AMARAL, Marília; SILVA, Talita C.; CRUZ, Karla O.; TONELI, Maria J. F. “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26 n. 2, p. 301-311, ago. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a07v26n2.pdf>> Acesso em: 06 abr. 2015.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). **Answers to your questions**: For a better understanding of sexual orientation and homosexuality. Washington, DC: Author, 2008. Disponível em :<<http://www.apa.org/pi/about/newsletter/2008/04/brochureupdateaspx>> Acesso em: 24 de nov. de 2016.
- ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 9 n° 1, p. 49-63, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000100004&lng=en&tlng=pt> Acesso em: 10 out. 2015.
- BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. **Rev. Bagoas**, Natal, v. 3, n. 04, p. 95-112, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art05_bento.pdf> Acesso em: 13 jul. 2015.
- _____. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, Vol. 19 n° 2, p. 549-559, maio/ago. 2011. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 24 nov. 2015.
- BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**,

Florianópolis, v. 20, n. 2: 256, p. 569-581, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a17.pdf>> Acesso em: 22 set. 2016.

BIRMAN, Joel. Mal-estar na modernidade. In: _____. **Cadernos sobre o mal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BONASSI, Bruna C.; AMARAL, Marília S.; TONELI, Maria. J. F.; QUEIROZ, Mariana A. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 83-98, 2015. Disponível em: <<http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-Bonassi-dossantos-filgueiras-et-al>> Acesso em: 15 ago. 2016.

BUSIN, Valéria M. Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis. Tese. Doutorado em Psicologia, USP. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14072015-092040/pt-br.php>> Acesso em: 23 nov. 2015.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: O feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº11, p. 11-42, 1998. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998%2811%29/Butler.pdf>> Acesso em: 10 out. 2015.

_____. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Tradução de Alcira Bixio. Buenos Aires: Paidós, 2002a.

_____. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009> Acesso em: 13 out. 2016.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Regulaciones de género. **Rev. De Estudios de Género. La Ventana**. Guardalajara, México, nº. 23, p. 7-35, 2006b. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88402303>> Acesso em: 29 mar. 2016.

_____. **Vida precaria**: El poder del duelo e la violencia. Tradução de Fermín Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2006a.

_____. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 19 nº 1, p. 95-126, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n1/v19n1a06.pdf>> Acesso em: 15 Out. 2015.

_____. **Quadros de Guerra**. Quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão, Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Moderna, 2015a.

_____. **Relatar a si mesmo**: Crítica da violência Ética. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Autêntica, 2015b.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312006000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 mar.2015.

CHAUI, Marilena. Ética, Política e Violência. In: CAMACHO, Thimoteo. (Org.). **Ensaio sobre a violência**. Vitória: EDUFES, 2003.

CIDADE, Maria L. R. **Nomes (im)próprios**: Registro civil, norma cisgênera e racionalidades do Sistema Judiciário. Dissertação. Mestrado em Psicologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.academia.edu/31204679/Disserta%C3%A7%C3%A3o_NO_MES_IM_PR%3%93PRIOS_Registro_civil_norma_cisg%C3%AAner_a_e_racionalidades_do_Sistema_Judici%C3%A1rio_Maria_Luiza_Rovaris_Cidade_Psicologia_UFRJ> Acesso em: 10 maio 2016.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n. 1482/1997. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalização, set. 1997. Disponível em:

<<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/1997/1482>>
> Acesso em: 03 dez. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Resolução CFM n. 1652/2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM n. 1482/1997, dez. 2002. Disponível em:

<<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2002/1652>>
> Acesso em: 03 dez. 2016.

COSTA, Alexandre A. Direito, desconstrução e justiça: reflexões sobre o texto Força de Lei, de Jacques Derrida. **Rev. Virtual de Fiosofia Jurídica e Teoria Constitucional**, v. 1, 2007. Disponível em:

<<http://www.arcos.org.br/artigos/direito-desconstrucao-e-justica/>>
Acesso em: 20 nov. 2016.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Tradução de Joaquim Torres Costa, António M. Magalhães. Campinas: Papirus, 1991.

_____. **El monolingüismo del otro: o la prótesis de origen**. Buenos Aires: Manantial, 1997.

_____. **Estados-da-alma da psicanálise**. O impossível para além da soberana crueldade. Tradução de Antonio Roamane, Isabel Kahn Marin. São Paulo: Escuta, 2001b.

_____. **Posições**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a.

_____. **Torre de Babel**. Trad. Junia Barreto. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.

_____. **Anne Dufourmantelle Convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. Tradução de Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

_____. **Força de lei: o “fundamento místico da autoridade”**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 2. ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã:** diálogo/ Jacques Derrida; Elizabeth Roudinesco. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2004.

FERNANDES, Felipe B. M. Assassinatos de travestis e "pais de santo" no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 485-492, jul./set. 2013.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300012&lng=en&tlng=pt.> Acesso em: 23 nov. 2015.

FERREIRA, Rubens S. A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman. **Ciência da Informação**, Belém, v. 38, n. 2, p. 35-45, maio/ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652009000200003&lng=en&tlng=pt. Acesso em: 23 nov. 2015.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Orgs.) **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. O que são as Luzes. In: MOTTA, Manoel B. (Org.) **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. v. 2. Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 335-351.

FREIRE COSTA, Jurandir. À guisa de introdução: Por que a violência? Por que a Paz? In: _____. **Violência e Psicanálise**. 2. ed. v. 3 Rio de Janeiro: Graal. 1986, p. 9-61.

FREUD, Sigmund. (1914) Sobre o narcisismo: uma introdução. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1915a) Os instintos e suas vicissitudes. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1915b) Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: _____ **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1915c) O inconsciente. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Além do princípio do prazer. (1920). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. A negativa (1925). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. O Mal Estar na Civilização (1930). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Por que a guerra?(1933). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 22. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GABRIEL, Alice. Ecofeminismo e ecologias queer: uma apresentação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 167-174, jan./abr. 2011. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100013&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0104-026X2011000100013> Acesso em: 03 ago. 2015.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. **Dragões**: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda. Tese. Doutorado em Psicologia, USP, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-04032010-115652/publico/garcia_DO.pdf> Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 241-256, dez. 2008. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172008000200008&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 23 nov. 2015.

_____. Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20 n. 4, p. 597-618, out./dez. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642009000400007&lng=en&tlng=pt.> Acesso em: 23 nov. 2015.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil**: Relatório de 2015, 2016. Disponível em:

<<https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/>> Acesso em: 15 abr. 2015.

HOENISCH, Júlio C. D.; PACHECO, Pedro J. Ponderações sobre a feminilidade na condição travesti. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 38, p. 79–88, dez. 2012. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n38/n38a09.pdf>.> Acesso em: 20 jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010: **Características gerais da população – amostra**, 2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sc&tema=censodemog2010_amostra> Acesso em: 27 nov. 2016.

JORGE, Marco A. C. **Fundamentos de psicanálise**: de Freud à Lacan. As bases conceituais. 5. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

JESUS, Jaqueline. G. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: _____ (Org.) **Transfeminismo**: Teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia editora, 2014.

KIERKEGAARD, Søren A. **Diário de um sedutor**; Temor e tremor; O desespero humano/ Søren Aabye Kierkegaard. Tradução de Carlos Grifo, Maria José Marinho, Adolfo Casais Monteiro. São Paulo : Abril Cultural, 1979.

KULICK, Don. Scandalous acts: the politics of shame among Brazilian travesti prostitutes. Trabalho apresentado em Grupo de Trabalho no I Simpósio Internacional “O desafio da diferença”, UFBA, Salvador,

2000. **Anais eletrônicos**. Salvador: UFBA, 2000. Disponível em: <http://www.desafio.ufba.br/gt2-005.html> Acesso em: 16 nov. 2016.

_____. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Tradução de Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem. In: _____. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 238-324.

LEISTER, Margareth A.; TREVISAM, Elisaide. A tolerância e os direitos humanos: aceitar o multiculturalismo e as diversidades para viver uma cultura democrática. **Revista Mestrado em Direito**, Osasco, n.1, p. 199-227, 2012. Disponível em: http://www.academia.edu/3670299/A_toler%C3%A2ncia_e_os_direitos_humanos_aceitar_o_multiculturalismo_e_as_diversidades> Acesso em: 10 jan. 2017.

LEITE JÚNIOR, Jorge. “**Nossos corpos também mudam**”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese. Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp074600.pdf>> Acesso em: 07 jul. 2015.

LEONTIEV, Alexei. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LIONÇO, Tatiane. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis Rev. de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n1/v19n1a04.pdf>> Acesso em: 13 maio 2015.

MANSUR, Thiago. S.; MACHADO, Leila. A. D. Problematizando a noção de “vítima” de violência. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26 (n. spe), p. 183-192, 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3736/2370>> Acesso em: 02 maio 2015.

MARANHÃO FILHO, Eduardo M. A. “Educar corretamente evitando aberrações”: notas introdutórias sobre discursos punitivos/discriminatórios acerca das homossexualidades e transgeneridades. **Paralellus**, Recife, v. 6 n. 12, p. 187-200, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/567/466>> Acesso em: 22 set 2016.

MATTOS, Amana.; CIDADE, Maria L. R. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia. **Periódicus**, v. 1 n. 5, p. 132-153, maio/out. 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/17181/11338>> Acesso em: 30 dez. 2016.

MISSÉ, Miquel. **Transexualidades: outras miradas posibles**. 2. ed. Egales: Ed. Madrid, 2013.

MOTT, Luiz; ASSUNÇÃO, Aroldo. Gilete na carne: etnografia das automutilações dos travestis da Bahia. **Temas Imesc, Soc. Dir. Saúde**, São Paulo, v. 4 n. 1, p. 41-56, jul. 1987. Disponível em: <http://www.imesc.sp.gov.br/IMESC_pub/21.pdf> Acesso em: 27 nov. 2015.

MULLER, Magnor I.; KNAUTH, Daniela R. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babado!' **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 2, p. 01-14, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v6n2/v6n2a02.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas*. **Rev. bras. Ci. Soc.** v. 21 n. 61, São Paulo, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000200006> Acesso em: 20 set. 2016.

NAVAS, Kleber M. **Travestilidades: trajetórias de vidas, lutas e resistências como construção de sociabilidade**. Dissertação. Mestrado em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12900> Acesso em: 11 jan. 2016.

NOGUEIRA, Conceição; OLIVEIRA, João Manuel. Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. In: _____ (Orgs.). **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. Lisboa: CIG, 2010, p. 9-17. Disponível em:

<http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/publicacoes/Estudo_OrientacaoSexual_IdentidadeGenero.pdf> Acesso em: 03 set. 2015.

OLIVEIRA, André. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In: **Transfeminismo: Teorias e práticas**. JESUS, Jaqueline G. (Org). Rio de Janeiro: Metanoia editora, 2014.

OLIVEIRA, João M. Orientação Sexual e Identidade de Gênero na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In: NOGUEIRA, Conceição; OLIVEIRA, João M. (Orgs.). **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. Lisboa: CIG, 2010, p. 19-44. Disponível em: <http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/publicacoes/Estudo_OrientacaoSexual_IdentidadeGenero.pdf> Acesso em: 03 set. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Tradução de Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 25, p. 217-248, jul./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200009&lng=en&tlng=pt.> Acesso em: 23 nov. 2015.

_____. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo da AIDS. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PERES, William S. Violência estrutural e AIDS na comunidade travesti brasileira. **Revista de Psicologia da Unesp**, v. 3 n. 1, p. 21-31, 2004. Disponível em: <

<http://revpsico.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewArticle/24/42>> Acesso em: 22 nov. 2015.

PERES, William S.; TOLEDO, Livia G. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v.11, n. 22, p. 261-277, jul./dez. 2011. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200006&lng=pt&tlng=pt.> Acesso em: 23 nov. 2015.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POCAHY, Fernando. Um mundo de injúrias e outras violações. Reflexões sobre a violência heterossexista e homofóbica a partir da experiência do CRDH – Rompa o Silêncio. In: _____ (org.). **Rompendo o silêncio**: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007.

ROCHA, Rita M. G.; PEREIRA, Débora L.; DIAS, Thaísa M. O contexto do uso de drogas entre travestis profissionais do sexo. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 554-565, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000200024&lng=pt&tlng=pt.> Acesso em: 23 nov. 2013.

RODRIGUES, Carla. **Coreografias do feminino**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

RODRIGUES, Carla. Antígona: lei do singular, lei no singular. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 32-54, 1º sem. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/viewFile/3500/4125>> Acesso em: 06 fev. 2017.

ROGERS, João; TESSER-JÚNIOR, Zeno C.; MORETTI-PIRES, Rodrigo O.; KOVALESKI, Douglas F. Pessoas Trans na Atenção Primária: análise preliminar da implantação no município de Florianópolis, 2015. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 7, n.3, p. 49-58, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2653/265347623008/index.html>> Acesso em: 10 fev. 2017.

ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Tradução de Vera Ribeiro, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SANTOS, Ailton S. **Corpo educado?:** percepção do risco de contrair HIV e práticas educativas entre travestis profissionais do sexo. Dissertação. Mestrado em Saúde Comunitária, UFBA, Salvador, 2007. Disponível em:
<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10298/1/2222222.pdf>>
Acesso em: 23 nov. 2015.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral**. Tradução por Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SDH). Resolução SDH n. 11, de 18 dez. 2014. Estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-011>> Acesso em: 20 out. 2016.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SDH). Resolução SDH n. 12, de 16 jan. 2015. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-011>> Acesso em: 20 out. 2016.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Proj. História**, São Paulo, vol. 16, p. 297-325, fev. 1998. Disponível em:
<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194>>
Acesso em: 07 ago. 2015.

SILVA JÚNIOR, Enézio D. **Assassinato de homossexuais e travestis:** estado, sociedade e família em face da violência homo(trans)fóbica. Dissertação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2011. Disponível em: <http://tede.ucesal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=287> Acesso em: 15 abr. 2016.

SOUSA, Patrícia J.; FERREIRA, Luiz O. C.; SÁ, Janilson B. Estudo descritivo da homofobia e vulnerabilidade ao HIV/Aids das travestis da Região Metropolitana do Recife, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 8, p 2239-2251, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000800008&lng=en&tlng=pt.> Acesso em: 23 nov. 2015.

SOUZA, Martha H. MALVASI, Paulo ; SIGNORELLI, Marcos C. ; PEREIRA, Pedro P. G. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Santa Maria, v. 31, n. 4, p. 767-776, abr. 2015. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00077514>> Acesso em: 23 nov. 2015.

SOUZA, Mériti. Vazio, feminino e restos. In: SOUZA, Mériti; MARTINS, Francisco; ARAÚJO, José N. G. (Orgs.). **Dimensões da violência:** conhecimento, subjetividades e sofrimento psíquico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 73-91.

TONELI, Maria. J. F.; AMARAL, Marília. Sobre travestilidades e políticas públicas: como se produzem os sujeitos da vulnerabilidade. In: NARDI, Henrique C; SILVEIRA, Raquel S., MACHADO, Paula. S., 2013 (Orgs.) **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

TRANGENDER EUROPE (TGEU). **TdoR 2016 Press Release.** In: TGEU's Trans Murder Monitoring Project. Disponível em: <<http://tgeu.org/tdor-2016-press-release/>> Acesso em: 14 jan. de 2016.

VARGUEIRO, Viviane. Explorando Momentos Inconformes – Esboços Autoetnográficos. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 1, 2013, Natal. **Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo.** Disponível em: <<HTTP://bit.ly/16PjflL>.> Acesso em: 10 jul. 2015.

VIGOTSKI, Lev S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

YUNES, Maria A. M. Psicologia Positiva e Resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. esp., p. 75-84, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa10.pdf> Acesso em: 15 set. 2016.

APÊNDICES

Apêndice A

Artigos pesquisados na base de dados Scielo			
Ano	Violências é o tema principal?	Área	Referências
2005	Não	Ciências Sociais	<p>PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. Cadernos Pagu, Campinas, n. 25, p. 217-248, jul./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200009&lng=en&tlng=pt.> Acesso em: 23 nov. 2015.</p>
2006	Sim	Antropologia	<p>CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. Physis, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=0103-73312006000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 mar.2015.</p>
2008	Não	Enfermagem	<p>MULLER, Magnor I.; KNAUTH, Daniela R. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babado!' Cadernos EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 6 n. 2, p. 01-14 jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v6n2/v6n2a02.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2015.</p>
2009	Não	Biblioteconomia	<p>FERREIRA, Rubens S. A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman. Ciência da Informação, Belém, v. 38, n. 2, p. 35-45, maio/ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652009000200003&lng=en&tlng=pt. Acesso em: 23 nov. 2015.</p>
2009	Não	Psicologia	<p>GARCIA, Marcos. Alguns aspectos da construção do gênero Entre travestis de baixa renda. Psicologia USP, São Paulo, v. 20 n. 4, p. 597-618, out./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642009000400007&lng=en&tlng=pt>. Acesso em: 23 nov. 2015.</p>
2013	Sim	Antropologia	<p>FERNANDES, Felipe B. M. Assassinatos de travestis e "pais de santo" no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 485-492, jul./set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300012&lng=en&tlng=pt.> Acesso em: 23 nov. 2015.</p>

2013	Não	Psicologia	ROCHA, Rita M. G.; PEREIRA, Débora L.; DIAS, Thaísa M. O contexto do uso de drogas entre travestis profissionais do sexo. Saúde e Sociedade , v. 22, n. 2, p. 554-565, abr./jun. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902013000200024&lng=pt&tlng=pt > Acesso em: 23 nov. 2013.
2013	Não	Enfermagem	SOUSA, Patricia J.; FERREIRA, Luiz O. C.; SÁ, Janilson B. Estudo descritivo da homofobia e vulnerabilidade ao HIV/Aids das travestis da Região Metropolitana do Recife, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva , Rio de Janeiro, v. 18, n. 8, p 2239-2251, ago. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000800008&lng=en&tlng=pt > Acesso em: 23 nov. 2015.
2014	Não	Psicologia	AMARAL, Marília; SILVA, Talita C.; CRUZ, Karla O.; TONELLI, Maria J. F. “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. Psicologia & Sociedade , Belo Horizonte, v. 26 n. 2, p. 301-311, ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a07v26n2.pdf Acesso em: 06 abr. 2015.
2015	Sim	Saúde Coletiva	SOUZA, Martha H. MALVASI, Paulo ; SIGNORELLI, Marcos C. PEREIRA, Pedro P. G. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Cadernos de Saúde Pública , Santa Maria, v. 31, n. 4, p. 767-776, abr. 2015. Disponível em: < https://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00077514 > Acesso em: 23 nov. 2015.
Artigos pesquisados no Banco de Dados BVS-Psi			
1987	Sim	Antropologia	MOTT, Luiz; ASSUNÇÃO, Aroldo. Gilete na carne: etnografia das automutilações dos travestis da Bahia. Temas Imesc, Soc. Dir. Saúde , São Paulo, v. 4 n. 1, p. 41-56, jul. 1987. Disponível em: http://www.imesc.sp.gov.br/IMESC_pub/21.pdf Acesso em: 27 nov. 2015.
2004	Sim	Psicologia	PERES, William S. Violência estrutural e AIDS na comunidade travesti brasileira. Revista de Psicologia da Unesp , v. 3 n. 1, p. 21-31, 2004. Disponível em: < http://revpsico.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewArticle/24/42 > Acesso em: 22 nov. 2015.
2008	Não	Psicologia	GARCIA, Marcos. Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho , São Paulo, v. 11, n. 2, p. 241-256, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172008000200008&lng=pt&tlng=pt > Acesso em: 23 nov. 2015.

2011	Não	Direito	BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Rev. Estudos Feministas , Florianópolis, Vol. 19 nº 2, p. 549-559, maio/ago. 2011 Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=pt&tlng=pt. > Acesso em: 24 nov. 2015.
2011	Sim	Psicologia	PERES, William S.; TOLEDO, Lúvia G. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. Revista Psicologia Política , São Paulo, v.11, n. 22, p. 261-277, jul./d. 2011. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200006&lng=pt&tlng=pt. > Acesso em: 23 nov. 2015.
2012	Sim	Psicanálise	HOENISCH, Júlio C. D.; PACHECO, Pedro J. Ponderações sobre a feminilidade na condição travesti. Estudos de Psicanálise , Belo Horizonte, n. 38, p. 79–88, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n38/n38a09.pdf . Acesso em: 20 jul. 2015.

Teses e Dissertações			
Banco de Dados BVS-PSI e Capes			
2007	Não	Psicologia	GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Dragões : gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda. Tese. Doutorado em Psicologia, USP, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-04032010-115652/publico/garcia_DO.pdf > Acesso em: 25 nov. 2015.
2007	Não	Saúde Coletiva	SANTOS, Ailton S. Corpo educado? : percepção do risco de contrair HIV e práticas educativas entre travestis profissionais do sexo. Dissertação. Mestrado em Saúde Comunitária, UFBA, Salvador, 2007. Disponível em: < https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10298/1/2222222.pdf > Acesso em: 23 nov. 2015.
2011	Sim	Ciências Sociais	SILVA JÚNIOR, Enézio D. Assassinato de homossexuais e travestis : estado, sociedade e família em face da violência homo(trans)fóbica. Dissertação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2011. Disponível em: < http://tede.ucsal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=287 > Acesso em: 15 abr. 2016.
2011	Não	Serviço Social	NAVAS, Kleber M. Travestilidades : trajetórias de vidas, lutas e resistências como construção de sociabilidade. Dissertação. Mestrado em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2011. Disponível em: < http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12900 > Acesso em: 11 jan. 2016.
2015	Sim	Psicologia	BUSIN, Valéria M. Morra para se libertar : estigmatização e violência contra travestis. Tese. Doutorado em Psicologia, USP. São Paulo, 2015. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14072015-092040/pt-br.php > Acesso em 23 nov. 2015.

Apêndice B

Roteiro norteador

Pretendo realizar uma entrevista semi-estruturada, porém sem me ater de maneira rígida às perguntas que constam neste roteiro. Desse modo, durante a entrevista poderão ser feitas outras perguntas ou mesmo não fazer todas estas.

- Fale sobre sua vida em Florianópolis. Você nasceu aqui ou veio de outra cidade? Nesse caso, qual o motivo da mudança?

- Trabalha? Caso afirmativo, qual seu trabalho? Gosta desse trabalho ou se pudesse mudaria?

- Em termos de identificação pessoal, como você se define: mulher trans, trans, mulher travesti ou de alguma outra forma?

- Para você o que é a violência? Diga como você compreende a violência.

- Descreva situações ou episódios que você define como sendo violentos.

- Descreva situações que você assistiu e que define como violentos.

- Descreva situações violentas que você vivenciou e nas quais entendeu e sentiu que a violência era direcionada a você. Descreva nessas situações o que você considerou serem as causas que motivaram a violência dirigida a você.

- Você tem amigas (mulheres travestis e trans) que vivenciaram situações violentas e relataram para você? Como elas descreveram essas situações e como compreenderam o que motivou a violências?

- Você entende que as violências direcionadas às mulheres trans e travestis apresentam especificidades em relação às violências destinadas a outras pessoas que não se reconhecem dessa maneira? Caso afirmativo, quais os motivos que produzem essas especificidades?

- O que pensa a respeito das notícias veiculadas pelas mídias sobre violências envolvendo mulheres travestis e trans?

- O que a respeito da patologização das transexualidades e travestilidades? Sobre elas serem consideradas doenças segundo manuais da medicina?

Apêndice C



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada,

Você está sendo convidada a participar desta pesquisa de mestrado na condição de colaboradora. Este estudo é realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGP, Núcleo Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero), da Universidade Federal de Santa Catarina, orientado pela Professora Doutora Mériti de Souza e executado pelo pesquisador principal Marcelo de Oliveira Prado. Temos como questão de estudo o tema “TRAVESTILIDADES, SUBJETIVIDADES E VIOLÊNCIAS”.

O estudo tem por objetivo geral “analisar a apropriação singular que as pessoas travestis ou mulheres transexuais realizam a respeito das violências vivenciadas e quais as relações que identificam entre tais experiências e as normas sociais sobre o que é ser homem e ser mulher”. De forma específica pretende-se: a) Analisar como pessoas travestis e transexuais compreendem os contextos e situações por elas definidas como violentas b) analisar como as pessoas entrevistadas se posicionam em relação às violências c) Analisar os relatos das experiências com a violência de mulheres transexuais e/ou travestis nas intersecções com as normas do que é considerado ser homem e mulher. A pesquisa será realizada por meio de entrevistas, com pessoas que se identificam como travestis e/ou mulheres transexuais. A entrevista será agendada no horário e local de preferência das participantes respeitando-se as especificidades da rotina de cada uma, mas levando em consideração que o local seja reservado e com o mínimo possível de interrupções. As entrevistas serão gravadas em áudio, sendo que nomes ou quaisquer dados que possam identificar as participantes não serão utilizados, resguardando assim o sigilo e anonimato. A pesquisa poderá suscitar algum desconforto à entrevistada a partir da vivência subjetiva frente às questões propostas e, neste caso, o entrevistador irá procurar minimizá-lo, visto que sua formação em Psicologia inclui preparo para o manejo de tais situações.



Também será feito, caso seja necessário encaminhamento para atendimento no Serviço de Atenção Psicológica - SAPSI, da UFSC. Ainda, é esperado que o estudo traga benefícios para as participantes, pois terão um espaço para falar de suas experiências decorrentes das violências vivenciadas, podendo elaborar essas experiências em parceria com o pesquisador.

A condução desta pesquisa e este termo estão de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (parte do ressarcimento) Caso as participantes da pesquisa se sintam prejudicadas podem buscar (cobertura material), em reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, de acordo com a legislação vigente.

É esclarecido que as informações que você oferecer e que forem coletadas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Também é estabelecido que, caso você tenha dúvidas ou sinta-se prejudicada, poderá contatar o pesquisador principal pessoalmente, por e-mail, telefone (48) 8801.6102 ou endereço físico. Também é garantido que você possa recusar participar da pesquisa, bem como desistir a qualquer momento, sem necessidade de dar justificativa e sem que isto leve a qualquer prejuízo ou penalidade. Os dados fornecidos serão confidenciais, os nomes das participantes não serão identificados em nenhum momento e, o acesso aos dados coletados será realizado pelo pesquisador principal – Marcelo de Oliveira Prado – e/ou pela pesquisadora responsável - Profa. Dra. Mériti de Souza. As informações serão utilizadas para elaboração da dissertação de mestrado e na publicação em livros, periódicos ou divulgação em eventos científicos. Conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa o pesquisador principal da pesquisa lhe oferta uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.



Eu, _____
 _____, RG _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar na pesquisa referente ao projeto intitulado *Travestilidades, subjetividades e as violências*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para a realização da pesquisa.
 Cidade, _____, (data) _____

Participante

Prof.^a Dr.^a Mériti de Souza

Pesquisadora Responsável

Marcelo de Oliveira Prado

Pesquisador Principal

Endereço da Comissão de Ética em Pesquisa que analisou o projeto: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401. Bairro: Trindade, Cep: 88.040-400. UF: Santa Catarina, Município: Florianópolis. Tel: (48) 3721-6094, e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

Contatos: Marcelo de Oliveira Prado: e-mail: deoliveiraprado9@gmail.com tel.: (48) 8801-6102. Dra. Mériti de Souza: meritisouza@yahoo.com.br tel: (48) 3721-8573 Endereço: Campus UFSC - Trindade – Rua César Seara, sem nº, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Bloco C, Sala 10 A. Florianópolis – SC - CEP 88040-500.